

DIADORIM

Especial 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Diretor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Dra. Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold

Vice-diretor

Prof. Dr. Pedro Paulo G. Ferreira Catharina

Coordenador do Programa de Letras Vernáculas

Profa. Dra. Angela Beatriz de Carvalho Faria

Substituto Eventual do Coordenador

Prof. Dr. João Antônio de Moraes

Comissão Deliberativa

Representantes Docentes

Língua Portuguesa

Profa. Dra. Regina Souza Gomes

Prof. Dr. Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira (suplente)

Literatura Brasileira

Profa. Dra. Anélia Montechiari Pietrani

Prof. Dr. Adauri Silva Bastos

Prof. Dr. Godofredo de Oliveira Neto (suplente)

Literaturas Portuguesa e Africanas

Profa. Dra. Mônica do Nascimento Figueiredo

Profa. Dra. Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco

Profa. Dra. Teresa Cerdeira (suplente de Literatura Portuguesa)

Profa. Dra. Luci Pereira Ruas (suplente de Literatura Africana)

Representantes Discentes

Louise Bastos Corrêa (Doutoranda em Literatura Brasileira)

Victor Augusto Corrêa Azevedo (Doutorando em Língua Portuguesa)

Secretaria do Programa de Pós-Graduação

Maria Goretti Mello, Renato Martins e Elizângela Campos

Diretora da Faculdade de Letras

Profa. Dra. Eleonora Ziller Camenietzki

Vice-Diretor

Profa. Dra. Cláudia Fátima Moraes Martins

Diretora Adjunta de Ensino de Graduação

Profa. Dra. Cláudia Fátima Moraes Martins

Diretor Adjunto de Cultura e Extensão

Prof. Dra. Karen Sampaio

Diretor Adjunto de Administração e Finanças

Jorge Luis Fernandes Barbosa

Coordenação de Infraestrutura Acadêmica

Prof. Dra. Christine Nicolaidis

Coordenação de Intercâmbio e Internacionalização

Prof. Dra. Danúsia Torres

CENTRO DE LETRAS E ARTES (CLA)

Decania do Centro de Letras e Artes

Decana: Profa. Dra. Flora de Paoli Faria

Vice: Profa. Dra. Cristina Grafanassi Tranjan

Reitor:

Prof. Dr. Roberto Leher

Vice-reitor:

Profa. Dra. Denise Nascimento

Sobre o volume

Língua

Comissão Editorial:

Profa. Dra. Violeta Virginia Rodrigues (Editor)

Profa. Dra. Marcia dos Santos Machado Vieira

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira

Organizadores: Profa. Dra. Violeta Virginia Rodrigues

Profa. Dra. Marcia dos Santos Machado Vieira

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira

Revisão: Profa. Dra. Violeta Virginia Rodrigues

Profa. Dra. Marcia dos Santos Machado Vieira

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira

Design e Diagramação

Helena Gomes Freire

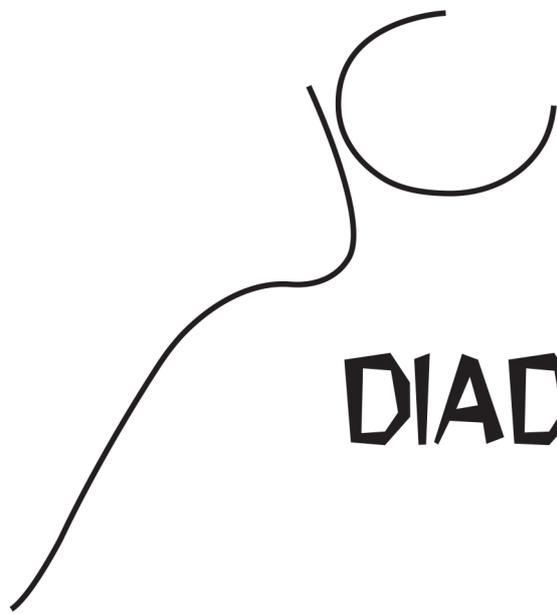
Rafael Laplace | IGEAD

Endereço eletrônico: <http://www.igead.com.br>

Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários - Volume Especial (2016) - Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2015.

Semestral.

ISSN: 1980-2552.



DIADORIM

Especial 2016

Sumário

Apresentação

Apresentação e Introdução p.I-VII

Comissão Editorial

Artigos

Fonética, fonologia e a entoação do português: a contribuição da fonologia experimental p.8-30

João Antônio de Moraes

Empirismo e formalismo na investigação da mudança linguística em curso p.31-60

Maria Eugênia Lammoglia Duarte

As índicas águas da (na) poesia moçambicana p.61-82

Carmen Lucia Tindó Secco

Variação e o estatuto de variedades do português p.83-104

Silvia Figueiredo Brandão

Texto e discurso: processos de semiotização do real p.105-115

Maria Aparecida Lino Pauliukonis

A nasalidade fonológica no português e suas restrições p.116-126

Leda Bisol

Modalidade e foco: uma análise baseada em dados de *corpus* p.127-141

Amália Mendes

Perspectivas teóricas e críticas nas literaturas africanas & a perspectiva pós-colonial p. 142-149

Ana Mafalda Leite

A categoria gramatical gênero, nos nomes e adjetivos do português: algumas reflexões p. 150-164

Maria Antonia Mota

L'argumentation, une stratégie discursive sous surveillance p. 165-174

Patrick Charaudeau



APRESENTAÇÃO E INTRODUÇÃO

A grandiosa narrativa da ciência deve ser celebrada como um dos grandes feitos do intelecto humano, um testemunho de nossa habilidade coletiva de criar conhecimento. (...) A ciência ilumina nossa busca por sentido, expressando nossa humanidade mais profunda. Queremos luz, sempre mais luz.
(GLEISER, Marcelo. *A ilha do conhecimento: os limites da ciência e a busca por sentido*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 325)

Apresentamos ao leitor um volume particularmente “especial” para o Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, por meio do qual celebramos a valiosa contribuição científica de docentes titulares do programa ao mundo das Letras.

Entre os anos de 2011 e 2015, o Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) realizou cinco Concursos Públicos de Provas e Títulos para o Cargo de Professor Titular. Em todos eles, os Professores Doutores optaram por apresentar Conferência, na qual relataram a evolução de suas pesquisas ao longo de suas trajetórias acadêmicas e, assim, consagraram os resultados substanciais de uma vida em função da busca pelo conhecimento.

Esse momento importante na Faculdade de Letras rendeu uma sensação de lacuna àqueles que, por motivos vários, não puderam assistir às conferências e só souberam dos ecos deixados pelos comentários ouvidos pelos corredores da Letras. E àqueles que a elas puderam assistir, legou o interesse pela possibilidade de aproveitar o conjunto de resultados e referências exposto nessas Conferências em futuros eventos de ensino/aprendizagem dos cursos de Graduação e Pós-Graduação.

A constatação desse fato motivou o interesse da Comissão Editorial da Revista *Diadorim* em realizar um número especial da Revista, reunindo tais Conferências e, assim, homenagear o trabalho de Professores que se dedicam a diferentes áreas de pesquisa/conhecimento de nosso Departamento há muito tempo...

Portanto, nesta edição especial, o leitor encontrará, em forma de artigo, as cinco Conferências dos Professores, distribuídas cronologicamente: são quatro Conferências de Professores do Setor de Língua Portuguesa e uma de uma Professora do Setor de Literaturas Africanas.

Em 2011, consagraram-se como Professores Titulares João Antonio de Moraes e Maria Eugênia Lamoglia Duarte; em 2015, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco, Silvia Figueiredo Brandão e Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. I-VII.

Além dos Titulares do nosso Departamento, convidamos cinco pesquisadores do Brasil e do exterior, que foram e/ou são interlocutores nas investigações por aqueles desenvolvidas: Leda Bisol, Amália Mendes, Ana Mafalda Leite, Maria Antónia Mota e Patrick Charaudeau.

João Antonio de Moraes possui Graduação em Letras pela Universidade do Estado da Guanabara, Mestrado em Dialectologie e Doutorado em Phonétique Instrumentale et Fonctionnelle, ambos pela Universidade de Paris III (Sorbonne-Nouvelle), e Pós-Doutorado no Phonology Laboratory, pela Universidade da Califórnia em Berkeley. É pesquisador colaborador do Laboratoire d'Informatique pour la Mécanique et les Sciences de l'Ingénieur LIMSI /CNRS, Orsay, França, e membro do corpo editorial das seguintes revistas: Delta, Revista de Estudos da Linguagem, Letras & Letras e Journal of Speech Sciences. Tem desenvolvido pesquisas na área de Linguística do Português, com ênfase em Fonética Acústica, especialmente nas subáreas entoação, prosódia, nasalidade e fonologia experimental.

Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa intitulado PROSÓDIA, PRAGMÁTICA, EXPRESSIVIDADE, que visa a aprofundar o estudo de características suprasegmentais do Português do Brasil (PB), subdividindo-se este em três subprojetos: (i) prosódia e ilocução, no qual se procura estabelecer um inventário dos contornos melódicos das ilocuições no PB, dando especial atenção à descrição entonacional de atos diretivos; (ii) prosódia e expressividade, debruçando-se sobre a manifestação prosódica de atitudes e emoções, fenômenos relacionados à própria constituição de distintas ilocuições, analisando tanto os aspectos vocais propriamente, quanto a prosódia, visual (gestos faciais); (iii) prosódia e topicalização, buscando caracterizar subtipos prosódicos de tópico, correlacionando-os com distintos valores funcionais.

Maria Eugênia Lamoglia Duarte é Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia Santa Marcelina, Mestre em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Participa dos projetos PEUL (Programa de Estudos sobre o uso da língua) – fala popular –, NURC-RJ (Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro) – fala culta –, PHPB (Para a História do Português Brasileiro) e România Nova. Atua na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Teoria e Análise Linguística, interessando-se principalmente pelos estudos de variação e mudança sintática envolvendo o sistema pronominal das gramáticas do português em suas modalidades falada e escrita. É coordenadora de um dos eixos de interesse do GT (Grupo de Trabalho) de Sociolinguística da ANPOLL (Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Linguística).

Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa intitulado ANÁLISES CONTRASTIVAS DA SINTAXE DO PORTUGUÊS E OUTRAS VARIEDADES ROMÂNICAS, que tem por objetivo desenvolver estudos de sintaxe comparativa com interesse especial em fenômenos relacionados ao sistema pronominal e à ordem de constituintes com base em material sincrônico e diacrônico. O quadro teórico que motiva e sustenta as análises vem da Teoria da Mudança proposta em Weinreich, Labov e Herzog (1968), tomando como componente gramatical para pôr em prática o estudo da mudança às propostas e formalizações da sintaxe gerativa. A metodologia utilizada para as análises empíricas provém da Sociolinguística Variacionista, nos moldes de Labov (1972, 1994). Entre os aspectos em investigação diacrônica estão análises sobre o acusativo anafórico, a ordem nas interrogativas Q, a expressão da modalidade e sua relação com a posição estrutural do sujeito.

Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco possui Graduação em Português-Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pós-Doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio na Universidade Politécnica de Moçambique. É pesquisadora colaboradora da Universidade de Lisboa, pesquisadora PQ - nível 1 C do CNPq e membro da Comissão de Honra da Fundação Fernando Leite Couto em Moçambique. Trabalha principalmente com os temas poesia e afeto, correspondência entre artes (literatura e pintura; ficção e cinema), literaturas africanas de língua portuguesa (poesia e ficção de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe).

Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa intitulado LITERATURA, CINEMA E AFETO: Representações da História em Romances e Filmes de Moçambique e Guiné-Bissau, no qual pretende analisar relações entre literatura, cinema e afeto, investigando diferentes representações da história em obras literárias e cinematográficas moçambicanas e guineenses. Sendo a literatura e o cinema escritas artísticas em que, simultaneamente, se manifestam o intelecto e o afeto, um dos principais objetivos é verificar de que forma textos literários, filmes e documentários encenam a história, questionando ou reduplicando as ideologias dominantes. Interessa, também, analisar imagens literárias e cinematográficas, identificando as que provocam afetos, isto é, choques geradores de novos pensamentos.

Silvia Figueiredo Brandão possui Graduação em Português e Licenciatura em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestrado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutorado em Letras Vernáculas também pela mesma instituição. E realizou estágio pós-doutoral, com bolsa CAPES, no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Coordenou o GT de Sociolinguística da ANPOLL, o Projeto VARPORT (Análise Contrastiva de Variedades do Português), de Cooperação Internacional CAPES-GRICES (Brasil-Portugal), e foi vogal da ALFAL (Associação de Linguística e Filologia da América Latina). Coordena um dos eixos de interesse do GT de Sociolinguística. Desenvolve pesquisas no âmbito da Sociolinguística Variacionista e da Dialectologia, em especial nos campos da Fonética-Fonologia e da Morfossintaxe.

Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa intitulado O VOCALISMO ÁTONO NO PORTUGUÊS DO BRASIL E NO PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ, cujo principal objetivo é testar hipóteses concernentes ao vocalismo sob duas perspectivas: (1) as que dizem respeito a possíveis convergências/divergências entre as variedades brasileira e santomense; e (2) as que concernem à verificação de condicionamentos lexicais no que se refere a processos de alteamento. No que se relaciona a (1), pretende verificar (a) se o processo de alteamento das vogais médias, nas duas variedades em foco, obedece aos mesmos condicionamentos de natureza linguística e social, quer em contexto pretônico, quer no postônico medial; (b) se o processo de harmonização vocálica, no Português de São Tomé (PST), apresenta a mesma vitalidade que no Português do Brasil (PB); (c) se a redução vocálica, no PST, também incide predominantemente no âmbito de /o/ como se observa no PB; (d) se, diferentemente do PB, em que o alteamento é uma regra estável, no PST se verifica um processo de mudança no sentido de uma simplificação do quadro de cinco para três vogais; (e) se fatores de natureza social atuam mais fortemente no PST do

que no PB, tendo em vista não só ser o PE a norma de referência do PST, mas também ser a sociedade santomense fortemente marcada pelo contato interlinguístico. No que toca a (2), interessa averiguar, com base no conjunto de itens lexicais dos diferentes *corpora* levantados, (a) se existem claros indícios da atuação do léxico na implementação das variantes ou coatuam motivações fônicas e lexicais para tal implementação; (b) se as possíveis motivações lexicais detectadas se repetem tanto no PB quanto no PST. A análise dos dados pauta-se pelos princípios teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança, bem como pelos desdobramentos da Sociolinguística Variacionista. Para a verificação de motivações de ordem lexical, a estudiosa procura conjugar a perspectiva sociolinguística aos pressupostos da Fonologia de Uso.

Maria Aparecida Lino Pauliukonis é Graduada em Letras (Português-Inglês) pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Franca – *campus* avançado da USP –, Mestre em Literatura pela Universidade de São Paulo (USP), Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Pós-Doutorado em Análise do Discurso pela Universidade Paris XIII, sob a supervisão de Patrick Charaudeau. Coordena o Laboratório de pesquisa CIAD-Rio (Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso) com pesquisadores da UFRJ, UFF e UERJ. É Líder do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso certificado pelo CNPq. Atua nas áreas de Linguística do texto, língua e ensino, com ênfase em estudos textuais e discursivos; realiza pesquisas em Semântica lexical, Linguística do Texto e Análise do discurso de base comunicacional.

Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa intitulado PROCESSOS DE ARGUMENTAÇÃO EM GÊNEROS MIDIÁTICOS COM VISTAS AO ENSINO DE LEITURA E INTREPRETAÇÃO DE TEXTOS, que tem como objeto de estudo os dispositivos da argumentação em gêneros midiáticos com vistas ao ensino de leitura e interpretação de textos – um projeto voltado para o ensino de texto. Para isso, procura fazer comparação entre manchetes de notícias com maior índice de subjetividade (o número de notícias e reportagens com destaque para o foco das vítimas, uso de adjetivação axiológica (mais avaliativa e emocional), legitimando a parte que mais sofre o foco no acontecimento em si e nos atores sociais e nas hipóteses sobre as causas dos acontecimentos). Interessa-lhe observar o jornal que mais apela para a emoção, os índices usados, descrever com base em campos semânticos as operações relacionadas aos atos trágicos: determinar e identificar os lugares e os papéis dos diferentes parceiros que constituem a instância de enunciação midiática e uma instância da recepção, o leitor virtual e sua atuação. Importa ver como o Jornal adquire credibilidade e consegue a captação do leitor – estratégias usadas nos processos de nominalização mais subjetivas e os aspectos de emoção. Um dos objetivos principais do trabalho é avaliar a importância da seleção lexical e de outros recursos enunciativos, na construção do objeto discursivo, tendo em vista oferecer subsídios para uma metodologia de ensino da leitura e produção de textos de gêneros jornalísticos em Português. Interessa-lhe avaliar também a importância dessa escolha lexical na construção das imagens (*ethos*) dos enunciadores, de modo a contribuir para a formação de um leitor mais crítico e eficiente em termos de análise de um objeto co-construído na interação jornalista autor/ leitor. A fundamentação teórica baseia-se na Análise do Discurso de cunho interacional da Semiologia.

Leda Bisol possui Graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Mestrado e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez estágios no exterior em nível de doutorado na University of Edinburgh, Escócia e Pós-doutorado em *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. I-VII.

Stanford University, Califórnia. Atualmente é Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e pesquisador nível 1A do CNPq. Tem experiência em Linguística, com ênfase em Fonologia, área em que vem desenvolvendo suas pesquisas.

Amália Mendes possui Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Portugueses e Franceses), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestrado e Doutorado em Linguística Portuguesa, pela mesma Faculdade e atualmente é Investigadora Auxiliar no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Tem como principais temas de interesse a Linguística de *Corpus*, o Léxico e o Discurso. Participou em vários projetos nacionais e internacionais, entre os quais o *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, *COMBINA-PT*, *METANET4U*, *PAROLE*. É membro da Comissão Organizadora da *Gramática do Português*, cujos primeiros dois volumes foram publicados pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2013, e coautora de três capítulos da gramática, sobre gramaticalização, modalidade e organização textual. Entre as suas publicações, conta-se, ainda, a sua tese de doutoramento sobre a polissemia dos verbos psicológicos em português. Faz parte da Comissão Editorial de revistas internacionais e das Comissões Científicas de várias conferências nacionais e internacionais.

Ana Mafalda Leite possui Licenciatura em Estudos Românicos, Mestrado em Literaturas Brasileiras e Africanas em Português, e Doutoramento em Literatura Portuguesa/Literaturas Africanas em Português, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Professora Associada da Faculdade de Artes da Universidade de Lisboa e Investigadora no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG-UL). Atua nas seguintes áreas de investigação: Estudos Pós-Coloniais e Estudos Culturais, Culturas Escritas e Visuais, História e Literatura, Estudos Comparados, Estudos Africanos Comparativos em Português, Francês e Inglês, Tradução, Edição e Escrita Criativa.

Maria Antónia Mota possui Licenciatura em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, DEA de Sciences du Langage et du Comportement pela Université de Strasbourg e Doutoramento em Linguística (Linguística Geral) pela Universidade de Lisboa. É Professora Associada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Docente-Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Atua nas áreas Morfologia do português e interfaces com Fonologia e Sintaxe, Morfologia do francês e interfaces com Fonologia e Sintaxe, Sociolinguística, e Linguística Comparada das línguas românicas.

Patrick Charaudeau possui Bacharelado em Filosofia na Lycée Condorcet em Paris, Propedêutica de Estudos Literários, a revisão obrigatória para ser capaz de prosseguir o ensino superior, Licenças de Diploma de Estudos Superiores em Linguística Hispânica, Colocação de Agregação, 3ª Doutorado ciclo de Linguística Geral e Doutorado Estado de Artes e Humanidades, ambos na Sorbonne. É um linguista francês, especialista em Análise do Discurso e fundador da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso e Professor Emérito da Universidade Paris-Nord (Paris XIII), onde fundou o Centre d'Analyse du Discours. Mantém, no Brasil, estreita relação com pesquisadores do Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso – CIAD, projeto que integra diferentes Departamentos da Faculdade de Letras da UFRJ, bem como instituições de ensino superior – UFF, UERJ e UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Sua pesquisa focaliza interações entre indivíduos, seu contexto social e práticas midiáticas e políticas.

Após essa breve apresentação do *curriculum* dos autores aqui reunidos, convidamos o leitor a conhecer, a seguir, a síntese dos dez artigos que compõem este volume especial da Revista *Diadorim*.

No primeiro artigo, o Prof. Dr. João Moraes aborda algumas questões nucleares da prosódia, como as múltiplas funções da entoação, a natureza do significado entonacional, a dificuldade em se determinar, nesse campo, o que é categorial (“gramatical”) e o que é gradiente (“expressivo”), e a questão da redundância dos parâmetros prosódicos, seu caráter multimodal. Com dados do Português, o autor procura ilustrar como a manipulação do contorno entonacional com a ferramenta da ressíntese da fala, validada por testes perceptivos, pode ser útil para discriminar o que é crucial, e o que é marginal na curva melódica. No artigo, ressalta também a importância da análise do detalhe fonético para que se chegue, com mais segurança, à essência dos contornos melódicos, vale dizer, a sua fonologia.

No segundo artigo, a Profa. Dra. Maria Eugênia Duarte apresenta o percurso do estudo de um processo de mudança em curso no português brasileiro, a remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo, de positivo para negativo, utilizando como modelo de estudo da mudança a Teoria da Variação e Mudança Linguística (TVM) e como componente gramatical, indispensável para pôr em prática tal modelo, pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros, no levantamento de hipóteses e na busca de respostas para as questões empíricas propostas pela TVM, especialmente as restrições, a implementação, a transição e o encaixamento linguístico. Os procedimentos para a coleta e análise de dados, retirados de amostras diacrônicas e sincrônicas, seguem os passos da metodologia desenvolvida pela TVM. Os resultados apresentados permitem à autora defender que a associação dos dois modelos não só é compatível como também constitui eficiente ferramenta para tratar da mudança sintática, permitindo generalizações e trazendo contribuições para as discussões que envolvem o Parâmetro do Sujeito Nulo.

No terceiro artigo, a Profa. Dra. Carmen Tindó tem como objetivo principal demonstrar a importância do oceano Índico para a poesia de Moçambique. Fundamentada pelos Estudos Culturais, pelos estudos sobre a Nova História e a teoria da poesia, a autora procura provar que os “poetas do Índico” se agrupam em torno de dois eixos: um que subverte a história oficial; outro que, direcionado aos sonhos e afetos, realiza uma cartografia lírica e existencial do sujeito poético.

No quarto artigo, a Profa. Dra. Silvia Brandão focaliza, na perspectiva sociolinguística, à luz da Teoria da Variação e Mudança, a concordância de plural com base em estudos realizados por ela, desde a década de 1990. Tais estudos abarcam a fala de comunidades pesqueiras do Rio de Janeiro e, ainda, variedades urbanas do Rio de Janeiro, de Lisboa e de São Tomé. As observações desenvolvem-se em duas etapas. Na primeira, centrada no Sintagma Nominal, a pesquisadora parte da hipótese de que a análise comparativa do Português do Brasil (PB) com outras variedades não europeias é fundamental para que se possam melhor compreender as motivações que determinaram os padrões de concordância nelas registrados. Tece, ainda, comentários sobre o papel do contato multilinguístico como elemento detonador dos padrões variáveis e se discutem os conceitos de simplificação e complexificação linguísticas. Na segunda etapa, depois de mostrar o que se observa quanto à concordância nominal no Português Europeu (PE), centraliza as análises no PB e no PE, de modo a esboçar um quadro do estatuto das variedades do Português com base na tipologia de regras proposta por Labov (2003).

No quinto artigo, a Profa. Dra. Aparecida Lino faz uma abordagem do texto como discurso,

o que possibilita analisar a enunciação, a qual consiste na ação e na influência do sujeito enunciador sobre o sujeito destinatário do texto, com quem interage em determinada situação comunicativa. Sob essa perspectiva, a linguagem deixa de ser considerada um instrumento para expressão do real ou uma referência sobre o mundo, para se transformar em um instrumento que coloca os sujeitos em interação, para estes falarem sobre o mundo e o transformarem em “real discursivo”. Dessa forma, é possível analisar os processos de transformação e de transação ou o percurso que vai da frase ao texto, o que possibilita a passagem do significado textual para o significado discursivo.

No sexto artigo, retomando discussão ainda controversa no Português, a Profa. Dra. Leda Bisol propõe a análise da nasalidade fonológica no português, com base na Teoria da Otimalidade. Para isso, parte da revisão das análises de base estruturalista, que sustentam a interpretação bifonêmica – vogal seguida de elemento consonântico nasal tautossilábica e, conseqüentemente, a não existência de vogal nasal no português. A autora apresenta, então, a gramática da vogal nasal, cuja formação pode acontecer “com qualquer segmento do subsistema de cinco vogais”. Em relação aos ditongos nasais, defende a proposta de que ocorre neutralização, resultando em dois ditongos fonológicos básicos: /aN/ e /oN/. Trata-se de um grande contributo aos estudos fonológicos do português brasileiro.

No sétimo artigo, a Profa. Dra. Amália Mendes apresenta uma análise da interação entre os conceitos de modalidade e de foco em contextos com o advérbio focalizador exclusivo *só* e um verbo semiauxiliar modal (*poder*, *dever* ou *ter (de)*) ou ainda a estrutura predicativa *ser capaz de*. Interessa à autora observar de que forma o advérbio exclusivo, com efeitos sobre a estrutura informacional, pode interagir com o significado modal de base do contexto e ainda aduzir eventuais valores pragmáticos. O trabalho enquadra-se na Linguística de *Corpus*, assumindo a necessidade de basear a análise em dados de *corpora*, isto é, em contextos não construídos. Para esse efeito, a autora recorreu ao *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, um *corpus* que abrange um conjunto diversificado de gêneros textuais. Os contextos foram selecionados de forma aleatória sobre a subparte de português europeu. A análise dos dados mostra de que forma contextos com uso epistêmico de possibilidade do verbo *poder* são interpretados como tendo uma leitura de necessidade após a restrição sobre o conjunto de alternativas realizada pelo advérbio focalizador. Os dados revelam pistas importantes no que diz respeito às propriedades que determinam a leitura de necessidade: a natureza do foco do advérbio, o tempo do predicado e a sua natureza aspectual. O advérbio tem ainda, em muitos contextos, quer um valor mirativo, identificando a alternativa apresentada como mais fraca do que o esperado, quer um valor enfático de reforço da alternativa apresentada.

No oitavo artigo, a Profa. Dra. Ana Mafalda discute a evolução da teoria crítica das literaturas africanas. A polarização – de um lado, a visão eurocêntrica, baseada em valores culturais e estéticos ocidentais, e de outro, a visão afrocentrista, de forte teor nativista – que inicialmente marcou essa teoria foi diluída pela crítica pós-colonialista. A análise das literaturas africanas passou a ser feita de uma perspectiva simultânea: a partir de fora e de dentro da Europa. Segundo a autora, as mudanças continuam notadamente desde a última década do século XX, tanto em função de questões mundiais quanto pela interface estabelecida com a antropologia, a história,

os estudos feministas e psicanalíticos. O texto, então, inter-relaciona as transformações por que vem passando a teoria crítica das literaturas africanas ao seu percurso histórico.

No nono artigo, *em suas reflexões acerca da categoria gramatical gênero nos nomes e adjetivos do português*, a Profa. Dra. Maria Antónia Mota conclui que o gênero é lexicalmente especificado nos nomes, isto é, o índice temático não é uma “subcategoria flexional”. No entanto, é flexional nos adjetivos, visto que nestes há implicação sintática da concordância. Logo, gênero é “uma categoria morfossintática, sensível ao contexto”. Para além de demonstrar interface entre morfologia, léxico e sintaxe, o intuito da obra é construir conhecimento teoricamente embasado, no que tange à classificação do gênero nos nomes, que tenha reflexos no ensino do Português língua materna ou língua estrangeira.

No décimo artigo, o Prof. Dr. Patrick Charaudeau faz uma descrição da mecânica argumentativa subjacente a toda atividade de linguagem, para mostrar como o sujeito do discurso pode valer-se de estratégias em uma situação de comunicação particular. Daí podem ser tirados alguns ensinamentos: o ato argumentativo não pode ser julgado a não ser em função das restrições da situação de comunicação e do projeto de fala que o sujeito veicula nas estratégias; por serem os textos plurais e formados, na maioria das vezes, por tipos discursivos diferentes, não se pode procurar por tipos de textos que serão definidos como unicamente argumentativos; enfim, é preciso verificar que, ao tratar da argumentação como uma prática social, devem-se determinar as condições da enunciação, na qual se observa melhor como se podem exercer os jogos de manipulação e de contramanipulação nas trocas languageiras.

Como se vê, os dez artigos envolvem os mais diferentes níveis de análise e discussão e as mais variadas propostas teórico-metodológicas, refletindo o alcance da interlocução em Letras propiciado pelo frutífero trabalho de investigação dos Professores/Pesquisadores homenageados e convidados que se consolida neste volume. Esperamos que você, leitor, possa desfrutar da valiosa contribuição que ele reúne e encontrar aqui estímulo para novas pesquisas...

A ciência é mais do que o conhecimento acumulado do mundo natural. É uma visão de mundo, um estilo de vida, uma aspiração coletiva de crescermos como espécie em um cosmos repleto de mistérios, de medos e de encantos. A ciência é o cobertor com que cobrimos os pés à noite, a luz que ligamos no fim do corredor, o mentor paciente que nos lembra do que somos capazes quando trabalhamos juntos.

(GLEISER, Marcelo. *A ilha do conhecimento: os limites da ciência e a busca por sentido*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 326)

Comissão Editorial



FONÉTICA, FONOLOGIA E A ENTOAÇÃO DO PORTUGUÊS: A CONTRIBUIÇÃO DA FONOLOGIA EXPERIMENTAL

João Antônio de Moraes¹

RESUMO: Abordam-se nesse artigo algumas questões nucleares da prosódia, como as múltiplas funções da entoação, a natureza do significado entonacional, a dificuldade em determinar-se, nesse campo, o que é categorial (“gramatical”) e o que é gradiente (“expressivo”), e a questão da redundância dos parâmetros prosódicos, seu caráter multimodal. Com dados do português, procura-se ilustrar como a manipulação do contorno entonacional com a ferramenta da ressíntese da fala, validada por testes perceptivos, pode ser útil para discriminar o que é crucial, e o que é marginal na curva melódica. Ressalta-se a importância da análise do detalhe fonético para se chegar, com mais segurança, à essência dos contornos melódicos, vale dizer, a sua fonologia.

PALAVRAS-CHAVE: Entoação. Prosódia. Fonologia Experimental. Ressíntese da Fala.

ABSTRACT: In this paper, some nuclear questions of prosody are addressed: the multiple functions of intonation, the nature of intonational meaning, the difficulty in determining what is categorial (“grammatical”) and what is gradient (“expressive”) in this field, and the issue regarding the redundancy of prosodic parameters, that is, its multimodal character. With the use of Brazilian Portuguese data, it is shown how the manipulation of the intonational contour, with the resynthesis tool, validated by perceptual tests, can be applicable to the discrimination of what is central and what is marginal in the melodic contour. It is emphasized the importance of phonetic details to capture the essence of melodic contours with more reliability, accounting therefore for their phonological values.

KEYWORDS: Intonation. Prosody. Experimental Phonology. Speech Resynthesis.

Considerações iniciais

O título dado a esta conferência pode ser entendido de duas maneiras. A primeira delas supõe que se vá discutir, aqui, primordialmente, a clássica relação entre Fonética e Fonologia, e

¹ Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisador do CNPq – Nível 1C. Pesquisador colaborador do Laboratoire d’Informatique pour la Mécanique et les Sciences de l’Ingénieur LIMSI /CNRS, Orsay, França.

mostrar como essa oposição se projeta no domínio da entoação. Essa parece-me uma tarefa menos interessante, ou até menos pertinente, nos dias atuais, em que as fronteiras, outrora muito nítidas entre as duas disciplinas, se tornam mais e mais difusas.

Assumindo já a segunda concepção que se pode presumir do título desta conferência, em vez de enfatizar as diferenças entre Fonética e Fonologia, vou, na verdade, focalizar basicamente o terceiro termo da equação nele proposta, a Entoação do português, e mostrar, ao contrário, como é fundamental para o estudo de fenômenos prosódicos uma abordagem mais integrada entre Fonética e Fonologia, o que veio a se tornar possível, e se consolidar de vez, com os trabalhos da chamada Fonologia Experimental, numa *démarche* que se pretende mais dialética, menos maniqueísta.

A Fonética (entendida no sentido mais amplo, isto é, abrangendo fonética e fonologia), como toda disciplina científica madura, propôs métodos para garantir a validade de suas hipóteses e teorias. Esses métodos, em nossa visão, são desenvolvidos essencialmente por meio de experimentos. A Fonologia Experimental, como lembra Ohala (1995), promove, então, o desenvolvimento e o refinamento dos métodos experimentais para testar a validade das teorias fonológicas.

Assim, no campo específico da prosódia, a Fonologia Experimental mostra que o sinal acústico nos dá informações sobre múltiplos níveis linguísticos e, sobretudo, evidencia que o detalhe fonético, por definição excluído das teorias fonológicas tradicionais, é relevante, na medida em que é capaz de produzir sentido, e não é inconciliável com a abstração fonológica, não devendo, portanto, ser sistematicamente descartado da descrição de natureza entonacional.

A dificuldade em discriminar o fonético e o fonológico no campo dos suprasegmentos é sabidamente mais aguda do que no dos segmentos, em virtude de algumas características *sui generis* tornarem o estudo da entoação bastante singular, distinto, portanto, em diversos aspectos, do da fonologia segmental.

No decorrer da conferência, a fim de fundamentar as conclusões a serem apresentadas nas considerações finais, vou abordar – com base em dados do PB – três pontos relacionados a essas características, fundamentais para a discussão em tela, a saber:

- (i) a natureza fugidia do significado entonacional, ou dos significados entonacionais, para ser mais preciso;
- (ii) a dificuldade em definir o que é discreto, ou categorial, e o que é contínuo no campo da entoação, tanto no nível da forma quanto no do sentido, oposição essa crucial na tradicional distinção entre Fonética e Fonologia; e
- (iii) o elevado grau de redundância, ou da simultaneidade de parâmetros prosódicos, e mesmo extraprosódicos e extralinguísticos, presentes na manifestação da entoação, configurando o que se chama seu caráter multimodal, o que torna substancialmente mais complexa a operação de atribuir a um índice acústico o *status* de traço distintivo. Nesse particular, a Fonologia Experimental, ao lançar mão de recursos como a manipulação do sinal sonoro por meio da síntese, e a avaliação de suas consequências no nível perceptivo, por meio da aplicação de testes a ouvintes, torna-se um método privilegiado para lançar luz sobre algumas das questões seminais no estudo da entoação.

O problema do significado entonacional

Na fonologia segmental, o recurso ao significado, através da operação de comutação de dois fonemas em pares mínimos, introduzida por Hjelmslev na prática fonológica, é a tradicional pedra de toque para que se defina se uma dada distinção observável entre dois fones caracteriza, ou não, uma oposição fonológica. Tal procedimento, promovendo um mero índice acústico ou articulatorio ao *status* de traço distintivo, constitui um elemento fugidio no campo da entoação. Isso, em parte, porque o sentido carregado pela entoação, ao contrário de outros fenômenos prosódicos, como o acento e o tom lexical, se estabelece no nível pós-lexical.

No modelo da Fonologia Lexical (tal como proposto por KIPARSKY, 1982, PIERREHUMBERT, 1990), a gramática é dividida em um componente lexical (do qual participam, além dos fonemas segmentais, o acento e os tons lexicais, estes pertencentes ao nível prosódico) e um componente pós-lexical, ao qual os morfemas entonacionais são acrescentados, para se chegar à representação de superfície, e, em seguida, atuarem as regras de implementação fonética.

Nesse modelo, propõem-se, portanto, tons lexicais e tons pós-lexicais (entonacionais), que, juntos, vão gerar a representação de superfície².

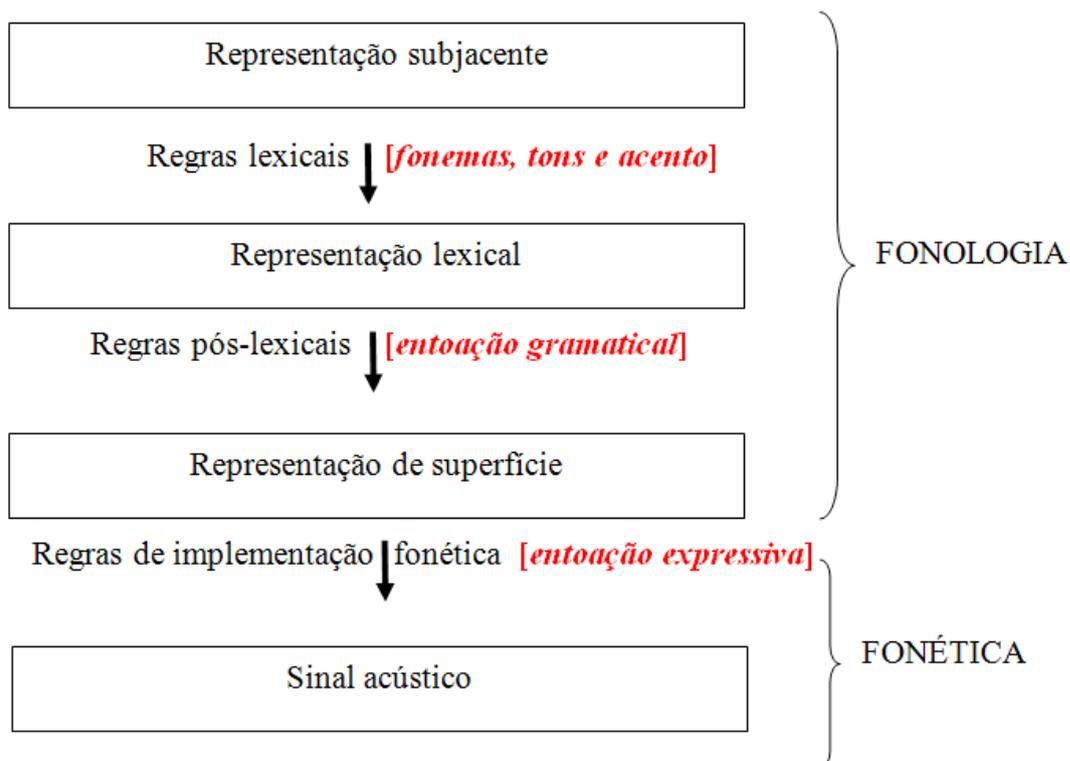


Figura 1: Modelo de gramática segundo a Fonologia Lexical, adaptado de Gussenhoven (2008)

Assim, ao contrário da prosódia no nível lexical, em que o significado referencial (cognitivo) está diretamente envolvido (p. ex. em pares como *sábia* x *sabiá*), modificando o valor de verdade

² Haveria, ainda, os tons que poderíamos chamar de expressivos ou de implementação fonética, os quais, como o nome indica, já não estariam no âmbito da fonologia.

de um enunciado em que esses vocábulos alternem, a natureza da distinção semântica que se observa entre uma asserção e uma interrogação, por exemplo, é muito diversa. Trata-se aqui de uma segunda camada de sentido, que se superpõe à primeira (lexical) sem alterar propriamente o sentido referencial-cognitivo do enunciado, seu conteúdo proposicional.

A contribuição ao significado final do enunciado feita pela entoação não se esgota, naturalmente, no contraste *asserção* vs. *interrogação*, nem sequer na manifestação de outros atos ilocucionários, como *ordens*, *pedidos*, *sugestões*, nem mesmo na expressão de diferentes estruturas informacionais, tais como *foco*, *tópico* e *comentário*, nem ainda na desambiguação de estruturas sintáticas, quatro funções “clássicas” usualmente atribuídas à entoação. Além dessas, muitas outras têm sido relacionadas, de modo que, para que se proponha um inventário de contornos entonacionais significativos de uma língua (e de seu valor funcional), é necessário que se estabeleça *a priori* que funções serão consideradas.

Se observarmos como as funções da entoação têm sido nomeadas e discriminadas na literatura, veremos como, ao longo dos últimos 100 anos, tem sido ampliada gradativamente a consciência de sua multiplicidade.

Nos *Principes de Phonétique Experimentale*, obra fundadora da disciplina, publicada em 1897-1901, o abade Rousselot considera apenas duas funções da entoação. Na expressão um tanto vaga, mas não desprovida de certo tom poético, caberia à entoação, segundo Rousselot, revelar *os estados da alma* e *as mudanças do pensamento*, funções que hoje poderíamos associar à dicotomia entre a esfera expressiva e a gramatical. Maurice Grammont, nos anos 1930, propõe uma oposição tripartite entre funções entonacionais, por ele nomeadas, num estilo, por assim dizer, mais científico: modal, expressiva e idiossincrática. Danes (1960), três décadas mais tarde, distingue cinco funções da entoação: modal principal, comunicativa, informacional, lexical (*sic*) e modal subsidiária. Barry (1981) propõe que se discriminem seis funções: ilocutória, delimitadora, informacional, interacional, de guia e atitudinal. Couper-Kuhlen (1986) considera 10 funções entonacionais, elenco que cresce para 12, segundo a proposta de Hirschberg (2002), e atinge o impressionante número de 19 em Fónagy; Bérard (2006).³

Na verdade, essa pleora de funções supõe, ainda, que, no interior de cada uma delas, haja pelo menos algumas (às vezes, numerosas) distinções ou contrastes realizados pela entoação. É preciso ressaltar que os nomes dados às funções nem sempre são muito coerentes ou autoexplicativos, e, sobretudo, nem sempre as fronteiras entre as categorias são nítidas.

Ainda que se tente, indo contra a corrente, isto é, contrariando a linha do tempo, reorganizar essas funções, agrupando-as em macrocategorias – por exemplo, uma categoria sintático-informacional; outra, modal-ilocucionária (ilocuções); uma terceira, expressiva (emotivo-atitudinal) –, as interpenetrações entre as categorias são evidentes: o foco contrastivo-

3 Couper-Kuhlen (1986) distingue as seguintes funções: modal, gramatical, sintática, ilocutória (especialmente voltada para a manifestação de atos indiretos), informacional, cooperativa, textual, relacional, atitudinal e indexical. Segundo Hirschberg (2002), as funções entonacionais seriam: modal, delimitadora, desambiguizadora, focal, contrastiva, discursiva, estruturadora do texto, parenterizadora, atitudinal e ainda marcadora de discurso direto, de fim de turno e do envolvimento do falante. Por fim, para Fónagy e Bérard (2006), o elenco das funções seria: modal, distintiva, preditiva, alusiva, imitativa, lógica, exploratória, estética, lúdica, identificatória, e ainda as funções caracterizadoras de apelo, de condensação, de ênfase, de enunciação, de segmentação, de apresentação, de ligação, de atitudes e de emoções.

A maneira formal de justificar essa distinção entre funções gramaticais e expressivas seria justamente considerar que as primeiras se manifestam de maneira categorial, e as expressivas, de maneira gradiente, o que nos leva, então, ao segundo tópico, a que me referi no início, qual seja, o da distinção, nos fenômenos entonacionais, entre o que é discreto e o que é contínuo.

O discreto e o contínuo no âmbito da entoação

Afirma-se, de longa data, que a entoação se situa no terreno do contínuo, da variação gradiente por excelência. Autores como Pike, Gleason, Martinet simplesmente recusam a ideia de uma entoação gramatical. Tal concepção tem suas raízes na observação trivial de que, do ponto de vista da substância, a entoação, e mais especificamente as curvas melódicas (frequência fundamental, em termos acústicos) evoluem, de fato, de maneira contínua no eixo do tempo, observação feita já no século XVIII por Joshua Steele, no primeiro texto sobre a matéria. Steele (1775: 17) observa que, ao contrário do que ocorre na música, onde os tons progredem por “saltos” -- as notas musicais, com intervalos fixos --, na fala a voz sofre modulações com gradações infinitamente menores, que chama de “slides”, ou seja, não se “pula” de um tom a outro, mas se “escorrega” de um tom a outro.

A manipulação da frequência fundamental de um enunciado real pode ilustrar as consequências perceptivas dessas diferentes maneiras de a F0 se comportar. Na figura 3, temos, no quadro à esquerda, o contorno entonacional original do enunciado interrogativo *Você vendeu a bicicleta pro Chomsky?*, com modulações melódicas contínuas e naturais (arredondadas). À direita, na parte superior, vê-se o contorno do mesmo enunciado, estilizado por meio de segmentos de reta: a F0 continua se movendo continuamente e, no caso em tela, não se percebe diferença auditiva em relação ao contorno original. No quadro do lado direito, ao centro, as mudanças são discretas; o contorno original está sendo simulado com cinco tons (notas musicais) diferentes. Tecnicamente o enunciado está sendo cantado. No quadro inferior, o contorno está sendo modelado através da alternância de apenas dois tons. Essa configuração se aproxima da forma fonológica proposta pela fonologia Autossegmental e Métrica, que atribui apenas dois tons aos contornos melódicos, alto H e baixo L.

Embora se perca em naturalidade, tem-se a sensação de que as mudanças discretas não comprometem, de maneira irreversível, a natureza interrogativa do enunciado; as chamadas regras de implementação fonética relacionariam as duas formas: uma regra de interpolação entre dois tons discretos iria justamente implementar a “continuidade” perdida.

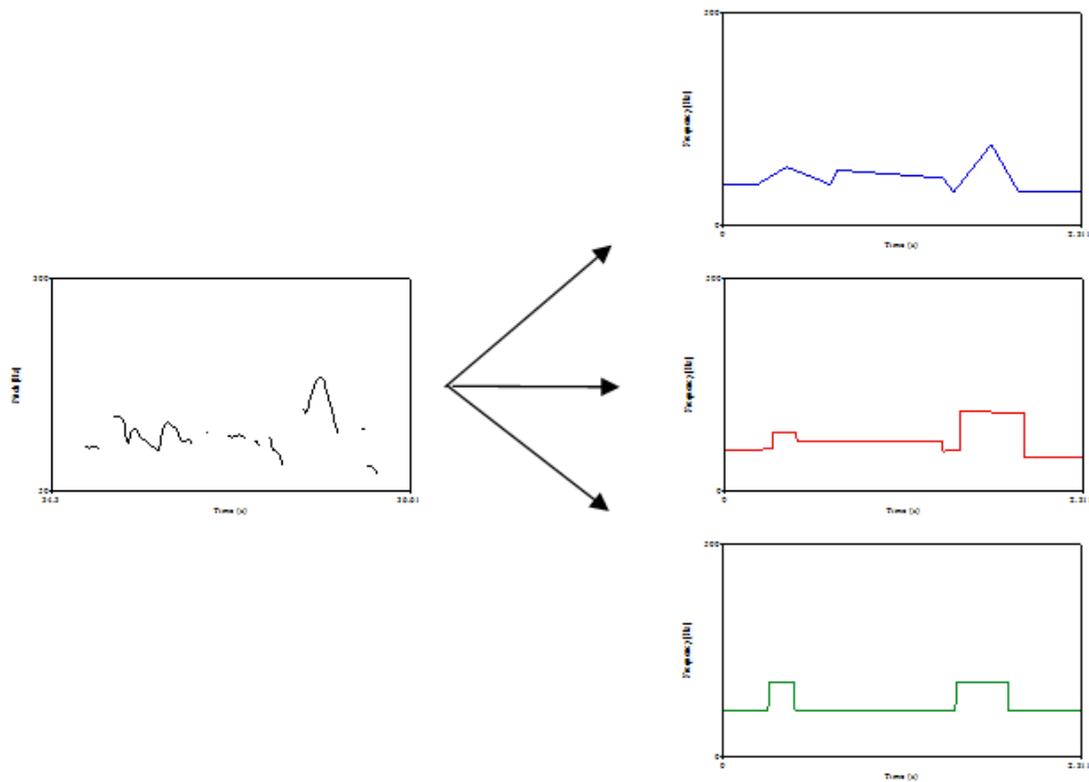


Figura 3: Três formas de estilização da frequência fundamental de um enunciado

Assim, a assunção de que a entoação seja um fenômeno essencialmente gradiente e, por isso, não gramatical (ou fonológico), não se sustenta. Ainda que foneticamente contínua, a entoação pode ser reduzida, do ponto de vista formal, a categorias discretas, eventualmente binárias, como é aqui o caso (que é o que a representação em dois níveis L e H faz, em última análise), em que se configuram distintos acentos tonais: L+H* na interrogação, por oposição ao acento tonal H+L*, próprio da asserção.

Para que a entoação seja considerada um fenômeno gradiente e, por isso, fora da gramática, não basta que sua substância varie de maneira contínua, e é esse argumento que vou desenvolver um pouco mais em seguida. A bem da verdade, essa variação contínua ocorre, também, entre consoantes, e de maneira mais evidente ainda, entre vogais, elementos unanimemente assumidos como gramaticais.

Para que se assumam haver uma continuidade ou gradiência na entoação, tal como a postulamos, para certas funções entonacionais, Bolinger e Ladd, entre outros, é preciso ainda que essas mudanças contínuas na substância da entoação impliquem mudanças similares, igualmente contínuas (portanto de natureza icônica), no plano do significado. Isto é, ao se incrementar uma curva de F0 de alguns Hertz, deve haver um incremento similar (de algum componente) no nível do significado.

A fragilidade da hipótese da gradiência pode, a meu ver, ser também evidenciada percorrendo-se o caminho inverso, isto é, partindo de um *continuum* no nível do significado – tomando como base, por exemplo, uma dimensão como a crença na veracidade de um determinado conteúdo proposicional, observar se as mudanças eventualmente presentes na forma entonacional de diferentes ilocuções se comportam, ou não, de maneira contínua (MORAES, 2011).

A atitude de crença na verdade de uma proposição é tratada – na tradição da filosofia da linguagem, que remonta, nesse caso específico, à obra de Whitehead; Russel (refiro-me *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 8-30.

aos *Principia Mathematica*, 1910-1913), –, como a atitude proposicional característica dos enunciados assertivos, e se revela muito produtiva, de uma perspectiva entonacional, no português, podendo aflorar em diferentes graus ao longo do contínuo “certeza-dúvida”. Essa atitude proposicional vem a desempenhar papel central no estabelecimento da macroclasse dos atos assertivos (e também dos interrogativos, como veremos) ao marcar entonacionalmente distintas ilocuções, como a própria asserção, a dúvida, a ironia.

No esquema a seguir, podemos observar a manifestação melódica de cinco diferentes atos ilocucionários entonacionais dispostos num *continuum*, tomando como base distintos graus da atitude de crença na verdade do conteúdo proposicional (CP) que está sendo expresso.

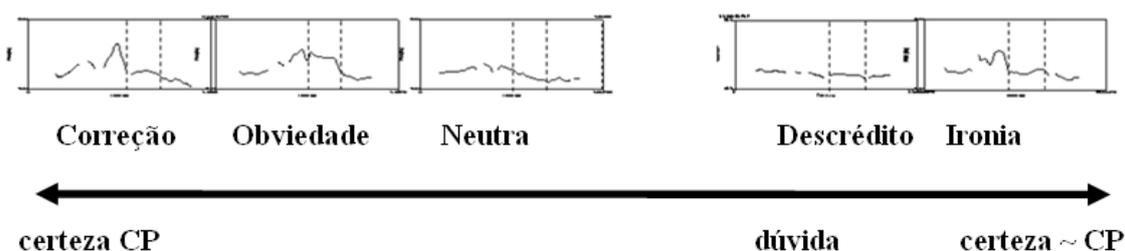


Figura 4: Padrões melódicos atitudinais em asserções, distribuídos no eixo das atitudes certeza-dúvida; à esquerda, certeza do falante quanto à veracidade do conteúdo proposicional (CP) expresso; à direita, certeza na negação do CP expresso.

Esses padrões entonacionais podem, portanto, ser vistos como expressões de diferentes graus de certeza, indo da correção da frase anteriormente dita pelo interlocutor, caso em que o falante assume com veemência a veracidade da proposição, à ironia, em que o falante assume como verdadeiro o contrário do que está dizendo – ele nega (entonacionalmente) a verdade da proposição que está emitindo –, passando pelos padrões intermediários da obviedade, da asserção neutra, e do descrédito.

Percebe-se aqui, mesmo numa análise superficial, que não há uma continuidade no plano da forma que sustente a hipótese de um comportamento icônico da entoação ao manifestar essas distinções de sentido. Assim,

- (i) os padrões da correção e da ironia formalmente se assemelham muito, embora se localizem nos extremos semânticos do *continuum* proposto;
- (ii) a asserção neutra se aproxima mais do descrédito do que da obviedade, quando se esperaria o contrário;
- (iii) a obviedade, por sua vez, tem uma curva melódica tão, ou mais proeminente, do que a da própria ênfase corretiva.

Da mesma forma, no âmbito da “interrogatividade” (definida canonicamente como um pedido de informação), pode-se dispor linearmente pelo menos quatro padrões melódicos típicos de questões totais do PB, com graus diferentes de certeza em relação ao CP (que equivale aqui ao conhecimento da resposta), indo da pergunta-confirmação, marcada pela expectativa de uma resposta que confirme o CP (pergunta com “polaridade positiva”), à pergunta retórica, em que se espera uma resposta negativa, passando pela pergunta neutra (em que não há polaridade definida, mas tipicamente dúvida em relação à veracidade do CP) e pela pergunta com estranheza, na qual o falante assume uma pequena probabilidade de o CP ser verdadeiro.

Verifica-se, também no caso dos padrões interrogativos, não haver uma mudança contínua na forma melódica, que justifique seu tratamento como fenômeno gradiente. A pergunta confirmativa e a retórica, nos extremos do eixo, são as mais próximas entonacionalmente (figura 5).

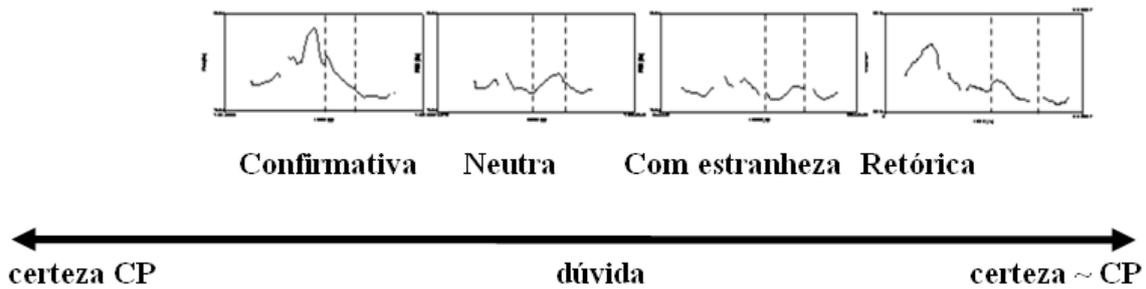


Figura 5: Padrões melódicos atitudinais em interrogações, distribuídos no eixo das atitudes certeza-dúvida (cf. legenda da fig. 4)

Na realidade, a análise desses contornos melódicos, classificados muitas vezes como expressivos, indica que os padrões se comportam de maneira categorial, e não gradiente.

Por outro lado, parece haver um consenso bem estabelecido de que, na esfera expressiva – mais correto seria dizer em determinado subconjunto das funções consideradas expressivas, como na ênfase, que leva em conta o grau de envolvimento do falante, ou na expressão de emoções e de determinadas atitudes do falante (interpessoais) –, a entoação se comporta como um fenômeno contínuo-motivado.

De fato, se observarmos o comportamento melódico de uma frase assertiva (figura 6, quadro à esquerda) ou interrogativa (quadro à direita), produzida com diferentes emoções, percebe-se que as perturbações afetam o enunciado globalmente (tecnicamente seria uma diferença de tessitura), e não propriamente a forma fonológica, que permanece a mesma: queda ou subida melódica sobre a tônica final, representadas pelos acentos tonais discretos $H+L^*$ vs. $L+H^*$, respectivamente.

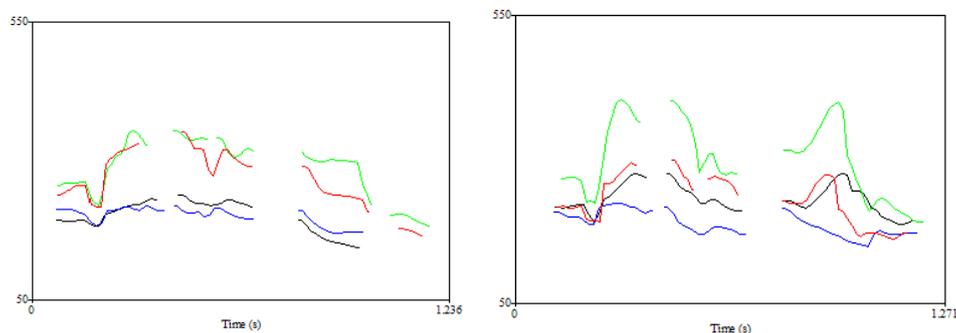


Figura 6: Superposição dos contornos melódicos da frase 'Roberta já sabe' dita com três diferentes emoções, numa asserção (quadro à esquerda) e numa questão total (quadro à direita): alegria (linha verde), raiva (linha vermelha), tristeza (linha azul) e contorno neutro (linha preta), (COLAMARCO, 2009).

A distinção entre fenômenos discretos e contínuos é tão importante, no âmbito da entoação, que autores como Carlos Gussenhoven (2004) dela se utilizam para opor não apenas o fonético ao fonológico, mas, de maneira mais ampla, o linguístico ao extralinguístico.

Gussenhoven, que desenvolveu testes experimentais específicos para discriminar o discreto e o contínuo, conclui que há, na entoação, dois componentes distintos da língua: (i) um, expressivo *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 8-30.

(a entoação, *stricto sensu*, “não linguística”), com sinais gradientes, sem estrutura interna, sem uma “gramática”, próximos da comunicação animal, e que correspondem a variações geradas no nível da implementação fonética; e (ii) outro, ao contrário, que faz parte da gramática (entoação “estrutural”), sendo codificado fonológica e morfológicamente, composto de signos arbitrários, apresentando contornos distintos de forma discreta, e cuja identificação leva à mudança brusca na interpretação de dois contornos similares.

Essa dualidade entre o expressivo e o gramatical tinha sido bem captada por Bolinger, que, ao referir-se à entoação, cunhou a expressão *half-tamed savage*: a entoação seria um selvagem semidomesticado, a parte domesticada seria a gramatical, e a selvagem, a expressiva.

É preciso lembrar, entretanto, que o que surge, do ponto de vista filogenético, como gradiente-expressivo pode se tornar gramaticalizado-arbitrário, isto é, ser incorporado à estrutura discreta da morfologia e da fonologia da língua. A expressão de foco no português do Brasil (função informacional) é um bom exemplo disso. Nas línguas em que a entoação constitui um mecanismo para assinalar o foco informacional do enunciado, isso é feito, frequentemente, através de uma subida melódica que marca o vocábulo ou a informação enfatizada, o que constitui o procedimento “natural”, icônico, motivado; no PB, ao contrário de grande parte das línguas, a subida melódica é, curiosamente, antecipada, i.e, assinala não a palavra em foco, mas o que vem antes dela.

A rigor, ao se tratar de fenômenos de focalização prosódica, devem-se distinguir pelo menos três tipos de foco: o informacional, o corretivo exclusivo e o corretivo atenuado.

O foco informacional assinala a informação nova, “uma Mercedes”, em resposta a:

Que carro Francisco vendeu ontem?

Francisco vendeu uma Mercedes.

O foco corretivo exclusivo (ou forte), tipicamente contesta uma afirmação prévia, como por exemplo no diálogo:

Francisco vendeu uma Ferrari ontem.

Francisco vendeu uma MERCEDES (implicando: você está enganado, foi uma Mercedes, não uma Ferrari)

Já o foco corretivo não exclusivo, ou atenuado, também reage a uma afirmação anterior, mas sem contestá-la propriamente: admite-se que as duas possam ser simultaneamente verdadeiras:

Francisco vendeu uma Ferrari ontem.

Francisco vendeu uma MERCEDES (implicando: eu sei que vendeu uma Mercedes; se vendeu também uma Ferrari, não sei, mas é possível...)

Na figura 7, superpõem-se os contornos melódicos desses três tipos de foco do PB.

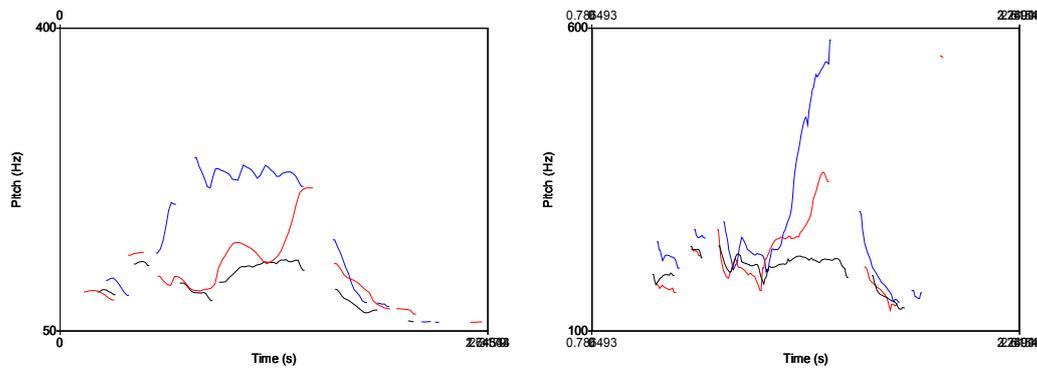


Figura 7: Superposição das curvas melódicas do mesmo enunciado dito por dois informantes (masculino, à esquerda; e feminino, à direita) com foco informacional (linha preta), corretivo-exclusivo (linha vermelha) e corretivo não-exclusivo (linha azul)

Mesmo constituindo estratégias ligeiramente diferentes usadas pelos dois falantes para a expressão do foco atenuado, percebe-se claramente, na observação dos padrões entonacionais detectados, o caráter arbitrário, gramaticalizado, da oposição entre foco atenuado *versus* foco forte: nos enunciados produzidos por ambos os falantes, o que é mais exuberante, marcado pelo “excesso”, é justamente o atenuado, o que evidencia o caráter arbitrário, contraintuitivo da expressão desses dois tipos de foco.

A busca pela distinção entre variação fonética e contraste fonológico foi diretamente incorporada à estratégia de pesquisa da chamada Escola Holandesa de t’Hart e colaboradores. Segundo essa abordagem, o movimento melódico estilizado por meio de segmentos de reta, e não o tom propriamente, é que seria o elemento básico, primitivo da gramática, desde que possa substituir o contorno entonacional original, sem alterar seu sentido. O contorno original e o estilizado devem ser perceptivamente equivalentes, ainda que possam apresentar diferenças fonéticas eventualmente grandes. Se, ao contrário, os contornos não forem julgados por um grupo de ouvintes como equivalentes, fica sinalizado que estamos comprometendo (ou “neutralizando”) algum contraste fonológico. Esse procedimento em relação à aceitabilidade desses contornos, que avalia e avalia o sucesso de um modelo fonético, veio a se tornar prática corrente na Fonologia Experimental.

Na figura 8, exemplificam-se as duas fases de estilização de um contorno com base no enunciado “Destranca a gaveta”, dito com uma entoação bastante típica do PB, que manifesta o ato diretivo a que chamei “desafio”, e poderia ser glosado por algo como “destranca a gaveta, para você ver o que te acontece”. Na realidade, trata-se de uma espécie de ameaça, uma contraordem, que poderia ser analisada também como uma forma de ironia.

No quadro à esquerda, tem-se o padrão original, caracterizado melodicamente por um ataque muito alto (notadamente mais alto que o da ordem); no quadro do meio, o contorno aparece expurgado de seus acidentes ou perturbações (micromelódicas) não significativas, mantendo uma “igualdade” perceptiva em relação ao padrão original, do qual seria uma “*close copy*”; e no quadro à direita, teríamos a simplificação limite, que definiria a “*equivalent copy*”, aquela a partir da qual o novo contorno deixaria de apresentar uma “equivalência” perceptiva (fonológica) com o original, por comprometer a identidade fonológica do padrão.

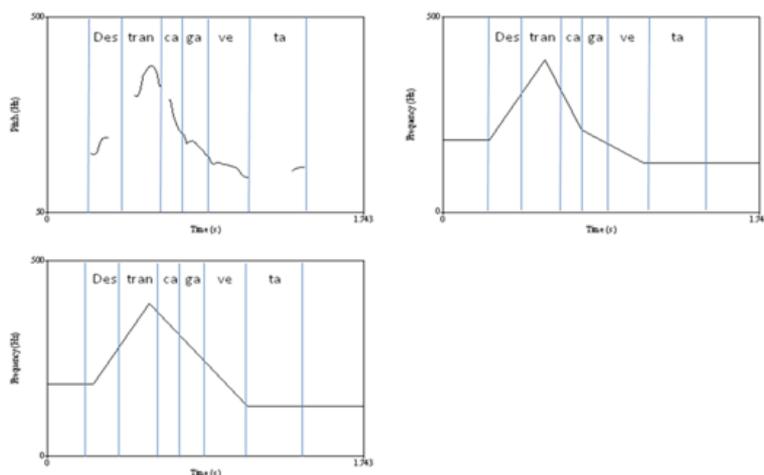


Figura 8: Dois graus de estilização (quadros no centro e à direita) da curva melódica do enunciado diretivo original (à esquerda) “Destranca a gaveta”.

Dada a importância da distinção entre fenômeno gradiente e discreto no âmbito da entoação, alguns experimentos foram especialmente criados para lançar luz sobre a questão; dois dos mais engenhosos são:

(i) **teste da imitação** (*imitation task*, idealizado por PIERREHUMBERT; STEELE, 1989), segundo o qual os participantes tentam reproduzir oralmente um grande número de contornos artificialmente gerados, com diferenças precisas e contínuas de um dado parâmetro, como o alinhamento temporal do pico melódico em um determinado contorno entonacional, por exemplo. O fato de os sujeitos serem capazes de reproduzir o *continuum* em suas imitações sinaliza que as diferenças são gradientes; se os sujeitos produzem apenas dois grandes grupos de estímulos, a diferença deve ser vista como categorial (discreta), caracterizando um contraste fonológico entre um pico de F0 antecipado e um pico tardio, por exemplo.

(ii) **teste da percepção categorial** (LADD; MORTON, 1997), segundo o qual um contorno melódico, que remete a um determinado sentido, é transformado gradativamente, com o auxílio da ressíntese, em outro, com um sentido diferente. Os dois contornos extremos, juntamente com todos os contornos intermediários, construídos com base nas modificações que um deles vai sofrendo até se “transformar” no outro, são apresentados em ordem aleatória a um grupo de ouvintes, que irá se manifestar quanto à identidade de cada padrão (sentido A ou sentido B). Se é registrada uma mudança abrupta na interpretação de dois estímulos localizados próximos (similar ao que se espera entre a identificação de um par de fones como [p] e [b], por exemplo), interpreta-se como categorial a oposição; se ocorre uma mudança lenta, contínua na interpretação dos estímulos, considera-se que se trata de um fenômeno gradiente.

No PB, alguns experimentos feitos com a manipulação de curvas melódicas (MORAES, 2008) revelam claramente a natureza categorial de alguns padrões entonacionais, indicando que esses padrões devem ser considerados na gramática entonacional da língua. A ideia é ir-se, com a técnica da ressíntese, modificando gradativamente o contorno melódico de um padrão para

fazer com que ele coincida com o de outro padrão, e ver como ouvintes-juízes interpretam os estímulos intermediários, potencialmente ambíguos. Assim, pode-se averiguar, entre diversos índices presentes simultaneamente no sinal, qual é ou quais são os responsáveis pela oposição fonológica, e eventualmente determinar em que ponto(s) do enunciado se localiza (ou, pelo menos, se concentra) a distinção relevante, o “traço distintivo” a opor dois padrões.

Comento brevemente, a seguir, quatro experimentos feitos com esse propósito (MORAES, 2008).

O primeiro deles ilustra o comportamento do contorno melódico na oposição entre interrogação parcial *versus* exclamação com morfema exclamativo. No quadro à esquerda (figura 9), observa-se a curva melódica típica da questão parcial *Como ela jogava?*; à direita, a da exclamação *Como ela jogava!*. Percebe-se que as curvas são, *grosso modo*, bastante similares, com algumas distinções bastante sutis: ataque alto (ligeiramente mais alto na pergunta) e queda contínua até o final do enunciado, que se termina aqui num nível ligeiramente mais alto na exclamação. Entretanto, se olharmos atentamente, identificamos ainda uma outra pequena distinção melódica, dessa vez sobre a tônica final, mais baixa do que a precedente na pergunta, aproximadamente na mesma altura (ou até eventualmente mais alta) na exclamação. Por fim, o enunciado exclamativo tipicamente apresenta um alongamento da consoante de sua sílaba tônica final.

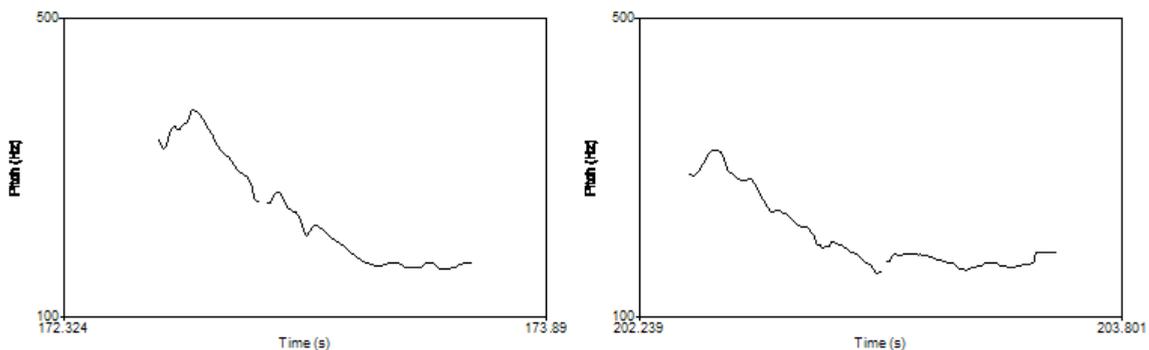


Figura 9: Contornos melódicos da frase *Como ela jogava*, dita como questão parcial (à esquerda) e como exclamação (à direita)

Com o recurso à técnica da ressíntese, a questão parcial foi gradativamente transformada, em cinco passos, numa exclamação, o que tornou possível avaliar o peso relativo, do ponto de vista perceptivo, de cada parâmetro acrescentado ao contorno inicial, interpretado como sendo de uma pergunta. Vinte juízes deveriam dizer se cada um dos enunciados modificados (figura 10), apresentados em ordem aleatória, soava como uma exclamação ou uma questão.

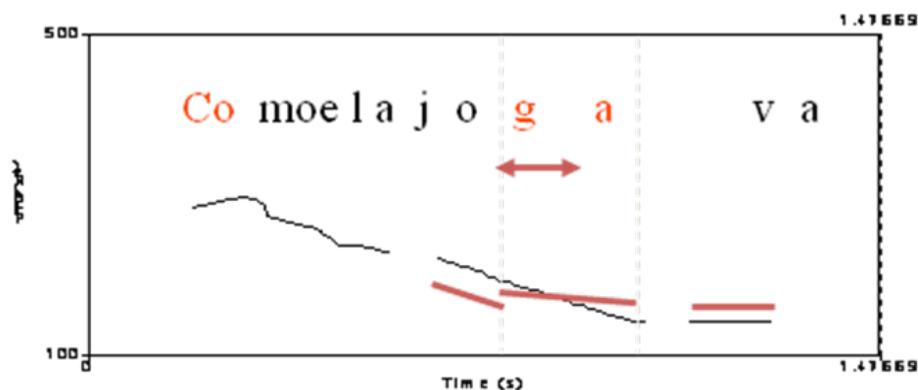


Figura 10: Modificações, em vermelho, feitas na curva da questão parcial *Como ele jogava?* (estímulo A, linha preta), que a foram transformando na curva de um enunciado interpretado como exclamativo: estímulo B = A com a F0 da pós-tônica final mais alta; estímulo C = B com alongamento do segmento [g]; estímulo D = C com F0 da pré-tônica final abaixada, e estímulo E = D com queda mais suave da F0 na tônica final

Os resultados revelaram (figura 11) que a presença de um nível melódico mais alto sobre a pós-tônica final (estímulo B) e o alongamento da consoante da sílaba tônica, mais típicos da exclamação, não tiveram, mesmo combinados (estímulo C), um efeito notável na construção do sentido exclamativo (apenas 15% dos votos para exclamação); por outro lado, quando se acrescenta a essas duas marcas um sutil rebaixamento melódico da pré-tônica final (estímulo D), os votos para exclamação saltam de 15% a 75%, chegando a 95% quando se considera também uma queda mais suave da F0 sobre a tônica (estímulo E).

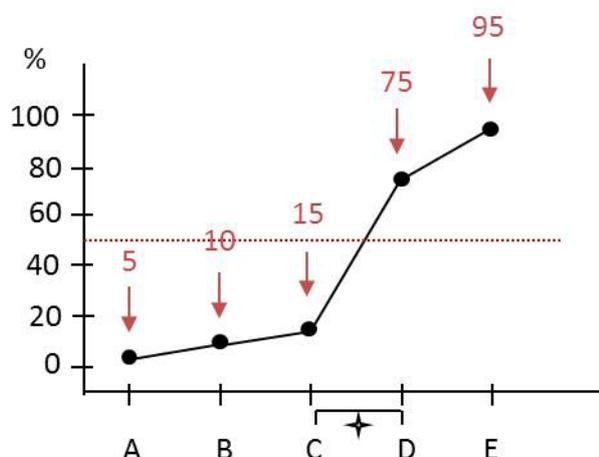


Figura 11: Porcentagem dos votos (eixo y) obtidos para a categoria “exclamação”, por oposição à “questão parcial”, pelas diferentes versões (eixo x) do enunciado resintetizado Como ela jogava, a medida que se lhe acrescentavam traços próprios da prosódia exclamativa (para a identificação dos estímulos resintetizados, ver legenda da fig. 10). O asterisco entre dois estímulos (C e D, nesse caso) significa que a diferença entre o número de votos por eles recebidos é estatisticamente significativa

Portanto, nesse caso específico, evidenciou-se a importância do nível melódico da pré-tônica final, sutilmente mais baixo na exclamação, a ser levado em conta na representação fonológica dos dois padrões, e verificou-se, por outro lado, a irrelevância do nível melódico sobre a primeira tônica.

Esse tipo de experimento revela, por vezes, traços inesperados, como no caso do padrão da ironia (figura 12), em que se observou a importância do alongamento vocálico na sílaba tônica final para a identidade fonológica do padrão.

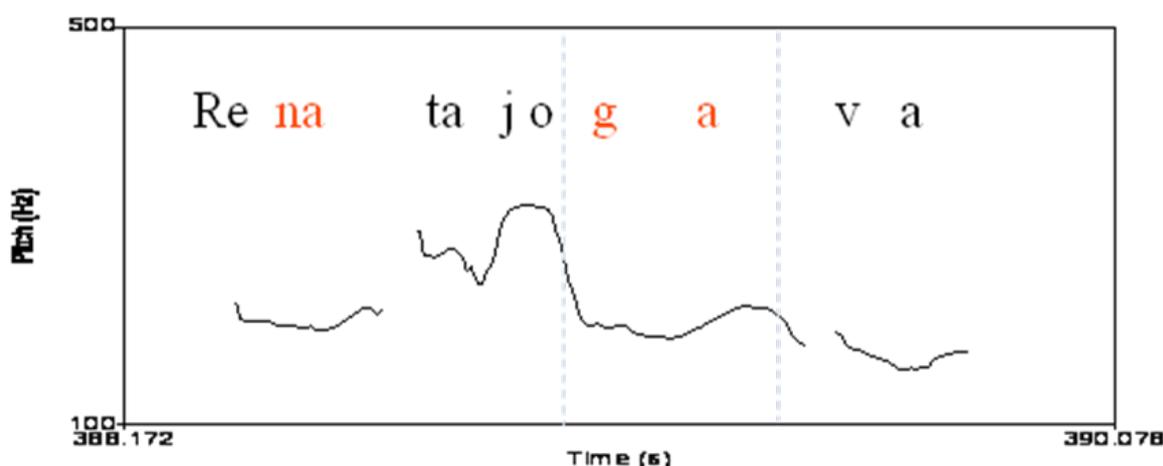


Figura 12: Curva melódica do enunciado Renata jogava, dito com ironia

Assim, como se pode observar nas figuras 13 e 14, características melódicas próprias da ironia (ou, mais propriamente, de um tipo possível de ironia) tais como a tônica final baixa e levemente

ascendente na sua parte final (estímulo B) e a pré-tônica alta (estímulo C), ao serem enxertadas numa matriz assertiva (estímulo A), carregaram poucos votos para essa categoria (25%, quando combinadas); quando, todavia, se acrescentava o alongamento vocálico na tônica final (estímulo D), a interpretação irônica recebeu 100% dos votos dos juízes.

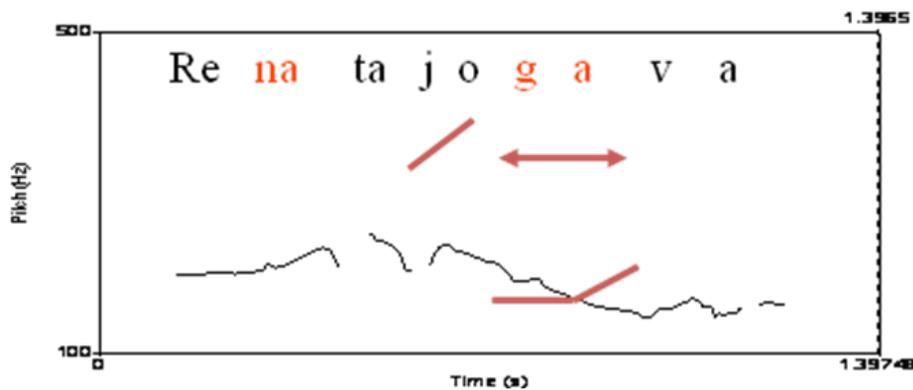


Figura 13: Modificações, em vermelho, feitas na curva da asserção neutra *Renata jogava*. (estímulo A, linha preta), que a foram transformando na curva de um enunciado interpretado como irônico: estímulo B = A com platô seguido de subida suave na sílaba tônica final, estímulo C = B com nível extra-alto sobre a pré-tônica, e estímulo D = C com alongamento da vogal da sílaba tônica final

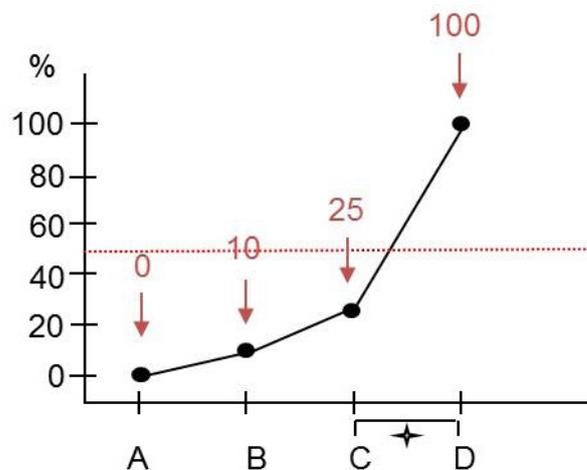


Figura 14: Porcentagem dos votos (eixo y) obtidos para a categoria “asserção irônica”, por oposição à “asserção neutra”, pelas diferentes versões (eixo x) do enunciado resintetizado *Renata jogava*, à medida que se lhe acrescentavam traços próprios da prosódia da ironia (para a identificação dos estímulos resintetizados, ver legenda da fig.13).

Da mesma forma, testes de reconhecimento da interrogação de polaridade negativa, a que chamei pergunta com estranheza⁴, indicam que a oposição entre esse tipo de pergunta e a pergunta neutra é categorial, e que há claramente um índice acústico a funcionar como traço distintivo: o retardo no início da subida melódica sobre a tônica final. Outros índices presentes na pergunta com estranheza, a saber, o nível mais elevado sobre a pré-tônica final, bem como o nível mais baixo atingido na tônica final, ou ainda o alongamento da vogal da sílaba tônica final, que a distinguem do padrão da pergunta neutra, atuam como traços tipicamente redundantes, dispensáveis para a descodificação dessa sub-modalidade de frase, e que portanto, não devem ser levados em conta na sua interpretação fonológica.

⁴ A pergunta com estranheza tipicamente ocorre quando o falante ouve uma afirmação que lhe parece inexistente (por exemplo *Renata jogava*), e reage, deixando claro pela entoação de sua pergunta, que discorda, ou ao menos põe em dúvida o que acaba de ouvir: *Renata jogava??* (implicando: é isso mesmo que você acha??).

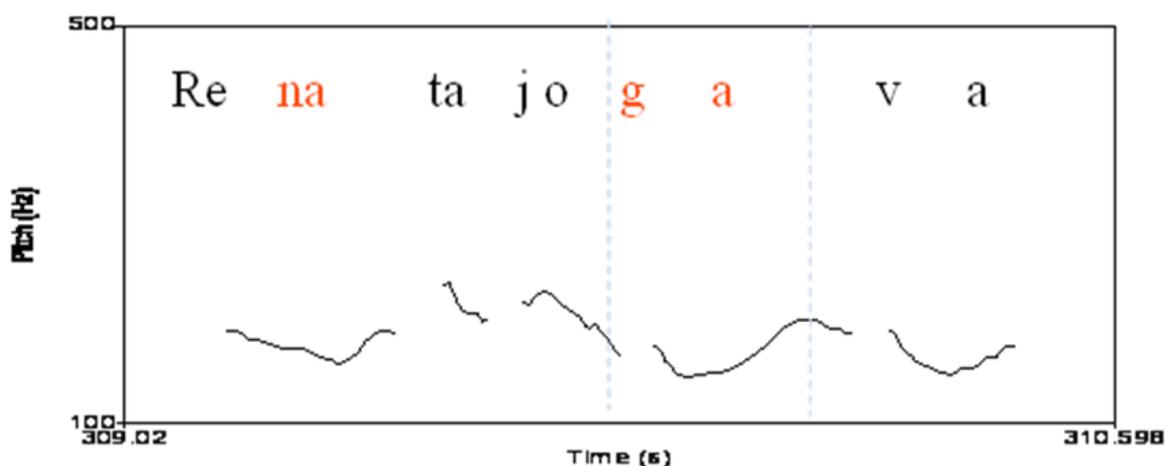


Figura 15: Curva melódica do enunciado Renata jogava? dito como pergunta com estranheza.

Os resultados dos testes perceptivos (figuras 16 e 17) mostraram que quando apenas a elevação da sílaba pré-tônica final era implementada na curva da pergunta neutra (estímulo B), tal fato não trazia voto algum para a categoria “pergunta com estranheza”; ao ser, contudo, acrescentado o retardo na subida melódica sobre a tônica final (estímulo C), a categoria passava a receber 100% dos votos, índice que permanecia nesse nível ao serem adicionados o rebaixamento do nível atingido sobre a tônica e pós-tônica (estímulo D) e o alongamento da vogal tônica (estímulo E).

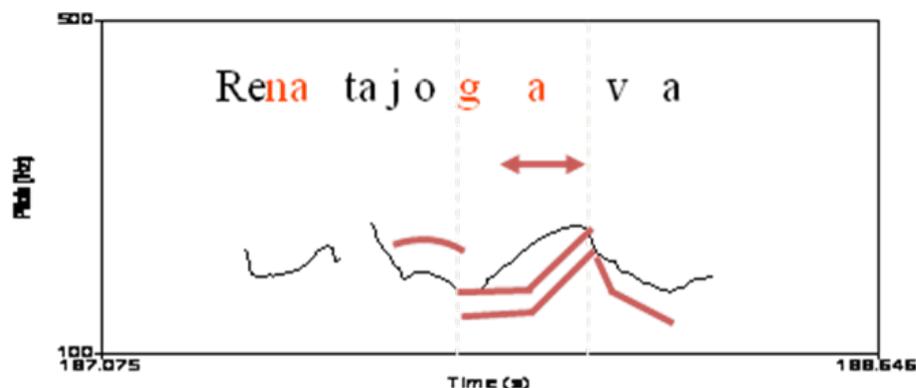


Figura 16: Modificações, em vermelho, feitas na curva da pergunta neutra Renata jogava? (estímulo A, linha preta), que a foram transformando na curva de um enunciado interpretado como pergunta com estranheza: estímulo B = A com elevação da sílaba pré-tônica final; estímulo C = B com retardo na subida melódica na tônica final; estímulo D = C com tônica final e pós-tônica rebaixadas, e E = alongamento da vogal da sílaba tônica final

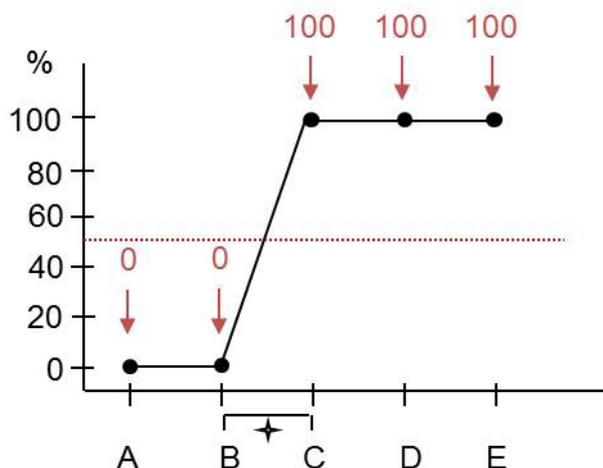


Figura 17: Porcentagem dos votos (eixo y) obtidos para a categoria “pergunta com estranheza”, por oposição à “pergunta neutra”, pelas diferentes versões (eixo x) do enunciado resintetizado Renata jogava, a medida que se lhe acrescentavam traços próprios da pergunta com estranheza (para a identificação dos estímulos resintetizados, ver legenda da fig. 16).

Por vezes, é o contrário que ocorre, isto é, os índices acústicos se distribuem ao longo do enunciado, atuando conjuntamente, como é o caso do foco corretivo. Seu padrão entonacional, especialmente quando o vocábulo focalizado ocupa a posição final do enunciado, distingue-se do da asserção neutra por apresentar uma pré-tônica bem mais alta e uma tônica final de forma convexa, que se localiza num nível ligeiramente mais alto que o da asserção neutra. Além disso, observa-se um aumento significativo da duração e da intensidade sobre a tônica final (figura 18).

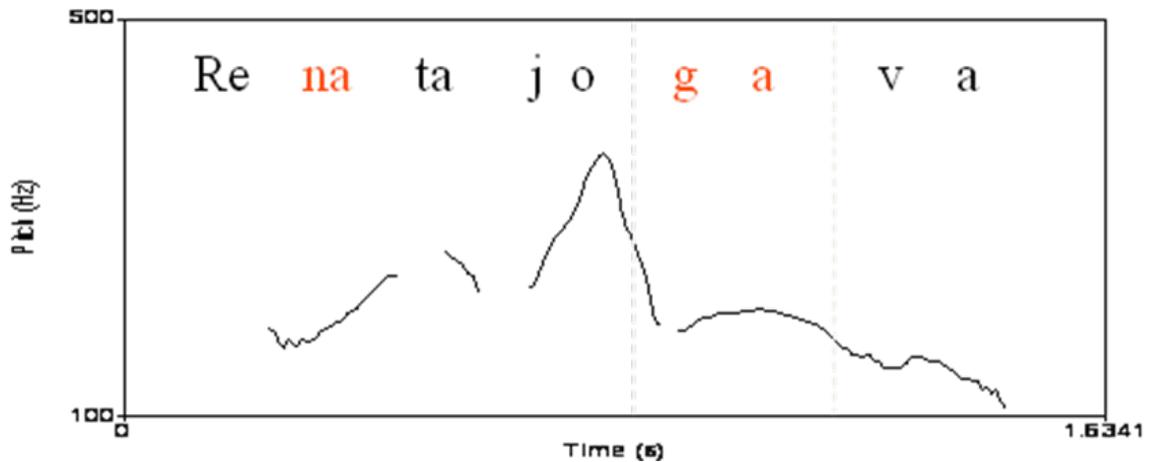


Figura 18: Curva melódica do enunciado assertivo *Renata jogava..*, dito como tendo foco corretivo sobre “jogava”

Como se pode observar nas figuras 19 e 20, a elevação da pré-tônica final na curva da asserção neutra (estímulo B) trouxe apenas 30% dos votos para a categoria “foco corretivo”. Esse índice baixou para 25% ao lhe ser acrescentada a ligeira elevação do nível sobre a tônica final (estímulo C), talvez devido ao fato de a configuração melódica descendente sobre essa sílaba não corresponder a sua forma mais prototípica. Ao lhe ser conferida uma forma convexa, o índice de votos para o foco corretivo sobe para 45% (estímulo D), chegando a 70% ao se incrementar a duração da tônica final (estímulo E), e atingindo finalmente 80% ao implementar-se um aumento da intensidade sobre essa mesma na tônica final (estímulo F). Portanto, no caso do foco corretivo, há uma constelação de parâmetros, não apenas melódicos, a compor esse padrão entonacional.

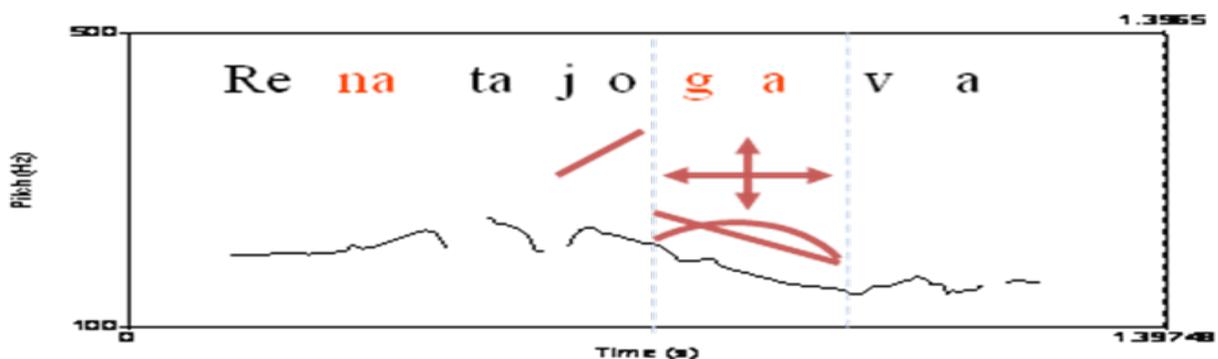


Figura 19: Modificações, em vermelho, feitas na curva da asserção neutra *Renata jogava*. (estímulo A, linha preta), que a foram transformando na curva de um enunciado interpretado como manifestando foco corretivo sobre “jogava”: estímulo B = A com sílaba pré-tônica final num nível extra-alto; estímulo C = B com nível mais elevado sobre a tônica final; estímulo D = C com forma convexa sobre a tônica final; estímulo E = D com alongamento da vogal tônica final, e estímulo F = E com aumento da intensidade sobre a tônica final.

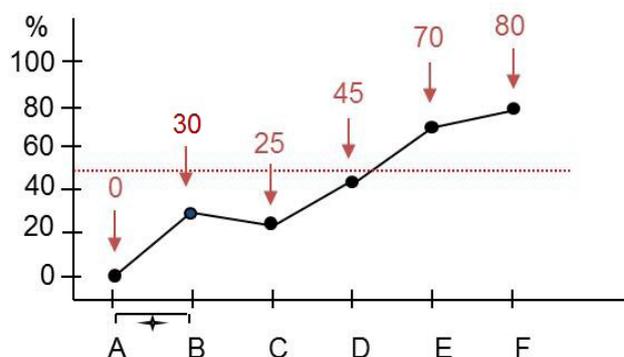


Figura 20: Porcentagem dos votos (eixo y) obtidos para a categoria “foco corretivo”, por oposição à “asserção neutra”, pelas diferentes versões (eixo x) do enunciado resintetizado Renata jogava, à medida que se lhe acrescentavam traços próprios do foco corretivo (para a identificação dos estímulos resintetizados, ver legenda da fig. 19).

A multiplicidade de parâmetros prosódicos

O exemplo do foco corretivo ilustra bem o último ponto que passo a abordar, a saber, a multiplicidade de parâmetros que se correlacionam com a entoação, sejam eles estritamente prosódicos (melodia, duração, intensidade), ou não (qualidade da voz), no que se deve incluir até mesmo a presença de outros canais, além do vocal, por onde se transmitem as informações supostamente “prosódicas”, evidenciando seu caráter multimodal, redundante por natureza.

Pode-se supor que, a depender da função entonacional a ser expressa, a contribuição desses parâmetros venha a se alterar. De fato, um estudo intercultural em curso, envolvendo a comparação da manifestação de atitudes prosódicas em quatro línguas (francês, inglês, japonês e português brasileiro), com a finalidade de aí verificar o peso do universal e do cultural, tem revelado dados importantes a esse respeito (RILLIARD *et al.*, 2010). Os trabalhos já concluídos sobre o português do Brasil (MORAES *et al.*, 2010, 2011), cujos resultados passo a relatar brevemente, mostram claramente a importância de outros canais, notadamente a do visual.

Na referida pesquisa, foram gravados e filmados dois locutores produzindo frases assertivas e interrogativas (questões totais), com 10 atitudes distintas nas frases assertivas e 11 nas interrogativas. Essas atitudes foram separadas em dois grandes grupos: atitudes proposicionais, relativas ao que é dito, como, por exemplo, obviedade, ironia, descrédito, e atitudes sociais, ou interpessoais, relativas ao interlocutor, como, por exemplo, gentileza, desprezo, sedução. Os resultados revelaram que os dois tipos de atitude têm características bastante distintas, cuja especificidade fica, de certa maneira, encoberta sob o termo geral “atitude”, que é associado genericamente à esfera da expressividade.

Um grupo de 30 juízes avaliou esses enunciados, em três distintas condições: (i) apenas ouvindo-os (sem ver o rosto dos locutores); (ii) apenas vendo o rosto dos locutores ao produzir os enunciados (mas sem ouvi-los); e (iii) vendo o rosto e ouvindo simultaneamente a voz dos locutores. Os juízes deveriam identificar a atitude pretendida pelo falante, num teste de escolha forçada.

Os resultados dos testes perceptivos mostraram que as atitudes proposicionais são bem identificadas com base na informação vocal; as atitudes sociais, por outro lado, são muito mal reconhecidas do ponto de vista vocal, e dependem crucialmente da prosódia “visual”

para serem identificadas, o que ocorre tanto nos enunciados assertivos (figura 21), como nos interrogativos (figura 22).

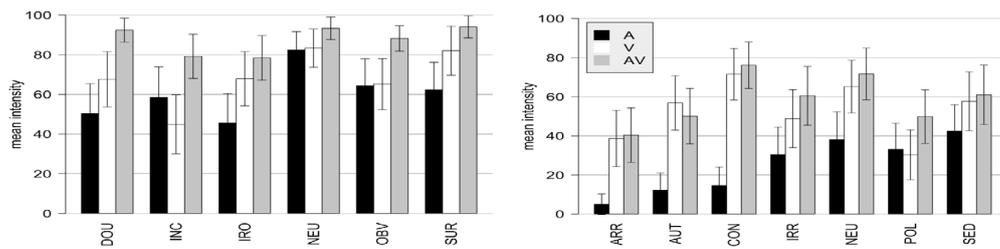


Figura 21: Porcentagem de reconhecimento das atitudes proposicionais (na ordem: dúvida, descrédito, ironia, neutralidade, obviedade e surpresa, quadro à esquerda) e sociais (arrogância, autoridade, desprezo, irritação, neutralidade, polidez e sedução, quadro à direita) em enunciados assertivos nas três condições: áudio (coluna preta), vídeo (branca) e áudio + vídeo (cinzenta).

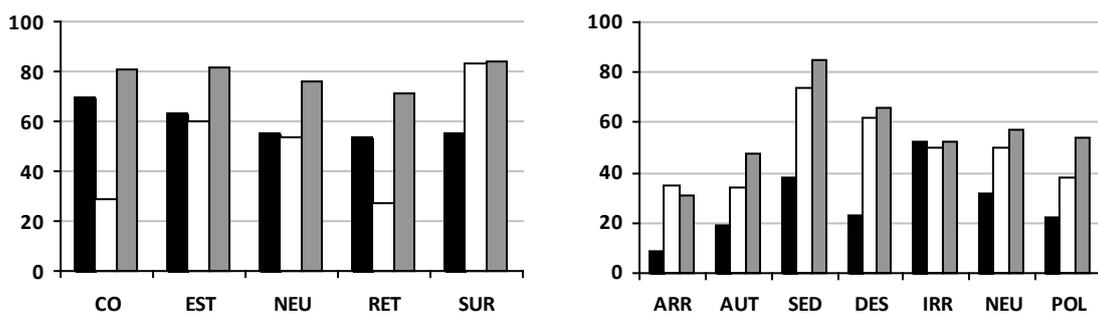


Figura 22: Porcentagem de reconhecimento das atitudes proposicionais (na ordem: confirmação, estranheza, neutralidade, “retorricidade” e surpresa, quadro à esquerda) e sociais (arrogância, autoridade, desprezo, irritação, neutralidade, polidez e sedução, quadro à direita) em enunciados interrogativos nas três condições: áudio (coluna preta), vídeo (branca) e áudio + vídeo (cinzenta).

Se observarmos os contornos melódicos de tais atitudes, percebemos que, entre as sociais, de fato, são sutis as distinções melódicas; verificam-se, *grosso modo*, variações em torno do padrão básico, que se mantém preservado, de forma similar ao que ocorre entre emoções (cf. figura 6). No caso de enunciados assertivos, por exemplo (figura 23), observam-se variantes melódicas de um mesmo padrão fonológico, caracterizado por um ataque ligeiramente ascendente e um final descendente.

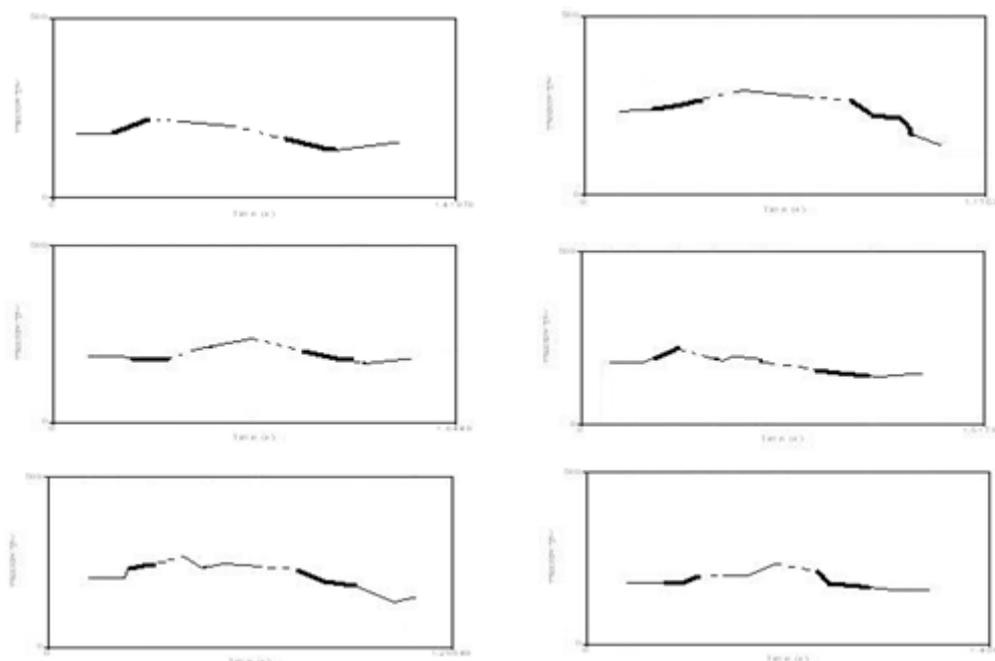


Figura 23: Contornos estilizados da frase assertiva ‘*Roberta dançava*’ dita com 6 atitudes sociais. A linha grossa indica vogais acentuadas; a pontilhada, consoantes surdas. De cima para baixo, e da esquerda para a direita: arrogância e autoridade, sedução e desprezo, irritação e polidez.

No contorno melódico das atitudes proposicionais, ao contrário, observam-se diferenças marcantes, conforme se pode verificar na figura 24. Essas diferenças afetam a configuração básica do contorno, e são “pontuais”, isto é, não atingem o contorno globalmente, podendo ser localizadas em pontos específicos do enunciado, em geral em sua porção terminal (nuclear).

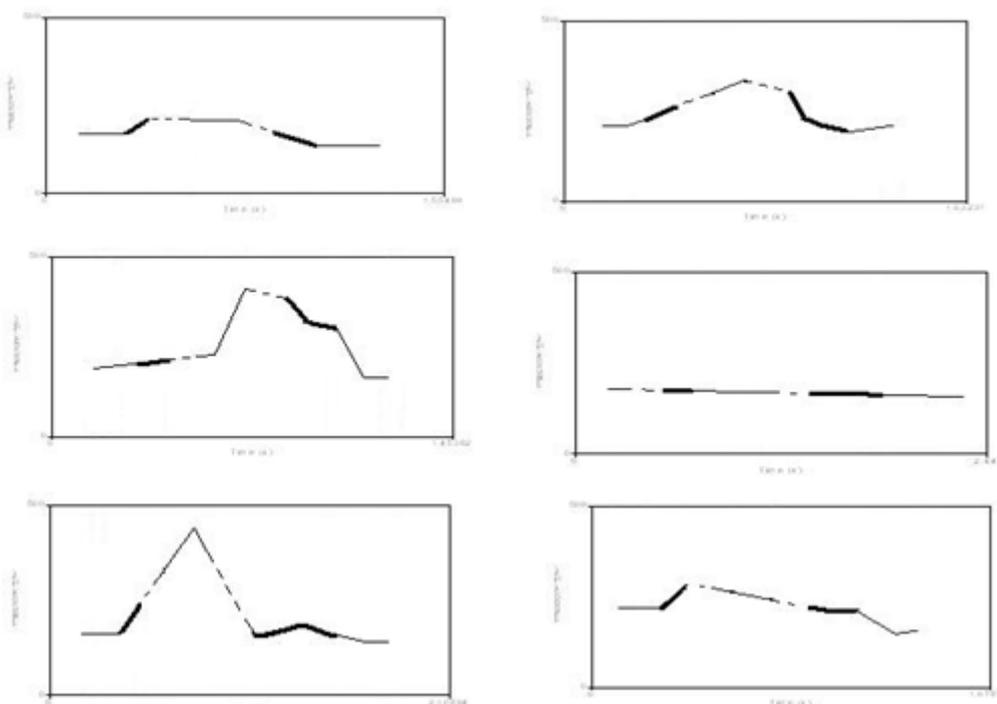


Figura 24: Contornos estilizados da frase assertiva ‘*Roberta dançava*’ dita com 5 atitudes proposicionais, além da atitude neutra. A linha grossa indica vogais acentuadas; a pontilhada, consoantes surdas. De cima para baixo, e da esquerda para a direita: neutralidade e dúvida; obviedade e descrença; ironia e surpresa.

Esses resultados sustentam o ponto de vista de que as atitudes pertençam, na verdade, a dois sistemas; um, das atitudes sociais, claramente marginal, da esfera do expressivo, e que, como as emoções, está fora da gramática; e outro, das atitudes proposicionais, atitudes que se comportam como fenômenos discretos, com forma fonológica própria, e, do ponto de vista pragmático, com *status* de atos ilocucionários singulares.

Assim, as atitudes proposicionais, que interferem diretamente no conteúdo linguístico dos enunciados, estão relacionadas mais diretamente com a fala, e se manifestam por modulações no nível acústico. Por outro lado, as atitudes sociais, dirigidas ao interlocutor, estão associadas mais diretamente à interação face a face, sendo expressas sobretudo por parâmetros não prosódicos⁵. Ambos os canais, vocal e visual, todavia, desempenham papel importante na percepção e contribuem para desambiguar atitudes menos marcadas: na condição multimodal (áudio + vídeo), atingem-se os melhores índices de reconhecimento, tanto na modalidade assertiva quanto na interrogativa.

Considerações finais

Ao longo dessa conferência, em que abordei alguns aspectos da entoação, mostrei a importância da associação de uma descrição fonética rigorosa à análise propriamente fonológica dos contornos, caminho preconizado explicitamente no trabalho pioneiro de Pierrehumbert (1980) e na prática atual da Fonologia Experimental.

Procurei, ainda, mostrar que o recurso à manipulação da curva melódica (ressíntese), fornecido por programas de análise acústica, é crucial para averiguar, com testes auditivos, seu efeito no plano fonológico, funcional, de modo a constituir uma ferramenta que deveria ser adotada regularmente no exercício da prática fonológica.

Como vimos, um detalhe fonético, como, por ex., um alongamento vocálico ou consonantal, pode ser fundamental na construção do sentido, o que exige, nesse caso, que seja incorporado à fonologia do padrão entonacional. A atribuição de um determinado padrão fonológico a um contorno melódico, por sua vez, supõe uma escolha categorial, e deve sempre se pautar por considerações de ordem distintiva, como lembra Wightman (2002), a propósito dos exageros comumente encontrados em notações “fonológicas” entonacionais que não passariam de transcrições fonéticas dissimuladas⁶.

Malgrado o caminho poder parecer, por vezes, árduo, espero, por fim, ter deixado entrever que o estudo da prosódia, e da entoação em particular, constitui um tema fascinante, sobretudo por se relacionar com diversas áreas da linguagem, o que levou o fonólogo John Goldsmith (1982) a afirmar que *“a entoação é o triângulo de ouro da linguística, localizando-se no ponto onde a sintaxe, a fonologia e a semântica se encontram”*.

5 A expressão “prosódia visual” tem sido usada com esse sentido.

6 “Don’t label things that are required by theory unless a listener clearly hears them as distinctive.” (Wightman, 2002).

Referências:

- AUBERGÉ, Véronique. A gestalt morphology of prosody directed by functions: the example of a step by step model developed at ICP. *Speech Prosody 2002*, Aix-en-Provence, 2002.
- BARRY, William. Prosodic functions revisited again! *Phonetica* 38, pp. 320-340, 1981.
- BOLINGER, Dwight. *Generality, Gradience and the All-or-none*. The Hague: Mouton, 1961.
- COLAMARCO, Manuela. *A expressão das emoções em atos de fala no português do Brasil: produção e percepção*. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- COUPER-KUHLEN, Elizabeth. *An Introduction to English Prosody*. Tübingen: Niemeyer, 1986.
- CRESTI, Emanuela. Per una nuova classificazione dell'ilocuzione. *LABLITA*, preprint 1, pp. 1-13, 2000.
- DANES, Frantisek. Sentence intonation from a functional point of view, *Word* 16 (1), pp 34-54, 1960.
- FÓNAGY, Ivan. As funções modais da entoação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 25, pp. 25-65, 1993.
- FÓNAGY, Ivan; BERARD, Eva. Functions of intonation. In: KAWAGUSHI, Y.; FÓNAGY, I.; MORIGUSHI, T. (eds.) *Prosody and Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2006, pp. 19-46.
- GOLDSMITH, J. Review of D. R. Ladd, Jr. The structure of intonational meaning: Evidence from English. *Language* 58 (2): 422-424, 1982.
- GRAMMONT, Maurice. *Traité de Phonétique*. Paris: Delagrave, 1933.
- GUSSENHOVEN, Carlos. *The Phonology of Tone and Intonation*. Cambridge: CUP, 2004.
- HIRSCHBERG, Julia. Communication and prosody: Functional aspects of prosody. *Speech Communication* 36, pp. 31-43, 2002.
- HART, Johan; COLLIER, René; COHEN, Antonie. *A Perceptual Study of Intonation. An experimental-phonetic approach to speech melody*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- KIPARSKY, Paul. From cyclic phonology to lexical phonology. In: VAN DER HULST, H.; SMITH, N. (eds.) *The Structure of Phonological Representations*. Dordrecht: Foris. 1982, pp. 131-175.
- LADD, D. Robert. *Intonational Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2a. ed., 2008.
- LADD, D. Robert; MORTON, Rachel. The perception of intonational emphasis: continuous or categorical? *Journal of Phonetics* 25, pp. 313-342, 1997.
- MARTINET, André. *Éléments de Linguistique Générale*. Paris: Armand Colin, 1960.
- MARTINS, Silvana. *Fonologia e Gramática Dâw*. Utrecht: LOT, 2004.
- MORAES, João A. The pitch accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis". *Proceedings of the Speech Prosody 2008: Fourth Conference on Speech Prosody*, Campinas, 2008, pp. 389-397.
- _____. Three types of prosodic focus in Brazilian Portuguese: form and meaning. Paper apresentado no *Workshop on Prosody and Meaning*, Barcelona, Espanha, 2009.
- _____. From a prosodic point of view: remarks on attitudinal meaning, In: MELLO, H.;

- PANUNZI, A.; RASO, T. (eds.) *Pragmatics and Prosody. Illocution, modality, attitude, information patterning and speech annotation*. Firenze: Firenze University Press, 2011, pp. 19-37.
- MORAES, João A.; RILLIARD, Albert; ERICKSON, Donna; SHOCHI, Takaaki. Perception of attitudinal meaning in interrogative sentences of Brazilian Portuguese. *XVIIth International Congress of Phonetic Sciences*, Hong Kong, China, 2011, pp. 1430-1433.
- MORAES, João A.; RILLIARD, Albert; MOTA, Bruno; SHOCHI, Takaaki. Multimodal perception and production of attitudinal meaning in Brazilian Portuguese, *Speech Prosody 2010*, 2010.
- OHALA, John. Experimental Phonology. In: GOLDSMITH, J. (ed.) *The Handbook of Phonological Theory*. London: Blackwell, 1995.
- PIERREHUMBERT, Janet. *The Phonology and Phonetics of English Intonation*. PhD. Thesis, MIT, 1980.
- _____. Phonological and phonetic representations. *Journal of Phonetics* 18, pp. 375-394, 1990.
- PIERREHUMBERT, Janet and STEELE, Shirley. Categories of tonal alignment in English. *Phonetica* 46: 181-196, 1989.
- PIKE, Kenneth. *The Intonation of American English*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1945.
- RILLIARD, Albert *et al.* *Projet Prosodie: Accents, Dialectes, Expressivité (PADE)*, ANR, 2010.
- ROUSSELOT, Pierre-Jean. *Principes de Phonétique Experimentale*. Paris: Welter, 1897-1901.
- SHOCHI, Takaaki; AUBERGÉ, Véronique; RILLIARD, Albert. Cross-listening of Japanese, English and French social affect: about universals, false friends and unknown attitudes. *XVIth International Congress of Phonetic Sciences*, Saarbrücken, 2007.
- STEELE, Joshua. *An Essay towards Establishing the Melody and Measure of Speech to be Expressed and Perpetuated by Peculiar Symbols*. London: Bowyer & Nichols, 1775.
- WHITEHEAD, Alfred N.; RUSSEL, Bertrand. *Principia Mathematica*. Cambridge: CUP, 1910-1913.
- WIGHTMAN, Colin. ToBi or not ToBi? *Speech Prosody 2002*, 2002.

EMPIRISMO E FORMALISMO NA INVESTIGAÇÃO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA EM CURSO^{1*}

Maria Eugênia Lammoglia Duarte^{2**}

RESUMO

Este artigo apresenta o percurso do estudo de um processo de mudança em curso no português brasileiro, a remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo, de positivo para negativo, utilizando como modelo de estudo da mudança a Teoria da Variação de Mudança Linguística (TVM) e como componente gramatical, indispensável para pôr em prática tal modelo, pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros, no levantamento de hipóteses e na busca de respostas para as questões empíricas colocadas pela TVM, especialmente as restrições, a implementação, a transição e o encaixamento linguístico. Os procedimentos para a coleta e análise de dados, retirados de amostras diacrônicas e sincrônicas, seguem os passos da metodologia desenvolvida pela Teoria da Variação. Os resultados aqui apresentados nos permitem não só defender que a associação dos dois modelos é só compatível como também constitui eficiente ferramenta para tratar da mudança sintática, permitindo generalizações e trazendo contribuições para as discussões que envolvem o Parâmetro do Sujeito Nulo.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Variação e Mudança. Parâmetro do Sujeito Nulo. Morfologia flexional. Proeminência de tópico.

ABSTRACT

This article presents the course of a process of change in progress in Brazilian Portuguese, the resetting of the value of the Null Subject Parameter, from positive to negative, using as a model to study language change the Theory of Language Variation and Change, and as a grammatical component, essential to carry out the study of language change, some assumptions of the Principles and Parameters Theory, in order to raise hypothesis and find the answers to the empirical problems proposed by the TVM, particularly the constraints, the actuation, the transition and the linguistic embedding. The procedures to select and analyze data, coming from

¹ *Este artigo é resultado da conferência apresentada, em dezembro de 2011, como uma das exigências do Concurso de Provas e Títulos para Professor Titular de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFRJ. Por motivos óbvios, serão feitas pequenas alterações, incluindo publicações posteriores com resultados de investigações recentes.

² ** Professor Titular de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora 1B do CNPq (Processo 307158/2014-4). Email: eugenia@brazilmail.com

synchronic and diachronic corpora, follow the methodology developed by TVM. The results presented here allow us to argue that the association of the two models is not only compatible but also an efficient tool to deal with syntactic change, allowing generalizations and bringing contributions to discussions related to the Null Subject Parameter.

KEY WORDS: Theory of Language Variation and Change. Null Subject Parameter. Inflectional morphology. Topic prominence.

Introdução

Este artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente apresento o quadro teórico que tem orientado minha pesquisa e, para isso, preciso voltar um pouco no tempo para esclarecer alguns equívocos que a perspectiva adotada provocou nos anos 1980. Isso me fará recuar aos anos 1960 para uma breve revisão do modelo de estudo da mudança então proposto. Feita essa introdução, passo a mostrar o percurso de uma investigação que venho desenvolvendo desde a minha Tese de Doutorado, seja por meio da realização de projetos individuais, seja em parceria com minha orientadora, Mary Aizawa Kato, com meus colegas de pesquisa e meus orientandos de IC e de Pós-Graduação na Faculdade de Letras da UFRJ. Finalmente, faço um balanço do alcance do modelo teórico utilizado na descrição de fenômenos de mudança sintática no português do Brasil dentro de uma perspectiva interlinguística.

A proposta de Weinreich, Labov e Herzog para o estudo da mudança linguística

A publicação, em 1968, do clássico texto de Weinreich, Labov & Herzog (W, L & H, daqui em diante), “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística”, está no centro da polêmica que vou mencionar brevemente, porque ela faz parte do relato que segue. A tradução recente desse longo artigo em 2006 pela parábola editorial traz prefácio de Carlos Alberto Faraco, que facilita e orienta a leitura de um texto denso, situando-o no contexto histórico em que foi produzido e apresentado pela primeira vez: um congresso de Linguística Histórica realizado na Universidade do Texas em 1966 – há exatos 49 anos – num gesto de retomar os estudos diacrônicos, ou melhor, de mostrar que separar diacronia e sincronia não fazia sentido, se se tem em mente o fato de que as línguas são sistemas em constante variação.

O texto traz a público um panorama crítico dos estudos linguísticos que se desenvolviam ao longo do século XIX, mais precisamente o Estruturalismo e o Gerativismo, voltados para os estudos sincrônicos; além de aspectos positivos, W, L & H criticam naquelas teorias linguísticas a ausência do componente social e da heterogeneidade que caracteriza uma comunidade de fala. A proposta apresentada pelos autores está centrada no tratamento da variação e da mudança linguística fundamentada num conjunto de resultados de análises empíricas que permitiam propor generalizações ou princípios relevantes para embasar teoria da mudança linguística.

Em nenhum momento, porém, os autores de “Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística” deixaram de reconhecer que apresentavam **um modelo teórico de estudo da mudança e não uma nova teoria linguística**. Teorias linguísticas já havia várias. E sem uma teoria linguística, como levar a efeito um modelo de estudo da mudança, cujo primeiro problema (ou questão) era **levantar os contextos estruturais que favorecem ou inibem a entrada de**

uma nova forma no sistema? Como levantar hipóteses que justificassem e orientassem a pesquisa? Como buscar identificar o que teria permitido a entrada de uma forma inovadora no sistema linguístico e quais as consequências resultantes dessa entrada? Em outras palavras, como entender de que maneira um determinado traço se “implementa” e se “encaixa” no sistema linguístico sem uma teoria da linguagem associada ao modelo de mudança?

Os trabalhos de Labov, por exemplo, voltados para a variação e mudança fonológica, não teriam sido levados a cabo sem os modelos de teorias fonológicas disponíveis (entre os quais, aliás, a fonologia gerativa) – que lhe permitiram descrever as formas em competição, explicar a direcionalidade da mudança e propor uma solução para a controvérsia neogramática, por exemplo, entre inúmeros outros estudos. Esta talvez seja a questão que tenha passado despercebida: a Teoria da Variação e Mudança ou Sociolinguística Variacionista era vista (e ainda é!) ou como uma **teoria linguística** por uns ou como uma **simples metodologia de pesquisa** por outros.

E não é uma coisa nem outra: a Teoria da Variação e Mudança (TVM daqui em diante) ou Sociolinguística Variacionista, introduzida formalmente em 1966, e publicada em 1968, era **uma teoria de estudo da mudança**, com os princípios que lhe conferem tal estatuto, com uma concepção de gramática inerentemente heterogênea. Além de seus pressupostos teóricos, ela trazia **um aparato metodológico** para realizar suas análises empíricas, **desde que** associadas a uma teoria linguística. Talvez essa associação indispensável fosse assumida de um modo tão óbvio que não se atentava para ela; talvez a noção de **variável sociolinguística** fosse tão clara, tão indiscutível, no nível fonético-fonológico, que fazia **a teoria da linguagem** utilizada pelo pesquisador parecer **invisível**.³

Considerando os pontos-chave dos achados de W, L & H – a variação inerente ao sistema linguístico, o caráter ordenado da variação, a forma organizada pela qual o sistema muda – seria impossível que naquele momento se pudesse pensar em compatibilizar tal perspectiva com a que orientava a Teoria Gerativa em seus primórdios – a busca de princípios universais a partir de poucos dados fornecidos pela intuição do falante, dispensando as análises empíricas. W, L & H, na realidade, reclamam explicitamente do fato de que a teoria gerativa tivesse abordado “os problemas históricos de modo apenas marginal” (W, L & H, p. 60). Como veremos, a seguir, a preocupação com a mudança só viria a fazer parte da agenda gerativista a partir dos anos 1980, o que fez com os dados Língua-E, que serve de *input* para a aquisição da linguagem, passassem a ter atenção.

Quando Fernando Tarallo escreveu o artigo-manifesto intitulado “Por uma Sociolinguística Românica “Paramétrica””, com o adjetivo “paramétrica” entre aspas, publicado em 1987 na Revista *Ensaio de Linguística*, da UFMG, o autor menciona, num artigo anterior, a polêmica que sua proposta provocara, ao assumir que sua posição era “a desmistificação de alguns pré-

3 Os primeiros trabalhos variacionistas empreendidos no Brasil sob a orientação de Anthony Naro, na PUC-RJ, sobre variação no nível morfossintático, não deixam dúvida de que seria impossível começar a levantar os grupos de fatores sem uma teoria linguística – todos os trabalhos sobre variação no nível morfossintático utilizam pressupostos da Teoria Funcionalista, além de descrições sintáticas tradicionais. Vejam-se os trabalhos pioneiros de Mollica (1977) sobre as estruturas relativas e o de Omena (1978) sobre o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e o desaparecimento do acusativo anafórico, substituído pela ‘anáfora zero’, que seria tratado a partir dos anos 1990 como ‘objeto nulo’, dentro do quadro gerativista. Ver ainda Pagotto (2006) para uma brilhante explanação de como se desenvolve o estabelecimento de uma variável nos diferentes níveis da gramática.

conceitos correntes na linguística” de então:

1. que as análises de base empírica têm por motivação primordial falsear as análises de modelos psicológicos; 2. que as análises empiristas são incapazes de recuperar a sistematicidade na diversidade; 3. que análises empiristas e ‘racionalistas’ de um mesmo fenômeno não possam ser compatíveis entre si (TARALLO, 1986: 76).

De fato, a reação, como previra Tarallo (1986), foi imediata. Afinal, como compatibilizar teorias irreconciliáveis? A questão epistemológica em que se centra o artigo de Borges Neto (1989) sobre a incomensurabilidade dos dois modelos teóricos propostos por Tarallo (1986), a Teoria da Variação e Mudança, centrada no uso, e a Teoria Gerativa, centrada no conhecimento linguístico do indivíduo, tinha razão de ser: parecia mesmo uma heresia tentar juntar uso da língua (desempenho) e conhecimento da língua (competência). Como compatibilizar teorias com objetos tão distintos? Dados empíricos de um lado e a busca da arquitetura da gramática universal de outro!

Quando se considera o momento histórico em que a polêmica ocorreu, entretanto - 20 anos depois da publicação de “Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança” – o cenário era outro: a preocupação gerativista, já mergulhada no modelo de Princípios e Parâmetros, fornecia ao pesquisador da mudança sintática um quadro tentador – as propriedades elencadas como conjuntos de traços relacionados a determinada marcação do valor de um parâmetro da Gramática Universal (GU) poderiam orientar a busca de respostas para o *encaixamento* da mudança dentro do modelo laboviano. Rizzi em um texto não publicado de 1988, curiosamente intitulado “The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar”, que apareceria mais tarde, devidamente atualizado, em 1997, não ignora a possibilidade de um sistema mudar a marcação do valor de um parâmetro da Gramática Universal, ao afirmar que:

a teoria de parâmetros tem **um importante potencial explanatório em relação à mudança linguística** (grifo meu), um potencial que os linguistas começaram a explorar em torno dos últimos cinco anos (LIGHTFOOT 1991; Roberts 1992). Se uma propriedade P diretamente ligada a um determinado valor paramétrico muda no curso da história de uma língua, nós podemos prever que outra propriedade dedutivelmente relacionada a P mudará também” (RIZZI, 1997: 277).⁴

Está aí um caminho que permite fazer as correlações entre mudanças aparentemente independentes (ou então até mesmo rever certos feixes de propriedades atribuídos a um determinado valor paramétrico). Em outras palavras, está aí uma pista para o variacionista que busca entender o *encaixamento* da mudança no sistema linguístico e até mesmo prever que outra mudança a ela relacionada poderá ocorrer. É o que eu procuro mostrar no desenvolvimento deste artigo.

Não surpreende, pois, que Tarallo (1986) percebesse que a Teoria de Princípios e Parâmetros, como ele mesmo lembra, ainda na infância nos anos 1980, lhe permitiria interpretar a variação interna observada no português brasileiro na tentativa de entender o seu comportamento no contexto das línguas românicas, relacionar estruturas superficiais aparentemente independentes

4 “The theory of parameters has an important explanatory potential with respect to language change, a potential that linguists have stated to exploit in the last five years or so (LIGHTFOOT, 1991; ROBERTS, 1992). If a property P directly linked to a given parameter value changes in the course of the history of a language, we predict that the other properties deductively linked to P will change as well.” (RIZZI, 1997: 277)

e anunciar o que se poderia prever a partir das propriedades associadas aos parâmetros, cuja descrição vinha sendo desenvolvida e aperfeiçoada desde Chomsky (1981), com as contribuições que se seguiram nos anos 1980 e continuam a surgir.

Assim, quando Tarallo, em 1987, propôs fazer uma leitura “paramétrica” dos resultados de pesquisas realizadas sobre fenômenos semelhantes em processos de mudança nas línguas românicas, procurando, a partir da comparação, observar o percurso da mudança, os limites da variação, não estava, como se supôs, cometendo uma heresia, já que a teoria gerativa àquela altura, dentro do modelo de Princípios e Parâmetros, “incorporava uma nova dimensão de análise: a variação intersistêmica”. Não era sua intenção “romper barreiras ou confundir domínios”, mas mostrar o quanto se poderia ganhar fazendo uma leitura de dados translinguísticos para chegar a generalizações menos indutivas e mais dedutivas. Entretanto, o autor não deixa de ressaltar que era ingênuo supor que o cunho eminentemente empirista da TVM se resumisse a “um acúmulo de números, porcentagens e probabilidades, cujo alcance fica restrito a casos particulares” (TARALLO, 1987: 55).

Sua leitura *parametrizada* dos fatores que atuam em diversos processos de variação e mudança fonológica e morfossintática, em diferentes línguas românicas, traz importantes generalizações translinguísticas e incentiva estudos em sintaxe comparativa. Hoje, os frutos colhidos sob inspiração da proposta formalizada oficialmente em Tarallo e Kato (1989 [2007]), apresentados pela primeira vez por Mary Kato em mesa-redonda durante um seminário organizado por Dermeval da Hora na UFPB em 1997 e publicado em 1999, sob o título: “Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intralinguística” - são conhecidos e só confirmam o que Tarallo não pôde testemunhar em sua plenitude. A tradução de W, L & H (2006), já mencionada, é seguida de um artigo, à guisa de posfácio, que eu tive a honra de escrever em parceria com Maria da Conceição de Paiva, colega do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras (UFRJ); nele apresentamos um balanço parcial da herança da aplicação desse programa na linguística brasileira sem deixar de mencionar as diversas teorias linguísticas associadas a tal aplicação.

Se retomei aqui essa polêmica, foi porque a reedição do texto de Borges Neto em 2004, 17 anos depois da discussão, sem uma contextualização do momento em que o artigo foi escrito, quando de fato empiristas e formalistas estavam em campos de batalha opostos, ainda confunde os jovens dos cursos de pós-graduação. Não custa, pois, lembrar sempre que os resultados das pesquisas são a evidência de que o “casamento”⁵, apadrinhado por Charlotte Galves, deu certo e continua a render frutos quando se quer observar processos de mudança sintática em curso.

Como discípula de Tarallo e Mary Kato, minha pesquisa tem procurado pôr em prática o estudo da variação e mudança nos moldes de W, L & H, utilizando como componente gramatical a descrição sintática oferecida pela Teoria Gerativa dentro da versão de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981 e reformulações e refinamentos subsequentes). Parto do trabalho empírico, guiado especialmente por quatro das cinco questões que devem ser respondidas por quantos se preocupam em investigar a mudança em curso: o problema das *restrições* (ou fatores

5 “Refletindo hoje sobre o fato incontestável de que a aplicação da TVM pressupõe um componente gramatical, sem o qual não há fenômeno a estudar, vejo hoje que é inadequado falar em “casamento”. Também considero inadequado confundir a utilização de uma teoria gramatical para desenvolver um estudo de mudança com estudo de interface.

condicionantes que impulsionam ou refreiam o curso de uma forma inovadora no sistema); o problema da *implementação* (que se preocupa com a origem e a propagação da mudança), estando intimamente ligado às restrições; o problema da *transição* (ou os diferentes estágios que podem ser observados no curso de um processo de variação e mudança) e o problema do *encaixamento* (buscando responder como determinado traço se encaixa no sistema linguístico e social circunstantes. No caso do encaixamento linguístico, a falta de uma teoria linguística nos deixaria sem resposta; no caso do encaixamento social, que é ponto de partida na constituição de nossas amostras, este é uma constante em toda a pesquisa sociolinguística, embora seja preciso ter ciência de que, nos estágios iniciais e finais de uma mudança, as correlações com fatores sociais são mais difíceis de capturar.

A busca de respostas para essas questões empíricas ilumina o caminho que tem orientado as minhas investigações: todas as perguntas estão em W, L & H, enquanto as respostas, as correlações possíveis, as predições vêm da Teoria de Princípios e Parâmetros. Esta é a teoria linguística que me auxilia a pôr em prática esse trabalho empírico e a tentar extrair dos dados da Língua-E(xterna) generalizações que me permitam chegar a uma representação da Língua-I(nterna), ciente de que um determinado parâmetro da GU pode mudar seu valor no curso da história de uma língua. Passo então a apresentar o percurso de uma pesquisa e a forma como foi sendo travado o diálogo, no presente caso indispensável, entre a TVM e o quadro de Princípios e Parâmetros (P&P).

O percurso de uma pesquisa – acompanhando a remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo

Os primeiros passos – o paradigma flexional e os sujeitos referenciais

Comecei a pesquisa investigando, num estudo em tempo real de (relativamente) longa duração (DUARTE, 1993), a mudança que envolve a posição estrutural do sujeito no português do Brasil (PB), ou seja, buscando evidências da mudança relacionada à remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN), sob a hipótese de que a redução no paradigma flexional verbal, motivada pela inserção dos pronomes *você* e *a gente* (cf. OMENA, 1986, 1996; LOPES, 1993, 1999, 2003; MENON, 1996, entre muitos outros), que se combinam com a forma verbal de desinência zero, idêntica à da 3ª. pessoa do singular, seria o elemento desencadeador do aumento de pronomes-sujeito expressos, um fenômeno já observado em análises variacionistas sincrônicas, utilizando como componente gramatical a Teoria Funcionalista (LIRA, 1982, para a fala carioca e PAREDES SILVA, 1988, com base em cartas pessoais cariocas).

Minha hipótese se sustentava nos achados de Roberts (1992), a partir de seu estudo sobre o francês antigo e médio. O autor constatou que há um limite de oposições para que um paradigma flexional identifique um sujeito nulo: um paradigma *formalmente rico* seria o do italiano, por exemplo; um paradigma *funcionalmente rico* poderia exibir até um sincretismo (a mesma forma para designar pessoas diferentes) e uma desinência zero. A amostra de peças teatrais⁶ que utilizei, todas escritas e ambientadas no Rio de Janeiro, voltadas para gêneros mais populares, como as comédias de costumes, da primeira metade do século XIX até os anos 1930 -1940, ou as peças urbanas com

6 As peças utilizadas na investigação de 1993 ou se encontram publicadas ou foram disponibilizadas pela SBAT – Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, Rio de Janeiro. As referências se encontram em Duarte (2012).

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

temáticas populares inseridas em seu tempo, que aparecem a partir dos anos 1950, permitia identificar três paradigmas pronominais/flexionais distintos, como mostra a Figura 1, que reúne as três pessoas do discurso e mostra no eixo horizontal o ano em que cada peça foi escrita.

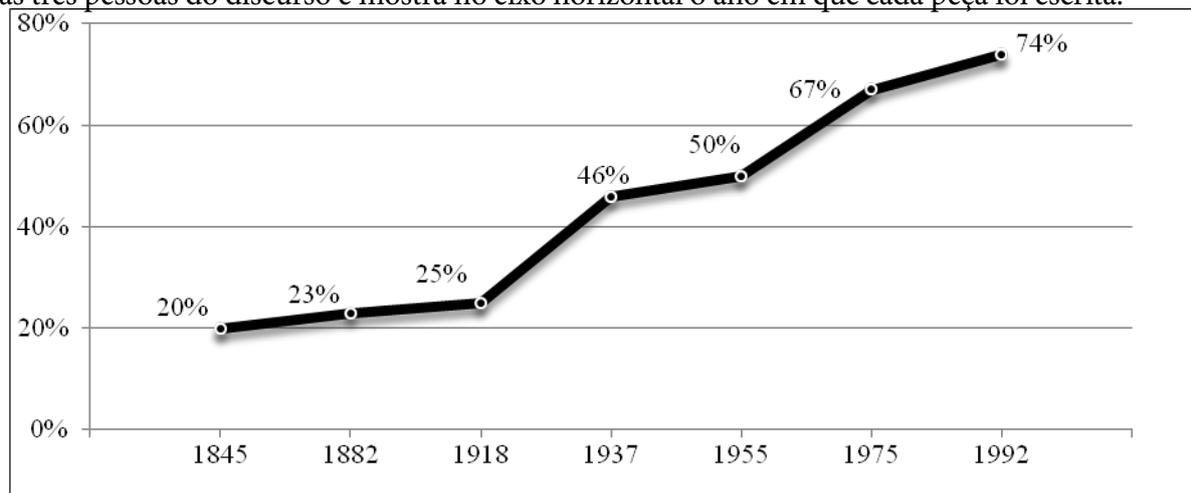


Figura 1: Sujeitos pronominais definidos expressos (vs nulos) ao longo de sete períodos (adapt. de Duarte, 1993:112)

As três primeiras sincronias, representadas pela primeira e segunda metades do século XIX e pelo primeiro quartel do século XX (1918), apresentavam um quadro verbal com mais oposições, em que *tu* e *você* apareciam em distribuição complementar, segundo o grau de intimidade / cortesia; as duas peças seguintes, representativas dos anos 1930 e 1950, já não exibiam o pronome *tu*⁷; nas duas últimas, escritas na década de 1970 e na de 1990, o novo pronome *a gente* já se apresenta em forte concorrência com o pronome *nós*; o pronome *tu* retorna na última peça, mas já em variação com *você*, sem distinção de cortesia e sem a desinência verbal canônica:

Pode-se constatar que o aumento de sujeitos expressos acompanha a redução gradual do paradigma flexional: nos três primeiros períodos, o sujeito nulo é a estrutura predominante, ficando os expressos em torno de 22%; em 1937 e 1955, com o paradigma reduzido, atestamos uma distribuição regular, entre 46% e 50%; nas duas últimas sincronias, os sujeitos expressos já superam os nulos, com o último período apresentando um resultado praticamente inverso aos dos três primeiros períodos.

Tal crescimento de sujeitos expressos, entretanto, não corresponde a uma relação direta com a ambiguidade da forma verbal, ou seja, sujeito expresso *se* flexão não distintiva / sujeito nulo *se* flexão distintiva, nem a mudança se dá de maneira regular nas três pessoas do discurso. A Figura 2 nos mostra essa distribuição:

7 Certamente o uso exclusivo de *você* pode se dever a uma escolha do autor; outros autores que continuam a usar *tu* e *você* a partir dos anos 1930 já exibem a mistura de tratamento com o mesmo interlocutor, tanto no quadro nominativo quanto nas funções oblíquas, o que confirma a inserção de *você* no nosso quadro pronominal (ver LOPES e CAVALCANTE, 2011, entre vários outros)

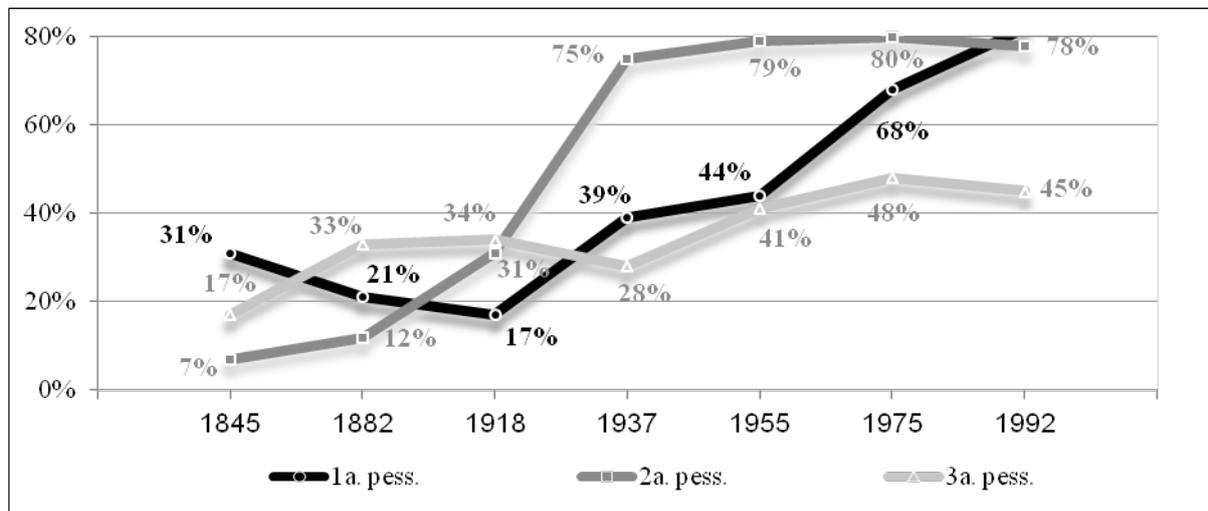


Figura 2: Sujeitos pronominais de referência definida expressos (vs nulos) ao longo de sete períodos por pessoa do discurso (adapt. de Duarte, 1993: 117)

Mais uma vez, vemos certo equilíbrio nas três primeiras sincronias, com predomínio de sujeitos nulos, mas, a partir dos anos 1930, a mudança se propaga mais rapidamente na 1ª. e 2ª. pessoas: partimos de 31% de sujeitos expressos de 1ª. pessoa e chegamos a 82% em 1992; na 2ª. pessoa, começamos com 7% para alcançar 78% no final da linha de tempo (é preciso destacar que, nas três primeiras sincronias, quando *tu* e *você* coexistem em distribuição complementar, não há diferença significativa nos percentuais de nulos para a segunda pessoa indireta e a direta (cf. Duarte, 1993: 113). Na terceira pessoa, os reflexos da mudança gramatical se fazem sentir de modo mais gradual – de 17% na primeira sincronia chegamos a 45% no texto escrito da peça de 1992.

A observação de alguns exemplos dos três primeiros períodos permite constatar como se comporta uma língua de sujeito nulo prototípica (dentro do grupo românico) e como um paradigma *rico* permite identificar sujeitos nulos de 1ª. e 2ª. pessoas independentemente da relação sujeito nulo e desinência distintiva:

- (1) a. Quando \emptyset_{1ps} te vi pela primeira vez, \emptyset_{1ps} não sabia que \emptyset_{2ps} eras viúva e rica. \emptyset_{1ps} Amei-te por simpatia. (*O noviço*, Martins Pena, 1845)
 b. \emptyset_{2ps} Terá o cavalo que \emptyset_{2ps} deseja. (*O simpático Jeremias*, Gastão Tojeiro, 1918)

Na terceira pessoa, o sujeito é nulo estando seu antecedente numa posição sintaticamente acessível, isto é, na mesma função, seja dentro do período, seja numa sentença adjacente (o que Calabrese (1986) considera um antecedente sintaticamente acessível e, em termos funcionalistas, constitui o que Paredes Silva (1988) define como um grau de conexão discursiva ótimo, consistindo no contexto preferencial de sujeito nulo nas línguas que têm essa opção), como mostra (2a). Se o antecedente aparece numa outra função sintática, estando, pois, menos acessível sintaticamente, o sujeito nulo ainda é a opção preferida, nas três primeiras sincronias, como vemos em (2b):

- (2) a. [Tua filha]_i lamentar-se-á, \emptyset_i chorará desesperada, não importa. Depois que \emptyset_i estiver no convento e acalmar-se esse primeiro fogo, \emptyset_i abençoará o teu nome e, junto ao altar, no êxtase de sua felicidade e verdadeira tranquilidade, \emptyset_i rogará a Deus por ti. (*O noviço*, Martins Pena, 1845)
 b. Já ontem comprei-[**lhe**]_i o hábito com que \emptyset_i andarás vestido. Assim \emptyset_i não estranhará. \emptyset_i Será frade feliz. (*O noviço*, Martins Pena, 1845)

E o que dizem os resultados para os dois últimos períodos? Que características apresentam os sujeitos nulos que ainda ocorrem? Os exemplos em (3) revelam sujeitos nulos nos mesmos contextos preferenciais (ou contextos-chave) das línguas [+sujeito nulo], seja na 1^{a.} e 2^{a.} pessoas, como em (3a, b, c):

- (3) a. \emptyset_{1ps} Não posso mais ficar aqui a tarde toda não. \emptyset_{1ps} Tirei quatro notas vermelhas. \emptyset_{1ps} Preciso dar um jeito na minha vida. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)
- b. **Eu**_i não sei se \emptyset_{1ps} vou conseguir numa sessão só. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)
- c. Se \emptyset_{2ps} não conseguir, é melhor largar de vez esse curso de inglês. Senão \emptyset_{2ps} acaba igual à Margareth. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

Seja na 3^{a.} pessoa, tanto nas construções prototípicas de sujeitos nulos (um antecedente na função de sujeito na sentença adjacente como em construções de subordinação com sujeitos correferentes), como nas estruturas em (4):

- (4) - O que é que [**o nosso anjo**]_i tem hoje?
 - \emptyset_i Tá com essa cara desde que \emptyset_i chegou do ginásio. \emptyset_i Nem foi em casa almoçar.
 - Com certeza \emptyset_i vai ficar novamente em segunda época. Desde que \emptyset_i chegou que \emptyset_i não pára de olhar a caderneta. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

Com o antecedente em outra função, os sujeitos nulos já são mais raros, embora ainda ocorram, como mostra (5):

- (5) Você precisava ver a cara d[**ele**]_i quando \emptyset_i percebeu que o “pega pra capar” não era só força de expressão. (*A Mulher Integral*, Carlos Eduardo Novaes, 1975)

Entretanto, em todos esses padrões, o que predomina nas duas últimas peças (excetuando a terceira pessoa, cujo comportamento diferente logo será desvendado) são sujeitos expressos em praticamente todos os contextos, incluindo aqueles em a que a conexão discursiva (ou acessibilidade sintática do antecedente) é ótima, uma evidência da perda da propriedade primeira das línguas de sujeito nulo do grupo românico⁸ (exemplos de *No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992):

- (6) a. Se **eu** ficasse aqui **eu** ia querer ser a madrinha.
 b. **Você** não entende meu coração porque **você** ‘tá sempre olhando pro céu e procurando chuva.
 c. Do que **tu** tá falando?
 d. Agora **ele** não vai mais poder dizer as coisas que **ele** queria dizer.
 e. Se [**a criança**]_i não recebe uma alimentação eficaz **ela**_i fica em desvantagem pro resto da vida.

Por um lado, a hipótese inicial se confirma e nos vemos diante de uma nova gramática, com sujeitos quase categoricamente expressos na 1^{a.} e 2^{a.} pessoas; por outro lado, vemos uma competição entre sujeitos nulos e expressos da terceira, o que sugere uma opcionalidade que

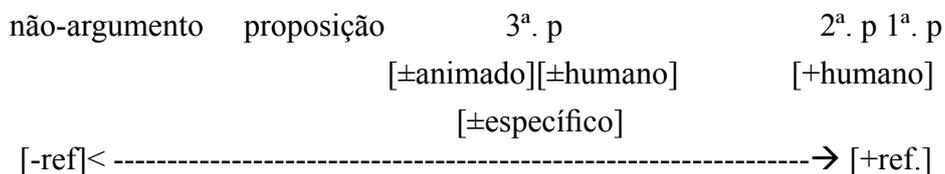
8 Tais ocorrências, que já evidenciam a nova marcação do PB como um sistema [-sujeito nulo] acabam por ser tratadas, equivocadamente, como redundância!

não combina com uma língua positivamente marcada em relação ao PSN. Para a variacionista, os dados diziam que a forma inovadora começava a se implementar pelos contextos em que o sujeito nulo não era esperado e resistia naqueles contextos-chave (e, portanto mais fortes) das línguas de sujeito nulo. Para a gerativista, os dados das três primeiras sincronias revelavam a gramática do português europeu, ainda ensinada nas escolas, enquanto os períodos seguintes passam a refletir a gramática do PB, com o valor do parâmetro já remarcado, convivendo com reflexos de uma gramática antiga (Cf. KROCH, 1989). Ou seja: a diferença entre essas duas conclusões era estar diante de duas variantes dentro de uma mesma gramática num campo de batalha ou de resíduos de uma gramática antiga que ainda se deixavam ver nos dados. É claro que isso está ligado à concepção de gramática mencionada na primeira seção. Ficavam algumas perguntas: por que esse comportamento da 1^a. e 2^a. pessoas é tão diferente do da terceira? E por quanto tempo essa resistência perduraria?

O papel da referencialidade do sujeito na mudança

Os resultados apresentados na seção precedente, aliados aos achados de Cyrino (1993; 1994) para o percurso diacrônico do objeto nulo, utilizando igualmente peças de teatro, levam Cyrino, Duarte e Kato (2000) a uma interessante generalização sobre os processos de mudança que envolvem pronomes ao longo de uma hierarquia referencial:

Hierarquia referencial



(CYRINO, DUARTE e KATO, 2000: 59)

Segundo a hierarquia proposta, os argumentos com o traço [+h] se situariam no ponto mais alto da hierarquia, enquanto os não argumentos se situariam no ponto mais baixo. Assim, os pronomes de 1^a. e 2^a. pessoas, inerentemente [+h], estão no ponto mais alto da hierarquia, seguidos da 3^a. pessoa, em que os traços [±humano] e [±animado] interagem com o traço [±específico]. Num ponto ainda mais baixo estariam os pronomes que retomam uma proposição (uma estrutura oracional), ou seja, os pronomes neutros; finalmente, no extremo oposto, estariam os não argumentos, elementos sem conteúdo semântico, representados foneticamente na posição de sujeito em algumas línguas e categoricamente nulos em outras.

A hipótese do “mapeamento implicacional” subjacente a essa hierarquia era a de que quanto mais referencial o item maior a chance de um pronome expresso. E uma variante nula num ponto da hierarquia pressupõe variantes nulas à sua esquerda. No caso da propagação do objeto nulo (que atinge objetos proposicionais e de terceira pessoa), este é o percurso encontrado por Cyrino (1993; 1994): os objetos que retomam uma proposição ou uma oração já exibiam variação nos dados do século XVIII entre um clítico neutro e um objeto nulo. Os índices de objeto nulo aumentam significativamente ao longo do século XIX, atingindo, inicialmente, objetos de terceira pessoa com antecedentes com o traço [-h/-esp] (*um retrato*, por exemplo), em seguida os [-h/+esp] (como *o retrato*) e, como, esperado, encontram mais resistência aqueles com antecedentes com o traço [+h/+esp].

Estudos sobre a língua oral, incluindo o mencionado trabalho pioneiro de Omena (1978), revelam que a mudança progrediu em todos os contextos e que até mesmo um objeto anafórico com o traço [+humano] é preferencialmente nulo nas construções SVO, e a tendência a realizá-lo foneticamente está relacionada ao fato de não se tratar de um objeto, mas um sujeito de minioração, como em (*acho [ela legal]*) ou um sujeito de sentenças infinitivas com verbos causativos (*mandei [ele fazer]*), de permissão (*deixei [ele fazer]*) e de percepção (*vi [ele fazer]*), sujeitos marcados com o caso acusativo, mas que o PB prefere representar com *ele* acusativo e não com o clítico. Não faço aqui o percurso detalhado da mudança envolvendo o objeto nulo por fugir ao escopo deste artigo. Basta observar que ele se implementa da esquerda para a direita, a partir dos antecedentes posicionais.⁹

Com o preenchimento do sujeito se deu, naturalmente, o percurso inverso, com a mudança se iniciando pelos itens mais referenciais, o que explica a rápida implementação dos sujeitos expressos de 1^{a.} e 2^{a.} pessoas, como vimos na Fig. 2; explica também por que o percurso é mais lento com os sujeitos de 3^{a.} pessoa. A amostra de Duarte (1993) limitada a uma peça por período, não continha número suficiente de dados de terceira pessoa, embora já permitisse inferir que sujeitos com o traço [+humano] teriam um comportamento diferente. Só em Duarte, Mourão e Santos (2012), com o aumento da amostra, mantendo suas características originais, viriam evidências empíricas sobre a atuação da hierarquia referencial na representação do sujeito de 3^{a.} pessoa. A interação dos traços [+h/+esp] favoreceria o sujeito expresso, enquanto sujeitos com referentes com os traços [-h/±esp] atuariam como contextos de maior resistência ao preenchimento. Essa força do traço [+h] no processo pode ser observada igualmente na representação dos sujeitos de referência *indeterminada*: com base na mesma amostra, Vargas (2012) mostraria que tais sujeitos, não incluídos na hierarquia proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000), que exibem o traço inerentemente [+h], embora associado ao traço [+genérico] (que pode incluir o falante) ou [+arbitrário] (que exclui o falante), também tenderiam a ser expressos, atestando a atuação da hierarquia referencial.

Assim, as estratégias pronominais de indeterminação, que eram antes expressas pelo clítico *se* e pelo verbo na 3^{a.} pessoa do plural com o sujeito nulo, ilustradas em (7a), passam a exibir o pronome pessoal expresso em variação com o nulo nas peças mais recentes (7b); o uso da 1^{a.} pessoa do plural (7c), que igualmente é atestado, exibe, na análise de Vargas (2012), uma curva descendente, enquanto o uso de *a gente*, que se expande na segunda metade do século XX e de *você*, que cresce significativamente no último quartel desse século (7d,e), tendem a ser expressos, acompanhando os resultados encontrados para a fala espontânea:

- (7) a. Em breve \emptyset_{arb} **matam**-lhe a inteligência e \emptyset_{arb} **fazem** do homem pensante uma máquina, e assim **se**_{arb} gasta uma vida! (*O Noviço*, Martins Pena, 1845)
- b. **Eles**_{arb} deveriam ensinar amor às crianças. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)
- c. Pronto, chegou o outro estudante. Um pouco mais e **nós**_{gen} vamos ter um curso de verão aqui. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)
- d. Quando **a gente**_{gen} tem vontade de comer telha é porque a barriga é das brabas. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

9 Para um mapeamento sociolinguístico das funções acusativa, dativa e reflexiva, ver Duarte e Ramos (2015). *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

e. O segredo é não se importar. Se **você_{gen}** não se importar, **você_{gen}** acaba dormindo. Mas **você_{gen}** precisa não se importar de verdade. (*Como encher um biquíni selvagem*, Miguel Falabella, 1992)

A Fig. 3 mostra a evolução dos sujeitos de 3ª. pessoa com o traço [\pm humano] combinado com o traço [+específico]; as combinações com [-específico] são muito raras, inviabilizando sua representação em gráfico (veja-se, porém, no texto citado, a Tabela 2 com a distribuição dessas ocorrências, devidamente exemplificadas). Ainda na mesma Fig. 3 apresentamos uma linha para a evolução dos sujeitos indeterminados ou genéricos expressos, excluindo o uso do clítico *se*, que, aliás, segue curva descendente na análise de Vargas (2012):

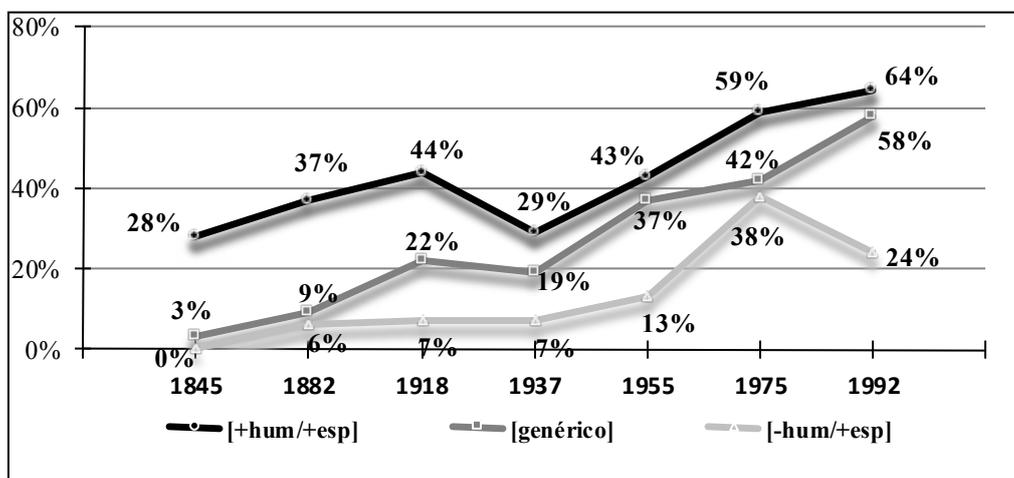


Figura 3: Sujeitos de 3ª. pessoa, segundo o feixe de traços semânticos, e indeterminados expressos (vs nulos) ao longo de sete períodos por pessoa do discurso (adapt. de Duarte, Mourão e Santos, 2012: 39 e Vargas, 2012: 60)

Os percentuais deixam clara a atuação do traço [+hum] na realização fonética do sujeito pronominal. Vemos que nas duas últimas sincronias, os sujeitos de 3ª. pessoa com esse traço exibem 59% e 64% de preenchimento e já se aproximam dos sujeitos de 1ª. e 2ª. pessoas, que alcançaram 82% e 78%, respectivamente, no último período (cf. Fig. 2). Quanto à linha para os sujeitos indeterminados, vemos grande semelhança com a dos sujeitos com o traço [-humano/+esp] no século XIX, com muito baixos índices de sujeitos expressos, e, a seguir, uma linha ascendente, que acompanha de perto os sujeitos de referência definida [+humanos], chegando a 58% em 1992.

Antes de continuar a percorrer a hierarquia, uma observação acerca dos sujeitos com o traço [-humano]. Embora sua representação por um pronome nominativo expresso se implemente mais lentamente, o simples fato de atestarmos pronomes pessoais com esse traço já nos distingue das línguas de sujeito nulo prototípicas, como o italiano e o espanhol, em que sujeitos com esse traço são nulos ou representados por um demonstrativo. Essas ocorrências começam a ser observadas no século XX:

- (8) a. Como recurso imediato, ponho a sua disposição [**a casa**]_i que possuo lá em Olaria. Por sorte, [**ela**]_i está atualmente vaga... (*O troféu*, Armando Gonzaga, 1937)
- b. - Por que você não aprontou [**o almoço**]_i na hora?
- **Ele**_i está pronto. Só que eu não vou botá-lo na mesa. (*A mulher integral*, C. Eduardo Novaes, 1975)

Um último aspecto estrutural sobre o processo envolvendo os sujeitos referenciais é a função do antecedente e sua acessibilidade sintática, mencionadas acima. Calabrese (1986) já chamava a atenção para o fato de que um antecedente acessível no contexto adjacente e na função de sujeito levaria necessariamente a um sujeito nulo numa língua [+ sujeito nulo] do grupo românico, a menos que ocorresse ênfase ou contraste. O sujeito poderia ser preenchido caso seu antecedente estivesse distante ou em outra função sintática, se e somente se um sujeito nulo provocasse ambiguidade. Esses padrões, refinados e testados numa análise comparativa de PB e PE por Barbosa, Duarte e Kato (2005), são ilustrados com dados das peças de teatro (observem-se os pares em (a) e (b) ilustrando marcações paramétricas opostas):

(9) a. **Ele_i** diz que \emptyset_i está sozinho na Delegacia, que o guarda da noite está jantando. (*Do tamanho de um defunto*, Millôr Fernandes, 1955)

b. Agora **ele_i** não vai mais poder dizer as coisas que **ele_i** queria dizer. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

(10) a. **Ele_i** adora minha comida. \emptyset_i Já deve estar chegando. (*A mulher integral*, Carlos Eduardo Novaes, 1975)

b. E [**as historinhas infantis**]_i? **Elas_i** estão ficando tão avançadas que semana passada um amigo meu estava lendo um livro para o filho e de repente descobriu que a Nova Cinderela não calça mais 32. (*Confidências de um espermatozoide careca*, C. Eduardo Novaes, 1984)

(11) a. Oh, mas que culpa tem ela? Mais tenho eu, já que fui tão tola, que casei-me sem indagar quem **ele_i** era. Queira Deus que este exemplo aproveite a muitas incautas! Patife, agora \emptyset_i anda escondido... Ai, estou cansada... Mas \emptyset_i não escapará da cadeia... seis anos de cadeia... (*O Noviço*, Martins Pena, 1845)

b. - Aquele entusiasmo, aquele ardor dos primeiros tempos do casamento vai se apagando e hoje [**seu marido**]_i lhe procura o que? Duas vezes em dez dias?

- Não.

- Então você está melhor do que eu pensava.

- Nem tanto. **Ele_i** me procura uma vez em cada dez dias. (*A mulher integral*, Carlos E. Novaes, 1975)

(12) a. Se **o_i** encontrarem_i deem-**lhe_i** uma boa arrojada e levem-no_i preso. \emptyset_i Há de me pagar. (*O noviço*, Martins Pena, 1845)

b. Quero parar com [**essas aventuras**]_i. **Elas_i** não me levam a nada. (*A Mulher Integral*, Carlos Eduardo Novaes, 1975)

A análise de Duarte, Mourão e Santos (2012) confirma que os padrões em (9) e (10) com o antecedente com idêntica função em oração adjacente, são os mais resistentes ao preenchimento, mas ainda assim, revelam um quadro que coincide com os anteriores: as duas últimas sincronias são decisivas na propagação da mudança – os sujeitos predominantemente nulos até os anos

1955 alcançam 25% e 49% de preenchimento, para os padrões em (9) e (10), respectivamente, na sincronia representada por 1992. Quanto aos padrões em (11) e (12), com o antecedente distante ou em função diferente, os pronomes expressos, que ficavam em torno de 40% em torno dos anos 1840, já chegam a 80% em 1992.

Continuando a percorrer a hierarquia referencial

Se seguirmos o contínuo antes apresentado, veremos que os referentes proposicionais se situam num ponto mais baixo da hierarquia, por terem menor referencialidade em relação aos anteriores. São sujeitos neutros, cujo antecedente é uma oração ou uma porção maior do discurso, sendo retomados por uma categoria vazia (nas línguas que admitem essa opção) ou um demonstrativo, como se vê em (13):

(13) a. - Você esperou-o vestida de quê?

- De coelhinho da Playboy.

- Não sei se \emptyset foi uma boa idéia.

(\emptyset = o fato de você tê-lo esperado vestida de coelhinho da Playboy)

(*A mulher integral* – Carlos Eduardo Novaes – 1975)

b. - Eu serei Verônica!

- Isso é um sacrilégio. Faça o favor de tirar essa roupa.

(**isso** = o fato de um travesti querer representar Verônica na Paixão de Cristo)

(*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

Esse tipo de sujeito foi estudado pela primeira vez no PB por Paredes Silva (1985), com base em Halliday e Hasan (1979), de quem veio o termo *extended reference subjects*, traduzido por Paredes Silva (1985) como *sujeitos de referência estendida*, um rótulo extremamente pertinente para eles. A autora analisou essas estruturas numa perspectiva funcional, investigando o papel da variação nulo vs demonstrativo neutro como elemento de coesão textual. Em Paredes Silva e Oliveira (2014), o tema é revisitado.

No que interessa ao presente estudo, esse sujeito deveria ser um contexto mais resistente ao preenchimento pelo demonstrativo por se situar num ponto mais baixo da hierarquia referencial. A análise de Duarte, Mourão e Guimarães (2012) encontra, de fato, forte competição entre sujeitos nulos e expressos ao longo dos períodos analisados, o que sugere uma variação estável. Entretanto, quando se observa o papel do verbo *ser*, o mais frequente em tais estruturas, vemos que os índices de nulos sobem significativamente, em relação a outras sentenças com verbos inacusativos (como *acontecer*) também frequentes. Em suma, o verbo *ser* parece constituir importante fator de resistência do sujeito nulo.

Antes de prosseguirmos na observação do percurso da mudança, chegando aos sujeitos não referenciais / não argumentais, vejamos na seção que segue, o que dizem os resultados para a fala contemporânea.

Um estudo da mudança em tempo aparente

Resumo nesta seção os resultados da análise de uma amostra da fala culta carioca (NUCR-RJ) gravada em 1992, que serviu para a investigação apresentada em minha tese de doutorado (DUARTE, 1995), a partir da qual várias outras investigações têm sido feitas sempre à luz da perspectiva teórica que orienta minha pesquisa. Além dos sujeitos de referência definida, foram também analisados os genéricos (ou indeterminados) e os proposicionais. Os resultados confirmam os fatores estruturais apontados nas análises diacrônicas além de indicar mudança em *tempo aparente*, com o grupo mais jovem de falantes da amostra NURC (entre 25 e 35 anos) liderando a preferência pelo sujeito exposto. Para comparar esses resultados com os apresentados na seção precedente, ilustraremos apenas o efeito da referencialidade no preenchimento dos sujeitos.

A Figura 4 mostra os índices percentuais obtidos, confirmando, a um só tempo, o curso da mudança ao longo da hierarquia referencial proposta e a proximidade entre os resultados da fala espontânea com os encontrados para o conjunto de peças escritas no Rio de Janeiro, por autores cariocas, na última sincronia, entre 1990 e 1992:

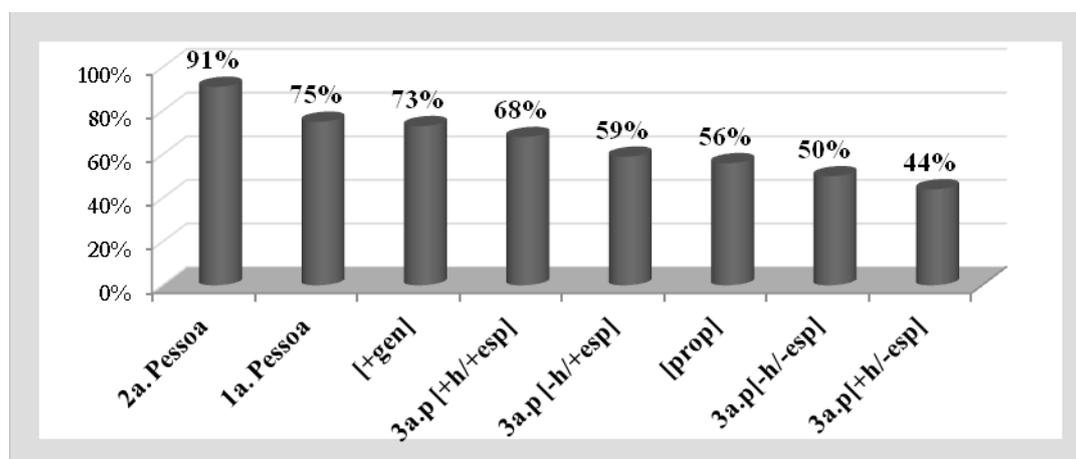


Figura 4: Sujeitos expressos (vs nulos) na fala espontânea ao longo da hierarquia referencial
Amostra NURC-RJ – 1992

Liderando o preenchimento, aparecem os sujeitos com o traço inerentemente [+h] – os de 2^{a.}, 1^{a.}, os genéricos e os de 3^{a.}, nessa ordem, ilustrados com exemplos da amostra de fala espontânea, seguindo a ordem decrescente dos índices percentuais (além do traço semântico, os exemplos buscam ilustrar os diferentes padrões estruturais mostrados em (9) - (12) anteriormente):

- (14) a. Ø_{2ps} Sabe o que é pinho de riga? (Homem, 59 anos)
 b. Ø_{2ps} Nunca ouviu falar nele? (Homem, 59 anos)
 c. Você me disse que você tá morando em Copacabana. (Mulher, 25 anos)
 d. E quando vocês ‘tão andando na vila, vocês reconhecem (os astros do esporte)?
 (Mulher, 27 anos)

- (15) a. Ø_{1ps} Moro nesse lugar há muito tempo, talvez Ø_{1ps} tenha sido entrevistado nesse lugar onde **eu** morei, eu não sei, **eu** já morava nesse lugar quando Ø_{1ps} fui entrevistado por vocês (Homem, 59 anos)

- b. Mesmo que **eu** não fizesse o pré-vestibular, **eu** acho que **eu** passaria por causa

da base que **eu** tinha. (Homem, 27 anos)

c. Mas assim mesmo, bom, \emptyset_{1pp} já ficamos satisfeitos porque \emptyset_{1pp} dormimos numa casa que era a nossa e não era naquele hotel horroroso, que aquilo até metia medo, sem conforto nenhum. Aí \emptyset_{1pp} fomos, mas, os móveis eram, eram poucos (Mulher, 74 anos)

d. Eu acho que em um ano a gente se separa se a gente se casar (Mulher, 26 anos)

(16) a. Se você 'tá namorando há muito tempo, \emptyset_{gen} cobram (Mulher, 26 anos)

b. A Avenida das Américas **eles**_{arb}¹⁰ tão recapando ela toda. (Homem, 32 anos)

c. Agora \emptyset_{gen} estamos em época de festividades. (Homem, 59 anos)

d. Hoje em dia, quando **a gente**_{gen} levanta as coisas, é que **a gente**_{gen} vê tudo o que aconteceu. Mas na época **a gente**_{gen} não podia acreditar [...]. **A gente**_{gen} não acreditava nisso, primeiro porque **a gente**_{gen} era novo. (Homem, 32 anos)

e. Quando **você**_{gen} é menor, **você**_{gen} não dá muito valor. Você acha que criança é só pra encher o saco, né? [...] Na fase que **você**_{gen} 'tá na adolescência, **você**_{gen} 'tá na praia, vem criança, te joga areia, **você**_{gen} não vai entender que, pô, isso é da criança. (Mulher, 26 anos)

f. \emptyset_{gen} Não vê mais amolador de fala. (Mulher, 75 anos)¹¹

g. Antigamente \emptyset_{gen} punha a mesa pra tomar lanche. (Mulher, 65 anos)

h. Herodes tinha razão. \emptyset_{gen} Tem que matar as crianças! (Mulher, 26 anos)

(17) a. Mas **ele**_i sentiu [que \emptyset_i era o único ali novo, casado, recém-casado] (Homem, 53 anos)

b. **Geisel**_i era realmente um todo poderoso presidente da república. \emptyset_i Demitiu ministros militares... (Homem, 53 anos)

c. Ela_i é uma pessoa que ajuda os outros pra caramba. Ela_i não ficou solteira porque não apareceu pretendente. Ela_i ficou solteira porque ela_i quis. (Mulher, 26 anos)

A seguir vemos os sujeitos com o traço [-hum/+esp] e [proposicional], com 59% e 56%, respectivamente, índices que já superam os de sujeitos nulos:

(18) a. [**O Rio de Janeiro**]_i é uma beleza! Realmente \emptyset_i é uma cidade linda. (Homem, 59 anos)

b. Eu acho que [o comércio do Rio]_i, por exemplo, continua a ser bem melhor

10 Diferenciamos entre os sujeitos indeterminados, os de referência genérica (que podem incluir o falante) e os de referência arbitrária (que excluem o falante).

11 Os sujeitos nulos em (16f,g,h), embora possam aparecer com os pronomes expressos *você* ou *tu*, com a mesma referência genérica, não podem ser considerados como variantes desses pronomes expressos. O pronome *você* em (16e), por exemplo, não poderia ser apagado, particularmente nas orações iniciais dos períodos. A possibilidade de um nulo genérico com o verbo na 3ª. p.s. é uma peculiaridade do português brasileiro e obedece a restrições que os genéricos expressos não conhecem (cf. GALVES, 1987; CAVALCANTE, 2007).

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

- que o de Belo Horizonte, né? Eu acho [que Ø_i é bem mais aparelhado] (Homem, 59 anos)
- c. [A casa]_i virou um filme quando ela_i teve de ir abaixo. (Mulher, 50 anos)
- d. [Nova Trento]_i é do tamanho da rua São Clemente de Botafogo. Ela_i é desse tamanho. Ela_i não tem paralela. (Mulher, 50 anos)

(19) a. Eu fiz até algumas tentativas de caminhar porque eu gosto de [caminhar pela manhã pela redondeza]_i, mas Ø_i é absolutamente impossível! impossível não! Ø_i é desagradável! (Mulher, 46 anos)

(Ø = caminhar pela manhã pela redondeza)

b. [As pessoas gostam de se vestir, de seguir a moda]_i [...]. Acho que **isso**_i faz parte de uma sensualidade do povo brasileiro (**isso** = o fato de as pessoas se preocuparem com o modo de se vestir) (Homem, 45 anos)

Apenas com os referentes de 3a. pessoa em que o traço [±humano] interage com o traço [-esp] é que vamos observar índices mais baixos de preenchimento, 50% e 44%, respectivamente, um sinal de que o traço [-específico] é o que oferece mais resistência nesse processo de mudança, como prevê a hierarquia referencial, mas ainda assim, como dito anteriormente, já são índices que “desqualificam” o PB como um sistema de sujeitos nulos:

(20) a. Poderia até falar, assim, [**uma casa mais antiga**]_i: Ah, Ø_i tem cara de Catete, Cosme Velho... (Mulher, 27 anos)

b. Você vê que, [**os prédios modernos**]_i, que são chamados de funcionais, né, aquilo às vezes, nem pra aquilo **eles**_i servem direito; e quando você tenta adaptar pra outra coisa, **eles**_i são tão pouco flexíveis, né (Mulher, 46 anos)

(21) a. Ah, não pode ser assim, porque [**o aluno**]_i [quando Ø_i vem pro vestibular] não sabe exatamente o que Ø_i quer. Isso é um absurdo porque [**o cara**]_i [quando Ø_i vai fazer engenharia] **ele**_i sabe exatamente o que **ele** vai fazer... (Homem, 32 anos)

b. **O cara**_i já fez todas as matérias. **Ele**_i não pode fazer de novo. Então tem algumas matérias do profissional que **ele**_i pode fazer. **Ele**_i pode puxar as matérias. (Homem, 32 anos)

É fato que os percentuais obtidos para a fala espontânea são levemente mais altos em relação aos obtidos para as peças escritas na última sincronia, entre os anos 1990 e 1992.¹² Mas não há dúvida de que o autor dessas peças, nascido e criado no Rio de Janeiro, conseguiu se aproximar muito da fala carioca espontânea gravada exatamente nesse período. E, se esse autor conseguiu tal proximidade, podemos presumir que os autores de outras sincronias também buscassem alcançar um público mais amplo com um texto próximo da sua fala. É possível que, até o início dos anos 1930, esse público-alvo fosse mais restrito em razão do menor acesso à escolarização e que os autores, influenciados pelas normas lusitanas em vigor, não ousassem “ouvir mais” a fala natural. Ainda assim, podemos acreditar que a gramática do português brasileiro começa a se

12 Os resultados encontrados para a fala “popular” carioca, com base na amostra PEUL – Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – são muito semelhantes aos encontrados para a fala “cultura” (DUARTE, 2003).

impor a partir do segundo quartel do século XX.

Continuando a investigação: como a mudança atestada se “encaixa” no sistema linguístico?

O quadro até aqui apresentado não deixa dúvida quanto à implementação da mudança, condicionada particularmente pela hierarquia referencial e pelo padrão estrutural. Para o variacionista interessa observar a propagação da mudança e o aumento gradual observado na linha do tempo real ou aparente; para o gerativista, a origem da mudança é o ponto principal: uma vez desencadeada, temos uma nova gramática ou um novo valor paramétrico em competição com a gramática antiga, visível nos padrões ainda encontrados ao longo do tempo.

De fato, os resultados permitiam responder a alguns dos problemas empíricos colocados por W, L & H, como as *restrições*, a *implementação* e a *transição*; faltava, entretanto, buscar evidências do *encaixamento* da mudança. Segundo W, L & H (1968: 110), “os linguistas naturalmente desconfiam de qualquer explicação para a mudança que deixe de mostrar a influência do ambiente estrutural sobre o traço em questão: é razoável presumir que o traço esteja encaixado numa matriz linguística que muda com ele [...]”.

Uma primeira evidência do encaixamento da mudança, observada nas amostras de fala espontânea (Amostra NURC-RJ e de TV), analisadas em Duarte (1995), estava nos índices expressivos de sujeitos de referência definida e genérica deslocados à esquerda, um tipo de construção de tópico marcado, em que tópico e sujeito são correferentes, um comportamento que não se ajusta definitivamente ao figurino de línguas românicas de sujeito nulo:¹³

- (22) a. **Eu**, [às vezes], **eu** peço a ele pra ir comprar o jornal pra mim... (Homem, 45 anos)
 b. [**A Clarinha**]_i, **ela**_i cozinha que é uma maravilha. (Mulher, 65 anos)
 c. **Você**, [quando você viaja], **você** passa a ser turista. (Mulher, 27 anos)

Além de o elemento externo à sentença poder ser representado por um pronome forte (em oposição ao pronome fraco interno à sentença, como em (22a,c), ou um SN definido (22b) ou genérico (22c), ele pode também ter o traço [-humano] (23a), [-específico] (23b), aparecer quantificado ou sob a forma de uma relativa livre (23c,d):

- (23) a. [**O Hospital de Bonsucesso**]_i **ele**_i atende...dá continuidade ao atendimento (Fala espontânea, TV)
 b. [**Um homem comum**]_i **ele**_i tem um conforto compatível com a dignidade de uma pessoa humana, entendeu?
 c. [**Qualquer pessoa que vai praticar um esporte**]_i **ela**_i tem que se preparar (fala espontânea - TV)
 d. [**O que é bom, o que é de qualidade**]_i **ele**_i fica; [**o que é ruim**]_i [**ele**_i se perde. (fala espontânea)

Tais construções, inicialmente, foram tomadas não só como um efeito colateral (ou *encaixamento*)

13 O italiano, o espanhol e o português europeu rejeitam essas estruturas em contextos neutros. Sua ocorrência, sem adjacência sintática, seria interpretada com valor focal (cf. DURANTI e OCHS (1979); RIVERO (1980) e Inês DUARTE (1987) *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

da mudança, mas como um fenômeno que poderia ser associado ao francês, um sistema que tinha perdido a propriedade de sujeito nulo juntamente com o desaparecimento de V2 e a erosão do paradigma flexional; na fase medieval, resíduos de sujeitos nulos em subordinadas com sujeitos correferentes, como ainda vemos no PB, ainda eram notados (VANCE, 1989).

Uma correlação entre o percurso do francês no passado e o do português brasileiro no presente era inevitável. No entanto, informações adicionais sobre as restrições ao sujeito deslocado à esquerda em francês (BARNES, 1986) mostram que tal construção é muito frequente na primeira pessoa, quando o falante retoma o turno (*Moi, je pense que*); ora, num sistema em que o pronome fraco é obrigatório, nada mais natural do que retomar o turno com um pronome forte. Num sistema de sujeitos nulos, que obviamente evita pronomes, este é o contexto em que o falante tende a pronunciá-lo (IO_i [\emptyset _i *credo que...*]), como nos mostra Marins (2009), numa análise do italiano falado. Em relação aos SNs deslocados, entretanto, a estrutura é restrita no francês: esses SNs devem ser definidos e preferencialmente exibir o traço [+humano]; com SNs [-humanos] a retomada pronominal se faz, segundo a autora, com o demonstrativo (*ce*).¹⁴ No PB, não encontramos tais restrições, como mostram os exemplos em (22) e (23). Além disso, o PB revela um conjunto muito mais amplo de *construções de tópico*, como mostraremos a seguir.

Antes, porém, continuemos a explorar a noção de encaixamento da mudança. Além do aparecimento dessas estruturas e ainda levando em conta as palavras de W. L. & H. e as propriedades associadas ao Parâmetro do Sujeito Nulo, seria natural esperar que a mudança atestada ao longo da hierarquia referencial não parasse no sujeito proposicional ou neutro. Seria natural esperar que os sujeitos situados no outro extremo da hierarquia fossem igualmente afetados. O português brasileiro desenvolveria um expletivo lexical para ocupar a posição do sujeito nas sentenças impessoais? Afinal, evidências do passado mostram que o francês desenvolveu o expletivo *Il* antes nulo (\emptyset_{expl} *semble que vs Il semble que*) depois de o sujeito referencial passar a ser obrigatoriamente pronunciado (VANCE, 1989); evidências do presente mostram ainda que uma variedade do espanhol falado na República Dominicana¹⁵, depois de passar a preencher os sujeitos referenciais, certamente devido à erosão fonológica do paradigma verbal, desenvolveu o expletivo *ello*, que aparece não só em sentenças com verbos *quasi*-argumentais, impessoais e inacusativos (*ello llueve* – chove -, *ello hay muchos mangos este año* – há/tem muitas mangas este ano - *ello llegan guagas a cada treinta minutos* -chegam ônibus a cada trinta minutos), mas também em sentenças com sujeitos de referência arbitrária (*ello lo dijeron por la radio* – disseram isso pelo rádio) (cf. TORIBIO, 1996). Vemos, então, dois processos de mudança que atingem toda a hierarquia referencial. E, se quisermos ir mais longe, ela atingiu também no francês a ordem dos inacusativos (**est arrivé um enfant vs um enfant est arrivé*), entre outras propriedades relacionadas ao PSN.

Voltemos à construção de sujeitos deslocados à esquerda (DE), incluída entre as construções de tópico apresentadas no trabalho pioneiro de Pontes, desenvolvido ao longo dos anos

14 Note-se que, mais recentemente, Avanzi (2011) aponta que algumas restrições vão sendo vencidas no francês, como os SNs com o traço [\pm humano] e [+específico], que já são atestados em estruturas de deslocamento à esquerda do sujeito em amostras de fala espontânea. SNs com o traço [-específico] não são retomados por pronomes pessoais.

15 O uso do expletivo lexical *ello* em Santo Domingo, República Dominicana, é largamente utilizado pela população de baixa escolaridade e, por isso mesmo, é uma estrutura altamente condenada pela escola. Este é, sem dúvida, um caso de mudança de “baixo para cima”, que encontrará forte repressão normativa e parece ser alvo de forte preconceito. Essas observações foram recolhidas informalmente pela autora deste artigo em Santo Domingo. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

1980 e reunido numa publicação de 1987. Seu propósito era situar o português do Brasil tipologicamente entre as línguas com orientação para o sujeito e para o discurso. Sua hipótese se sustentava no artigo de Li & Thompson (1976), que apresentava construções de línguas orientais com proeminência para o discurso que guardavam certa semelhança com as encontradas no português, entre as quais as construções de tópico marcado também referidas como construções de “duplo sujeito”¹⁶ – fosse ele coindexado com uma posição preenchida na sentença comentário, como os casos de DE ilustrados em (22)-(23) acima, ou ainda com uma posição vazia na sentença, resultante (presumivelmente) de seu movimento, como é o caso das topicalizações (*Carne, eles agora estão comendo [t]_i*), fosse ele, finalmente, não integrado à sentença comentário (um anacoluto, na tradição gramatical, ou tópico pendente, em quadros teóricos recentes (BRITO, DUARTE e MATOS, 2003), como mostra (24), com exemplos da referida amostra NUCR-RJ:

- (24) a. [_{S^{Top}} **Corrida de cavalo**], [_{S^{Flex}} eu nunca fui ao jóquei clube.
 b. [_{S^{Top}} **As freiras hoje**], [_{S^{Flex}} tudo mudou meu bem.
 c. [_{S^{Top}} **Armazém**], [_{S^{Flex}} vinha o empregado na porta de bicicleta.
 (VASCO, 1999; ORSINI, 2003)

As estruturas de DE foram analisadas, ainda nos anos 1980, por Braga e Mollica (1986) e Braga (1987), que, dentro do quadro teórico funcionalista, buscaram as motivações discursivas para seu uso na língua oral e as restrições de processamento que levavam à retomada pronominal. Callou, Moraes e Leite (1993), juntamente com seus orientandos de IC e outros orientandos nossos mais tarde retomariam o conjunto de construções de tópico, para uma análise sintática e prosódica comparada com as construções de sujeito e predicado (VASCO, 1999; ORSINI, 2003; ORSINI e VASCO, 2007) ou se concentrariam nas motivações discursivas para as ocorrências do deslocamento de sujeitos e da topicalização de objetos (Belfort, 2006) ou ainda refinariam a análise de sujeitos em construções de DE (PAULA, 2012).

Ainda dentro do grupo das chamadas construções de tópico descritas por Pontes (1987), particularmente interessante é aquela em que o elemento proeminente, um genitivo ou um adjunto adverbial, movido para a esquerda, é reanalisado como sujeito, como mostram os pares em (25):

- (25) a. [_{S^{Flex}} **O Jorge Luís**]_i cresceu [o nariz *t*]_i.
 [_{S^{Flex}} \emptyset _{expl} Cresceu [o nariz do Jorge Luís].
 [_{S^{Flex}} O nariz do Jorge Luís]_i cresceu [*t*]_i.
 b. [_{S^{Flex}} **O seu regime**]_i entra muito laticínio [*t*]_i?
 [_{S^{Flex}} \emptyset _{expl} Entra muito laticínio [no seu regime]?
 [_{S^{Flex}} [No seu regime]_i \emptyset _{expl} entra muito laticínio [*t*]_i?

Graças à flexão verbal em português, temos evidência de que nessas construções não se configura uma estrutura de tópico marcado; a evidência da posição ocupada pelo genitivo movido para uma posição não argumental nos vem de dados em que esse elemento se encontra no plural:

- (26) a. [_{S^{Flex}} \emptyset _{expl} rachou [a pele das minhas pernas].
 b. [_{S^{Flex}} A pele das minhas pernas]_i rachou [*t*]_i.

16 O termo “duplo sujeito” engloba todas as construções de tópico marcado – o sujeito periférico seria o sujeito do discurso enquanto aquele que aparece no PB em relação de concordância com o verbo, na sentença comentário, seria o sujeito da sentença (BRITO, DUARTE e MATOS, 2003). Não se confunda, entretanto, com o “tópico-sujeito”. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

c. [_{SFlex} As minhas pernas racharam [a pele t_i].

Uma análise recente de Duarte e Kato (2014) e Fernandes, Duarte e Soares da Silva (2015), com base em dados colhidos de *sites* de reclamação da internet, revelam que o padrão em (26c) é amplamente preferido entre as três formas em competição no PB se o SN contiver um genitivo em sua estrutura. Não escapa ao pesquisador interessado na posição estrutural do sujeito sintático (e nos prováveis efeitos colaterais da mudança!) uma construção em que um elemento referencial se move para uma posição não argumental *disponível* à esquerda do verbo, evitando um expletivo nulo. Restaria explicar por que o PB **não** desenvolveu um expletivo lexical, como o francês e o espanhol dominicano, como vimos antes. A resposta está justamente na orientação para o discurso.

No clássico artigo de Li & Thompson (1976), temos uma afirmação que é relevante para sustentar essa hipótese, observada por Vasco (2006): “numa língua com proeminência de tópico [...] em que a noção de sujeito não desempenha papel proeminente, **não há necessidade de sujeitos expletivos lexicais** ((LI & THOMPSON, 1976: 467)¹⁷. Em outras palavras: o PB identifica sujeitos nulos referenciais, desde que estruturalmente identificados por um tópico (aqui entendido como elemento proeminente no discurso e **não** como elemento dado), e permite sujeitos nulos não referenciais porque línguas orientadas para o discurso não têm itens lexicais **sem conteúdo semântico**. Se um elemento não tem referência, não precisa ter representação fonética numa língua com proeminência de tópico. Uma vez definido o tópico do discurso, sua retomada se faz sem a necessidade de qualquer elemento. Isso explica a resistência de sujeitos nulos referenciais justamente nos Padrões 1 e 2 (ilustrados em (9) -(10)), em que o antecedente mantém a mesma função se comporta como um tópico, com saliência no discurso; explica também a coexistência de sujeitos expletivos nulos e elementos movidos para essa posição em sentenças impessoais. Se levamos em conta que o PB é um sistema com morfologia flexional, ainda que reduzida (ao contrário das línguas com proeminência de tópico orientadas, que não têm flexão) e que essa morfologia, antes capaz de identificar sujeitos nulos, começa a se alternar com um pronome fraco (KATO, 1999), podemos entender estruturas como:

(27) [_{STop} **Essas panelas**]_i [_{SFlex} elas_i esquentam[as alças t_i].

A partir dessas observações, podemos elencar um conjunto de construções em que o alçamento de um constituinte para a posição estrutural do sujeito permite evitar um expletivo nulo. Esse conjunto abrange:

- alçamento de genitivos, dativos e adjuntos adverbiais, com verbos inacusativos já ilustrados em (25-27) e em (28) a seguir (cf. PONTES, 1987; KATO, 1989; DUARTE, 2004; KATO e DUARTE, 2014):

(28) a. [_{SFlex} **Minhas pernas**]_i racharam [a pele t_i].

b. [_{SFlex} **O Fluminense**]_i faltou sorte [t_i] no segundo tempo.

c. [_{SFlex} **Esse vaso**] brotou um pé de melancia [t_i]_i

- Construções com verbos *quasi*-argumentais com sujeitos lexicais locativos e

17 “In a T_p language, as we have emphasized, where the notion of subject does not play a prominent role, there is no need for “dummy” subjects” (Li & Thompson 1976: 467). (dummy = palavra sem conteúdo referencial).

dêiticos (cf. PONTES, 1987; DUARTE, 2004):

- (29) a. $_{\text{SFlex}}$ [Essas janelas]_i ventam muito [t_i]_i.
 b. Vê [$_{\text{SC}}$ se [$_{\text{SFlex}}$ aquelas janelas]_i 'tão chovendo [t_i]_i.
 c. [$_{\text{SFlex}}$ São Paulo]_i chove [t_i]_i; [$_{\text{SFlex}}$ o Rio]_i faz sol [t_i]_i.

- Preferência por construções existenciais pessoais (KATO e TARALLO, 1986; DUARTE, 1997; CALLOU e AVELAR, 2007, entre outros):

- (30) a. 'Cê *tem* prédios lindos em Londres.
 b. **Eu** *tenho* uma papelaria ali na esquina que tira cópia baratinho.
 c. **A gente** não *tem* mais comércio no centro da cidade.

- Alçamento de constituinte de uma oração encaixada para a posição do expletivo em construções impessoais com *parecer* (DUARTE, 2004, 2007; MARTINS e NUNES 2005, 2008).¹⁸

- (31) a. Tem ocasiões que **eu**_i nem pareço [que t_i [\emptyset_i sou brasileiro].
 b. Caso [as aulas]_i pareçam [que t_i [\emptyset_i vão voltar eu mando eles pra escola de novo].
 c. Quando eu brigo, **eu** pareço [que t_i [**eu**_i vou explodir de raiva].
 d. **Vocês** parecem [que t_i [**vocês** não pensam na vida].

- Ergativização de verbos transitivos (GALVES, 1987, 1998; VASCO, 1999; NEGRÃO e VIOTTI, 2008):

- (32) a. A revista 'tá **xerocando**.
 b. Esse prédio **tá construindo** desde que vendeu o terreno onde era a casa do vovô.
 c. Com a reforma, meu jardim **destruiu** inteirinho.
 d. O Bob 's da Tijuca **reformou**.

Todo esse conjunto de construções, algumas das quais sentidas como estranhas, foi produzido por falantes do português brasileiro e apresenta uma simplificação da morfologia passiva, característica das línguas de tópico. Seria impossível não relacioná-las a um conjunto maior de mudanças envolvendo a mudança relacionada à posição estrutural do sujeito no PB.

A partir desse conjunto de fenômenos, algumas generalizações podem ser feitas:

1. o PB apresenta um processo de mudança avançado em direção a sujeitos referenciais definidos, de 1^a. 2^a. e 3^a. pessoas (independentemente do traço semântico dos sujeitos

18 Não discutimos aqui as duas interpretações para essas construções, nomeadamente hiperalçamento e hiperalçamento "aparente". Nossa proposta é que os elementos são alçados a partir de uma posição deslocada e que o sujeito se alterna entre nulo e expresso.

de 3ª. pessoa), mas ainda conserva sujeitos nulos, particularmente esses de 3ª., nos contextos em que há um elemento que o c-comande ou um elemento em sentença adjacente, em posição acessível, ou seja, um constituinte proeminente no discurso. Essa mudança em progresso fica evidente quando se considera a faixa etária dos falantes: os mais jovens apresentam índices significativamente mais baixos de sujeitos nulos do que os mais velhos.

2. O PB apresenta sujeitos preferencialmente expressos para referência genérica/ indeterminada, mas exibe um tipo de sujeito nulo indeterminado, sem qualquer marca, veiculando, principalmente, a noção de aspecto e modalidade, ou ainda em discursos de procedimentos (cf. GALVES, 1987; DUARTE, 1995; CAVALCANTE, 2006).

3. Os sujeitos proposicionais (ou neutros) apresentam variação aparentemente estável, mas seu preenchimento com o demonstrativo (*isso*) já supera o sujeito nulo com verbos diferentes de *ser*.

4. Os sujeitos não referenciais/não argumentais continuam a exibir o expletivo nulo, mas essas estruturas permitem a presença de elementos movidos ou inseridos na posição de Especificador de SFlex.

Algumas generalizações

Em vista da mudança observada nos dados diacrônicos, uma hipótese apresentada em Cyrino, Duarte e Kato (2000) e Kato (2000) seria a de que o PB deveria ser classificado como uma língua de sujeito nulo “parcial”, com sujeitos referenciais expressos e expletivos nulos. Mais recentemente, Holmberg (2010) igualmente inclui o PB entre as línguas de sujeito nulo parcial, justamente com base nos tipos de sujeitos nulos que nós ainda exibimos (aqueles referenciais identificados por um elemento proeminente, além dos nulos genéricos). Entretanto, como vimos neste artigo, esses sujeitos nulos referenciais e genéricos **não estão em distribuição complementar com os expressos**; antes, estão **em variação com sujeitos pronominais expressos** e os nulos ocorrem em índices sempre mais baixos do que os expressos, o que pode significar que, ao longo do tempo, eles venham a desaparecer.

Nesse processo de mudança, não podemos ignorar o surgimento de um paradigma de pronomes fracos em substituição aos morfemas verbais, que eram capazes de identificar um sujeito nulo (cf. KATO, 1999). O fato de o PB ainda exibir uma morfologia flexional (mesmo que empobrecida), ausente nas línguas orientais com proeminência de tópico, certamente vai produzir um sistema com características diferentes, em que o caráter pronominal dessa morfologia surge em forma de pronomes fracos, *clitic-like*, como afirma Kato (1999). Isso pode explicar a questão levantada por Humberto Soares da Silva (comunicação pessoal): como é possível que, numa língua com orientação para o discurso, sejam predominantes sentenças como as encontradas em Duarte (1995)?

(34) a. Mesmo que eu não fizesse o pré-vestibular, eu acho que eu passaria por causa da base que eu tinha. (Homem, 27 anos)

b. Você me disse que você ‘tá morando em Copacabana. (Mulher, 25 anos)

c. Eu gosto muito d[a igreja]_i. E **ela**_i domina uma cidade que não tem edifícios.
[**Ela**]_i é alta com duas belas torres. (Mulher, 50 anos)

A resposta é que a morfologia flexional e a proeminência de tópico são propriedades que caminham juntas no PB; enquanto a morfologia flexional empobrecida produziu pronomes nominativos fracos, a proeminência de tópico permite sujeitos não argumentais ocupando a posição de especificador de SFlex ou uma posição periférica, quando o especificador de SFlex já está preenchido.

Quanto às sentenças impessoais, em que se encontram em variação expletivos nulos e elementos não argumentais movidos para a posição estrutural do sujeito, novamente não temos uma distribuição complementar que possa justificar o rótulo de língua de sujeito nulo “parcial”. O que podemos afirmar é que tanto os sujeitos nulos quanto os expressos do PB estão em distribuição complementar e são compatíveis com o que se vê em línguas de proeminência de tópico.

A hierarquia referencial apresentada neste artigo não podia explicar a assimetria “sujeitos expressos e objetos nulos” no PB; podia explicar apenas que os dois processos seguiam uma direção motivada pela maior ou menor referencialidade da categoria envolvida. Se, entretanto, levarmos em conta a orientação para o discurso como um parâmetro da GU, e aceitarmos que o PB é uma língua [+orientada para o discurso], teremos como explicar não só nossos objetos nulos identificados por um tópico discursivo (cf. RAPOSO, 1986; GALVES, 1987, entre outros) como os sujeitos nulos referenciais (também identificados por um tópico discursivo) e os não referenciais nulos que o PB ainda exhibe. Essa orientação do PB para o discurso encontra suporte em Galves (1987), Negrão e Viotti, (2000), Modesto (2000, 2004 e 2008), Duarte e Kato (2008; 2014), Avelar e Galves (2001), entre outros.

Para concluir, eu gostaria de enfatizar que a utilização do quadro de Princípios e Parâmetros para pôr em prática o modelo da Variação e Mudança, além de permitir relacionar fenômenos superficiais que talvez passassem despercebidos, nos leva a rediscutir e até mesmo realinhar as propriedades associadas aos parâmetros da Gramática Universal, levantar hipóteses sobre a continuação da mudança; e o mais importante é que o benefício é mútuo.

A resposta a cada problema empírico investigado, à luz da proposta de W. L & H. leva a outra pergunta e abre novos caminhos, o que é útil para quem trabalha com a mudança em curso e para quem quer avaliar a eficácia de uma teoria linguística. Essa associação (poderia ser outra a teoria gramatical escolhida!) pode produzir “generalizações menos ‘indutivas’ e mais ‘dedutivas’ e mais ‘ao sabor’ dos princípios previstos em um modelo paramétrico de sintaxe, como reforça Tarallo (1987: 55). Em nenhuma etapa do desenvolvimento do trabalho aqui resumido, devo confessar, empirismo e formalismo se desentenderam; pelo contrário, eles se completaram. Sem um ou outro, essa investigação, que continua em andamento, não teria acontecido. Nossas pesquisas têm contribuído para um refinamento das propriedades relacionadas ao PSN e para propor não *um* parâmetro mas *parâmetros* do sujeito nulo, que contemplam diferenças *paramétricas* entre línguas (HOLMBERG, 2010), o que para o variacionista seriam etapas no processo de mudança.

Para concluir

Finalmente, retomo o início deste artigo para reafirmar o que disse: as afirmações sobre a suposta incompatibilidade e incomensurabilidade dos dois modelos é absolutamente anacrônica. O

reconhecimento à proposta de W, L & H (1968) e aos achados de Labov está hoje presente em trabalhos gerativistas, entre os quais o de Roberts (2007: 295), que, além de minuciosa leitura do referido texto, chama a atenção para o fato de que a variação e mudança sintática estão associadas à *estratificação e a valores sociais* e que o caráter gradual da mudança que se deixa ver na linha do tempo está, sem dúvida, relacionado a *uma variedade de fatores sociolinguísticos e fatores advindos da natureza do sistema gramatical*. É claro que, para os formalistas, essa gradualidade é uma miragem produzida pela observação dos fenômenos durante o (longo) curso da mudança, que segue uma curva em S, quando a competição entre uma nova forma e uma forma conservadora é observada através do tempo. Mas é essa miragem que permite acompanhar o curso da mudança, que, no caso do francês, segundo o próprio Roberts (1993), levou 300 anos para se completar.

Por outro lado, é também interessante ler as palavras de Labov em entrevista à Revista *Letra Magna*, ano 2, n. 2, 2005:¹⁹

Há duas grandes direções da pesquisa linguística hoje. Uma é descobrir as propriedades universais da Faculdade da Linguagem – a busca pela Gramática Universal nos termos de Chomsky. Este é um aspecto muito importante do estudo linguístico, e eu tento fazer uso dos resultados desse trabalho tanto quanto possível. A outra direção é examinar os aspectos da linguagem que não são universais: aqueles que podem mudar e mudam.

Se acrescentarmos que a remarcação do valor de um parâmetro da GU implica necessariamente um período de variação (ou competição) de formas, como espero ter demonstrado aqui, veremos que o exame de tal percurso não pode prescindir da Teoria da Variação e Mudança. Tarallo, sem dúvida, veria sua proposta de trabalho e suas suspeitas absolutamente confirmadas.

Referências:

AVANZI, Mathieu. La dislocation à gauche em français spontané. *Étude instrumentale. Le français moderne*, 2, Neuchatel & de Pris Ouest Nanterre, 2011.

AVELAR, J. & C. GALVES. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. In: A. Costa; I. Falé; P. Barbosa (Orgs.). *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Textos Seleccionados. Lisboa: APL, p. 49-6, 2011.

BARBOSA, Pilar; DUARTE, M. Eugênia L.; KATO, Mary A. Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Univ. de Lisboa, v. 4, p. 11-52, 2005.

BARNES, Betsy K. An Empirical Study of the Syntax and Pragmatics of Left dislocations in Spoken French. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALÁN, C. (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986, p. 207-224.

BELFORD, Eliaine. *Topicalização de objetos e deslocamento de sujeitos na fala carioca*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BORGES NETO, José. A ‘incomensurabilidade’ e a ‘compatibilização’ de teorias. *Letras* 38. UFPR, Curitiba, 1989.

_____. A incomensurabilidade e a compatibilização de teorias. In: J. BORGES NETO. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

19 Agradeço à nossa colega Edair Gorsky (UFSC) essa informação. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

BRAGA, M. Luíza. Esta dupla manifestação do sujeito, ela é condicionada linguisticamente. 34^o *Seminário do GEL*. Campinas, SP, 1987, p. 106-115.

BRAGA, M. Luíza; MOLLICA, M. Cecília M. Algumas contribuições para a compreensão do tópico discursivo. 30^o *Seminário do GEL*. UNESP. São José do Rio Preto, SP. Ms, 1985.

_____. Marcas segmentais e/ou supra-segmentais entre o sujeito e o predicado e sua função discursiva. *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série ESTUDOS, 12. Uberaba, MG. 24-39, 1986.

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Estrutura da frase simples e tipos de frases. In: MATEUS, M. H. M. *et alii* (Orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho Editorial, 2003, p. 433-506.

CALABRESE, Andrea. Pronomina: some properties of the Italian pronominal system. In: FUKUI, N; RAPOPORT; SAGEY, E. (eds.) *MIT Working Papers in Linguistics*, 8. 1-46, 1986.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. A topicalização no português do Brasil: sintaxe e prosódia. *Anais do II Congresso da ASSEL-RJ*. Faculdade de Letras, UFRJ. 1993: 89-97.

CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito. Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais na história do português. In: CASTILHO, A.; TORRES-MORAIS, M. A.; LOPES, R.; CYRINO, S. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, p. 375-402.

CAVALCANTE, Sílvia. R. O sujeito nulo de referência indeterminada na fala culta carioca. *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Rio de Janeiro, v.2, p.63-82, 2007.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CYRINO, Sônia M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt, Editorial Vervuert/Iberoamericana, 2000:163-184.

_____. *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese (Doutorado em Linguística), 1994. Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

CYRINO, Sônia; DUARTE M. Eugênia. L; KATO, M. A. (2000). Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt, Editorial Vervuert/Iberoamericana, 2000:55-104.

DUARTE, Inês. *A Construção de Topicalização na Gramática do Português. Regência Ligação e Condições sobre Movimento*. 1987. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987.

DUARTE, M. Eugênia. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1993. p. 07-128.

_____. *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. 1995. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

_____. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2003, 115-128.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

- _____. On the embedding of a syntactic change. *Language Variation in Europe: Papers from ICLaVE2*. Uppsala, Sweden: Universitetsstryckeriet. 2004: 145-155.
- _____. Sobre outros frutos de um projeto herético: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. In: CASTILHO, A.; TORRES MORAIS; M. A.; LOPES, R.; CYRINO, S. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, p. 35-48.
- _____. (Org.). *O sujeito nulo em peças de teatro (1843-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- _____. Avanços no estudo da mudança sintática associando a Teoria da Variação e Mudança e a Teoria de Princípios e Parâmetros. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 57, 1, p. 85-111, 2015.
- DUARTE M. Eugênia L.; KATO, Mary A. Mudança Paramétrica e Orientação para o Discurso. *Congresso da APL*, Braga, Portugal, 2008.
- _____. Variation in Syntax: null expletives and raised constituents in Brazilian Portuguese. Comunicação, *NWAV*, Chicago, 2014.
- DUARTE, M. Eugênia L.; MOURÃO, Gabriela; SANTOS, Heitor. Os sujeitos de terceira pessoa: revisitando Duarte 1993. In: DUARTE, M. E. L. *O sujeito nulo em peças de teatro (1843-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. 2012, 21-44.
- DUARTE, M. Eugênia L.; MOURÃO, Gabriela; GUIMARÃES, Luan. A retomada dos sujeitos proposicionais: categoria vazia ou demonstrativo? In: DUARTE, M. E. L. *O sujeito nulo em peças de teatro (1843-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, 69-82.
- DUARTE, M. Eugênia. L.; RAMOS, Jânia. Variação nas funções acusativa, dativa e reflexiva. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Panorama Sociolinguístico do Português Brasileiro: teoria, descrição e análise*. São Paulo: Contexto. 2015: 173-195.
- DURANTI, Alessandro; OCHS, Elinor. Left-dislocation in Italian conversation. In: T. Givón (ed.), *Syntax and Semantics*: vol. 12. Discourse and Syntax. New York: Academic Press. 377-415, 1979.
- FERNANDES, Ulli; DUARTE, M. Eugênia; SOARES DA SILVA, Humberto. Análise diacrônica da ordem V-DP/DP-V com verbos inacusativos no português brasileiro. *Revista Philologos*, UERJ, v. suplemento, 418-428, 2015.
- GALVES, Charlotte C. A Sintaxe do Português Brasileiro. *Ensaaios de Linguística*, v. 13. 31-50, 1987.
- HOLMBERG, Anders. Null subject parameters. In: T. BIBERAUER et al. (eds.) *Parametric Variation: null subjects in Minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press. 2010: p. 88-124.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1979.
- KATO, Mary A. Sujeito e Tópico: duas categorias em sintaxe? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 17: 109-132, 1989.
- _____. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-linguística. In: HORA, D. da H.; CHRISTIANO, E. (Orgs.). *Estudos Linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999, 95-106.
- _____. Strong and weak pronominals and the null subject parameter. *Probus*, 11, 1: 1-31, 1999.
- Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

- _____. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, Esmeralda V. (Eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt-Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 2000: 223-258.
- KATO, Mary A.; TARALLO, Fernando. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O. & SILVA-CORVALAN, C. (Eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris. 1986, p.343-358.
- KATO, Mary A.; DUARTE, M. Eugênia L. A variação entre construções finitas pessoais e impessoais no português brasileiro, *Revista Sociodialeto*, v. 4, n. 12, 153-177, 2014.
- KROCH, Anthony. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language, Variation and Change*, v, 1, p. 199-244, 1989.
- LI, Charles-N.; THOMPSON, Sandra. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C-N (ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976: 457-489.
- LIGHTFOOT, D. *How to set parameters*. Cambridge, MA: MIT Press. 1991.
- LIRA, Solange de A. *Nominal, Pronominal and Zero Subject in Brazilian Portuguese*. 1982. Tese (Doutorado em Linguística), University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1982.
- LOPES, Célia R. “Nós” e “a gente” no português falado culto. 1993. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- _____. *A inserção de ‘a gente’ no quadro pronominal do português: percurso histórico*. 1999. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- _____. *A inserção de ‘a gente’ no quadro pronominal do português*. Frankfurt/Madri. *Vervuert/Iberoamericana*, vol. 18, 2003.
- LOPES, Célia; CAVALCANTE, Sílvia. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e clítico-te. *Linguística*, Madrid, v. 25, 2011, p. 30-65.
- MARINS, Juliana. *O Parâmetro do Sujeito Nulo: uma análise contrastiva entre o português e o italiano*. 2009. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- MARTINS, Ana M.; NUNES, Jairo. Raising issues in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, p. 53-77, 2005.
- _____. _____. Apparent Hyper-raising in Brazilian Portuguese: Agreement with Topics across a Finite CP. In: PHOEVOPANAGIOTIDIS, E. (Org.) *The Complementizer Phase: Subjects and Operators*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 143-163.
- MENON, Odete. A gente: um processo de gramaticalização. *Estudos Linguísticos XXV*, 622-628, 1996.
- MODESTO, Marcello. Null subjects without “rich” agreement. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt, Editorial Vervuert/Iberoamericana, 2000:147-174.
- _____. Sujeitos nulos em línguas de tópico proeminente. *Revista da ABRALIN*, vol. 3, 121-148, 2004.
- _____. Topic Prominence and Null Subjects. In: BIBERAUER, T. (Org.) *The limits of syntactic Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31-60.

variation. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishers, 2008: 375-410.

MOLLICA, C. *Estudo da cópia nas construções relativas em português*. 1977. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica-RJ, Rio de Janeiro, 1977.

NEGRÃO, Esmeralda V. e VIOTTI, Evani. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: FIORIN, J.; PETTER, L. & M. (Orgs.). *Africa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008: 179-203.

OMENA, Nelize P. de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica-RJ, Rio de Janeiro, 1978.

_____. A referência à primeira pessoa do plural. *Relatório final: Subsídios do Projeto Censo à Educação*. Vol II, 286-319. UFRJ, 1986.

_____. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, G. & SCHERRE, M. (orgs.). *Padrões Sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996, p. 183-215.

ORSINI, M. T. *As construções de tópico no português do Brasil: uma análise sintático-discursiva e prosódica*. 2003. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.letras.ufrj.br/posverna>

ORSINI, Mônica T. e VASCO, Sérgio L. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. *Diadorim – Revista de estudos linguísticos e literários*. v. 2, RJ: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, p. 83-98, 2007.

PAULA, Mayara N. de. *As construções de deslocamento à esquerda de sujeito no PB: um estudo em tempo real de curta duração*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PAGOTTO, E. G. Sociolinguística. In: PFEIFFER, C. C.; NUNES, J. H. (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem - Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, 49-72.

PAREDES SILVA, Vera L. É isso aí: verbo ser e demonstrativos em função coesiva no português. *Encontro Nacional de Linguística*, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1985.

_____. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal*. 1988. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

PAREDES SILVA, Vera L.; OLIVEIRA, Amanda B. A. de. 'É isso aí': a variação na referência estendida em diferentes gêneros de escrita. In: PAIVA, M. da Conceição; GOMES, Christina A. (Orgs.). *Dinâmica da variação e da mudança na fala e na escrita*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, 45-68.

PONTES, E. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Ed. Pontes, 1987.

RIVERO, Maria-Luisa. On Left-Dislocation and Topicalization in Spanish. *Linguistic Inquiry*, 2. 363-393, 1980.

RAPOSO, Eduardo P. On the Null Object in European Portuguese. In: JAEGGLI; C. SILVA-CORVALÁN, C. (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986: p. 373-390.

RIZZI, Luigi. The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. S.

l.: s. e, 1998.

_____. A parametric approach to comparative syntax: properties of the pronominal system. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *The New Comparative Syntax*. London: Longman, 1997, p. 268-285.

ROBERTS, Ian. *Verbs and Diachronic Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1992.

_____. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: I. Roberts & M. A. Kato (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993: 409-425.

_____. *Diachronic Syntax*. Oxford: OUP, 2007.

TARALLO, Fernando. “‘Era uma vez...’: Estória, História e A história.’ In: *O histórico e o discursivo*. Série Estudos12, Uberaba, Minas Gerais, 1986.

_____. Por uma Sociolinguística Românica Paramétrica: Fonologia e Sintaxe”. *Ensaio de Lingüística*, 13, 1987, p. 51-84.

TARALLO, Fernando; KATO, Mary A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. In: *Preedição 5*. Campinas, Unicamp, 1989, 315-353. [Reeditado em *Diadorim – Revista de Estudos Lingüísticos e Literários*. Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, UFRJ. vol. 2, 2006,13-42,]

TORIBIO, J. Dialectal Variation in the licensing of null referential expletive subjects. In: PARODI, C.; QUICOLI, C.; SALTARELLI, M.; ZUBIZARRETA, M. L. (Eds.). *Aspects of Romance Linguistics*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1996, 409-432.

VANCE, B. *Null subjects and syntactic change in medieval French*. 1989. Tese (Doutorado), Cornell University, Ithaca/New York, 1989.

VARGAS, A. de S. “A evolução na representação das estratégias pronominais de indeterminação”. In: DUARTE, M. E. L. (Org.). *O sujeito nulo em peças de teatro (1843-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial. 2012, p. 45-68.

VASCO, Sérgio. L. *Construções de tópico em português: as falas brasileira e portuguesa*. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Construções de tópico na fala popular*. 2006. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.lettras.ufrj.br/posverna>

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. (1968) Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W; MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p. 97-195. (Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006).



AS ÍNDICAS ÁGUAS DA (NA) POESIA MOÇAMBICANA

Carmen Lucia Tindó Secco¹

RESUMO: O objetivo principal desta conferência consiste em demonstrar a importância do oceano Índico para a poesia de Moçambique. Fundamentada pelos Estudos Culturais, pelos estudos sobre a Nova História e a teoria da poesia, nossa leitura tenciona provar que os “poetas do Índico” se agrupam em torno de dois eixos: um que subverte a história oficial; outro que, direcionado aos sonhos e afetos, realiza uma cartografia lírica e existencial do sujeito poético.

PALAVRAS-CHAVE: Oceano Índico. Poesia. Moçambique. História.

RÉSUMÉ: L'objectif principal de cette conférence est de démontrer l'importance de l'Océan Indien dans la poésie du Mozambique. Fondée par les Études Culturelles, par les études sur la Nouvelle Histoire et la théorie de la poésie, notre lecture entend prouver que les “poètes indiens” sont regroupés autour de deux axes: l'un qui subvertit l'histoire officielle; l'autre qui, liée aux rêves et d'émotions, effectue une cartographie lyrique et existentielle du sujet poétique.

MOTS-CLÉS: Océan Indien. Poésie. Mozambique. Histoire.

Introdução

O Índico não é apenas da ordem da geografia: é um guardião da história de povos diversos. Viagens antigas não trocaram apenas genes, mercadorias, línguas e culturas. Forjaram identidades e uma história comum de povos que bem se poderiam, hoje, chamar de “indiânicos”.

(COUTO, Mia, 2010: 63)

Seria impossível, no espaço de uma conferência de cinquenta minutos, dar conta dos conteúdos das cinco Literaturas Africanas com as quais trabalhamos desde 1993, razão pela qual optamos por abordar, apenas, alguns dos mais significativos poetas do Índico, em cuja poesia o mar se institui como importante metáfora da configuração identitária, cultural, literária e histórica de Moçambique. Em nossa escolha, prevaleceram não somente as “afinidades eletivas” e o fascínio despertado pela leitura de diversos poetas moçambicanos, mas também o desejo de atar as pontas de nossas reflexões e pesquisas. No início da década de 1990, quando investigar imagens marítimas nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa parecia algo bizarro, uma vez ser o mar relacionado ao tema das navegações portuguesas, fomos precursores, no Brasil, apresentando à UFRJ e ao CNPq um projeto, cujas metas foram o levantamento das significações

¹ Professora Titular de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Pesquisadora 1 do CNPq. E-mail: carmen.tindo@gmail.com

das metáforas marinhas nas Literaturas Africanas em português e a publicação da *Antologia do mar na poesia africana*: v. I Angola (SECCO, 1996); v. II Cabo Verde (SECCO, 1999a); v. III Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe (SECCO, 1999b).

Nessa pesquisa inicial, concluímos que: a) na poesia africana de língua portuguesa das décadas iniciais do século XX, o mar pouco é representado, pois se encontra associado às caravelas portadoras da opressão colonial; b) na poesia ligada às lutas de libertação e ao projeto de reconstrução nacional, o mar também não se faz constante, havendo uma ênfase na terra e nos rios africanos; c) nos espaços insulares – Cabo Verde, São Tomé e Príncipe –, o oceano é uma metáfora recorrente; d) no novo lirismo do período da pós-independência, há vertentes nitidamente ligadas ao mar, que, metaforicamente, passa a ser visto como elemento de erotização da linguagem poética e caminho para uma revisão crítica da história.

Atualmente, renomados estudiosos das Literaturas Africanas – Ana Mafalda Leite (LEITE, 2003 e 2006), Fátima Mendonça (MENDONÇA, 1993), Francisco Noa (NOA, 2012), José Luís Cabaço (CABAÇO, 2002), Rita Chaves (CHAVES, 2002), Paula Meneses (MENESES, 2009), Mar Garcia (GARCIA, 2010), Nazir Can (CAN, 2010 e 2013) Jéssica Falconi (FALCONI, 2013), Elena Brugioni (BRUGIONI, 2013) – entre os quais também nos incluímos (SECCO, 2010, p. 165-176) –, reafirmam, em livros, ensaios e artigos, várias dessas conclusões, alguns fundamentados teoricamente nos Estudos Culturais sobre o Índico, cujos contributos são, hoje, evidentes, tendo em vista a visibilidade que deram a esse oceano, propiciando debates e reflexões acerca da hibridação ali existente, durante séculos, tanto no plano econômico, social e político, como no cultural, artístico e literário. Tais estudos revisitam a história com novo olhar, focalizando outras paisagens e historiadores que chamam atenção para a antiga “transnacionalidade índica” (NOA, 2012):

(...) o Oceano Índico já era no século XV um espaço transnacional, uma cultura mundial cosmopolita com um sistema econômico integrado, constituindo (...) trocas, peregrinações e um mundo de diversidade, culturas, conhecimentos. (...) Para um vasto número de comunidades, o Oceano Índico significava uma oportunidade de viagem, intercâmbio e aprendizagem (CUNHA, 2010: 12).

Desejamos demonstrar que diversos poetas moçambicanos, bem antes dos Estudos Culturais, já percebiam essa multiculturalidade e hibridação. Antes de passarmos a esses poetas e suas respectivas poéticas, consideramos necessária uma incursão pela história moçambicana.

Desenvolvimento

Banhado pelo Oceano Índico, Moçambique tem impregnados em sua memória histórica traços de culturas várias: a dos africanos de origem banto que habitavam essa região da África Austral; a dos árabes que, antes dos portugueses, se instalaram na Ilha de Moçambique e comerciaram com etnias africanas do continente, tendo-as iniciado, também, na arte de navegar; e a dos lusitanos marinheiros, que, comandados por Vasco da Gama, aportaram nessa ilha, no ano de 1498.

O Índico, geográfica e historicamente, foi, desse modo, palco tanto dos mercadores árabes, como dos colonizadores lusos. Por esse motivo, carrega em si heranças múltiplas: africanas, orientais e ocidentais, presentes ainda hoje no imaginário sociocultural moçambicano.

As origens da sociedade moçambicana se localizam por volta dos anos 200 ou 300 da Era Cristã, quando as primeiras comunidades de povos bantos se fixaram nas terras austrais da costa oriental

africana, entre o lago Niassa e o oceano Índico. No século X, essas comunidades iniciaram relações comerciais com povos do Oriente, trocando ouro e marfim por tecidos, miçangas, porcelanas:

Do século XI ao XV, desenvolveram-se feitorias árabes no litoral e na Ilha de Moçambique; surgiram cidades dominadas pelos comerciantes árabes, persas e suaílis (africanos bantos arabizados ou islamizados, que prolongaram as feitorias muçulmanas da costa da Somália, Melinde, Mombaça, Zanzibar, Quíloa, Moçambique, Sofala). Essa região da África Oriental fazia parte do complexo mercantil do Oceano Índico, com relações a longa distância com o Oriente Médio, com a Índia e com a China. As relações mercantis atingiram também os povos bantos do interior (OLIVEIRA, 1994: 36).

No interior, povos bantos habitavam a margem direita do rio Limpopo e pertenciam à estirpe dos xonas. Constituíram uma civilização suntuosa, o “Império de Monomotapa”, cujas ruínas existem no Zimbábue, fronteira com Moçambique.

Os portugueses, chegados, no final do século XV, a Moçambique, lutaram até conseguirem expulsar os mercadores orientais dessa região. Entretanto, não se preocuparam, logo, em colonizar as terras conquistadas, pois seus interesses convergiram para a pilhagem das riquezas naturais existentes nessas terras. Conhecedores do Império de Monomotapa, empreenderam muitas incursões ao interior, buscando destruir as populações nativas que, entretanto, reagiram durante um longo tempo.

Em 1505, Portugal já tendo levantado uma fortaleza-entreposto na cidade de Sofala e uma feitoria na Ilha de Moçambique, começa a penetrar o Zambeze a fim de atingir o império de monomotapa, cujas legendárias riquezas excitavam a cobiça de D. Manuel I. (...)

Com o início da atuação da Companhia de Jesus, em 1534, a estratégia de exploração da costa oriental africana ganha contornos de catequese. Então, em 1558, um príncipe tonga é batizado e convence o pai a receber padres que traziam oferendas ao monomotapa Mupunzagutu. Este, porém, deixa-se estrategicamente batizar, porém, logo depois, manda executar o padre que o batizou, sob acusação de espionagem.

Até 1575, as lutas com os portugueses continuam acirradas; nesse ano é assinado um acordo para expulsar os árabes do Império. A partir daí os portugueses, até quase ao final do século XVII, penetram cada vez mais o interior desse reino.

Mas essa penetração não se faz pacífica. São muitas as revoltas: a dos macuas em 1775, a dos rongas em 1822, a dos reis vátuas Manicusse, Muzila e Gungunhane, entre muitas outras. Só em 1895, os portugueses tomam o poder (LOPES, 1988: 98-99).

A ação lusitana foi a de explorar o ouro, o marfim e o tráfico negreiro. Em 1751, os portugueses, voltados ao comércio de escravos, deixaram a administração de Moçambique a cargo da Índia portuguesa (Goa), razão que explica o grande número de indianos no território moçambicano. No final do século XIX, com a proibição do tráfico negreiro, Portugal intensificou a ação colonizadora em seus territórios na África, mas continuou a enfrentar diversas reações das populações nativas.

A colonização portuguesa em Moçambique tentou apagar as marcas culturais encontradas nestas terras situadas na costa oriental africana, valendo-se de uma política de assimilação que anulava as diferenças dos povos dominados, levando-os a se portarem como “verdadeiros portugueses”. Essa foi, como demonstra Homi Bhabha, uma das estratégias do discurso colonial: “apropriar-se e apoderar-se do Outro pela recusa de suas diferenças.” (BHABHA, 1998: 125)

O domínio português em Moçambique difundiu seus estereótipos e seus fetiches, tratando como Outros não só os africanos de origem banto, mas também os indianos, os árabes e os “mouros negros” encontrados na região, passando aos colonizados africanos os preconceitos europeus contra os orientais.

Segundo Edward Said, em seu livro *Orientalismo*, a relação entre o Ocidente e o Oriente foi edificada em torno de questões de poder; e, para que este fosse alcançado, o Ocidente sempre representou negativamente os árabes e indianos, caracterizando-os como povos nômades, exóticos, misteriosos, desonestos, ladrões, traficantes de escravos, ouro e marfim. Desse modo, a imagem do “Oriente foi, quase sempre, tecida como uma invenção do Ocidente” (SAID, 1990: 13) para justificar a hegemonia deste último.

Com essa caracterização discriminatória, a colonização lusitana procurou silenciar os traços orientais na cultura moçambicana, fazendo com que esta se esquecesse de que “não foi pela mão dos portugueses que a pequena Ilha de Moçambique entrou na História, mas pela dos árabes, que nela se instalaram quando iniciaram a sua tão famosa talassocracia índica que os celebrou ao longo da costa oriental da África” (LOBATO, 1992: 169), muito antes da chegada da esquadra de Vasco da Gama a essa ilha, escala indispensável, na época, à rota das especiarias.

A responsabilidade pelo fato de a história mais remota da Ilha de Moçambique ser mal conhecida deve-se, pelo menos em parte, aos próprios portugueses, cuja política de ocupação da ilha conduziu à dispersão e ao desaparecimento das comunidades muçulmanas que ali habitavam durante a era pré-gâmica. Com isso, se esgarçaram as lendas fundadoras e as tradições que narravam a história do xecado e do sultanato ali existentes no período do domínio árabe (LOBATO, 1996: 11).

Textos de cronistas e poetas relatam como os portugueses, ao ocuparem a Ilha de Moçambique, ergueram fortalezas e igrejas, buscando sobrepor sua cultura à dos mouros:

A povoação portuguesa organizou-se, no século XVI, à volta da Torre Velha, situando-se a dos árabes ou mouros no sítio do Celeiro. O fosso religioso que na época separava os homens obrigava-os a terem bairros diferentes, cada qual com seus templos privativos (LOBATO, 1992: 171).

Não conseguindo extirpar totalmente os cultos e costumes árabes, a política lusitana foi a de segregá-los, impingindo uma visão preconceituosa a respeito deles, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, época em que se desenvolveu, mais sistemática e intensamente, a colonização portuguesa em África, pois, até então, Portugal estivera ocupado com o comércio do marfim, do ouro e com o tráfico negreiro para o Brasil.

O mar, por onde chegaram os colonizadores e também associado ao comércio dos escravos obrigados à diáspora, era temido pelas etnias africanas locais. Visto como local do inimigo, o oceano era considerado território do invasor europeu, espaço por onde se escoou, durante séculos, a carga humana negra com a qual Portugal tanto lucrou nas Américas.

Apesar de as imagens oceânicas não terem sido, de modo geral, recorrentes nas literaturas africanas de língua portuguesa, há um viés da poesia moçambicana intensamente relacionado ao Índico, no qual podemos agrupar poetas de visível pendor marítimo: Orlando Mendes, Rui Knopfli, Virgílio de Lemos, Glória de Sant’Anna, Luis Carlos Patraquim, Eduardo White, Nélon Saúte, Júlio Carrilho, Guita Júnior, Adelino Timóteo, Sangare Okapi, entre outros. Esses poetas, entretanto, seguem procedimentos diferentes, constituindo duas vertentes literárias dentro da poesia do mar: uma que metaforiza o Índico, existencialmente, buscando os afetos e os sonhos; outra que subverte corrosivamente a história, criticando o colonialismo e a opressão.

Nas origens das letras moçambicanas, em fins do século XIX, surge como referência inicial o poeta Campos Oliveira, cuja produção dispersa foi reunida por Manuel Ferreira, que publicou *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 61-82.

trinta e um poemas do autor em um livro intitulado *O mancebo e o trovador*. Tais composições apresentam uma imagística romântica, que cultua o amor à maneira trovadoresca, deixando evidente, no ritmo, a presença portuguesa dos antigos cancioneiros. O eu lírico dos poemas canta a solidão, o sofrimento. O oceano aparece como lugar de interdição, sendo visto como “o agro mar” que separa o sujeito poético dos tempos da infância:

(...)
Olha o tempo benfadado
da infância corre apressado,
e passado,
não há mais de voltar, não!

E findo ele... é triste a vida,
vai-nos sempre submergida
de pesares no agro mar,
(...)
(OLIVEIRA, 1985: 98)

O oceano revela-se também o local da pesca, da faina cotidiana pela sobrevivência; é o alto-mar cheio de riscos que obriga o sujeito-lírico a ficar longe da amada durante todo o dia:

(...)
sou pescador desde a infância,
e no mar sempre vaguei;
a pesca me dá sustento,
nunca outro mister busquei.

(...)
em frágil casquinha leve,
sempre longe de meu lar,
ando entregue ao vento e às ondas
sem a morte recear.
(...)
(OLIVEIRA, 1985: 111)

Nas duas primeiras décadas do século XX, ao serem fundados em Moçambique os jornais *O Africano* (1908) e *O Brado Africano* (1918), iniciou-se uma valorização da terra africana; persistiu, porém, certa ambiguidade, uma vez que, embora louvassem a África, os poetas e jornalistas desse período buscavam um arcabouço escritural mimetizado ao dos colonizadores e muitos deles acabavam por celebrar os padrões civilizatórios europeus. É o que ocorre, por exemplo, em Moçambique, com o poeta Rui de Noronha, considerado precursor da poesia moçambicana, pois seus sonetos falam da África, mas a tratam exoticamente. Há, em sua visão, um tom romântico, que defende, no fundo, uma ideia messiânica de progresso vinculado à civilização europeia. Em um de seus poemas, intitulado “Cais”, aponta para a exploração dos negros, porém a forma da composição segue o modelo dos sonetos de Camões e Antero de Quental. O mar, nessa poesia, pouco tem de africano; no entanto, embora seja plasmado como “plácida baía”, funciona como testemunha passiva do melancólico canto dos trabalhadores negros do cais:

Há vibrações metálicas chispando
Nas sossegadas águas da baía.
(...)
As bóias põem no mar um choro brando

De luzes a cantar em romaria.
 (...)

E ouve-se então mais forte, mais vibrante,
 Os pretos a cantar, noite adiante,
 Por entre a bulha e o pó das carvoeiras...
 (NORONHA. In: FERREIRA, 1977, v. III: 37-38)

Já no soneto “Amar”, por exemplo, a referência marinha é puramente retórica: o “mar encapelado” aparece como sinônimo da existência atormentada do sujeito-lírico que reflete, romanticamente, sobre os temas do Amor e da Morte:

No encapelado mar desta existência
 O amor é compassiva indulgência
 A culpa original de nossos pais.

 Que resta ao homem suprimindo o amor?
 Buscar a morte p’ra fugir à dor,
 –Tristeza, indiferença – e nada mais.
 (NORONHA. In: ANDRADE, 1977, v. 1: 63)

Como podemos notar, essa poesia, produzida entre 1880 e 1940, que constitui o primeiro momento das letras moçambicanas, não consegue ainda se descolar, em termos formais, dos moldes impostos pela colonização lusitana. Entretanto, por apresentar a “dupla face do exotismo” de que nos fala Bernard Mouralis, já incluía, como observamos no soneto “Cais”, “outros homens, outras paisagens” (MOURALIS, 1982: 179) em seu imaginário literário, fator que preparava o terreno para a assunção da “poética da moçambicanidade” que se iniciaria nas décadas de 1940 e 1950.

É a partir dessa época que a poesia produzida em Moçambique vai buscar assumir sua identidade. É publicado o Jornal *Msafo*² (1952) que só teve um único número, mas que, na linha da revista angolana *Mensagem*, defendia a criação de uma literatura preocupada em afirmar as raízes identitárias moçambicanas. Os fundadores de *Msafo* foram Virgílio de Lemos, Reinaldo Ferreira, Augusto Santos Abranches, sem esquecer Antero Machado, João Ayres, Domingos Azevedo e Eugénio de Lemos. Com essa publicação, se inicia o segundo momento da literatura moçambicana (1944-1964), cuja produção poética recebe fortes contribuições do Neo-Realismo, do Renascimento Negro e do Movimento da Negritude, denunciando o racismo, o colonialismo, a exploração nas minas da África do Sul. Os principais poetas dessa fase são, além dos fundadores de *Msafo*, Noémia de Sousa, Orlando Mendes, José Craveirinha. Vários desses poetas publicaram seus textos no “Suplemento Literário” do Jornal *O Brado Africano*.

Essa poesia se afasta dos cânones portugueses e refuta a superioridade da civilização europeia. É uma poética vibrante, de forte impacto social, que procura as raízes profundas africanas. Entretanto, a identidade aí recuperada por alguns poetas se faz mítica, uma vez que o negro se apresenta idealmente concebido. A “moçambicanidade” propalada era, por tal razão, um conceito imaginado. No entanto, poetas como José Craveirinha, Virgílio de Lemos, entre outros desse período, ultrapassam essa concepção exótica da “moçambicanidade” e, pelo uso de procedimentos transgressores, procuram afirmá-la por intermédio de uma linguagem de intenso vigor poético.

O mar, nessa fase poética, aparece muito menos do que a terra e os rios moçambicanos, pois era o regresso à Mãe-África o que propunha, principalmente, a poesia da “moçambicanidade”. O oceano traz ainda, em alguns poetas, a negatividade dos tempos das conquistas, sendo visto, por isso, na maioria das vezes, como um lugar perigoso do qual os africanos deviam afastar-se.

2 Palavra da língua nativa falada pelos chopos, uma das etnias moçambicanas; significa ritmo, melodia, canto e poesia. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 61-82.

Nesse momento de busca de uma poesia autenticamente moçambicana, as imagens marítimas, embora pouco recorrentes, estavam quase sempre associadas à diáspora negra, à memória histórica, à catarse dos sofrimentos do outrora de opressão.

Para o poeta Fonseca Amaral, o mar significa exílio, desterro. Mas, paradoxalmente, traz, também, em si a imagem das “praias da memória”, onde as águas marulham, evocando sonoridades da língua com a qual o sujeito-lírico procura renomear a terra moçambicana, a “mãe estuante”, local de gênese e origem. A cisão e o afastamento marítimos lhe dão a consciência da necessidade de redescobrir moçambicanamente os símbolos e os nomes da terra:

Lina,
distante dezanove dias de água,
milhas marítimas que só a lembrança vence,
teus desvanecidos traços tento definir
(...)
Só sei dar a tudo, coisas vivas ou inanimadas,
aves, folguedos, instrumentos, localidades
os saborosos nomes que juntos aprendemos, e não outros:
bakota, shikumbela, timbila, Zavala.
(FONSECA. In: FERREIRA, 1997, v. III: 368)

Na poética de Noémia de Sousa, o mar surge pouco e, quando aparece, se erige como espaço de desespero e revolta, como espelho da voz feminina a denunciar o feitiço do Índico que trouxera os homens louros a quem os africanos se submeteram e as mulheres negras deram seus corpos.

E para além de tudo,
por sobre Índicos de desesperos e revoltas,

(...)
nossos corpos capulanas quentes
embrulharam com carinho marítimos nómadas doutros portos,
saciaram generosamente fomes e sedes violentas
Nossos corpos pão e água para toda a gente.
(SOUSA, 1994, v. II: 91-93)

Orlando Mendes, também dessa época, em *Cinco poesias do mar Índico* (Seara Nova, 1947), aponta o mar como europeu, associado à colonização e ao tráfico negreiro. É o que também observamos nos seguintes versos de José Craveirinha:

Do mar vieram os lívidos navegantes
(...)
E o negro aprendeu as rezas
dos capitães negreiros
dizendo o terço com grillhetas
nos pulsos e nos pés.
(CRAVEIRINHA, 1959, poema inédito³)

Craveirinha⁴ transforma o lírico em narração. Literatura e História registram a trajetória de violência vincada no imaginário social de Moçambique, denunciando que, desde o século XV, quando os portugueses chegaram à costa oriental africana, as lembranças se fizeram atroz.

3 Cedido pela Profa. Fátima Mendonça, da Universidade Eduardo Mondlane, em 1995.

4 A poética de José Craveirinha possui vários ciclos, passando pela negritude, pela moçambicanidade, pela poética dos ideais libertários. Apresentamos dele apenas um poema, pois foi o que encontramos versando sobre o tema do mar.

O oceano Índico passou, assim, a ser relacionado à aventura dos navegantes portugueses, em busca dos caminhos marítimos para as Índias. Por isso, muitos poetas moçambicanos desse período preferiram cantar a terra e a natureza – metáforas da “moçambicanidade” –, ou o negro, exaltando o orgulho da cor.

Virgílio de Lemos, contudo, desde essa época, não esconde sua obsessão pelo mar. Este, em sua poesia, se apresenta como metáfora do desejo, do Eros primordial.

(...)
 enigmático e suspenso entre o poente
 e teu mamilo azul que estreito
 entre meus dedos e a espuma,
 o mar contra os rochedos, ofegante
 a tua recuperação no resgate
 dilatado de golpes e desejos.
 (LEMOS, 1999a: 82)

O oceano, para o poeta, é um espaço metafórico, por meio do qual reflete e se indaga, existencial e poeticamente, sobre a vida:

A tentação dos azues

Mar tão exoticamente azul que me esqueço
 do azul diáfano mar como um vulcão polvo
 cólera acalmada perversa erótica voz do mar
 azul que é fantasia mar d'estrelas de água e

fundos espelhos de raiva submarina e secreta
 flora e fauna sensual emoção na sedução azul
 do mar diálogo vibrações chorando ou rindo

vozes que fogem à reflexão e à razão e são apenas
 mar de combates solitários mergulhos do azul
 no azul despedaçados mastros naus de guerra

de estupro intoleráveis testes dos extremos frágeis
 corpos inenarráveis mortes meias verdades
 silêncios dramáticos azuis na intolerância dos ventos.
 (LEMOS, 1999a: 67)

Desenraizado e cosmopolita, o sujeito-lírico da poética virgiliana se estilhaça e persegue, incessantemente, em cada fragmento seu, a própria diversidade identitária. Há uma consciência da fragmentação interior. O poeta sempre teve a lúcida compreensão da hibridação de saberes, culturas e línguas que o perpassavam, tendo em vista as heranças africanas, árabes e lusitanas que, através dos tempos e da história, se mesclaram na formação do multifacetado imaginário moçambicano.

O mar é o magma da poesia de Virgílio de Lemos, conotando não só o inconsciente do poeta, mas também o profundo reservatório de saberes que acumulou pela vida. Esse mar, então, traz reverberações filosóficas de grande profundidade. O sujeito-lírico opta por uma poética do caos interior, passa a operar com uma lírica por meio da qual procura captar cintilações de pensamentos e afetos, brilhos de palavras e construções inusitadas.

Seus poemas ganham, assim, formas mais sintéticas, de maior contenção, lembrando, por vezes, “haikais”, em que os versos breves apresentam imagens de esgarçadas memórias, antigas

recordações de paisagens, reflexões filosóficas.

O mar do inconsciente jorra, surreal, fazendo transbordarem emoções submersas, paixões que queimam como fogo, que se erigem sob o signo do conhecimento, mas cujos sentimentos vorazes instigam o ser, colocando-o em questão face à existência. Essa é a constante errância que a poética de Virgílio abraça. O eu lírico peregrina sempre filosoficamente por múltiplas viagens geográficas e imaginárias.

Um outro poeta importante dos fins da década de 1950 e início dos anos 1960 é Rui Knopfli. Sua poesia, como a de Virgílio de Lemos, também se afasta do *ethos* revolucionário em voga nesse período. Contudo, sua dicção lírica é totalmente diversa da de Virgílio. Enquanto este tece uma poesia de sonhos e afetos, a de Knopfli é corrosiva e irônica.

Knopfli e Grabato Dias criaram os Cadernos *Caliban* (1971-1973/74), cuja proposta literária era a de uma poesia que primasse por apurado trabalho estético e se afastasse de temas sociais engajados. As poéticas de ambos se caracterizam pela irreverência e ironia crítica.

Com um olhar “a contrapelo”, o sujeito lírico knopfliano questiona e problematiza as discriminações e opressões que atravessam a história da Ilha de Moçambique. Evidencia o hibridismo problemático ali existente, chamando atenção para a evidente cisão entre os bairros, as casas dos colonizadores e os das populações africanas locais. A dicção do poeta toma o partido dos oprimidos: árabes, macuas, indianos, muçulmanos que habitavam a Ilha. No poema “São Paulo” (KNOPFLI, 2003: 356), aponta as ruínas fantasmagóricas do colonialismo português (KNOPFLI, 2003: 361).

Na obra de Knopfli, o oceano Índico é caminho para uma ácida crítica à história de Moçambique; contudo, é também espaço para o poeta se intertextualizar com outros poetas do mundo, entre os quais: Shakespeare, Pessoa, Camões, Jorge de Sena, Drummond, Bandeira e muitos outros. O Índico, portanto, é entendido na poesia knopfliana como local de intensas trocas sociais, históricas, religiosas, literárias, culturais:

(...)
 Pulsa-me o coração ao ritmo dolente
 desta luz e deste quebranto.
 Trago no sangue uma amplidão
 de coordenadas geográficas e mar Índico.
 (KNOPFLI, 2003, p.59)

O sujeito-poético tem consciência das múltiplas culturas que deixaram nele heranças diversas. O oceano, nesse poema, metaforiza a amplidão de coordenadas várias, que registram, além dos traços europeus e dos valores africanos autóctones, os vestígios orientais impregnados na imagem do “mar Índico”.

Outros poetas, como Alberto de Lacerda, também redescobrem aromas e incensos que assinalam essa feição oriental presente no imaginário de Moçambique:

Ó Oriente surgido no mar
 Ó minha Ilha de Moçambique
 Perfume solto no oceano
 como se fosse em pleno ar.
 (LACERDA. In: SOPA e SAÚTE, 1992: 136)

Glória de Sant’Anna é outra voz poética conjuminada ao Oceano Índico. Sua poesia mergulha

na interioridade lírica, tecendo indagações sobre a existência e a própria poesia. O mar em sua *poiesis* é símbolo da memória, da imaginação, da musicalidade, do infinito. Mar, silêncio e solidão atravessam sua obra, cuja linguagem flui, “sobre o azul vogando” (SANT’ANNA, 1988: 47), articulada por uma semântica aquática e abissal, que busca apreender os profundos mistérios da alma humana.

Também Sebastião Alba apresenta poemas em que o mar se encontra associado à meditação existencial. O oceano, como o fumo do cachimbo do sujeito-poético, suscita a imaginação criadora:

Quando o hálito de domingo
polui o fundo
das naturezas mortas
em nossas salas

desfaz ele a malha na rede
da vigília do dia
E entre o cachimbo e o mar
o fumo escolta o seu barco
(ALBA, 1974: 97)

A poesia de Sebastião Alba é de grande labor estético, traço que caracteriza a produção poética divulgada pelos Cadernos *Caliban*.

Após a Independência de Moçambique, em 25-6-1975, instaura-se um clima de celebração em virtude da liberdade conquistada. Há uma série de publicações: são reeditados livros esgotados e lançados novos títulos. Orlando Mendes edita *País emerso* (1975/1976), *Lume florindo na forja* (1980), Craveirinha publica *Cela 1* (1980) e *Maria* (1988), Rui Nogar lança *Silêncio escancarado* (1982), Luís Carlos Patraquim edita *Monção* (1982), entre outros títulos. Em 1982 é fundada a Associação dos Escritores Moçambicanos que foi responsável por muitas outras publicações. O início dos 1980 é uma época literariamente rica. Saem coleções e matérias literárias como as dos Cadernos *Tempo* e as do Jornal *Notícias da Beira*.

Em 1984, surgem a “Gazeta de Letras e Artes”, na Revista *Tempo*, dirigida por Luis Carlos Patraquim, e a Revista *Charrua*, esta última, tendo à frente, entre outros, os escritores Eduardo White, Armando Artur, Marcelo Panguana, Ungulani Ba Ka Khosa. *Charrua* retoma, segundo Pires Laranjeira (LARANJEIRA, 1995: 324-325), “um conceito alargado de moçambicanidade”, que engloba estilos e linguagens variados, não se limitando às poesias que exaltavam apenas os aspectos regionais de Moçambique. Surge uma produção literária de recriação artesanal do verbo poético. As tendências são variadas: há a revitalização do imaginário popular moçambicano; há uma poesia elaborada de feição intimista e existencial que intertextualmente dialoga com vozes consagradas da poesia de diversos países; há poéticas irreverentes e herméticas, na linha de Rimbaud, como a de Patraquim, que também dialoga com clássicos, como Camões e Shakespeare, seguindo um viés lírico semelhante ao de Rui Knopfli.

Embora os primeiros anos depois da Independência parecessem promissores, havia profundas cisões e atritos entre a RENAMO e a FRELIMO, que acabaram provocando uma guerra civil até 1992. O não cumprimento integral das promessas feitas durante a luta de libertação pelo Governo que assumiu o poder após o 25 de junho fizeram as utopias revolucionárias se esgarçarem, provocando desesperança. E foi, justamente, nesse clima que despontou a geração poética de

Luis Carlos Patraquim, Mia Couto, Eduardo White, Armando Artur e outros que propunham uma poesia capaz de cantar os sentimentos íntimos; nela, os versos deviam-se tornar canto, espaço de reflexão da própria poesia e da existência.

Felizes os homens
que cantam o amor.
A eles a vontade do inexplicável
e a forma dúbia dos oceanos.

(WHITE. In: MENDONÇA e SAÚTE, 1993: 88)

De novo a metáfora marinha assinala a dubiedade de uma identidade problemática, porque engendrada na encruzilhada de dois oceanos: o Índico que banha o litoral do país e serviu à rota oriental dos mercadores árabes e o Atlântico que, embora distante, a ocidente, trouxe as caravelas e o imaginário lusitano. Eduardo White, apesar de ainda crer no amor e denunciar os problemas identitários de Moçambique, não se esquece das questões sociais, mostrando o clima de destruição que sufoca Maputo, a capital do país:

Amor!
Os nossos mortos estão apodrecendo pelas ruas
e há uma tristeza ornada que entre as mãos leva um álamo
e está cantando qualquer coisa sobre a pedra quente
sobre o breu escuro do asfalto.

(WHITE. In: MENDONÇA e SAÚTE, 1993: 88)

Essa nova geração teoriza sobre o próprio fazer literário, apontando as contradições presentes. Segundo Fátima Mendonça, “poucos são os poetas que se afastam do clima surreal que atinge a vida do cidadão moçambicano” (MENDONÇA, 1993: XVI). Esse ‘surrealismo’ expressa o absurdo da própria realidade dilacerada pela violência. Com imagens surpreendentes e uma linguagem descarnada, atinge a sensibilidade dos leitores.

A mãe beijou a pólvora
no sorriso morto do filho.
Despiu a capulana e cobriu-o.
E depois vestiu as lágrimas.

(SAÚTE, 1992: 66)

Esses versos do poeta Nelson Saúte problematizam a morte negativa provocada pela guerra. O gesto da mãe, cobrindo o corpo do filho com a própria capulana, revela a necessidade de recuperar rituais africanos por ocasião dos óbitos que a guerra impediu, fazendo com que a morte possa voltar a ser vista de forma positiva, ou seja, africanamente, como um outro estágio da existência, que convive, em harmonia cósmica, com a natureza.

O surreal, ao liberar a dimensão onírica do inconsciente coletivo, se mostra também como forma de resistência, pois remete aos sonhos que, embora estilhaçados, ainda existem adormecidos no imaginário do povo moçambicano. Para que esses possam fluir, os sentidos negativos que as lutas sangrentas imputaram à morte precisam, metalinguisticamente, ser exorcizados nos poemas. Saúte cria uma “estética de Tântatos”, trazendo os mortos para dentro de seus versos:

Os mortos tombam no poema.
Nada os ampara. Nem a luz
acanhada do candeeiro
quando escrevo na obscuridade
ao pulsar da mão emboscada

na metáfora que me conduz.

Na incerta madrugada
diviso os rostos mutilados
que vigiam os meus gestos
e narram sonhos degolados.

O algoz estilhaçou o coração
frágil da criança aos gritos
nas imagens do apocalipse na televisão.

Na ignomínia noticiada pelos jornais
esta consentida memória dos mortos
para sempre insepultos
porque não existe vala comum
para os gritos da mulher
rasgada à baioneta
numa manhã inocente.

Não se enterram os sonhos
dos mutilados em perfil
no chão ultrajado
desta pátria dividida.
(SAÚTE, 1992: 63)

Cadáveres invadem os poemas, as ruas, a memória encharcada de cenas de violência e atrocidade decorrentes dos longos anos de guerra, já que esta não permitiu que os mortos fossem enterrados, desrespeitando, assim, os ritos africanos tradicionais. A presença obsessiva da morte descrita poeticamente nos versos tem a função de expurgar esse conteúdo negativo deixado pelas armas, além de procurar sensibilizar as consciências congeladas pelos seguidos sofrimentos. O eu lírico, estupefato, procura Eros em meio aos escombros e cadáveres apodrecidos; com a lúcida compreensão do estilhaçamento de seu país, mergulha em uma escritura de fantasmas e ruínas, problematizando as fraturas que fragmentam a pátria e a sua própria poética. Saúte é um knopfliano; segue a senda corrosiva da poética de Rui Knopfli. Tentando religar o corpo ferido do país e de seus versos, o sujeito-lírico busca, nos destroços das guerras, as vozes submersas da História. E o faz através de uma errância pelo Índico, metafórico oceano em cujas profundezas se encontram os ecos do passado ultrajado. O mar é então invocado para, ao molhar o corpo moribundo da pátria, tentar introjetar-lhe a vida:

O desejo do mar
galga o teu olhar.

Procuro a madrugada
em teu corpo engendrada.
(SAÚTE, 1992: 28-29)

As dunas incendeiam
a memória do mar.

A fragilidade da tarde
transparece no olhar
molhado de ternura.

Amo Eros.

(SAÚTE, 1992: 38)

O amor invade o poema; erotiza o corpo do país marcado pela violência das guerras. Há um trabalho intenso de elaboração poética. Mar e poesia se enlaçam numa sensualidade estética. Essa é uma característica da poesia moçambicana pós-1980. Eduardo White, por exemplo, é um dos grandes nomes dessa geração.

_ És o Índico
(...)

teu corpo é de água
pura
e de vagas e de espuma,
teu corpo que eu habito
como quem procura
a verde memória das algas,
a doçura, a loucura, a poesia.

(WHITE, 1989: 27)

A Revista *Charrua*, a que pertence Eduardo White, prioriza os sonhos, o ar e o mar. Este é o lugar da contraviagem, da procura de redefinição da identidade individual e social fraturada pelos longos anos de colonialismo e guerras: “Que viagens eu viajo, meu amor, para tocar-te esses búzios, esses peixes vulneráveis que são as tuas mãos (...). Quero chegar à tua praia diáfano como um deus (...)” (WHITE, 1996: 25).

Oceano, Pátria e Poesia se encontram, desse modo, pela eroticidade da linguagem que tenta unir o corpo fragmentado da nação e do poema, por intermédio de cópulas verbais simbólicas e surreais. Procurando consolidar a paz, essa jovem poesia mergulha nas índicas profundezas oceânicas para delas recuperar as energias vitais submersas, os mitos identitários, os cacós da moçambicana história por séculos silenciada.

(...) Sou gesto e cor
e dentro de ti
me recolho ferido,
exausto dos combates,
em que a mim mesmo venci.
Porque a minha mão infatigável
procura o interior e o avesso
da aparência,
porque o tempo em que vivo
morre de ser ontem
e é urgente inventar
outra maneira de navegar
outro rumo, outro pulsar
para dar esperanças aos portos.

(COUTO. In: MENDONÇA e SAÚTE, 1993: 312)

Acreditando na promessa de novos portos e, também, na pulsação dos sonhos –compreendidos estes, conforme os definiu Walter Benjamin: “uma força impulsionadora capaz de retirar a poeira das ruínas sob as quais se encontram as tradições” (BENJAMIN. *Apud*: ROUANET, 1981: 89) –, a atual poesia moçambicana procura redefinir a identidade do país, reconhecendo-a complexa, mestiça, plural. Como navegantes à deriva, vários poetas assumem, então, a consciência da

“pátria dividida” e mergulham seus versos em direção às origens, tentando recuperar, através das subterrâneas correntes marítimas da memória, os destroços do passado submerso, como comprovam os seguintes versos do poeta Nelson Saúte:

(...)

A odisséia celebra o nome da pátria
na errância das naus pelo Índico.
Os homens, a terra e o tempo:
suas vozes descubro na História.
(SAÚTE. In: SOPA, 1992: 163)

Por meio de uma poesia que objetiva desvendar as fendas da própria identidade, uma vertente de poetas moçambicanos – Knopfli, Patraquim, Saúte, entre outros – enveredam por uma corrosiva revisitação da história moçambicana, repensando os espaços matriciais da colonização. Percebem que até esses locais se encontram cindidos pelas lembranças tanto das tradições e ritmos africanos, como das marcas ocidentais trazidas pelos portugueses e dos sabores acres deixados pelos comerciantes árabes e pelos indianos. Luis Carlos Patraquim, por exemplo, canta essa mesclagem de traços, insinuando, nas indagações, os conflitos provocados por esse hibridismo:

Minha ilha/vulva de fogo e pedra no Índico esquecida. Circum-navego-te, dos crespos cabelos da rocha ao ventre arfante e esculturo-te de azul e sol. Tu, solto colmo o oriente, para sempre de ti exilada.

Foste uma vez a sumptuosidade mercantil, cortesão impossível roçagando-se nas paredes altas dos palácios. Sobre a flor árabe e excisão esboçada com nomes de longe. São Paulo. Fadário quinhentista de “armas e varões assinalados”. São Paulo e rastilho do evangelho nas bombardas dos galeões. São Paulo rosa, ébano, sangue, tinir de cristais, gibões e espadas, arfar de vozes nas alcovas efêmeras. Nas ranhuras deste empedrado com torre a escandir lamentos dormirão os fantasmas? Almas minhas de panos e missangas gentis, quem vos partiu o parto em tijolo ficado e envelhecido?
(PATRAQUIM, 1992: 42)

Intertextualizando seus versos com os de Camões, o sujeito lírico denuncia criticamente a epopeia lusíada, recusando os paradigmas coloniais impostos. Assume a sensualidade e o paladar árabes existentes no imaginário moçambicano, inserindo-os poeticamente em sua escrita que partilha, em termos culturais, tanto do Ocidente, como do Oriente: “(...) o mar e a Ilha. Simbad e Ulisses. Xerazade e Penélope. Nomes sobre nomes. Língua de línguas em Macua matriciadas” (PATRAQUIM, 1992: 42).

Mia Couto também reflete sobre essa ambivalente face multicultural de Moçambique:

escrevo mediterrâneo
na voz do índico

penso norte
no sereno azul
do coração a sul

sou na praia do oriente
a areia náufraga do ocidente

hei-de
começar mais tarde

por ora sou
 a pegada a crescer
 do passo por acontecer
 (COUTO. In: MENDONÇA, 1993: 318)

Os versos de Mia Couto apontam metaforicamente para uma história de mares, naufrágios e intercâmbios. Na escritura assumidamente mestiça do poema, o sujeito-lírico se encontra cindido entre as heranças do Oriente e do ocidente. Com consciência da identidade fraturada pelo cruzamento das culturas que marcaram a pele social e o imaginário moçambicano, se declara dividido: “escrevendo mediterrâneo, na índica voz”. Assim, entre a letra, imposta pelos portugueses que trouxeram a escrita, junto com saberes europeus mediterrâneos, e a voz, embalada pelo oceano Índico, que, ao banhar Moçambique, faz emanarem do fundo da memória não só as tradições bantas, mas também as marcas árabes dos xecados mouros erguidos no passado, o eu poético problematiza a complexa questão da moçambicanidade, um processo, segundo ele, ainda em construção, tanto que termina o poema, declarando: “hei-de// começar mais tarde/ por hora sou/ a pegada a crescer/ do passo por acontecer”.

Observamos, pelas análises feitas, que a poesia moçambicana pós-1980 procura retrair a imagem da moçambicanidade, operando não mais com um conceito de identidade homogênea, mas com o de uma identidade redesenhada a partir das diversidades culturais que se mesclam no imaginário moçambicano. O oceano Índico e a memória trazida pelas caravelas lusas têm fundamental importância na reconstrução dessa identidade, pois as imagens marítimas frequentes aparecem como metáforas da imaginação, caminhos que se oferecem tanto ao repensar crítico das lembranças submersas do outrora, como se abrem, como quer Mia Couto, à “esperança de novos portos.

Uma outra característica, recorrente nessa geração poética, é a presença constante da eroticidade marítima, associada, em geral, à linguagem, ao corpo da mulher e ao do poema: “(...) / No litoral do teu corpo/ a apoteótica espuma/ do orgasmo das ondas” (SAÚTE. In: SOPA, 1992: 123). Ondas, espuma e orgasmo introjetam Eros no corpo da poesia. Mar, memória e história trazem heranças do Ocidente e do Oriente, marcas inscritas na pele de Moçambique, cuja identidade se revela multifacetada.

Na jovem poesia moçambicana do final da década de 1990, dos anos 2000 e 2010, o Oceano Índico continua a ser cantado, assim como a Ilha de Moçambique. Há, contudo, um intenso sentimento distópico. Trilhando a vertente irreverente e cética de Rui Knopfli, há poetas mais jovens, como Guita Júnior, Néilson Saúte, que percebem o ar pesado que “assombra o presente” (GUITA JR., 2007: 71) e, com olhar corrosivo, questionam a distopia e a falta de perspectiva que envolvem a sociedade moçambicana dos últimos tempos:

esta é a canção dos mares sussurrada ao relento
 lenta a lua a esvoaçar a paisagem negra obscura
 haverá sempre um grito nas trevas depois o silêncio
 o negrume tinge por dentro a ânsia de todos os medos

os soldados voltarão?
 o que voltará deles?

na trincheira fétida a coragem combalida de terror
 o asco saturado moribunda a intenção de matar

a vítima indecisa de morrer um estilhaço na alma
gangrena presente o teu retrato algures camuflado
(GUITA JR., 2006: 43)

Guita Júnior tece, poeticamente, o rescaldo da guerra civil em Moçambique, apontando para o clima de medo e abandono que atemoriza o seu país. Saúte, por sua vez, clama contra o descaso em relação à Ilha de Moçambique, um dos mais importantes pilares históricos moçambicanos, espaço inaugural, símbolo das origens de Moçambique: “Ilha, minha velha ilha/lugar salgado na memória dos poetas/ aqui onde tudo adormece/ na imponderável vigília do esquecimento/ no esplendor condoído de sombras/ de um tempo de velas perdidas” (SAÚTE, 2012: 33).

Já Sangare Okapi e Adelino Timóteo são poetas que seguem outro rumo: trilham o viés dos afetos e sonhos fundados por Virgílio de Lemos. Como este, revisitam, poeticamente, a Ilha de Moçambique. Adelino compara essa mítica Ilha à Grécia mitológica, berço da poesia ocidental:

Ou, ainda, a projecção da imaginação como embarcação mítica, pretexto para até aí inimagináveis pontos de contacto entre duas realidades tão distantes, tão desencontradas no tempo e no espaço, como sejam a Ilha de Moçambique e a Grécia: A Ilha conta-me as aventuras dos amores de Zeus, os ciúmes de Hera às acrobacias de Hermes, as façanhas dos heróis da guerra de Tróia... (TIMÓTEO, 2002: 21)

Seguro-te os seios porque assim numa mão tenho a Grécia e noutra o Muípiti [Ilha de Moçambique], tenho-os como gémeos e os seguro para que não morram... (TIMÓTEO, 2002: 40)

Sangare Okapi, por sua vez, em seu livro *Mesmos barcos ou poemas da revisitação do corpo*, traz, para a cena literária de seus versos, vozes líricas do passado, dedicando poemas a poetas mais velhos, entre os quais, por exemplo, Rui Knopfli:

Fechada
toda de agrura,

alguma
amargura
em si trancada,

todo o amor
e mar

é sal e lágrima
no poema.
(OKAPI, 2007: 24)

Faz, assim, emergir da memória o outrora histórico e literário, como é o caso d’ *A Ilha de Próspero*, de Rui Knopfli, obra em que as marcas da prepotência colonial são, criticamente, denunciadas. Sangore revisita o passado, cujas ruínas, em sua perspectiva, ainda continuam a ensombrar o presente:

Eis o que nos fica
como sombra...ó, ilha!
Eis o que nos resta
como penumbra, ruína.
Alguma estória, mito.

Eis o que me dói, rasto!
(OKAPI, 2007: 21)

No poema “O Barco Encalhado”, de Sangare, o sujeito lírico homenageia Campos de Oliveira, poeta oitocentista que primeiro cantou a Ilha. Revisita o híbrido passado da Ilha de Moçambique, local de antigos comércios, denunciando a ação predadora da conquista lusitana:

(...) Resgatasse o Índico o que do Oriente com o tempo soube sufragar.
Os barcos todos com as velas hirtas e as gentes.
Suas as pérolas mais os rubis. O aljôfar. Luzindo no ar.
Minha fracturada chávena árabe persa na cal
ou resplandecente a missanga cravada no ventre d'água,
qual sinal dos que de além mar chegaram
e partiram com baús fartos...
Fobia dos que ficamos. Mas herdeiros.
(OKAPI, 2007: 49)

Não só Sangare Okapi, mas também Adelino Timóteo são tributários do legado dos poetas anteriores – Craveirinha, Virgílio de Lemos, Rui Knopfli, Luis Carlos Patraquim e outros. Como esses, trazem, também, aos seus versos, intertextualmente, vozes poéticas conhecidas e consagradas de outras literaturas, países e continentes, o que revela um cosmopolitismo literário a perpassar várias gerações da poesia moçambicana.

Conclusão

Ao encerrarmos nossas reflexões, observamos que atamos algumas pontas de nossa pesquisa, na medida em que diversas ideias a que chegamos reafirmam muitas das que já defendíamos em nosso projeto inicial. Assim, fechamos esta conferência, com nossas principais conclusões: na literatura moçambicana do período da pós-independência, depois de tantas guerras, o mar se tornou, em diversos poetas, uma metáfora constante. Ora apresenta-se como espaço para repensar criticamente a história; ora erotiza a terra sonambulizada pelos muitos anos de violência; ora institui-se como território propício à busca identitária do passado; ora oferece-se como local de mergulhos existenciais; ora abre-se como porta ao cosmopolitismo, lugar de múltiplos intercâmbios e trocas, alvo dos Estudos Culturais sobre o Índico que, atualmente, dão a esse oceano maior visibilidade não só geográfica, mas também histórica, econômica, política, social, literária e cultural.

Referências:

ALBA, Sebastião. *O ritmo do presságio*. Maputo: Livraria Acadêmica, 1974.

ANGIUS, Fernanda. Entre os oceanos e o amor viaja o poeta. In: LEMOS, Virgílio de. *Eroticus moçambicanus*: breve antologia da poesia escrita em Moçambique (1944/1963). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; UFRJ, 1999. p. 131-138.

ANTOLOGIA de poesia da CEI. s. l.: ACEI, 1994. v. II (Moçambique).

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

BOSE, Sugata, *Estado, economia e cultura na orla do Índico: teoria e história*. In: *Oceanos n. 34*. Lisboa: CNCDP, Abril/Junho, 1998, pp. 25-36.

BRUGIONI, Elena. Narrando o(s) Índico(s). Reflexões em torno das 'geografias transnacionais do imaginário'. In: Dossier "Narrando o Índico". *Revista Diacrítica – Literatura*, 27-3. Braga: Húmus Edições-CEHUM, 2013, pp. 121-136. Disponível em: <http://www.academia.edu/6233039/Dossier_Narrando_o_Oceano_Indico>. Acesso em 2-01-2015.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp/ANPOCS, 2009.

_____. Uma Ilha cheia de Histórias. *Metamorfoses*. Revista da Cátedra Jorge de Sena da Faculdade de Letras da UFRJ, v. 1, n.3. Rio de Janeiro, 2002, p. 93-101.

_____. *Metamorfoses*. Revista da Cátedra Jorge de Sena da Faculdade de Letras da UFRJ, v. 1, n.3. Rio de Janeiro, 2002, p. 77-84.

CABRITA, António. Posfácio. In: LEMOS, Virgílio de. *A invenção das ilhas*. Antologia. Maputo: Editora da Escola Portuguesa de Maputo, 2009.

CAN, Nazir. "Índico e(m) Moçambique: notas sobre o outro. In: Dossier "Narrando o Índico". *Revista Diacrítica – Literatura*, 27-3. Braga: Húmus Edições-CEHUM, 2013, pp. 93-120. Disponível em: <http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_27-3.pdf>. Acesso em 21/12/2014.

CHAVES, Rita. A Ilha de Moçambique: entre as palavras e o silêncio. In: *Metamorfoses*. Revista da Cátedra Jorge de Sena da Faculdade de Letras da UFRJ, v. 1, n.3. Rio de Janeiro, 2002, p. 93-101.

_____. *Angola e Moçambique – experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

_____; MACEDO, Tania. *Passagens para o Índico*. Encontros brasileiros com a literatura moçambicana. Maputo: Marimbique, 2012.

COUTO, Mia. *Pensageiros frequentes*. Lisboa: Caminho, 2010.

CRAVEIRINHA, José. Sambo. Poema inédito. Lourenço Marques, 1959. (Cedido pela Profa. Fátima Mendonça).

CUNHA, Teresa. *Para além de um Índico de desesperos e revoltas*. 2010. Tese de Doutorado (Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

FALCONI, Jessica. *As margens da nação na poesia de Sangare Okapi e Helder Faife*. In: *Mulemba. Revista do Setor de Literaturas Africanas da UFRJ*. Nº. 4, julho de 2011. Disponível em: <http://setorlitafrica.letras.ufrj.br/mulemba/artigo.php?art=artigo_4_5.php>. Acesso em: 15 fev. de 2015.

_____. 'Para fazer um mar'. *Literatura Moçambicana e Oceano Índico*. In: Dossier "Narrando o Índico". *Revista Diacrítica – Literatura*, 27-3. Braga: Húmus Edições-CEHUM, 2013, p.77-92. Disponível em: <http://www.academia.edu/8987493/Para_fazer_um_mar_Literatura_mocambicana_e_Oceano_Indico>. Acesso em: 28 dez. de 2014.

FERREIRA, Manuel. *No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 61-82.

portuguesa. 3 v. Lisboa: Plátano Editora, 1997,

FONSECA, Amaral. As palavras. In: FERREIRA, Manuel. *No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*. 3 v. Lisboa: Plátano Editora, 1997, p. 368.

GARCIA, Mar; HAND, Felicity; CAN, Nazir (Org.). *Indicities/Indices/Indícios: Hybridations problématiques dans les littératures de l'Océan Indien*. Paris: Editions K'a, 2010.

GUITA Jr. *Os aromas essenciais*. Lisboa: Caminho, 2006.

ÍNDICOS INDÍCIOS, I Congresso Internacional sobre o Oceano Índico, realizado na Universidade Autônoma de Barcelona, em Barcelona, de 23 a 25 de abril de 2009.

KNOPFLI, Rui. *Antologia poética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

_____. *Literatura e cultura: do nacional ao transnacional*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2013.

KNOPFLI, Rui. *Antologia poética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

KI-ZERBÔ, J. *História da África negra*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

LABAN, Michel. *Moçambique: encontro com escritores*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida, 1998. 3 v.

LACERDA, Alberto. In: SAÚTE, Nelson e SOPA, António. *A Ilha de Moçambique pela voz dos poetas*. Lisboa: Edições 70, 1992.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LEITE, Ana Mafalda. Poesia Moçambicana: Ecletismo de Tendências. *Poesia Sempre*. Ano 13, n. 23. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006, p.139-142.

_____. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri, 2003.

LE MOS, Virgílio de. *Eroticus moçambicanus*. Antologia poética. Organização e apresentação de Carmen Tindó Secco. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Fac. Letras da UFRJ, 1999a.

_____. *Eroticus mozambicanus*. In: *Panorama do Congresso Internacional sobre as Novas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa (10 a 14 de dez./97): Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

_____. *Ilha de Moçambique*. A língua é o exílio do que sonhas. Maputo: AMOLP, 1999b.

_____. *A invenção das ilhas*. Antologia. Org. de António Cabrita. Maputo: Editora da Escola Portuguesa de Maputo, 2009a.

_____. *Jogos de prazer*. Virgílio de Lemos & Heterônimos: Bruno dos Reis, Duarte Galvão e Lee-Li Yang. Org. Ana Mafalda Leite. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009b.

_____. *A dimensão do desejo*. Maputo: AMOLP, 2012.

LOBATO, Alexandre. Ilha de Moçambique: notícia histórica. In: SOPA, António; SAÚTE, Nelson (Org.). *A Ilha de Moçambique pela voz dos poetas*. Lisboa: Edições 70, 1992. p.169-182.

LOBATO, Manuel. A Ilha de Moçambique antes de 1800. *Oceanos* 25, pp.11- 23. Lisboa, jan.-março 1996.

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

MACEDO, Tania Celestino de. Visões do mar na literatura angolana contemporânea. *Revista Via Atlântica*, n. 3, São Paulo, 1999.

MBEMBE, Achille. *África insubmissa*. Trad.: Narrativa Traçada. Luanda; Serra da Amoreira: Ed. Mulemba; Ed. Pedagogo, 2013.

MENDONÇA, Fátima e SAÚTE, Nelson. *Antologia da nova poesia moçambicana*. Apresentação e introdução de Fátima Mendonça. Maputo: União dos Escritores Moçambicanos, 1993.

_____. “Poetas do Índico – 35 anos de escrita”. In: *Mulemba. Revista do Setor de Literaturas Africanas da UFRJ. Vol.1, n. 4. Rio de Janeiro, jan./jul. 2011, pp. 16-37. Disponível em: <http://setorlitafrica.lettras.ufrj.br/mulemba/download/artigo_4_2.pdf>. Acesso em: 26 dez de 2014.*

MENESES, Maria Paula. Desafios a Moçambique: nação e narrativas pós-coloniais. In: *Cadernos de Estudos Culturais: Pós-colonialidade*. Vol. 1, N. 1. Campo Grande, MGS: Ed. UFMS, 2009. pp.145-159.

MOURALIS, Bernard. *As contraliteraturas*. Coimbra: Almedina, 1982.

NOA, Francisco. *Literatura moçambicana: memória e conflito, itinerário poético de Rui Knopfli*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

_____. O Oceano Índico e as rotas da transnacionalidade na literatura moçambicana. Publicação do Centro de Estudos. Disponível em: <<http://cesab.edu.mz/wpcontent/uploads/2012/10/OceanoIndicoTransnacionalidaPoesiaMocambicana-2012.pdf>>. Acesso em: jan. de 2015.

NORONHA, Rui. In: FERREIRA, Manuel. *No reino de Caliban*. v. III, 3. ed. Porto: Plátano, 1977. pp. 37-38.

_____. In: ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia temática da poesia africana*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1977. v. 1. p. 63.

NUNES, Américo. Gênese dos poemas da Ilha de Moçambique (1999). In: LEMOS, Virgílio. *A ilha de Moçambique: a língua é o exílio do que sonhas*. Disponível em: <<http://www.macua.org/livros/ilhavlemos.html>>. Acesso em: 02 fev. de 2014.

_____. Comentário sobre a poesia de Virgílio de Lemos. In: LEMOS, Virgílio. *A dimensão do desejo*. Maputo: AMOLP, 2012. p. XI - p. XVI.

OKAPI, Sangare. *Mesmos barcos ou poemas da revisitação do corpo*. Maputo: AEMO, 2007.

OLIVEIRA, Campos. *O mancebo e o trovador*. Org. de Manuel Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

OLIVEIRA, Fátima Helena Azevedo de. *Alô, Moçambique! – análise de cartas informais*. 1994. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

PATRAQUIM, Luis Carlos. *Monção*. Maputo: INLD, 1980.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 61-82.

- _____. *A inadiável viagem*. Maputo: AEMO, 1985.
- _____. *Vinte e tal novas formulações e uma elegia carnívora*. Lisboa: ALAC, 1992.
- _____. *Antologia poética*. In: SECCO, Carmen Tindó. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- RIBEIRO, Margarida Calafate; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Moçambique: Das palavras escritas*. Santa Maria da Feira: Afrontamento, 2008.
- ROCHA, Aurélio. RODRIGUES, Eugénia; NASCIMENTO, Augusto. *Ilha de Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2010.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANT' ANNA, Glória de. *Amaranto: poesias 1951-1983*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 221 - 260.
- SAÚTE, Nelson. *A pátria dividida*. Lisboa: Vega, 1992.
- _____. *A viagem profana*. Maputo: Editora Marimbique, 2003.
- _____. *Livro do Norte e outros poemas*. Maputo: Marimbique, 2012.
- SECCO, Carmen Lucia Tindó. (org.). *Antologia do mar na poesia africana do século XX*. v.1: Angola: UFRJ, Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Letras Vernáculas e Setor de Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, 1996.
- _____. (org.). *Antologia do mar na poesia africana do século XX*. v. 2: Cabo Verde: UFRJ, Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Letras Vernáculas e Setor de Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, 1999a.
- _____. O mar nas letras moçambicanas. In: SECCO, Carmen Lucia Tindó (org.). *Antologia do mar na poesia africana do século XX*. v. 3: Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. Rio de Janeiro: UFRJ, Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Letras Vernáculas e Setor de Literaturas Africanas em Língua Portuguesa, 1999b. pp.48-57.
- _____. “Entre sonhos e memórias: trilhas da poesia moçambicana”. *Poesia sempre* 23. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006. pp.229-249.
- _____. *A magia das letras africanas: ensaios escolhidos sobre as literaturas de Angola, Moçambique e alguns outros diálogos*. Rio de Janeiro: Ed. ABE Graph, 2003 (2ª edição revista. Rio de Janeiro: Quartet, 2008).
- _____. “Índicos Cantares: o Imaginário da Ilha de Moçambique pelas Vozes dos Poetas” (capítulo). In: GARCIA, Mar; HAND, Felicity; CAN, Nazir (Org). *Indicités/Indices/Índícios: Hybridations problématiques dans les littératures de l’Océan Indien*. Paris: Editions K’a, 2010. pp 165-176.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Os Litorais do Índico. A enxada e a lança*. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira; EDUSP, 1992.
- SOPA, António; SAÚTE, Nélson (Org.). *A Ilha de Moçambique pela voz dos poetas*. Lisboa: Edições 70, 1992.

SOUSA, Noémia de. In: *Antologia de poesia africana da C.E.I. Moçambique*. s.l. : ACEI, 1994, v. II. p. 91-93.

TIMÓTEO, Adelino. *Viagem á Grécia através da Ilha de Moçambique*. Maputo: Ndjira, 2002.

WHITE, Eduardo. *Amar sobre o Índico*. Maputo: AEMO, 1984.

_____. *O país de mim*. Maputo: AEMO, 1989.

_____. *Os materiais do amor seguido de O desafio à tristeza*. Lisboa: Caminho, 1996.

_____. *Janela para Oriente*. Lisboa: Caminho, 1998.

_____. *Dormir com Deus e um navio na língua*. Braga: Editora Labirinto, 2001.



VARIAÇÃO E O ESTATUTO DE VARIEDADES DO PORTUGUÊS

Silvia Figueiredo Brandão¹

RESUMO: Focaliza-se, na perspectiva sociolinguística, à luz da Teoria da Variação e Mudança, a concordância de plural com base em estudos realizados pela autora, desde a década de 1990. Tais estudos abarcam a fala de comunidades pesqueiras do Rio de Janeiro e, ainda, variedades urbanas do Rio de Janeiro, de Lisboa e de São Tomé. As observações desenvolvem-se em duas etapas. Na primeira, centrada no Sintagma Nominal, parte-se da hipótese de que a análise comparativa do Português do Brasil (PB) com outras variedades não europeias é fundamental para que se possam melhor compreender as motivações que determinaram os padrões de concordância nelas registrados. Tecem-se, ainda, comentários sobre o papel do contato multilinguístico como elemento detonador dos padrões variáveis e discutem-se os conceitos de simplificação e complexificação linguísticas. Na segunda etapa, depois de mostrar o que se observa quanto à concordância nominal no Português Europeu (PE), centralizam-se as análises no PB e no PE, de modo a esboçar um quadro do estatuto das variedades do Português com base na tipologia de regras proposta por Labov (2003).

PALAVRAS-CHAVE: Concordância de número. Variedades do Português. Regras linguísticas. Multilinguismo.

ABSTRACT: Plural agreement is addressed from a sociolinguistic perspective, in the light of the Theory of Variation and Change and drawing on studies conducted by the author since the 1990s. These studies encompass the speech of fishing communities in Rio de Janeiro, as well as urban varieties in Rio de Janeiro, Lisbon and São Tomé. The observations were conducted in two stages. The first, centred on the Noun Phrase, starts from the hypothesis that analysis comparing Brazilian Portuguese (BP) with other non-European varieties is essential in order to understand better the motivations that have determined the patterns of agreement recorded in those varieties. Comments are also offered on the role of multilinguistic contact as a trigger for variable patterns and the concepts of linguistic simplification and complexification are discussed. In the second stage, after showing what is observed in noun agreement in European Portuguese (EP), the analyses centre on both BP and EP, to outline the status of the varieties of Portuguese based on the typology of rules proposed by Labov (2003).

¹ Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisadora do CNPq e Cientista de nosso Estado, da FAPERJ. E-mail: silvia.brandao@terra.com.br.

KEYWORDS: Number agreement. Varieties of Portuguese. Linguistic rules. Multilingualism.

Introdução

Nos primeiros estudos que se convencionou caracterizar como dialetológicos, alguns deles desenvolvidos por autodidatas em temas linguísticos, surgem as primeiras descrições de falares brasileiros, como é o caso do *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, publicado em 1920, que, além de um levantamento do léxico e de variantes fonéticas peculiares à fala do interior paulista, focaliza questões de concordância, tema que se mostraria bem mais complexo e abrangente do que a obra permitia, então, entrever.

Amaral observa, por exemplo, que a marca de plural se conserva nos constituintes “determinativos” do SN, mas se perde quando estes se tornam “pronominais” (“Estas carta não são as minha”). Também Nascentes (1922), ao descrever o dialeto carioca, chama a atenção para o fato de o morfema de número só permanecer nos determinativos, informação corroborada, ao tratar da variedade popular de Alagoas e Pernambuco, por Marroquim (1945), que, no entanto, adverte que os adjetivos, quando antepostos aos substantivos, apresentam a marca de plural (grandes coisa x coisas grande), já sinalizando a atuação da posição linear e relativa do constituinte no SN para a implementação ou não da regra de concordância nominal. Informações semelhantes são dadas, ainda, por José Ataliba Teixeira, que se ocupou dos dialetos mineiro (1983 [1938]) e goiano (1944). A concordância já mostrava ser um relevante fenômeno variável em diversos pontos do país.

Na obra desses precursores, encontra-se um repositório de algumas das características mais salientes do vernáculo do Português do Brasil (doravante PB), só bem mais tarde retomados de forma sistemática, graças, entre outros aspectos, à constituição, nas universidades brasileiras, de grupos de pesquisa de diferentes orientações teórico-metodológicas.

Não resta dúvida de que, no PB, a despeito da significativa variação que tem sido demonstrada em estudos que focalizam variáveis fonético-fonológicas, morfossintáticas e lexicais, entre outras, observa-se, do ponto de vista sintático ou morfossintático, a ocorrência de padrões similares em diferentes áreas do país, por exemplo, quanto à ordem dos clíticos, às estratégias de relativização, ao preenchimento do sujeito, ao objeto nulo.

No quadro da variação morfossintática, duas variáveis – a concordância nominal e a concordância verbal – se singularizam em relação ao quadro que acabo de esboçar, devido à sua valoração sociolinguística e à representatividade que lhe vem sendo atribuída no que tange aos debates sobre as origens do PB. É sobretudo por meio delas que, no PB e, como se verá adiante, também em países africanos, se pode traçar uma nítida fronteira entre variedades socialmente polarizadas, como as populares v. as cultas, as rurais v. as urbanas, esta última dicotomia aparentemente diatópica, mas, na verdade, social em essência, uma vez que as chamadas áreas rurais são constituídas, via de regra, por indivíduos que, além de não estarem inseridos em comunidades de grande estratificação social, tiveram pouco ou nenhum acesso aos meios formais de instrução. O nível de escolaridade, apesar das mudanças sociais que, nos últimos anos, se têm verificado na sociedade brasileira, pode, ainda, ser considerado o agente polarizador por excelência.

Definição do tema

Nesta conferência, de forma sintética, trato da concordância de plural – um dos tópicos mais focalizados na linguística brasileira – na perspectiva sociolinguística, à luz da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994, 2001, 2003). Complementarmente, apoio-me em artigo de Trudgill (2009a) que discute os conceitos de simplificação e complexificação linguísticas. Tenho como fontes principais de dados trabalhos que venho orientando e desenvolvendo, individualmente ou em parceria, desde a década de 1990, então no âmbito do Projeto do *Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro* (APERJ), e, nos últimos cinco anos, na esfera do Projeto *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do Português*.

Caracterização dos corpora

O *corpus* APERJ constitui-se de entrevistas realizadas com 72 indivíduos (seis em cada localidade), todos pescadores artesanais, do sexo masculino, distribuídos por 13 comunidades do Norte e do Noroeste fluminenses e por três faixas etárias, com de zero a, no máximo, quatro anos de escolaridade quando entrevistados, em finais da década de 1980.

Já o *Corpus* Concordância, de perfil sociolinguístico bem diferente, retrata a fala de comunidades com alto grau de urbanização, com informantes (18 em cada comunidade) entrevistados entre 2008 e 2009 e distribuídos por sexo, três faixas etárias e três níveis de escolaridade. No que tange ao Português Europeu (doravante PE), ele abarca a fala de 54 indivíduos naturais de Cacém e Oeiras, na Região Metropolitana de Lisboa, e de Funchal, na Ilha da Madeira. No que concerne ao PB, são 36 indivíduos naturais de dois municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (o Município do Rio de Janeiro, representado pelos bairros de Copacabana/Botafogo, e pelo Município de Nova Iguaçu). Quanto ao Português de São Tomé (doravante PST), realizaram-se, ainda, análises com uma amostra alargada com 22 adultos de níveis fundamental e médio de instrução. Nove estudantes foram também objeto de investigação.

Organização do texto e objetivos

Minhas observações desenvolvem-se em duas etapas. Na primeira, centrada no Sintagma Nominal, parto da hipótese de que a análise comparativa do Português do Brasil com outras variedades não europeias, aqui representadas sobretudo pela de São Tomé, é fundamental para que se possam melhor compreender as motivações que determinaram os padrões de concordância nelas registrados. Nesse sentido, comento duas variáveis em particular: (a) a *posição relativa e linear dos constituintes no SN*, que, dentre as de natureza estrutural, se vem mostrando a mais relevante para a determinação dos padrões variáveis de marcação de plural, e (b) o *nível de escolaridade* do falante, a mais saliente para a manutenção desses padrões e, por conseguinte, do quadro de polarização sociolinguística que se verifica no PB e no PST. Teço, ainda, comentários sobre o papel do contato multilinguístico como elemento detonador desses padrões variáveis, levando em conta, entre outras, as palavras de Petter (2007, p.9), que destaca a importância de se situar o PB “num conjunto maior – o dos países de fala portuguesa – onde se encontram outras variedades de português, não crioulas, faladas na África (Angola e Moçambique) e na

Ásia (Macau, Goa e Timor Leste)”, tendo em vista as “notáveis semelhanças que se observam, quanto à concordância de gênero e número no SN, nas variedades não-padrão do PB e nos crioulos de Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe”.

Na segunda etapa, depois de mostrar o que se observa quanto à concordância nominal no Português Europeu, centralizo minha análise no PB e no PE, com base em Labov (2003) para quem haveria três tipos de regras linguísticas: as *categóricas*, com 100% de aplicação, as *semicategóricas*, que ocorrem com 95% a 99% de frequência, e as *variáveis*, que têm de 5% a 95% de frequência (Cf. figura 1).

Tipo de regra	Frequência com que opera	Violações
Categórica	100%	Nenhuma, na fala natural
Semicategórica	95-99%	Rara e relatável
Variável	5-95%	Nenhuma por definição e não relatável

Fonte: Labov (2003)

Figura 1. Tipos de regras linguísticas.

Com apoio em resultados referentes a outras estruturas que implicam concordância, selecionados de pesquisas realizadas por Brandão (2011, 2013), por Brandão; Vieira (2012a, 2012b), Vieira; Bazenga (2013), Marcotulio; Vianna; Lopes (2013) e Vianna (2014), discuto o estatuto dessas duas variedades, partindo da hipótese de Vieira (2014) de que a tipologia de regras linguísticas proposta por Labov constituiria instrumento para propor perfis que caracterizariam o que costuma ser tratado, independentemente do quadro teórico adotado, como parâmetros gramaticais ou tipos linguísticos diversos.

A estrutura do SN

Antes de comentar os padrões variáveis de marcação no SN, no PB e no PST, lembro o artigo em que Trudgill (2009a, p.98) sugere que “certos tipos de sociedade ou estrutura social tendem a produzir certos tipos de língua ou de estrutura linguística”. Segundo ele, dentre os fatores sociais mais propícios ao exame dos correlatos sociais da complexificação e da simplificação estruturais, estariam as dicotomias de base social “grau de contato *v.* isolamento”, “densidade *v.* debilidade das redes sociais” e “comunidades de pequeno *v.* grande porte”. Variedades linguísticas com uma história de alto nível de contato, sobretudo do tipo que envolve aprendizagem generalizada de uma língua por adultos, tenderiam a demonstrar altos níveis de simplificação, que estariam, por sua vez, vinculados aos processos de (i) regularização de irregularidades; (ii) aumento de transparência lexical e morfológica e (iii) perda de redundância.

Segundo ele, a perda de redundância assumiria duas formas principais: (a) a perda de categorias morfológicas, que pode ser compensada pelo uso de estruturas mais analíticas e (b) a redução na repetição de informação, como no caso da concordância gramatical.

Embora a simplificação e a complexificação possam ocorrer em qualquer língua e a simplificação

não se efetive só em situações de alto contato, é nestas últimas que há um desequilíbrio entre os dois processos, com o predomínio da simplificação (p.101). Nesse sentido, os pidgins representariam um caso extremo de simplificação e o “processo de expansão inerente à criouliização – o “reparo” da redução promovida pela pidginização – envolveria a reintrodução de algumas das categorias que foram perdidas” (p.103).

As observações de Trudgill parecem ir ao encontro do que se observa hoje em variedades não europeias do Português e do que provavelmente ocorreu no passado, sobretudo quando confrontadas à variedade que lhes deu origem, conforme se pode sustentar pelo Princípio do Uniformitarismo apresentado por Labov (1972) e segundo o qual processos que se observam no presente podem levar à depreensão de processos que ocorreram no passado.

No que se refere ao PB atual, a regra de indicação de plural sinaliza, sobretudo na variedade popular, um processo pretérito de simplificação e eliminação de redundâncias, enquanto o PE mantém a estrutura mais complexa, que implica a repetição da marca de plural em todos os constituintes flexionáveis do SN. Da mesma forma, como se verá adiante, em São Tomé, a variedade emergente do Português parece sofrer, ainda hoje, a influência das diversas línguas que coexistem na ilha, sobretudo do forro, ele também oriundo de um processo de simplificação.

A variável posicional e questões relativas ao contato multilinguístico

Em todos os *corpora* referentes ao SN com que já tive a oportunidade de trabalhar, fica claro o predomínio, na modalidade oral, de SNs com núcleo na segunda posição, o que permite dizer que SNs de dois lugares são prototípicos da modalidade falada. No *Corpus* APERJ (cf. tabela 1), de um total de 2.865 SNs, 93,2% têm o núcleo na segunda posição. Nas amostras de Nova Iguaçu e de São Tomé, do *Corpus* Concordância, verifica-se a mesma tendência: 84%, em ambos os casos, o mesmo ocorrendo nas amostras do PE, com um índice ligeiramente menor: 79,4%.

Percentuais de SNs segundo a posição (P) do núcleo por variedade				
Corpus	Posição do vocábulo no SN			
	P1	P2	P3	P4
13 comunidades do N e NO do RJ	0,6%	93,2%	6,11%	0,03%
Nova Iguaçu	5,7%	84,2%	10,6%	9,4%
São Tomé	5,2%	84%	0,4%	0,5%

Tabela 1: Percentual de SNs segundo a posição (P) do núcleo em *corpora* referentes à comunidade de São Tomé e a comunidades brasileiras.

Em termos estruturais, portanto, ao se focalizar o SN na fala de comunidades quer pouco urbanizadas/rurais, quer altamente urbanizadas, lida-se com dados estruturalmente bem semelhantes (cf. tabela 2 e figura 2).

SNs VARIÁVEIS EM DOIS <i>CORPORA</i> REPRESENTATIVOS DO PB				
	SN 2	SN 3	SN 4	TOT.
SÃO TOMÉ	246 86%	37 13%	03 1%	286
NOVA IGUAÇU	255 82,5%	51 16,5%	03 1%	309
TOTAIS	501 84%	88 15%	06 1%	595

Nível	Copacabana	Nova Iguaçu
Fundamental	17	32
Médio	41	35
Superior	79	68

Tabela 2: Número de ocorrências e percentuais.

Figura 2: Índices percentuais.

Na fala dos indivíduos retratados no *Corpus* APERJ, o índice de indicação de plural nos constituintes do SN foi de apenas 44%, oscilando, nas diferentes comunidades, entre 38% e 53%. Para fins comparativos, lembro que Vieira (1995), na pesquisa sobre concordância verbal nas mesmas comunidades, obteve um total de 38% de aplicação da marca de P6, com oscilação entre 13% e 50%. (cf. tabela 3).

	Percentual geral de aplicação da marca de número		Oscilação na aplicação da marca de número nas comunidades	
	SN	P6 (Vieira)	SN	P6 (Vieira)
Corpus APERJ	44%	38%	13 comunidades 38% - 53%	13 comunidades 13% - 50%
Corpus Concordância	91,6%	83,5%	Rio de Janeiro 92,4%,	Rio de Janeiro 88,1%
			Nova Iguaçu 91,1%	Nova Iguaçu 78,2%

Tabela 3: Comparação dos percentuais de aplicação da marca de número no nome e na P6 do verbo em dois *corpora* representativos do PB.

Em ambos os casos, os falantes mais velhos apresentavam os maiores índices de não marcação de plural, sinalizando, como vêm demonstrando trabalhos mais recentes, uma tendência à aquisição e não à perda de marcas e permitindo estabelecer a hipótese de que, no PB, a forma conservadora ou vernacular seria a marcação defectiva de plural tanto em P6 quanto nos constituintes do SN.

Já no *Corpus* Concordância, observa-se, para o PB, um índice global de aplicação da marca da ordem de 91,6%, oscilando entre 92,4%, em Copacabana/Botafogo, e 91,1% em Nova Iguaçu. Vieira indica para a concordância verbal um índice global de 83,5%, sendo 88,1% em Copacabana e 78,2% em Nova Iguaçu. Quanto ao PST, a aplicação da marca é praticamente a mesma: 93,4% no SN e 93,1% em P6. Também nessas comunidades, em relação a ambas as variáveis, são os indivíduos mais velhos os que apresentam os menores índices de marcação.

Na variedade de São Tomé e em outras variedades africanas, empregadas como L1 ou L2, os padrões de indicação de número, como demonstram estudos sobre Moçambique, Angola, Cabo Verde (GONÇALVES 1997; INVERNO 2009; JON-AND 2010, 2011) são similares aos registrados no Português do Brasil (cf. Figura 3), cujas origens têm sido atribuídas por alguns pesquisadores (GUY 1981; HOLM 2002; LUCCHESI 2003, entre outros) ao contato multilinguístico que se verificou durante o processo de colonização.

Português de Angola (PA)	(a) quais são [os principais problemas]
	(b) [as coisa] estão muito cara
	(c) e buscar [as tuas fruta]
	(d) [os tais português], fomos [...]
Português de Moçambique (PM)	(a) graças a[os meus irmãos mais velhos]
	(b) tinha que levar [as criança]
	(c) [alguns nossos amigo] vê uma [...]
	(d) e d[os acontecimentos alegre]
	(e) boda de prata de [vinte e cinco ano]
Português de S. Tomé (PST)	(a) n[as antigas empresas coloniais]
	(b) morre [aquelas lula mesmo grande]
	(c) não era n[os nossos tempo]
	(d) pego n[as minha ferramenta]

Fontes: *Corpus Variedades Africanas do Português*, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (PA e PM) e *Corpus VARPOR*, coletado por Tjerk Hagemeijer (PST).

Figura 3: Padrões de concordância nominal em três variedades africanas do Português.

As análises variacionistas realizadas com os mencionados *corpora*, em que a *posição relativa e linear do constituinte no SN* sempre foi selecionada como a primeira ou a segunda restrição mais importante para a presença/ausência da marca, permitem traçar um *continuum* de marcação de plural no SN, como o que propus em Brandão; Vieira (2012a), aqui acrescido dos índices referentes à análise com o *Corpus* APERJ. Tal *continuum* caracterizaria o PB e abarcaria, por hipótese, também as variedades africanas do Português, atendendo, assim, à proposta de Petter (2007) (cf. figura 4).

[+ marcas]				[- marcas]		
Pré-núcleo		Núcleo		Pós-núcleo		
Pos. 1	Pos. 2/3	Pos. 2	Pos. 3/4...	Pos. 2	Pos. 3	Pos. 4/5/6
.83 - .89	.50 - .69	.16 - .26	.16 - .32	.09 - .29	.10 - .16	.06 - .11
.97	.85	.12	.13		.15	

Figura 4: *Continuum* de marcação de plural no SN.

No pré-núcleo, a primeira e a segunda posições tendem a ser mais marcadas, o que sugere ser este o *locus*, por excelência, da marca. A partir do núcleo em segunda posição, a marca será menos frequente, em geral decrescendo a partir da terceira posição. No esquema proposto, a linha vertical contínua que separa o pré-núcleo do núcleo representa o limite da área de maior incidência de marcas, enquanto a linha pontilhada entre os constituintes nucleares e pós-nucleares indica que essas áreas não sofrem solução de continuidade quanto à não marcação.

No entanto, alguns estudos – como o de Baxter (2009) e o de Christino; Silva (2012) – sugerem outras configurações no que se refere, no primeiro caso, à área pré-nuclear e, no segundo, às áreas pré-nuclear e nuclear.

Baxter trabalhou com a fala de Helvécia, comunidade afrodescendente da Bahia, e com a comunidade dos Tongas, de São Tomé. Em ambas, os maiores índices de marcação de plural se concentram na posição pré-nuclear adjacente ao núcleo (como em *a minhas filha*). Os poucos constituintes à esquerda a ele não adjacentes apresentam menores índices de marcação, que, por sua vez, vão aumentando, gradualmente, da fala dos mais velhos para a dos mais novos. Levando-se em conta os índices globais por ele apresentados, verifica-se um *continuum* um tanto diferente daquele que propus, no que tange à área pré-nuclear. Baxter considera os constituintes à esquerda do núcleo elementos essenciais não só para a compreensão do mecanismo de concordância nessas comunidades, mas também para a aferição da gradativa aquisição do Português pelos indivíduos que as constituem, tecendo, ainda, uma série de considerações de cunho social para estabelecer convergências e divergências entre tais comunidades (cf. figura 5).

[+ marcas]		[- marcas]					
(-)	(+)						
Pré-núcleo		Núcleo		Pós-núcleo			
Pos. 1	Pos. 2/3	Pos. 2	Pos. 3/4...	Pos. 2	Pos. 3	Pos. 4/5/6	
.479	.914	.153	.397	0% (90 ocos)			Helvécia
.795	.915	.223	.267	.112 (34/120 ocos)			Tongas

Figura 5: *Continuum* de marcação de pluralidade em constituintes do SN duas comunidades afrodescendentes, elaborado com base em estudos de Baxter (2009: 278).

Christino; Silva (2012), por sua vez, focalizaram a concordância na modalidade escrita do Português Kaingang, com base em provas e trabalhos de professores indígenas em formação. Como nos informam as autoras, na língua Kaingang não há concordância, o que supostamente se reflete nas estruturas empregadas pelos indivíduos bilíngues (Português/Kaingang) quando se expressam em Português. Nos textos que lhes serviram de base, coexistem SNs inteiramente marcados quanto à concordância, SNs com marcação defectiva, típicos do português popular e, ainda, SNs sem marcação ou com marca apenas no núcleo, como no exemplo “e que cada aluno valorize [este curso], para sua vida profissional” e “trabalhar em [sua comunidades]” (p. 425). Quanto a este último padrão, empregado por 41,3% (57) dos autores dos textos, Christino; Silva (p. 425) acreditam que ele se deva à influência da língua Kaingang, “uma língua de cabeça à direita, em que a marcação das categorias morfossintáticas ocorre na porção direita do SN”.

Se levarmos em conta o princípio do Uniformitarismo, os estudos sobre a emergência, na atualidade, de variedades do português em comunidades indígenas podem também contribuir para a apreensão da dinâmica que deu origem ao PB e ao PST.

Nesse sentido, são importantes as observações de Emmerich; Paiva (2009: 162), quando focalizam o Português de contato, variedade utilizada pelos diferentes grupos étnico-linguísticos na região do Alto Xingu, em que o índice de concordância no SN é de 18%. Elas afirmam que essa taxa se deve ao fato de que, à medida que os índios vão ampliando seu contato com os falantes nativos do português, gradativamente se vai verificando um processo de despidginização, com a incorporação de padrões variáveis típicos do português popular como, no caso da indicação de plural no SN, a marcação nos constituintes mais à esquerda. As autoras mencionam, ainda, nesse particular, não só a atuação da variável posição linear em relação ao núcleo, mas também a do princípio da saliência fônica.

No âmbito do Projeto Concordância, realizei uma análise para testar se o uso de um crioulo, em especial do Forro, poderia estar interferindo no domínio da regra canônica de concordância.

A variedade de São Tomé pareceu-me adequada a testar essa hipótese, por diversos motivos, entre os quais, (a) contar-se com um *corpus* contemporâneo de fala urbana, representativo de indivíduos que se declararam falantes de português como L1; (b) ser essa a variedade, entre as dos países africanos que têm o português como língua oficial, que apresenta as características mais favoráveis a verificar tal interferência, pois, segundo Hagemeyer (2009), (i) o Português é falado por 98,9% da população, secundado pelo forro ou santomé, com 72,4% de falantes; (ii) lá coexistem, além do forro, outra língua crioula autóctone – o Angolar – e, ainda, o crioulo de Cabo Verde, o Lung'ie, da ilha do Príncipe, o Português dos Tongas e resquícios de línguas do grupo Banto; (iii) e São Tomé é o único país da África de língua portuguesa, que apresenta, “condições para a emergência de uma nova variedade” (p. 18). Com base nas respostas dos informantes quando o documentador lhes perguntava se falavam um crioulo, bem como em comentários e observações eventuais desses indivíduos sobre questões linguísticas, concluí haver, em São Tomé, indivíduos que (a) só usam o português e (i) não dominam ou (ii) dominam um crioulo; (b) usam o português e um ou mais crioulos (i) com menor ou (ii) maior frequência (no mercado, em momentos de lazer com amigos, com parentes mais velhos).

A variável *Frequência de uso de um crioulo* ficou, então, constituída por três fatores: frequência (a) *zero/baixa*, referente aos indivíduos que se expressam fundamentalmente em português; (b) *média*, relativa aos indivíduos que se expressam em português, mas dominam um crioulo e dele fazem uso eventualmente; (c) *alta*, abarcando os indivíduos que, embora falem o português e o tenham como L1, se expressam, regularmente, num crioulo (cf. tabela 4).

Frequência de uso de um crioulo	Oco	Perc.	P.R.
Zero /Baixa (grau zero - G0)	75/1039	7.2%	.41
Média (grau 1 - G1)	140/1117	12.5%	.52
Alta (grau 2 - G2)	90/219	41.1%	.75

Tabela 4. Atuação da variável *frequência de uso de um crioulo* para o cancelamento da marca de número no SN.

Independentemente da distribuição assimétrica dos informantes pelas três células, na análise variacionista sobre a fala de 22 indivíduos de níveis fundamental e médio, essa variável foi

selecionada como a terceira mais relevante, logo após, nesta ordem, a *posição linear e relativa do constituinte no SN* e o *nível de escolaridade*. Constatou-se que são os indivíduos que se comunicam preferencialmente num crioulo os que mais tendem a não implementar a marca de número (41.1%; p.r. .75). Com esses indivíduos, contrastam os que nunca ou pouco se expressam em crioulo (p.r. .41) e os que o utilizam apenas eventualmente (p.r. 52).

A questão da interferência de outras línguas sugerida pelos resultados ora apresentados há muito vem sendo debatida. A tendência à marcação de plural no constituinte pré-nuclear adjacente ao núcleo tem sido apontada, de acordo com Jon-And (2010, 2011), como argumento para uma possível influência de línguas africanas (transferência ou influência de substrato) em variedades não europeias do português. Segundo a autora, nos casos do Português de Moçambique e de São Tomé (o grupo dos Tongas e a comunidade de Almojarife), a hipótese se confirmaria, uma vez que essas variedades têm como substrato línguas Banto, em que a marcação de plural é feita por meio de prefixo.

Em síntese, os trabalhos aqui arrolados parecem indicar que variedades do Português oriundas de situações de contato linguístico revelam um nítido quadro de simplificação da expressão morfológica de pluralidade no SN.

A variável Nível de escolaridade

Nas análises variacionistas empreendidas no âmbito do Projeto Concordância, *nível de escolaridade* tem-se mostrado tão relevante quanto a *posição relativa e linear do constituinte no SN* para a (não)aplicação da marca de número, como, aliás, tem ficado patente em diversos outros estudos, inclusive aqueles relacionados a P6 (BRANDÃO; VIEIRA 2012a, 2012b; VIEIRA; BAZENGA 2013). A importância dessa variável reside no fato de, em geral, se associar a outras variáveis, como nível socioeconômico, maior ou menor acesso a bens culturais, maior ou menor contato com indivíduos de diferentes estratos sociais, maior ou menor consciência das variantes de prestígio. Ela é, portanto, um parâmetro fundamental para representar as distâncias sociais no Brasil – e também em São Tomé.

Surpreendem, sem dúvida, as elevadas taxas globais de marcação de plural no SN nas variedades urbanas dessas áreas (relembrando, 91,6% no PB e 93,4% no PST). No entanto, a atuação da variável *nível de escolaridade* mostra que tais índices mascaram a verdadeira realidade, uma realidade sociolinguisticamente polarizada, nos termos de Lucchesi (2003). Também obedecendo a um *continuum*, de forma escalar, os pesos relativos acentuam a distância entre os dois polos: os indivíduos de 5 a 8 anos de escolaridade e os de nível superior (cf. figura 6).

<i>Continuum de nível de escolaridade</i>				
	<i>[-marcas]</i>			<i>[+marcas]</i>
	<i>0 – 4 anos</i>	<i>5 – 8 anos</i>	<i>9 – 11 anos</i>	<i>12....</i>
NO e NE do RJ:	44%			
RMRJ-Copacabana		80,5% (.14)	93,7% (.37)	98,8% (.82)

RMRJ-Nova Iguaçu		91,4% (.38)	80,9% (.24)	97,2% (.76)
São Tomé		76,5% (.19)	96,4% (.49)	98,8% (.76)

NO e NE do RJ = Regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro

RMRJ = Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro

Figura 6: *Continuum* de marcação de número segundo o nível de escolaridade

Na amostra APERJ, não foi controlada a variável *nível de escolaridade*, uma vez que se lidava com um grupo homogêneo quanto a este particular, formado por indivíduos que ou não ou pouco frequentaram a escola: dos 72 informantes da pesquisa, 46 (64%) tinham de 1 até 4 anos de escolaridade e 26 (36%) eram analfabetos. Os pouco escolarizados e os analfabetos distribuíam-se pelas localidades de forma aleatória, no entanto, num *corpus* em que a aplicação da marca foi, como já se frisou, da ordem de 44%, em nenhuma das comunidades ela ultrapassou os 53%.

Embora não se tenha controlado sistematicamente a escolaridade, Almeida (1997) confrontou os analfabetos aos pouco escolarizados, deixando clara, de um lado, a homogeneidade do grupo, o que se verifica pelos índices percentuais bastante próximos, e mostrando, de outro, que, mesmo em comunidades tão semelhantes do ponto de vista sócio-econômico-cultural, a maior ou menor frequência, regular ou não, à escola pode ser fator determinante de diferenças, mínimas que sejam. Apenas 4% é o índice percentual de aplicação da marca que separa os analfabetos (42%) dos escolarizados (46%), embora a análise variacionista tenha indicado, respectivamente, pesos relativos .48 e .52, em decorrência da interação com as demais variáveis.

No que se refere a São Tomé, o cruzamento da variável *frequência de uso de um crioulo* com *nível de escolaridade* (cf. tabela 5) demonstra que são os indivíduos de nível fundamental os responsáveis pelos maiores índices de cancelamento da marca, que tem também caráter escalar: o cancelamento aumenta à medida que aumenta a utilização de um crioulo: baixa frequência: 19% < média: 25% < alta: 41%.

Frequência de uso de um crioulo	Nível Fundamental		Nível Médio	
	Oco	%	Oco	%
Baixa	52/276	19	23/763	3
Média	110/435	25	30/682	4
Alta	90/219	41		

Tabela 5: Cruzamento da variável Frequência de uso de um crioulo e nível de escolaridade. Aplicação: cancelamento da marca

Já os indivíduos de nível médio de escolaridade, com baixa ou com média frequência de uso de um crioulo, são os que menos cancelam a marca (respectivamente, 3% e 4%). O cruzamento desses dados, além de demonstrar que o domínio do padrão prestigiado de concordância pode estar sendo influenciado ou retardado pelo uso de uma língua em que a marca de plural não se aplica a todos os constituintes do SN, reforça a relevância da variável *nível de escolaridade*, que, de certa forma, sintetiza várias outras, de caráter sócio-econômico-cultural.

Apenas para complementar e finalizar esta seção, cabe dizer que, no PB e no PST, a marcação de plural no SN tem fortes condicionamentos estruturais, não se circunscrevendo a fatores referentes à saliência posicional aqui comentada, mas se relacionando ainda às saliências semântica e fônica: (i) o traço [+ animado] ou [-animado] do núcleo do SN repercute, respectivamente, na presença ou ausência da marca de número; (ii) menor ou maior grau de saliência fônica condiciona, inversamente, maior ou menor índice de marcação da pluralidade. No que concerne às variáveis sociais, também se observa a atuação de *Faixa etária*, no PB e de *Sexo*, no PB e no PST (Cf. tabela 6).

BP		STP
Copacabana	Nova Iguaçu	São Tomé
<u>NÍVEL DE ESCOLARIDADE</u>	<i>POSIÇÃO RELATIVA E LINEAR DO CONSTITUINTE NO SN</i>	<u>NÍVEL DE ESCOLARIDADE</u>
<i>POSIÇÃO RELATIVA E LINEAR DO CONSTITUINTE NO SN</i>	<u>NÍVEL DE ESCOLARIDADE</u>	<i>POSIÇÃO RELATIVA E LINEAR DO CONSTITUINTE NO SN</i>
<u>Faixa etária</u>	<u>Faixa etária</u>	<i>Animacidade do núcleo</i>
<u>Sexo</u>	Saliência fônica	<u>Sexo</u>
Saliência fônica	<i>Animacidade do núcleo</i>	Contexto subsequente
Significance: .000 Input: .98	Significance: .001 Input: .96	Significance: .023 Input: .98

Tabela 6: Variáveis atuantes para o cancelamento da marca de número no SN, por variedade.

A similaridade quanto à redução da expressão de marcas de plural (que parece registrar padrões diferenciados, provavelmente associados às línguas locais) bem como a atuação dessas variáveis estruturais nas diferentes variedades do Português sugere a existência de uma tendência de caráter universalizante, inerente às variedades do Português que emergem em áreas em que, no passado ou no presente, se registra contato com outras línguas, sobretudo as africanas, e, entre estas, crioulos de base portuguesa. Sugere, ainda, que tais padrões só se efetivam pela atuação de variáveis de natureza sócio-cultural, que *nível de escolaridade* parece sintetizar.

A situação do PE

Em forte contraste com o quadro que se observa na variedade brasileira e na variedade santomense, no Português Europeu há efetivamente uma regra de concordância que determina que todos os constituintes flexionáveis do SN copiem a marca de plural presente no núcleo.

Como já ressaltai em Brandão (2013: 91),

nas gramáticas do século XVI e nas que as seguiram nos séculos XVII e XVIII, não há menção a padrões variáveis de concordância, embora diversas sejam as observações sobre aspectos fonético-fonológicos, em termos de correção e/ou de variação. Sabe-se que a variedade europeia passou por mudanças no século XVIII, mas estas parece não terem afetado o sistema flexional [...] Vale lembrar

que Peres & Moia (1995), que indicam a concordância como “uma das áreas críticas” da língua portuguesa, não arrolam casos variáveis na estrutura do SN.

No intuito de testar a hipótese de que, no Português Europeu, a regra de concordância nominal seria categoricamente implementada, organizei uma amostra formada por 6.952 SNs eliciados da fala de um total de 54 indivíduos (18 por localidade) nativos de Cacém e Oeiras, na Região Metropolitana de Lisboa, e de Funchal, na Ilha da Madeira.

Na amostra do Português Europeu (cf. tabela 7), como um todo, registraram-se 99,88% de aplicação da marca de número, não havendo entre as três comunidades nenhuma discrepância: os percentuais de aplicação da marca oscilaram entre 99,78% e 99,96%.

PE - Sintagmas nominais				
Amostra	Com marca(s) de número		Sem marca(s) de número	
	Nº de OCOs	%	Nº de OCOs	%
Oeiras	2310/2312	99,92	2/2312	0,08
Cacém	2448/2449	99,96	1/2449	0,04
Funchal	2186/2191	99,78	5/2191	0,22

Tabela 7: Distribuição dos dados referentes à concordância no PE.

Os 0,12% de seu cancelamento correspondem a 8 SNs (sete deles prototípicos de casos de marcação variável: dois constituintes, núcleo de baixa saliência fônica não marcado), dentre os quais seleciono dois para exemplificação: (a) a maioria d[as **pessoa**] **das mulheres** era tra/ era em casa era a bordar; (b) [**outros conhecimento**] **outra maneira** de ver as pessoas.

Os informantes, dois moradores de Funchal, ao enunciarem os primeiros dos SNs de cada exemplo, não aplicaram a marca no núcleo, mas imediatamente reformularam o enunciado por meio de outro SN – no primeiro caso, no plural; no segundo, no singular. Estes, como os outros seis casos, resultam, claramente, de falhas de processamento discursivo, de hesitação, ou lapsos, como assinalou Labov. Deve-se acrescentar que os oito SNs variáveis ocorreram na fala de sete diferentes indivíduos, no continente e na Ilha da Madeira, o que reforça tal interpretação.

Trudgill (2009), no artigo aqui já citado, afirma que, ao contrário do que ocorre na aprendizagem de uma língua por adultos em situação de contato multilinguístico, a aprendizagem de uma língua por crianças em contato coterritorial de longo prazo leva a uma complexidade adicional ou, eu diria, à manutenção de uma estrutura de maior complexidade, o que parece ser o caso do Português Europeu, pelo menos desde o século XVI, em que teve início a sua normatização.

A concordância e o estatuto das variedades do português

Delineadas as características do PB e do PST, quanto a aspectos estruturais e sociais da aplicação da marca de número, contrastadas às do PE, de aplicação generalizada da regra, passo a comentar um estudo recentemente publicado (2014), em que Silvia Vieira e eu buscamos melhor compreender as diferenças que distanciam o Português do Brasil e o Português Europeu, analisando a concordância sob o prisma da tipologia das mencionadas regras linguísticas

propostas por Labov (2003). Para tanto, baseamo-nos não só nas análises quantitativas e qualitativas sobre a concordância nominal e verbal de P6 por nós realizadas, mas também, como já mencionado, em resultados de análises de outros pesquisadores referentes à concordância em estruturas com os pronomes *a gente* e *nós* (MARCOTULIO; VIANNA; LOPES, 2013; VIANNA, 2011), todas desenvolvidas no âmbito do Projeto binacional já citado.

Nesse texto, dizíamos que:

O registro de determinada estrutura em certo conjunto de dados e sua frequência de uso têm-se configurado como as evidências mais fortes para que o pesquisador a eleja ou não como opção prototípica de uma língua. Em pesquisas de natureza diacrônica, é exatamente o aumento gradativo da frequência de uso no decurso temporal que permite postular, ou ao menos sinalizar, um caminho de “mudança paramétrica”, “gramaticalização”, ou formulações semelhantes. Em outras palavras, classificar a regra linguística que envolve cada fenômeno – se categórica ou variável – permite não só estabelecer o parâmetro adotado em cada caso, mas também, no que tange à variação, avaliar sua extensão e seu perfil. Em se tratando de comportamento indubitavelmente categórico, tal estabelecimento é fácil e inquestionável. Quando se lida com comportamento variável, é a extensão dessa variabilidade que instaura o debate acerca do estatuto da língua/variedade. (p. 83).

Os resultados relativos ao Português do Brasil, no que tange à concordância nominal, já foram aqui comentados com base nas duas variáveis, uma linguística, outra social, que se mostraram mais salientes para a implementação ou não da marca de número. Quanto à concordância de P6, embora os índices percentuais globais de aplicação da marca sejam um pouco menores do que os registrados para a concordância nominal, observa-se a mesma nítida diferença entre as duas variedades.

Enquanto no PE (cf. tabela 8) a regra gira em torno dos 99% na Região Metropolitana de Lisboa e corresponda a 94,7% em Funchal, o que levou à caracterização da regra no PE como semicategórica, a regra no PB é francamente variável, com índices de 88,1% em Copacabana e 78,2% em Nova Iguaçu.

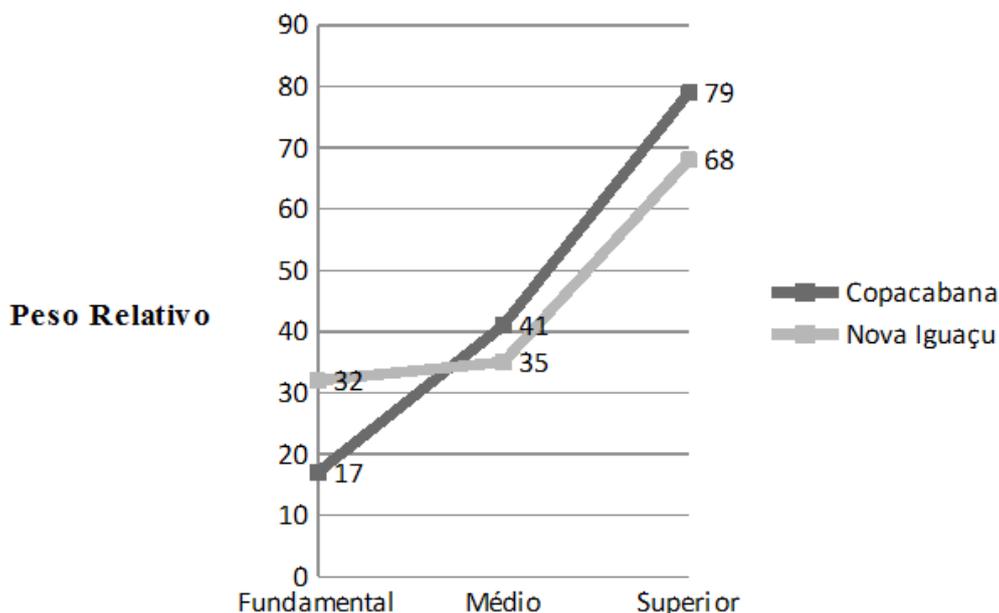
Amostra	Com marca(s) de número		Sem marca(s) de número	
	Nº de OCOs	%	Nº de OCOs	%
Oeiras	1454/1467	99,1	13/1467	0,9
Cacém	1176/1185	99,2	9/1185	0,8
Funchal	866/914	94,7	48/914	5,3
Copacabana	1229/1395	88,1	166/1395	11,9
Nova Iguaçu	1067/1365	78,2	298/1365	21,8

Fonte: Vieira; Bazenga (2013: 12)

Tabela 8: Distribuição dos dados com e sem marca de concordância verbal de P6 – PE e PB.

No âmbito de P6, no PB, as saliências posicional, fonética e semântica mostraram-se significativas para a interpretação do fenômeno, como têm demonstrado diversos outros estudos. O cancelamento da marca de número é favorecido em contextos com verbos cuja diferenciação entre singular e plural são de menor saliência fônica; com sujeito posposto; com o relativo “que”; com sujeito inanimado e verbos intransitivos, inacusativos ou copulativos. Tais contextos, que

se referem a estruturas que universalmente favoreceriam a não realização da marca, verificam-se “nas raríssimas ocorrências” da Região Metropolitana de Lisboa em que não se aplica a marca de número. Quanto a Funchal, além das mencionadas restrições, parece haver forte influência de condicionamentos fonético-fonológicos característicos da variedade madeirense, que sugerem a “necessidade de aprofundamento em relação aos chamados dialetos não-padrão do PE, tanto em sua caracterização linguística, quanto na descrição de sua sócio-história particular” (VIEIRA; BAZENGA, 2013). No que concerne à variável *nível de escolaridade*, que não se mostrou relevante no PE, ela tem caráter escalar e grande representatividade no PB (cf. figura 8).



Fonte: Vieira; Bazenga (2013: 25)

Figura 8: Concordância de P6 no PB: atuação da variável nível de escolaridade (em pesos relativos)

Quanto a construções com *nós* e com *a gente*, o PB e o PE também divergem (Cf. Tabela 9): quando a primeira pessoa do plural é expressa por *a gente*, no PB o verbo fica no singular, conforme a concordância canônica, em 99% das ocorrências, enquanto no PE, em 82% delas. Já quando se trata do pronome *nós*, o PE apresenta 100% de ocorrências no plural e o PB apresenta índices variáveis sobretudo em amostras de fala popular (cf. LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), ou mesmo considerando estudos da fala urbana, conforme Vianna (2011), que registrou 90% de marcação de plural. Quando se trata de concordância nominal de número em construções predicativas com *a gente*, 21% delas, no PE, estão no singular, enquanto no PB, o singular é categórico (100%).

VARIEDADE		Conc. nominal de número (SN)	Conc. verbal (3ª p. pl.)	Conc. verbal (1ª p. pl.) <i>a gente</i>	Conc. verbal (1ª p. pl.) <i>nós</i>	Conc. nominal de número: construções predicativas com <i>a gente</i>
PE	Oeiras	99,9%	99,1%	82% (3SG)	100% (1PL)	21% (SG)
	Cacém	99,9%	99,2%			
	Funchal	99,7%	94,7%			

PB	Copacabana	92,4%	88,1%	99%	90%	100%
	Nova Iguaçu	91,1%	78,2%	(3SG)	(1PL)	(SG)

Fonte: Vieira; Brandão (2014)

Tabela 9. Índices percentuais referentes à concordância em diferentes estruturas.

Com base nos percentuais gerais obtidos dessa comparação (VIEIRA; BRANDÃO 2014: 103-107), chegou-se, preliminarmente, às seguintes conclusões resumidas na figura 9.

- (i) No que concerne à concordância nominal no âmbito do SN, PE e PB se opõem: no primeiro, a regra de marcação de pluralidade é categórica; no segundo, variável.
- (ii) Quanto à concordância verbal de 3ª pessoa plural, no PE continental a regra é categórica; em Funchal, está no limite entre o variável e o semicategórico; no PB, o comportamento é de uma regra variável. No caso de Funchal, a análise qualitativa dos dados – que demonstrou a especificidade de contextos de não realização da marca – permite categorizar o comportamento como semicategórico, à semelhança do ocorrido no PE continental.
- (iii) A concordância verbal de 1ª pessoa plural com *nós* revela uma regra categórica no PE e a não marcação de pluralidade (*nós trata*) é registrada exclusivamente no PB.
- (iv) No âmbito das estruturas de 1ª pessoa plural com *a gente*, a concordância verbal no PE registra não só a variante recomendada pela norma padrão (*a gente canta*), mas também a forma plural (*a gente cantamos*), em índices que permitem caracterizar a regra como variável, em contraposição ao PB, em que a opção pela forma singular é semicategórica.
- (v) No que se refere à concordância nominal em construções predicativas com *a gente*, o PB exibe uma regra categórica de realização singular e o PE, uma regra variável com preferência pela forma plural.

Estatuto da regra (Labov 2003)	Conc. no SN	Conc. verbal de 3ª p. pl.	Conc. verbal de 1ª p. pl. <i>a gente</i>	Conc. verbal de 1ª p. pl. <i>nós</i>	Conc. em predicativas com <i>a gente</i>
Categórico	PE			PE	PB (singular)

Semicatagórico		PE	PB (singular)		
Variável	PB	PB	PE	PB	PE

Fonte: Vieira; Brandão (2014).

Figura 9: Caracterização das diferentes regras.

Como salientamos (p. 103), a observação dos dados, ainda do ponto de vista quantitativo, permite estabelecer as seguintes generalizações:

- (i) O PB assume comportamento claramente variável em três das cinco estruturas controladas: concordância no âmbito do SN, concordância verbal de 3ª pessoa plural e concordância verbal de 1ª pessoa plural com *nós* (restrita, nesse caso, a variedades não prototipicamente urbanas e/ou escolarizadas). Em apenas uma das estruturas, exatamente a da concordância verbal com *a gente* (no singular), assume comportamento categórico; na outra estrutura com *a gente*, a nominal, exibe resultado semicategórico.
- (ii) O PE assume comportamento categórico / semicategórico em três das cinco estruturas controladas: concordância no âmbito do SN, concordância verbal de 3ª pessoa plural e concordância verbal de 1ª pessoa plural com *nós*. Apenas nas estruturas relacionadas a *a gente*, assume comportamento variável, visto registrar também a forma plural.

Mas o que se pode depreender dessas tendências, tendo em vista a hipótese que norteou a comparação, a de que a categorização proposta por Labov poderia servir de instrumento para a definição de tipos linguísticos?

Evidentemente que, apesar de ficar patente a sistemática diferença de comportamento do PE e do PB (não há coincidência quanto ao estatuto da regra em nenhum dos casos arrolados), é fundamental interpretar os dados também do ponto de vista qualitativo, o que aqui se tentará comentar resumidamente.

(a) O pronome *a gente*, de emprego mais recente, tem forma singular com valor semântico plural. Do ponto de vista canônico, fazer a concordância com *a gente* implica privilegiar a forma (verbo e predicativo no sing.), enquanto que com *nós* e *eles* ou com um SN no plural se privilegia a noção de plural, o que determina a aplicação da marca de plural.

O PE, quando não faz a concordância padrão, acaba optando por seguir o valor semântico, o plural, como em *a gente viemos*, em consonância com a opção pelo plural nos demais contextos. Já o PB, quando não faz a concordância canônica, opta pela forma de singular, em contextos formal e semanticamente de plural.

(b) No que respeita aos casos de concordância no SN e em P5 com o pronome *nós* (casos de concordância categórica no PE), fica claro que o *default*, nessa variedade, é o

plural, não tendo sido registradas, no caso de P5, ocorrências do tipo *nós trata*, como ocorre no PB.

(c) Quanto a P6, no PE, o conjunto de fatores em atuação parece obedecer a condicionamentos morfofonológicos (sândi externo) e sintático-semânticos do tipo genérico ou “universal” (cf. CHAMBERS 2004; TRUDGILL 2009; SZMRECSÁNYI; KORTMANN 2009), não podendo ser indicadores seguros do estatuto de cada uma das variedades do PE.

No PB, ao contrário, os dados encontrados exibem ausência de marca plural em frases com ordem direta não-marcada (sem qualquer conotação de estrutura topicalizada, por exemplo), com sujeito anteposto ao verbo, com formas verbais de alta saliência fônica e com traços animados, como no exemplo “*os menino foi na praia ontem*”.

Além de todas as evidências estruturais, ressalte-se a importância das restrições extralinguísticas no PB, dentre as quais se destaca o nível de escolaridade, sem nenhuma representatividade no PE, o que configura mais um índice de diferenciação entre essas variedades.

No PB, a regra básica, ou, em outros termos, vernacular, de concordância nominal, aqui exemplificada no sintagma “*os menino comportado*”, consiste na marcação do constituinte mais à esquerda. Sua repetição nos demais constituintes do SN está intrinsecamente vinculada à maior ou menor consciência do falante sobre o valor social da variável e ao maior ou menor domínio da regra canônica, em geral, aprendida na escola.

Em síntese, pode-se afirmar que, no PE, há uma efetiva regra de concordância de plural entre os constituintes do SN, enquanto no PB tem-se uma regra de marcação de plural que determina que essa categoria seja indicada no constituinte mais à esquerda (determinante ou qualquer outro elemento que possa ocupar a primeira posição).

O uso da regra de concordância nominal no PB seria uma decorrência de injunções de ordem social, uma regra artificial, resultante de alto grau de letramento, o que se verificaria também em variedades africanas, como a de São Tomé (cf. Brandão 2011, 2013), em que, em termos percentuais, se poderia definir a regra como semicatórica entre os indivíduos de nível superior. Isso justifica a constante menção, em estudos sobre o PB, ao aumento dos índices percentuais de concordância em função de escolaridade, embora os fatores que coatuem para a variação continuem a agir segundo os mesmos princípios, a mesma hierarquia. Nem na fala de indivíduos cultos a regra é categórica.

Vieira; Brandão (2014:108), nas considerações finais de seu artigo, afirmam acreditar que os resultados da análise da concordância por elas empreendida com base em parâmetros quantitativos e qualitativos constituam evidência de que a tipologia laboviana de regras linguísticas possa servir como instrumento para avaliar perfis tipológicos linguísticos em relação a qualquer fenômeno gramatical, sendo um forte recurso metodológico para promover a distinção entre o que é aparentemente variável e aquilo que constitui efetivamente uma tendência geral ou uma opção *default*. Sem dúvida, cumprir a agenda de pesquisa futura, por nós anunciada, permitirá testar a generalidade das nossas interpretações em amostras e temas diferentes.

Considerações finais

Retomo uma de minhas observações iniciais, a de que a concordância de número é um dos tópicos mais focalizados na linguística brasileira. Tal observação poderia pressupor que pouco ainda haveria a dizer sobre o tema. No entanto, muitas são, ainda, as questões pendentes.

Para fornecer algumas das várias respostas que buscamos no sentido da caracterização do Português do Brasil e da recuperação de sua história, considero muito pertinente, além da sugerida utilização da tipologia de regras linguísticas, realizar análises contrastivas não só com o Português Europeu, mas também com variedades emergentes, sobretudo as de origem africana, que resultaram de situação de contato multilinguístico. Os padrões de marcação de plural no SN aqui indicados, por exemplo, justificam tal iniciativa. Nesse sentido, o melhor conhecimento também dos crioulos de base portuguesa e a verificação dos seus mecanismos de variação e mudança parecem ser mais dois relevantes tópicos para a recém mencionada agenda.

Lucchesi (2012: 45) caracteriza as comunidades afrodescendentes isoladas, em geral remanescentes de antigos quilombos (como a de Helvécia, por exemplo), como “sítios arqueológicos da história sociolinguística do Brasil”. Eu acrescentaria que, com o auxílio dos princípios e métodos da sociolinguística, considerar, qualitativa e quantitativamente, de forma mais detida, os crioulos de base portuguesa e as variedades emergentes do Português pode fornecer preciosas pistas para testar a hipótese da existência de um *continuum* afro-brasileiro do português, como sugerem direta ou indiretamente, entre outros, Petter (2007) e, ainda, Avelar; Galves (2014), em texto recentemente publicado.

Desse modo, espero que o conjunto de resultados e reflexões aqui apresentado possa, antes de trazer conclusões que se queiram definitivas para a caracterização do estatuto das variedades do Português como um todo, ter oferecido fortes evidências de que os estudos linguísticos se podem beneficiar fortemente da priorização de duas frentes de trabalho: (i) a descrição das variedades africanas do Português, seja na linha do que propõe Petter (2007), na definição de um continuum afro-brasileiro de aplicação das regras, seja na linha do que propõe Trudgill (2009), na observação dos processos de simplificação e complexificação na expressão linguística; e (ii) a interpretação das diversas regras linguísticas em questão segundo Labov (2003), acompanhada de adequada descrição quantitativa e qualitativa das ocorrências.

Amadeu Amaral – volto ao início deste texto e aos primórdios da descrição de falares do PB – em discurso na ABL, em 1925 (*apud* MENON 2008: 337), dizia, a propósito da comissão de brasileirismos que havia sido há pouco criada, que ela deveria ter “outra denominação e outro programa”, para que, ao invés de “só recolher e discutir palavras”, lançasse as bases

de um estudo metódico e puramente científico de todo o complexo de fenômenos dialectais no Brasil, fonéticos, morfológicos e sintáticos, investigando-lhes as causas e tendências, mas tratando antes de tudo de colhêr genuínos materiais de correcta observação, tomados diretamente à realidade viva da língua, fielmente transcritos segundo um sistema invariável, e não só se valendo de documento livresco ou dos depoimentos de segunda mão como de elementos subsidiários.

O que aqui apresentei é apenas um fragmento das pesquisas por mim desenvolvidas, por vezes com a colaboração de colegas e orientandos, a que se somam os estudos de vários outros pesquisadores também comprometidos com esse “programa”, tão antigo quanto atual, que se esboçou no início do século passado e começou a se efetivar a partir da década de 1970.

Referências:

- ALMEIDA, Evanilda Marins de. *A variação da concordância nominal num dialeto rural*. 1997. 145f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3 ed. São Paulo: Hucitec; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976 [1920]. 197p.
- AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística* (Revista da ALFAL) 30 (2), pp. 241-288, 2014.
- BAXTER, Alan. A concordância de número. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.) *O Português afro-brasileiro*. Salvador, EDUFBA, 2009.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Em torno de um velho tema: o cancelamento da marca de número na fala das comunidades rurais brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12, pp. 50-57, dez. 1994.
- _____. O cancelamento da marca de número nominal na variedade urbana não standard do Português de São Tomé. XVI Congresso Internacional de la ALFAL, 2011, Alcalá de Henares. *Documentos para el Congreso Internacional de la ALFAL*. Alcalá de Henares: ALFAL/Universidad de Alcalá. Disponível em CD. Doc 104, 2011.
- _____. Patterns of plural agreement within the Noun Phrase. *Journal of Portuguese Linguistics* 12 (2), pp. 51-100, 2013.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; VIEIRA, Sílvia Rodrigues. A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* 22 (2), pp. 7-41, 2012a.
- _____. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa: Revista de Linguística* 56 (3), pp. 1035-1064, 2012b.
- CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CHAMBERS, Jack K. Dynamic typology and vernacular universals. In: KORTMANN, B. (ed.). *Dialectology meets typology. Dialect grammar from a cross-linguistic perspective*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2004. pp. 127-145.
- CHRISTINO, Beatriz; SILVA, Moana de Lima. Concordância verbal e nominal na escrita em Português-Kaingang. *Papia* 22 (2), pp. 415-428, 2012.
- EMMERICK, Charlotte; PAIVA, Maria da Conceição. Português xinguano: origem e trajetória. In: CARVALHO, Ana Maria. *Português em contato*. Madrid: Vervuert Verlag; Iberoamericana, 2009. pp. 153-163.
- GONÇALVES, Perpétua. Tipologia de “erros” do Português Oral de Maputo. In: STROUD, Christopher; GONÇALVES, Perpétua (org). *Panorama do Português Oral de Maputo: a construção de um banco de “erros”*. Moçambique: INDE, vol. II, 1997. pp. 37-70.
- GUY, Gregory Riordan. *Linguistic Variation in Brazilian portuguese: aspects of the Phonology*, *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 83-104.

- Syntax, and Language History*. 1981. 391 fls. Ph.D. Dissertation (Linguistics). University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1981.
- HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de São Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, Macau, 1 (1), pp. 1-27, 2009.
- HOLM, John. The social and linguistic origins of Brazilian Vernacular Portuguese: parallel cases of partial restructuring. *Revista Portuguesa de Filologia XXIV*, pp. 123-145, 2001-2002.
- INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, Ana (ed). *Português em contato*. Madrid: Vervuert Verlag; Iberoamericana, 2009. pp. 87-106. Disponível em: <http://www.uc.pt/creolistics/research/angola/inverno_forthcoming>. Acesso em: 05 mai. 2009.
- JON-AND, Anna. Concordância variável de número no SN no português L2 de Moçambique – algumas explicações sociais e linguísticas. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 2, pp. 28-50, 2010.
- _____. *Variação, contato e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde. A concordância variável de número em sintagmas nominais do português*. 2011, 167 fls. Tese (Doutorado). Department of Spanish, Portuguese and Latin American Studies, Stockholm University, Stockholm, 2011.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Vol. 1, Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- _____. *Principles of linguistic change: social factors*. Vol. 2, Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- _____. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. pp. 235-250.
- LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. Competências básicas do português. *Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e Fundação Ford*. Rio de Janeiro, 1977. 151p.
- LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do Português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. pp. 272-284.
- _____. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Linguística Galega* 4, pp. 45-65, 2012.
- _____; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.) *O Português afro-brasileiro*. Salvador, EDUFBA, 2009.
- MARCOTULIO, Leonardo; VIANNA, Juliana; LOPES, Célia. Agreement patterns with ‘a gente’ in Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics* 12 (2), pp. 125-149, 2013.
- MARROQUIM, Mário *A língua do Nordeste* (Alagoas e Pernambuco). 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- MENON, Odete Pereira da Silva. Uniformitarismo ou transmissão oral? In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia. *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. pp. 337-351.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. 2007. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 83-104.

- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].
- PERES, João A.; MÓIA, Telmo. *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- PETTER, Margarida Maria Taddoni. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. *Revista Pápis* 17, pp. 9-19, 2007.
- SZMRECSANYI, Benedikt; KORTMANN, Bernd. "Between simplification and complexification: non-standard varieties of English around the world". In: SAMPSON, G; GIL, D.; TRUDGILL, P. (eds.). *Language complexity as evolving variable*. Oxford: OUP, 2009. pp. 64-79.
- TEIXEIRA, José Ataliba. *A linguagem de Goiás*. São Paulo: Anchieta, 1944.
- _____. O falar mineiro. Separata da *Revista do Arquivo Municipal* 45, São Paulo, 1938. 100 p.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- TRUDGILL, Peter. Sociolinguistic typology and complexification. In: SAMPSON, Geoffrey; GIL, David; TRUDGILL, Peter. *Language complexity as an evolving variable*. Oxford: University Press, 2009a. pp. 98-109.
- _____. Linguistic universals and vernacular data. In: FILPPULA, M.; KLEMOLA, J.; PITKÄNEN, H. (eds.). *Vernacular universals and language contacts*. New York/London: Routledge Taylor & Francis, 2009b. pp. 323-348.
- VIANNA, Juliana. *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*. 2011. 234 fls. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte Fluminense*. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- VIEIRA, Silvia Rodrigues. Entre o variável e o categórico: a concordância verbal e a colocação pronominal em variedades do Português. In: REZENDE, L. M.; SILVA, O. N. L. da; MENDONÇA, M. C.; ZAVAGLIA, C.; BRUNELLI, A. F. (org.). *A interdisciplinaridade e a especificidade linguística: teorias e práticas*. Araraquara; FCL-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Série Trilhas linguísticas; 26) pp. 75-98.
- VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Tipologia de regras linguísticas e estatuto das variedades/línguas: a concordância em português. *Linguística* 30 (2), pp. 81-112, dezembro, 2014.
- VIEIRA, Silvia Rodrigues; BAZENGA, Aline. Patterns of third person verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics* 12 (2), pp. 7-50, 2013.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for theory of linguistic change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (org.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. pp. 97-195.



TEXTO E DISCURSO: PROCESSOS DE SEMIOTIZAÇÃO DO REAL

Maria Aparecida Lino Pauliukonis¹

*Compreender uma linguagem significa dominar uma práxis.
(WITTGENSTEIN, 1975)*

RESUMO: Neste artigo, é feita uma abordagem do texto como discurso, o que possibilita analisar a enunciação, a qual consiste na ação e na influência do sujeito enunciador sobre o sujeito destinatário do texto, com quem interage em determinada situação comunicativa. Sob essa perspectiva, a linguagem deixa de ser considerada um instrumento para expressão do real ou uma referência sobre o mundo, para se transformar em um instrumento que coloca os sujeitos em interação, para estes falarem sobre o mundo e o transformarem em “real discursivo”. Dessa forma é possível analisar os processos de transformação e de transação ou o percurso que vai da frase ao texto, o que possibilita a passagem do significado textual para o significado discursivo.

PALAVRAS-CHAVE: Texto. Discurso. Enunciação.

ABSTRACT: This article intends to make a study of the text as discourse and it permits to analyze the process of enunciation that consists on the observation of the action and the influence of the subject on the reader of the text, whom he interacts with in a determined communicative situation. On this perspective, the language is not more concerned to translate the “real world”, but it becomes an instrument that makes the contact between the two subjects and the translation of the referent to the new “real” that becomes discourse. In this way, it is possible, to analyze the process of transformation of a text in discourse or the possibility of this translation of the world in the linguistic one or the construction of the sense of a text in discourse.

KEYWORDS: Text. Discourse. Enunciation.

Introdução

Todo ato não significa a não ser em função da situação de comunicação em que é produzido, da identidade e da intencionalidade dos interagentes, do que é proposto e das circunstâncias materiais em que ele se encontra. (CHARAUDEAU, 2008)

Nesta investigação sobre o processo enunciativo das operações discursivas presentes em um texto, focalizamos a enunciação como um evento acional dialógico entre sujeitos sociais e

¹ Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: aparecidalino@gmail.com.

consumidores/leitores de textos da mídia impressa, televisiva e da Internet, objeto dos últimos projetos de pesquisa desenvolvidos na UFRJ.

A opção pelo exame de textos midiáticos justifica-se pelo fato de exercerem eles grande influência em todos os setores da sociedade e assenta-se na hipótese de que todo texto constitui um ato de discurso interativo, sendo possível descrever o processo de apreensão do seu significado, pelo reconhecimento das diversas operações enunciativas utilizadas na produção textual. A ênfase, portanto, desta abordagem está na análise do *modo enunciativo* de organização do discurso e do papel das instâncias subjetivas que atuam, de uma certa forma, em uma *mise-en-scène* determinada por um *contrato* discursivamente contemplado.

Pretendemos apresentar o conceito de texto como discurso, ou como um evento interativo em que convergem ações linguísticas, culturais, sociais e cognitivas, de acordo com a clássica concepção de Beaugrande (1997: 10). Com essa finalidade, abordam-se as operações de semiotização do *real*, que se relacionam às atividades de sujeitos enunciadorees nos processos linguístico-discursivos de transformação e de transação, responsáveis pela construção dos sentidos dos gêneros textuais e dos modos de organização do discurso.

Ao propor a análise discursiva de textos de diversos gêneros, nossa abordagem conta com o aporte teórico de teorias da enunciação, cujo objetivo principal é verificar como se dá a apreensão dos sentidos de um texto, pelo reconhecimento de estratégias discursivas realizadas por sujeitos enunciadorees durante o ato de comunicação, em uma determinada situação social e reguladas por um *contrato* comunicativo. Esse é um dos conceitos chave propostos pela Teoria Semiollinguística do discurso (CHARAUDEAU, 2007) de base interativa e comunicacional, que também fundamenta nossas observações.

Por se tratar de uma análise que opera tanto com o universo linguístico como com o situacional, a Teoria Semiollinguística do discurso permite verificar como se dá a apreensão dos sentidos de um texto, considerado discursivamente. Assim, focalizamos algumas de suas temáticas básicas: o ato de linguagem como enunciação; as operações linguístico-discursivas a serviço da construção da imagem dos sujeitos do discurso em uma situação social; o contrato de comunicação e a *mise-en-scène* dos dispositivos utilizados para a construção dos gêneros e dos modos de organização do discurso. O objetivo principal é analisar, enfim, como se realiza a inclusão de marcas da identidade dos sujeitos da enunciação, por meio do exame dos índices de subjetividade mais frequentes nos diversos gêneros de textos.

O ponto de vista invocado busca, assim, abranger o que a análise discursiva denomina de problematização do sentido ou interpretação de um texto em função de reconhecimento de operações linguístico-discursivas específicas. Tal perspectiva consiste em compreender e analisar o significado textual em função do projeto de influência e da ação do sujeito enunciadoree sobre o sujeito receptor/destinatário em determinado contexto situacional.

A proposta apresenta a seguinte disposição: um breve histórico das teorias da enunciação com que dialogamos e comentários sobre diferentes correntes da Análise do Discurso, a fim de situar os precursores e destacar os teóricos que possibilitaram a passagem dos enfoques estruturalistas e representativos do código para os estudos dos usos linguísticos sob o prisma discursivo; um especial destaque será dado à contribuição da Semiollinguística como fundamento para análise da ação de sujeitos na *mise-en-scène* enunciativa durante a produção/interpretação de diversos gêneros textuais e discursivos.

Breve histórico da enunciação

Tido como um conceito central em Filosofia, o termo *enunciação* tornou-se recorrente na referência aos estudos linguístico-enunciativos, a ponto de hoje tornar-se central nas discussões sobre a relação entre o sujeito, a linguagem e o mundo.

Se recuarmos no tempo, dentre os precursores dessa nova abordagem da língua, podem ser citados Bréal (1897) que, no capítulo sobre a subjetividade na língua, destaca que as escolhas lexicais que os sujeitos realizam estão em função das circunstâncias de seu tempo, o que caracteriza a intervenção da subjetividade na construção do texto, e Bakhtin (1929), que propôs a análise da dinamicidade da linguagem e da natureza social da enunciação. Segundo tais perspectivas, a língua aponta possibilidade de orientação de sentido para o interlocutor, sinalizando os contextos constitutivos e as inter-relações com outras enunciações.

Podem ser lembrados ainda outros expoentes, mas as contribuições de Benveniste (1966) foram decisivas para o desenvolvimento dos estudos enunciativos e da intersubjetividade na linguagem; ao apregoar a impossibilidade de se reconhecerem certos elementos linguísticos dissociados da atividade dos falantes, ele instaurou, de vez, a Teoria da Enunciação, que direcionou os estudos enunciativos posteriores.

O tratamento dado à enunciação sempre foi relevante para a perspectiva do discurso; desde o início, colocou-se em pauta a produção discursiva de uma dada sociedade por meio de suas distintas formas de expressão; nesse sentido, tornaram-se centrais as noções de intersubjetividade, os princípios da Pragmática e os desdobramentos e os avanços das teorias sobre o texto considerado como discurso.

Atualmente a Análise do Discurso configura-se em várias correntes de investigação da linguagem que guardam entre si um ponto comum: um modo de reflexão sobre as relações intersubjetivas e as condições enunciativas de realização, base de seu funcionamento. Dessa forma, as abordagens do discurso privilegiam a compreensão dos mecanismos que são inerentes à prática linguística, concebem a ação interativa e cognitiva das entidades subjetivas e propiciam um questionamento sobre a real participação do ambiente social (situação) na produção do ato de comunicação.

Em meio à profusão de teorias sobre o discurso, atualmente não se pode mais considerar uma única abordagem para os diversos enfoques discursivos; assim, os vários aportes teóricos mantêm pontos de contato mas conservam suas especificidades. Dentre eles, serão feitas aqui considerações mais detalhadas sobre a corrente de base interativo-comunicacional, que trata a *problemática* do sentidos do ato de linguagem, a partir das perspectivas da *Enunciação* e da ação intersubjetiva dos enunciadores.

Trata-se da *Teoria Semiolinguística*, de Charaudeau (1983, 1992), segundo a qual a construção do sentido se faz por meio de uma relação forma/sentido, que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos, de forma que todo sentido é resultante de operações discursivas de entidades subjetivas, a partir de uma situação bem determinada, sob a égide de um *contrato comunicativo*. Seu ideólogo, Patrick Charaudeau, é criador do CAD, *Centre d'Analyse du Discours* da Universidade de Paris 13, Laboratório de Pesquisa que congrega vários pesquisadores de outras Universidades da França e que mantém convênios de cooperação científica com Universidades em vários países.

No Brasil, pesquisadores das Universidades UFRJ, UFF e UERJ (CIAD-Rio), da UFMG (Grupo NAD), da USP e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), entre outras, mantêm pesquisas em cooperação científica com o linguista Charaudeau e utilizam essa perspectiva teórica para fundamentar seus estudos, por entenderem que ela corresponde a uma proposta de trabalho, integradora de diferentes domínios de estudos da linguagem e que propõe questionamentos acerca de aspectos internos (linguísticos) e externos (extralinguísticos) aos vários gêneros de textos.

Situam-se nessa direção os trabalhos de pesquisa do Grupo CIAD-Rio, Laboratório de pesquisa, coordenado por mim, e que congrega pesquisadores das principais Universidades públicas do Rio de Janeiro, engajados em um Projeto Integrado com vários outros subprojetos, que apresentam como diretriz investigações sobre as “*Operações enunciativas e a construção do ethos dos sujeitos enunciadores em textos midiáticos e literários*”, por meio da concepção de texto como discurso.

Já se podem destacar algumas temáticas que direcionam nossas pesquisas em discurso atualmente: (1) estudos sobre entidades subjetivas – os sujeitos sociais e discursivos – no quadro da interação social; (2) pesquisas que privilegiam as situações sociais de comunicação linguageira (o uso desse termo abrange além do discurso, os elementos da *mis-en-scène* enunciativa); (3) análises que articulam as funções linguístico-discursivas com a situação de produção/recepção (posições ideológicas e sociais); e (4) trabalhos que focalizam, em primeiro plano, a organização macro e micro textual dos textos, os tipos e gêneros do discurso e as marcas linguístico-discursivas dos sujeitos da enunciação, com finalidade interpretativa de discursos institucionalizados.

De um modo geral, todas essas abordagens apresentam uma reação ao estruturalismo do Código, em que a língua é considerada um reflexo ou espelho da realidade, cuja função básica é informar sobre o mundo. Pela visão das teorias do discurso de base comunicacional, a língua serve, primeiramente, para colocar os indivíduos em interação, para que eles possam falar sobre o mundo, recriando-o, discursivamente, de diferentes formas.

Considerada a relevância dessa noção de texto como discurso, ou como fruto de um processo enunciativo, prevê-se uma mudança de enfoque no ensino de leitura e de interpretação textual: em vez de se focalizar a linguagem como forma ou como portadora de conteúdos proposicionais, de signos que recorrem a referentes linguísticos para expressar o *real*, evidencia-se sua natureza dialógica e acional, construtora de identidades sociais, a qual coloca em cena além de valores referenciais conceitos extralinguísticos e informações sobre as imagens dos enunciadores e a situação de enunciação, importantes dados esses que, se forem desvendados, acarretam mudanças na significação global dos textos.

Com interface e propostas para um ensino mais produtivo de língua, as pesquisas têm constatado a importância das estratégias linguístico-discursivas que devem ser reconhecidas pelo leitor/produtor de textos nos processos de interpretação e de produção textual. Para melhor situar o enfoque em comparação com outras correntes sobre o discurso, a seguir, breves considerações sobre a teoria da enunciação, que orienta e embasa as propostas da Teoria Semiollingüística, com a qual temos dialogado em nossos Projetos, com produtivas publicações conjuntas do Grupo CIAD-Rio.

Como as temáticas do discurso são bastante abrangentes e refletem conceitos de correntes teóricas diversificadas, apenas as temáticas da enunciação e da intersubjetividade serão objeto de considerações, a seguir, em que se procura situar a Enunciação sob o prisma da Teoria Semiollingüística.

Enunciação: a perspectiva da Semiologia

No âmbito das teorias da Enunciação, a Semiologia apresenta como proposta a análise das operações enunciativas, levadas a efeito pelos sujeitos interagentes e considera todo ato de linguagem como resultante da combinação de dois componentes – o verbal e o situacional – privilegiando-se a análise da imagem que o sujeito enunciador projeta de si mesmo em seu discurso, num emprego de restrições e de manobras. A constituição dessa imagem pode ser visualizada por meio de um duplo recorte: o da *enunciação ampliada* – em que se faz o exame do contexto, incluindo os *protagonistas* e *parceiros* e as circunstâncias de produção do *ato comunicativo* – e o da *enunciação restrita* – com o enfoque maior dos procedimentos linguísticos que se constituem como marcas sinalizadoras (pistas) na construção de uma imagem ou de um *ethos* legitimador da fala enunciada.

No espaço enunciativo considerado de forma mais ampla, ganham relevância dois princípios básicos que fundamentam todo ato comunicativo: o *princípio da alteridade* e o *princípio da identidade*.

O *princípio da alteridade* postula que todo ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros (presentes ou ausentes) que devem se reconhecer como semelhantes – pois compartilham saberes e possuem finalidades comuns – e como diferentes – cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor/produzidor do *ato de comunicação* (o *sujeito comunicante*) e de sujeito receptor desse ato de comunicação (o *sujeito interpretante*).

Dessa forma, cada um dos parceiros da troca linguageira está engajado num processo recíproco – mas não simétrico – de reconhecimento do outro e de diferenciação; segundo Charaudeau, cada um vai se legitimando e também legitimando o outro através de uma espécie de olhar avaliativo, o que permite dizer que a identidade social se constrói por meio de um “cruzamento de olhares” (CHARAUDEAU, 2008).

O *princípio da identidade*, por sua vez, centra-se no próprio indivíduo; é ele que permite dizer: quem sou realmente? Que imagem de mim projeto para o outro? A identidade desse sujeito é bastante complexa, pois nela se articulam dados biológicos, dados psicossociais atribuídos pelos outros e dados construídos pelo próprio comportamento (o que se pretende ser). Todos esses componentes conduzem à construção de duas identidades: a *identidade social* e a *identidade discursiva*.

A *identidade social* precisa ser também criada pelo comportamento linguageiro do sujeito falante, podendo ser, portanto, reconstruída ou mascarada. Já a *identidade discursiva* necessita de uma base que se encontra na identidade social. É esta última que dá ao sujeito seu “direito à palavra”, o que está fundamentado na sua *legitimidade* e na sua *credibilidade*.

Por sua vez, todo ato de comunicação constitui-se num problema, pois comunicar é também se arriscar à incompreensão ou à negação, o que faz o Autor afirmar que comunicar é sempre se lançar em uma “aventura”. A ameaça constitui o próprio *ato de comunicação* em si e o reconhecimento recíproco que tem de ser construído socialmente pelos parceiros envolvidos no *ato de comunicação*. Como todo sujeito se situa no centro de uma *situação* comunicativa e está em relação com um parceiro, é essa relação que define as características identitárias e *contratuais* do ato comunicativo: presença ou ausência (física) dos parceiros, o canal usado na transmissão,

a diversidade de códigos, os comportamentos discursivos esperados na troca, enfim, inúmeros são os elementos que participam dos rituais, caracterizam uma situação interativa e têm consequência no processo de interpretação do ato de comunicação.

Além dos dois princípios citados – alteridade e identidade –, no ato de linguagem, estão presentes dois outros que o fundamentam: o da *influência* e o da *regulação*, que contribuem para completar o quadro enunciativo: enquanto aquele procura envolver e afetar emocionalmente o parceiro, alvo de sua influência, o princípio da regulação que consiste no conjunto de restrições do sistema, torna possível e necessário recorrer-se a estratégias que regulam e permitem a inter-compreensão.

Se, para comunicar-se, como se está vendo, há sempre a necessidade de um outro, o modelo comunicacional da Semiologia compreende um ato de troca entre dois parceiros, ligados pelo princípio da intencionalidade e da regulação, realizado em uma determinada situação de influência comunicativa e regulado por um *contrato comunicativo*. Por se tratar de um conceito-chave na constituição do ato de linguagem, ele será considerado, mais detalhadamente, a seguir.

O contrato de comunicação

A noção de *contrato* assenta-se no pressuposto de que seres sociais pertencentes a um mesmo corpo social estabelecem uma relação de cumplicidade, quanto ao uso dos elementos de sua comunicação, por isso lançam mão de estratégias que permitirão colocar em cena suas intenções (o que pode ser feito de forma consciente ou não).

Pode-se afirmar, então, que todo ato de comunicação social supõe um determinado *contrato* social. Esse termo, tomado de empréstimo ao domínio jurídico, pressupõe que os indivíduos sejam capazes de entrar em acordo a propósito das representações de linguagem. Nas palavras de Charaudeau (2008: 56), o contrato pressupõe:

(...) conjunto de condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja a sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva). É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objetivo temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias).

Segundo o linguista, a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes às mesmas práticas sociais cheguem também a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante espera que o outro possua uma competência de reconhecimento análoga à sua, o que lhe permite esperar por receber uma contrapartida de convivência.

Assim, o *contrato de comunicação* também permite aos parceiros que se reconheçam um ao outro por meio de traços identitários que reúnem as condições necessárias para a realização do ato de comunicação: o seu objetivo – que os sobredetermina, o objeto temático de troca e as coerções materiais determinadas pelas circunstâncias. Dessa forma, todo ato compõe-se de um *espaço de restrições*, isto é, de regras que não podem ser infringidas pelos parceiros, sob pena de não haver a interação, e de um *espaço de manobras* que compreende os diferentes tipos de configurações discursivas de que o sujeito comunicante dispõe para atingir seus objetivos.

Ao propor que no ato de linguagem há uma situação de troca que depende de uma intencionalidade e se realiza em espaços de coerção e restrição, Charaudeau propõe um modelo de estruturação desse *contrato* em três níveis: *situacional*, *comunicacional* e *discursivo*. O atendimento a essas condições permite que se chegue à construção do texto como um processo discursivo, foco de interesse da análise nesta abordagem.

Assim, o *nível situacional* dá conta do espaço externo, do *lugar* que determina a *finalidade* do ato, (para que se fala?), a *identidade* dos parceiros (quem fala a quem?), o *domínio do saber* que é veiculado pelo objeto da troca (sobre o que se fala?) e o dispositivo (por meio do que se fala?). O *nível comunicacional* constitui o *lugar* onde estão as maneiras de falar, ou seja, o que vai definir os papéis linguageiros dos sujeitos, o que vai também lhes garantir o direito à fala, em função dos dados situacionais (como se fala?). Por fim, o *nível discursivo* corresponde à forma de intervenção do sujeito enunciador e deve atender às condições de *legitimidade*, de *credibilidade* e de *captação*.

De acordo com a *Teoria Semiolinguística*, portanto, o *ato de comunicação* é um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*, articulados num duplo circuito comunicativo – *circuito externo (fazer)* e *circuito interno (dizer)* – indissociáveis um do outro. O *fazer* pertence à *instância situacional* em que atuam os parceiros – sujeitos comunicante e interpretante – que são os seres sociais da troca; já o *dizer* é o lugar da *instância discursiva*, é o espaço da *encenação* do dizer, da qual participam os *protagonistas* – sujeitos enunciador e sujeito destinatário – que são *seres da palavra*.

Nesse sentido, todo *ato de comunicação* não pode ser visto como uma simples produção de uma mensagem feita por um Emissor em direção a um Interlocutor, mas como um encontro dialético de quatro instâncias subjetivas que vai determinar os dois processos:

- o processo de Produção: um EU-comunicante que se dirige a um Tu-destinatário;
- o processo de Interpretação: um Tu-interpretante que constrói uma imagem do Eu-comunicante pelo que ele apresenta como sujeito enunciador.

Os sujeitos comunicante (EUc) e interpretante (EUi) são, portanto, na concepção do autor, “sujeitos de ação” que realizam uma encenação ou *mise-en-scène* discursiva no *ato de comunicação*, quando atuam como *parceiros*. A esses sujeitos, porém, se ligam mais dois, que são de “ordem discursiva”: o sujeito comunicante se anuncia como sujeito enunciador (EUe) e constrói uma imagem de si, ao mesmo tempo em que se dirige a um destinatário (TUD), também idealizado. Assim, por esse processo interlocutivo, ocorre um desdobramento dos lugares enunciativos, realizados por quatro enunciadores.

Dessa forma, considera-se o *ato de comunicação* como um “jogo”, pois ele se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas (restrições) de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso aos enunciadores.

Nessa perspectiva, todos os atos de comunicação são considerados como *encenações* (no sentido teatral mesmo do termo), que resultam da combinação de uma determinada situação de comunicação com uma determinada organização discursiva e com um determinado emprego de marcas linguísticas. Isso mostra a necessidade de uma competência de produção/interpretação, que ultrapassa o simples conhecimento das palavras e suas regras de combinação, que requer um saber bem mais global, sobre as operações discursivas realizadas e que compreende os

elementos contextuais próprios da interação social.

Operações discursivas de semiotização do *real*

O processo de semiotização do mundo, ou a operação de discursivização na língua possibilita a passagem de uma referência externa à língua para o *real* construído pelo discurso, o que corresponde a um conjunto de operações estratégicas que permitem fazer a passagem do significado (sentido de língua) para a significação (sentido de discurso). De fato, vocábulos, como *homem*, *mulher*, *viagem*, por exemplo, têm sentido potencial e só ganham sentido real quando atualizados discursivamente. Assim, no enunciado “O *homem* é mortal” (Sócrates), o termo refere-se ao ser humano, mas colocado numa placa, em uma porta ao fundo de um bar, por exemplo, **HOMEM** ganha significação de banheiro masculino e **MULHER**, de banheiro feminino.

A criação de um significado discursivo não depende apenas de relações morfossintáticas ou semânticas entre os elementos da língua (entidades, atributos e processos no contexto verbal), mas ganham sentido na relação desses elementos com a situação social dos interagentes, ou com o conjunto de fatores extralinguísticos ou contextuais.

Nesse processo de semiotização do mundo, ou nessa passagem do mundo a significar – o *real* – para o mundo significado discursivamente, – o *real construído* –, distinguem-se duas operações fundamentais – o processo da transformação e o processo da transação –, que ocorrem em níveis frasal e textual, permitindo a transferência do mundo real para o mundo do discurso.

Em um primeiro nível, o emprego da língua envolve diversas *operações discursivas de transformação*: as operações de *identificação*, ou nomeação de todos os seres, processos e entidades, as operações de *caracterização*, ou de adjetivação em sentido amplo, as de *ação* ou *processualização*, que pertencem ao universo do processo verbal, as de *modalização* ou de cunho enunciativo modalizador e as de *relação*, responsáveis pela conexão entre os elementos, estabelecendo-se o processo coesivo.

Em um segundo nível, estão as operações que concorrem para a construção textual, constituindo-se o *processo de transação*, ou de expressão do conteúdo em forma de gêneros textuais. As operações do *processo de transformação* são efetuadas sob liberdade vigiada, segundo as diretivas que ocorrem no *processo de transação* (CHARAUDEAU, 2008: 68), já que confere a elas uma orientação de sentido. Ou seja, não se pode considerar isoladamente cada processo, uma vez que são interdependentes e sempre complementares.

Resumindo, qualquer *ato de comunicação* pode ser representado por um dispositivo, cujos componentes são os seguintes:

- (a) a *situação de comunicação*, de ordem psicossocial, quadro físico e mental no qual se encontram os parceiros de uma troca linguageira, ligados pelo contrato comunicativo, em função da identidade dos parceiros e das intenções comunicativas do sujeito e de seu *projeto de fala*;
- (b) os *modos de organização do discurso*, que se constituem de princípios de organização da matéria linguageira, que constam do processo de *transação*, e são dependentes

da finalidade comunicativa do sujeito falante (descrever, narrar, argumentar). Esses procedimentos são expressos em quatro modos: o *enunciativo*, o *descritivo*, o *narrativo* e o *argumentativo*, cada um deles com uma *função de base*, que é a finalidade discursiva do projeto de fala do locutor, a saber: enunciar, descrever, narrar e argumentar, e mais um *princípio de organização* ou modo enunciativo que marca a posição do locutor em relação ao interlocutor, ao dito e aos outros discursos.

(c) a *língua*, que constitui o material verbal organizado em sistemas formais significantes; e

(d) o *texto* – resultado material do *ato de comunicação* – que é testemunha das escolhas conscientes ou inconscientes que os sujeitos realizam dentro das categorias de língua e dos modos de organização do discurso, em função das restrições linguístico-discursivas impostas pelo quadro físico e mental de cada situação.

O enunciativo, nos demais modos, determina a organização peculiar da construção descritiva, da lógica narrativa e da lógica argumentativa, como também os aspectos da encenação de cada um desses modos – seus efeitos e procedimentos. Assim, no descritivo, por exemplo, observa-se a forma de caracterizações, identidades e *status* do narrador e dos demais atores; no narrativo, os procedimentos semânticos e discursivos que se dão no decorrer das ações e dos acontecimentos; e, no argumentativo, elementos que compõem o *status* próprio de cada um dos argumentos e dos elementos constitutivos desse modo.

A preferência do Autor pela expressão *modo de organização* do discurso, em lugar do termo *tipo textual*, empregado por alguns teóricos da Linguística do Texto, como Marcuschi (2009), parece atender prioritariamente à necessidade de se destacar o *papel da pessoa do discurso* em todos os passos da escolha das categorias da língua e da organização do discurso, e mais ainda, à relação de dependência de tudo quanto acontece no *ato de comunicação* aos parceiros desse ato, que são os verdadeiros organizadores de cada “encenação” discursiva e representam aí seu papel.

A função desses sujeitos é, então, atualizar o discurso no *ato de comunicação*, adotando o signo verbal como suporte. Por outro lado, a expressão *modo de organização* sinaliza a organização dos componentes que são associados e gerenciados pela subjetividade dos interlocutores que produzem sentidos, por meio dos signos linguísticos de acordo com situações interativas de comunicação.

Por fim, uma observação importante a respeito do *modo de organização enunciativo*, que se define como um direcionador dos outros modos de organização e que, por isso também, dispõe de um *status* especial na organização do discurso: o modo enunciativo “comanda” os outros e intervém na *mise-en-scène* de cada um dos outros três, dando testemunho da maneira pela qual o “sujeito comunicante” se apropria da língua e intervém para organizar todo o discurso. Em decorrência, ressalta-se a importância do tratamento da enunciação, nesta abordagem discursiva.

São três as funções do *modo enunciativo*, as quais apontam, respectivamente, para o estabelecimento de três *atos* locucionários, de acordo com o propósito ou ação do locutor/enunciador:

- modo alocutivo: estabelece uma *relação de influência* do locutor sobre o interlocutor (posição em relação ao interlocutor: EU→TU)

- modo elocutivo: revela o *ponto de vista* do locutor (posição que assume em relação ao mundo: EU→ELE)
- modo delocutivo: testemunha o dito (posição em relação a outros discursos: ELE)

Convém lembrar que, sempre ao tomar a palavra, o sujeito comunicante constrói uma imagem de si próprio e uma outra de seu interlocutor e é inegável que toda “maneira de dizer” induz a uma imagem que pode facilitar ou condicionar a boa realização de um projeto. Em outras palavras, por meio da enunciação, revela-se a personalidade, o caráter dos enunciadores e, por isso mesmo, ela é caracterizadora da intersubjetividades e de suas variadas faces.

A construção de uma imagem de si está, pois, fortemente ligada à noção de enunciação, que já fora colocada no centro de atenção da análise linguística pelos trabalhos pioneiros de Émile Benveniste. Com efeito, o ato de produzir um enunciado remete necessariamente a um locutor que utiliza a língua e nela inscreve sua subjetividade mas dialoga com outras subjetividades, em processos de interatividade.

Essa imagem de si, projetada pelo locutor através de seu discurso, é designada, na Retórica tradicional, como *ethos*. Nesse caso, está mais em jogo a capacidade de transmitir credibilidade, de persuadir o alocutário pelo discurso do que o caráter propriamente dito do locutor. Melhor dizendo, é a imagem que o locutor passa de si pela enunciação, pelo discurso, que testemunha a construção desse *ethos*.

Conclusões

No âmbito de uma análise do texto como discurso, como defendida aqui, deve-se enfatizar a importância desse novo paradigma do enfoque enunciativo que prioriza observar a presença do sujeito emissor em relação direta com seu interlocutor, durante a realização de operações e manobras enunciativas. Sob essa perspectiva, a língua deixa de ser vista como um meio de proposição informativa ou de referência ao real e passa a ser analisada pelo âmbito da influência e da interatividade dos seres discursivos, nos processos de reconstrução ou semiotização da realidade, o que acontece por meio das operações regidas tanto por coerções de ordem linguístico-gramaticais como por imposições de ordem sócio-interacionais.

Dentre as várias tendências da AD, os estudos enunciativos de base comunicacional da Semiologia têm-se mostrado bastante promissores na análise de *corpora* variados, pois permitem verificar as marcas enunciativas mais recorrentes efetuadas nas operações estratégicas que tornam possível o *processo de semiotização do mundo*. Como realçam analistas dessa teoria, ela consegue aliar conceitos enunciativos derivados da Semântica da Argumentação na Língua, de Ducrot e Anscombre, com os da Pragmática de Austin e Searle, privilegiando, assim, o poder das palavras, tanto a partir de uma visão de mundo mais interno a elas, como em função dos níveis psicossocial e institucional dos sujeitos comunicantes, nas mais diversas situações discursivas. (Cf. MACHADO, 2001: 60.)

Enfim, uma das razões por que reiteramos sua produtividade reside no fato de que essa análise do discurso intenta compreender como o ser humano tem acesso a informações, cria e partilha visões de mundo, produz conhecimento e interage com seus parceiros; ela se constitui, enfim, um excelente instrumental teórico que pode ser aplicado na análise de diferentes textos considerados como discursos.

Referências:

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979 [1929].
- BEAUGRANDE, Robert A. de *New Foundations for a Science of Text and Discourse*. Greenwich, CT: Ablex, 1997, p.10.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. vol. I. Campinas: Pontes, 1966.
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Trad. Eduardo Guimarães, Campinas: Pontes/ EDUC, 1992 [1897].
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- _____. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 1 (1), Caracas, ALED, pp. 7-22, 2001a.
- _____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, pp. 309-326.
- _____. *Langage et discours*. Eléments de sémiolinguistique (théorie et pratique). Paris: Hachette, 1983.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigríd. (orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, pp. 11-29.
- _____ & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MACHADO, Ida Lúcia. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Núcleo de Análise do Discurso (NAD), UFMG, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2009.
- PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Texto e contexto. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo & VIEIRA, Sílvia Rodrigues (orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 239-258.
- _____, GOUVÊA, Lúcia Helena, MONNERAT, Rosane dos Santos. Modalização em textos midiáticos: estratégias de construção de sentido. Puebla. *Revista ALED*, 1 (2), pp. 230-245, 2012.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005 [1975]. p. 36.



A NASALIDADE FONOLÓGICA NO PORTUGUÊS E SUAS RESTRIÇÕES

Leda Bisol¹

RESUMO: Este artigo, que trata da nasalidade fonológica, estabelece uma relação entre propriedades da nasalidade e restrições gramaticais. Depreendida a gramática da vogal nasal, analisam-se os ditongos em palavras com flexão, que tornam a gramática relativamente mais complexa. Nesse contexto, por neutralização, emerge um só ditongo em palavra sem flexão. A ideia norteadora é que o ditongo fonológico tem somente duas bases, aN e oN, enquanto a vogal dispõe de cinco vogais.

PALAVRAS-CHAVE: Nasalidade. Sílabas nasais. Gramática Variação e Exceção.

ABSTRACT: This article, which addresses phonological nasality, establishes a relation between properties of nasality and grammatical restrictions. After presenting the grammar of the nasal vowel, we analyzed diphthongs in inflected words, which make the grammar relatively more complex. In this context, via neutralization, a single diphthong in an uninflected word emerges. The main idea is that diphthongs only have two bases, aN and oN, while vowels have five bases.

Keywords: Nasality. Nasal Syllable. Grammar. Variation and Exception.

Introdução

Na primeira fase do estruturalismo linguístico, digladiavam-se duas ideias sobre a vogal nasal do português: vogal nasal (V) como segmento do sistema vocálico e vogal nasal bifonêmica (VN), vogal oral seguida de segmento nasal, na mesma sílaba. A segunda veio a prevalecer a partir de Camara Jr. (1953,1970) no Brasil e de Moraes Barbosa (1965) em Portugal. Sustentam-na as seguintes evidências, Camara Jr (1970) e Mateus e d'Ávila (2000):

- i) A vibrante forte que contrasta com a vibrante simples entre vogais realiza-se como vibrante forte ou fricativa, mas não vibrante simples, depois de qualquer consoante, *Is[ʀ]ael ~ Is[χ]ael, *Is[r]ael*. O mesmo ocorre depois de vogal nasal, indicando a presença de uma consoante: *õ[ʀ]a ~ õ[χ]a*, mas não *õ[r]a* 'honor'.
- ii) O hiato nunca ocorre entre duas vogais, se a primeira for nasal. A nasalidade é

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – pesquisadora do CNPq. E-mail: bisol@pucrs.br; lebisol@uol.com.br

apagada ou realizada como *onset* da sílaba seguinte: *bom*, mas *boa*, *um*, mas *uma*.

iii) Uma vogal nasal emerge, quando a nasal do prefixo é assimilada à consoante seguinte: *[im]possível*, *[iŋ]quieto*, mas não diante de líquida *[i]legal* e *[i]rregular*

iv) O acento na antepenúltima que ocorre em determinada classe de palavras em português, não ocorre, quando a segunda sílaba é fechada por um segmento: *cadeira*, **cádeira*, *corcúndo*, **córcundo*.

v) A degeminação é bloqueada no sândi, se a primeira vogal for nasal: *casa amarela* > *casamarela*, **lāmarela* < *lã amarela*

vi) Uma vogal oral emerge, em posição final, se o segmento nasal for apagado: *homem* > *home*, *garagem* > *garage*.

A hipótese bifônemica é reforçada por um teste de percepção (MORAES, 2013, p. 109-110), assim descrito:

Com base num vocábulo como em *mando* [^hmandu], apagou-se eletronicamente o fone [d]. A depender da percepção do apêndice [n], o vocábulo resultante deveria ser percebido como *mão* [mɐw̃] ou como *mano* [ˈmanu]. A primeira alternativa, [n] percebido como mera transição, não fonológico, daria respaldo à hipótese monomorfêmica. A segunda alternativa ([n] percebido como heterossilábico) significaria que o apêndice original em posição de coda se transforma em consoante plena na posição de ataque, caso em que a hipótese bifonêmica seria preferida.

Foi escolhida a segunda alternativa *mano* pela maioria dos participantes do experimento, oferecendo suporte à hipótese bifonêmica. Nesse experimento também foi constatado que a vogal nasal é mais longa que a vogal oral seja em sílaba tônica seja em pretônica.

Propriedades da sílaba nasal

As sete vogais que se manifestam em sílaba tônica são neutralizadas para cinco em favor da média alta no subsistema das vogais nasais:

- (1) linda-lida
- tumba-tuba
- senda –seda
- lomba-loba
- canta-cata

Embora nos exemplos dados, a sílaba nasal seja recipiente do acento, a nasalidade não está condicionada ao acento, pois ocorre contrastivamente também em sílaba átona, pretônica, a exemplo de *contada* versus *cotada*.

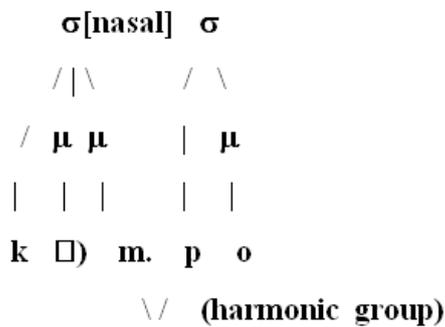
(ii) A sílaba VN tautossilábica ocupa dois espaços na linha temporal, o que se espera de uma sílaba bimórfica.

(iii) A consoante nasal em posição de coda é um fenômeno fonológico coarticulatório, isto é, N subjacente está licenciada para ser consoante na coda somente em coarticulação com um segmento vizinho.

(iv) A nasalidade é uma função da sílaba, pois suas propriedades manifestam-se na silabificação. Câmara Jr (1970) analisou-a tão somente no capítulo da silabificação e Carvalho (1988) defende explicitamente esta ideia.

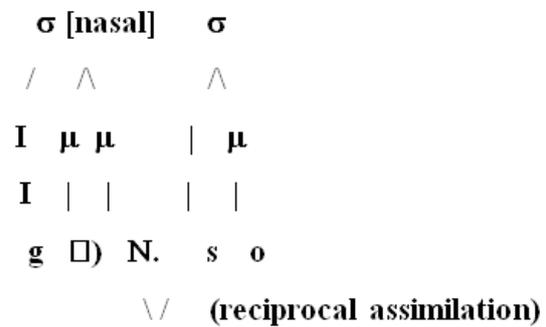
Para uma visão geral, segue a representação arbórea da vogal nasal:

(2a) /'kaNpo/



C [+labial] \Rightarrow ['k□)m.pu]

(2b) /'gaNso/



V [+post] \Rightarrow ['gaNsu]

Em (2a), N subjacente, subespecificado quanto a ponto de articulação, configura-se na estrutura de superfície como um segmento em coarticulação com a consoante seguinte, de acordo com a condição de coda, pois ambos, consoante nasal e consoante seguinte são [-cont]. Em (2b), diante de consoante [+cont], tende a coarticular-se com a vogal precedente.

Descritas as propriedades da vogal nasal, passemos a analisar seus efeitos por meio de restrições que, ranqueadas, definem a gramática da vogal nasal.

A nasal na perspectiva da teoria da otimidade

As restrições são assim definidas:

(3) Max (N): A nasal do input não pode ser apagada sem deixar vestígios.

*VN(oral)σ: Vogal oral é proibida em VN tautossilábico. (Uma versão de (*NV oral) de McCarthy (2002).

Have Mora: A sílaba nasal deve ter duas moras. (Em concordância com a hipótese de VN bifonêmico)

*μ/CON: Consoante não tem mora. (Segundo Hayes (1995), consoante não tem mora, mas pode adquiri-la por posição).

NPA: A nasal deve assimilar o traço de articulação da consoante [-cont] seguinte. (Versão restrita de NPA de Padgett, 2004).

NHR: Diante de consoante [+cont], o segmento nasal e a vogal precedente harmonizam-se. N nasaliza a vogal precedente e essa vogal lhe oferece o ponto de articulação.

Com respeito às duas últimas, referentes ao licenciamento de N, vale observar que N é licenciado para ser consoante em coarticulação, como dita a Condição de Coda. No entanto, há dois modos
Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 116-126.

de coarticulação de ponto: por assimilação com a consoante seguinte (NPA), se essa for, como a consoante nasal, [-cont] ou por harmonização recíproca com a vogal precedente, (NHR), caso em que N nasaliza a vogal e essa lhe dá o traço de ponto de articulação. As duas estão em relação de precedência: NPA que controla os candidatos criados por Gen com *input* NC[-cont] precede NHR que controla os candidatos referentes aos demais *inputs*. Por conseguinte, NHR só é ativada quando NPA não tem vez. Pode haver variação nessa distribuição, mas neste texto ficamos com o que é mais geral.

(4) Ranqueamento da vogal nasal

Max -N, *VN(oral) σ >> (NPA, NHR) >> Have Mora >> μ /CONS

/kaNto/	Max-N	*VN σ (oral)	NPA	Have mora	* μ /CON
a. $\text{\text{e} k\squaren.tu}$					*
b. k \square .tu				*!	
c. k \square m.tu			*!		*
d. kan.tu		*!			*
e. ka.tu	*!				

Tableau 1: Vogal nasal - coda licenciada por NPA

As duas primeiras restrições que não estão em relação de dominância dominam as demais, as quais, por sua vez, estabelecem dominância uma em relação à outra na ordem exposta. Na avaliação, são descartados os candidatos: (1e) por apagar N subjacente sem deixar vestígios, (1d) por apresentar-se com uma vogal oral na sequência VN tautossilábica, (1c) por não estabelecer um só ponto de articulação com a consoante seguinte [-cont] e (1b) por formar uma sílaba nasal leve. O candidato ótimo é (1a).

A inversão de dominância de restrições baixas na hierarquia pode explicar variedades ou dialetos da mesma língua (NAGY; REYNOLDS, 1997). Assim, no Tableau 3, temos o resultado esperado para o português europeu (PE).

/kaNto/	Max -N	*VN σ (oral)	NPA	* μ /CON	Have mora
a. k \square n.tu				*!	
b. $\text{\text{e} k\square.tu}$					*
c. k \square m.tu			*!	*	
d. kan.tu		*!		*	
e. ka.tu	*!				

Tableau 2: Vogal nasal alternante

Com a relação de dominância inversa das duas últimas restrições, * μ /CON domina Have Mora, (2b) é o candidato ótimo, forma que predomina no português europeu, segundo Mateus e d'Almeida (2000), a qual pode manifestar-se também no português brasileiro, embora não seja regra geral.

Observemos a sequência NC em que os dois segmentos não compartilham o mesmo modo de articulação. Então, a restrição NHR tem o seu papel:

/gaNso/	Max (N)	*VNσ (oral)	NHR	Have Mora	*μ/CON
a. ^σ g□)n.su					*
b. g□).su				*!	
c. g□m.su			*!		*
d. gaN.su		*!			*
e. ga.su	*!				

Tableau 3: Vogal Nasal - coda licenciada por NHR

Discutidas as avaliações das restrições ao descrever o Tableau 1, aqui se ressalta o efeito da restrição NHR, quando o compartilhamento de traço com a consoante seguinte [-cont] não está disponível. O candidato ótimo é (3a). N subjacente nasaliza a vogal precedente e essa lhe estende o traço de ponto de articulação, como um processo de assimilação recíproca.

Passemos ao ditongo variável, que se forma com qualquer vogal do subsistema de cinco vogais, como a vogal nasal dentro da palavra, diferentemente do ditongo básico restrito a duas vogais, como veremos adiante. Todavia no caso ditongo variável em que a palavra pode terminar em ditongo ou em consoante nasal, (o apagamento da nasalidade não está em discussão), Have Mora e *μ/CON não têm papel na decisão, mas tem *Diph, restrição que poderia ter sido ativada também na análise da vogal, pois há variedades em que o ditongo emerge dentro da palavra. Em verdade, o ditongo nasal está previsto em toda análise de vogal. É o pressuposto básico da nasalidade de Parkinson (1983).

Como vemos a seguir, a decisão fica entre a relação de dominância variável de LC e Diph, restrições com efeitos diferentes.

/ˈZ□veN/	MaxN	*VNσ (oral)	NHR	LC	*Diph
μ ^ a. ^σ ˈZ□.ve)j)					*
b. ˈZ□.ve)				*!	
				*Diph	LC
a. ˈZ□.ve)j)				*!	
b. ^σ ˈZ□.ve)					*

Tableau 4: Ditongo variável.

Na dominância de LC, que cancela a opção de N subjacente ser consoante, vence (4a); na dominância de *Diph, que diz não ao ditongo, vence (4b), variantes de uma palavra só.²

Finalizada essa parte, passemos ao ditongo fonológico básico, restrito a duas vogais subjacentes, aN e oN, de aplicação categórica, que tem uma exceção, como veremos no desenrolar da análise.

2 Para detalhes sobre ditongo variável, ver Guy (1981) e Schwindt (2014), entre outros. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 116-126.

Ditongo nasal

No sistema do português, o único ditongo nasal, que aflora em palavras simples sem flexão é o ditongo **-ão**. A palavra *mãe* no singular é uma exceção. No plural, três ditongos emergem como em *limões*, *pães*, *cães*, dos quais **-ões**, [õjs] é o mais produtivo.

Começaremos a análise do ditongo pelo mais complexo, portanto por palavras pluralizadas, partindo do pressuposto referido de que existem somente duas bases, aN e oN para o ditongo básico que distingue palavras, a exemplo de *mão/mau*, *pão/pau*. Justificam-se as duas bases, pois ambas são produtivas, independentemente de preservar a nasalidade.

(5) Cadeias de palavras

a) aN:

cidadãos/cidadania, (cidadão)

irmãos/irmandade, irmanar, irmandade (irmão)

mãos/manifício, (mão)

b) aN:

kẽjs/kanil, kanifício (cão)

kapitẽjs, kapitania (capitão)

pẽjs, panifício, (pão)

c) oN:

feijões/fejoadada, feijoeiro (feijão)

ladrões/ladroagem, ladroeria, (ladrão)

limões/limoeiro, limonada (limão)

d) aN /oN:

alemães/alemoada

bençãos /abençoar, abençoado (benção)

tabeliães/tabelionato (tabelião)

Casos como (a) de preservação de **-ão** no plural são limitados. Podem ser enumerados: *irmãos*, *pagãos*, *contramãos*, *grãos*, *mãos*, *órfãos*, *órgãos* e poucos mais.

Casos como (b) preservam a vogal baixa da base, mas satisfazem a restrição Agree-Coronal com a concordância do glide: *capitães*, *pães* e *cães*.

Casos como (c) com /o/ na flexão e em derivados são os mais recorrentes.

Casos como (d) mostram a prevalência de oN na derivação de palavras com **-ãos** ou **-ães** no plural.

Por conseguinte, a sequência oN é tão produtiva quanto aN na formação de palavras, o que dá suporte à hipótese norteadora do ditongo básico, cuja análise conta com as restrições fundamentais já discutidas e duas outras com o rearranjo devido:

(6) Restrições específicas do ditongo nasal

Licensing Cancellation (LC): A licença para a nasal subjacente realizar-se como consoante é

cancelada. (Versão de ITÔ, MESTER e PADGETT, 2004).

Coronal Agree: A nasal do input deve concordar com o traço coronal de /S/-plural.

Sendo cancelada a opção de N manifestar-se como consoante pela restrição LC, realizar-se como glide é a única solução, o qual, por definição é [-cons, -voc], embora ocupe a posição de C na sílaba. Dado o efeito de LC, o glide emerge naturalmente na posição de N, emergindo o ditongo:³

(6) Ranqueamento harmônico

/linoN/ (pl)	Max-N	*VNσ (oral)	LC	Agree Cor	Have mora	*Diph
$\mu\mu$ $ $ a. φli.mõj)s						*
b. li.mõ(j)s					*!	*
c. li.mõws				*!		*
d. li.mõns			*!			
e. li.moj)s		*!				*
f. li. mojs	*!					*

Tableau 5: Ditongo em palavra pluralizada- Base ON.

As moras da sílaba final representadas no primeiro candidato são pressupostas nos demais candidatos, exceto em ocorrências do tipo (5b), como nos Tableaux que seguem. Em (5f), cria-se uma sílaba oral com a violação da primeira restrição; por sua vez, (5e) viola a restrição subsequente que proíbe uma vogal oral seguida de um segmento ou elemento nasal na mesma sílaba. São descartados também (5d), porque N subjacente não está licenciado para ser consoante, (5c) porque a concordância com o traço coronal de S-plural foi negligenciada e (5b) por terminar com sílaba leve, isto é, por não ter atribuído mora ao glide nasal, realização de N subjacente, o que convencionamos representar entre parênteses, incluindo S-plural que, em geral, não tem peso.⁴ Admitimos que, em tais casos, esses segmentos estão diretamente ligados ao nó da sílaba. O candidato ótimo é (5a), que apenas não satisfaz a restrição mais baixa da hierarquia, praticamente irrelevante, não fora evitar um caso de Limitação Harmônica. Olhemos para o ditongo em *-ães*.

/paN /	Max-N	*VNσ (oral)	LC	Agree Cor	Have mora	*Diph
$\mu\mu$ $ $ a. φp□j)s						*
b. p□(j)s					*!	*
c. p□w)s				*!		*
d. p□)Ns			*!			
e. paj)s		*!				*
f. pajs	*!					*

Tableau 6: Ditongo em palavra pluralizada com base aN e glide coronal.

3 Diferentes versões do ditongo nasal podem ser vistas em Mateus e d'Andrade (2000), Bisol (2013), Morales and Holt (1997) e Wetzels (1997), entre outros.

4 Sobre o peso de S-plural, ver Aquino (2014) e Magalhães (2010).

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 116-126.

Dispensam-se comentários que repetiriam o precedente. Todavia merece atenção a vogal baixa da base ao lado de glide que satisfaz Agree-Coronal, o que, dada a apurada sofisticação, tem de ser aprendido, sobretudo frente à tendência à generalidade de **-ões**, afora os casos de uso comum como **pães** e outros mencionados em (5).

Passemos ao terceiro ditongo por ordem de apresentação, **-ãos**, que se forma pela aplicação da regra geral de adjunção do morfema de plural: “Adicione S a palavras bem formadas.” Todavia negligencia a restrição de motivação morfológica, demanda do sistema do ditongo nasal, básico, firmando-se em poucas palavras com essa base (ver 5a). Por ser o mesmo ditongo da palavra sem flexão, ficamos com ela:

paN (S)	Max - N	*VN (oral)	LC	Have mora	*Diph
$\mu\mu$ a. 'p□(w)					*
b. 'p□(w)				*!	*
c. 'p□N			*!		
d. 'paw)		*!			*
e. 'paw	*!				*

Tableau 7: Ditongo com palavras acabadas em -ão no singular e no plural

O candidato (7e) justifica o contraste fonológico entre ditongo nasal e ditongo oral, ou seja, entre sílaba nasal e oral, **pão** e **pau** na escrita. O candidato (7d) com vogal oral na sequência VN viola a segunda restrição que, como a primeira, é dominante. São descartados também (7c) com consoante nasal não licenciada e (7b) com sílaba leve.

O ponto importante a ser observado é que o ditongo **ão** em sílaba átona, em fim de palavra não monossilábica, como **bênção**, **órfão** e **órgão**, tem exceções do tipo **benç[uN]**, **órf[uN]**, **órg[uN]** com efeito semelhante ao da variação. Todavia são diferentes, pois a variação envolve um número expressivo de dados, enquanto a exceção é enumerável. A variação distingue variedades ou dialetos, enquanto a exceção faz parte de uma regra, processo ou restrição. No caso, a exceção diz respeito ao ditongo **-ão**, passando a ser da classe do ditongo fonológico, nasal, por não existirem outras. Existem, sim, variações do tipo **anãos** ~ **anões**, que não estão em foco neste texto. Para explicá-la, seguimos a proposta de indexação localizada (PATER, 2009), que consiste em criar uma cópia de uma dada restrição que será indexada e localizada no alto do ranqueamento. Essa restrição é selecionada via comparação entre vencedores e perdedores na análise em andamento. Como se trata de exceção única, não envolvendo outras classes como no caso de CVC leve em que C compreende diferentes consoantes (AQUINO, 2014), a identificação da restrição perdedora, neste texto, é feita via pares do tipo singular/plural, em (9), considerando as restrições envolvidas diretamente com a exceção para selecionar a mais perdedora.

	LC	*Diph
Limão ~ limões		**
Limão ~ limõns	*	*
Capitão ~ capitães		**

Capitão ~ capitões		**
Capitão ~ capitõns	*	*
Órfão ~ órfãos		**
Órfão ~ órfãns	*	*

Quadro 1: Confronto entre LC e *Diph

Ambas as restrições são de marcação, mas com resultados diferentes. A restrição Diph é a perdedora em número de marcas, enquanto LC é a vencedora. Por conseguinte, *Diph será clonada com L, *Diph L, indicando, no alto da hierarquia, que se trata de exceção de itens lexicais.

O tableau seguinte inclui na gramática a restrição clonada, o que permite avaliar o ditongo nasal e sua exceção:

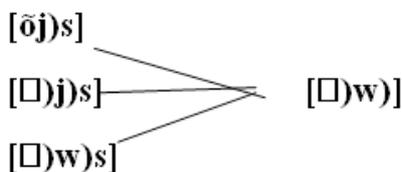
/paN/	*Diph/L	Max - N	*VN (oral)	LC	Have mora	*Diph
μ ☞ p□)w)						*
/ürfaN/L						
μ ^ ür.f □)w)	*!				*	*
μ ^ ☞ ür.f uN				*	*	

Tableau 8: O ditongo e sua exceção.

O candidato ótimo referente ao primeiro *input* tem somente a marca da avaliação de Diph não indexado. Não se faz necessário chamar outros candidatos para confronto, porque isso já foi feito em páginas precedentes. Quanto ao segundo *input*, a restrição indexada é violada, favorecendo a exceção na gramática do ditongo fonológico.

Retomemos o ditongo mais simples especificado no Tableau (7) para assinalar mais uma vez que -ão é o único ditongo em palavra sem flexão. Não há no singular outros ditongos nominais, básicos, senão mãe, palavra lexicalmente marcada. Os verbos, por exemplo, não estão sujeitos à restrição morfofonológica referida, mas a outras, merecendo um estudo à parte ou reserva de um espaço maior do que ocupam estas páginas. O fato a ser observado é que, na pluralização de nomes e adjetivos, três ditongos diferentes emergem, os quais convergem para uma só forma no singular:

(8) Plural → Singular



Obviamente, essa confluência constitui um legítimo caso de neutralização em favor da forma mais simples, *-ão*, [ẽw̃]. Mas é uma neutralização com efeitos de emergência do não-marcado, (MCCARTHY; PRINCE, 1994), pois os três diferentes ditongos do plural confluem para uma só forma no singular, o ditongo sem o efeito do condicionamento morfológico e, ademais, o mais harmônico, pois ambos os elementos que o constituem são [+post], enquanto os dois outros jogam com o traço binário [±post].

Conclusão

E assim finda este estudo que destacou, via restrições ranqueadas e detalhes de rearranjo, as propriedades da nasalidade em nomes e adjetivos. Algumas restrições são específicas do ditongo nasal. Também foi destacado que o ditongo nasal, básico dispõe de apenas duas vogais, aN e oN, enquanto a vogal nasal, assim como o ditongo variável, podem formar-se com qualquer segmento do subsistema de cinco vogais.

Referências:

- AQUINO C. *A sílaba CVC e sua função no Sistema*. Porto Alegre: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- BARBOSA, J. M. *Études de Phonologie Portugaise*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1965.
- BISOL, L. Fonologia da nasalização. In: ABAURRE, M. B. (org). *A Construção da palavra fonológica da palavra*. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 113-140.
- CAMARA Jr., J. M. *Estudo da Fonêmica do Português*. Rio de Janeiro: Livraria Padrão, 1953.
- _____. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- CARVALHO, Brandão de. Nasalité et structure syllabique en portugais et en galicien approche non linéaire et panchronique d'un problème phonologique. *VERBA* 15:237-260, 1988.
- GUY, G.R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax and language history*. 1988. Tese de doutorado. Pennsylvania University, Pennsylvania, 1988.
- HAYES, B. Metrical Stress Theory. Compensatory Lengthening in Moraic Theory. *Linguistic Inquiry*, pp. 253-306, 1989.
- JUNCO, I. MESTER, A.; PADGETT, J. Licensing and Underspecification in Optimality Theory. In: MCCARTHY, J. J. (ed). *Optimality Theory in Phonology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. pp. 533-544.
- MCCARTHY, J.J. and PRINCE, A. The emergence of Unmarked. In: MCCARTHY, J. J. *Optimality Theory in Phonology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. pp. 4482-494.
- MAGALHÃES, J. S de. *O plano multidirecional do acento em português*. 2004. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MATEUS, M.H. and d' ANDRADE. *The phonology of Portuguese*. Oxford: University Press: New York, 2000.
- MORAES J. A. de. Produção e percepção das vogais nasais. In: ABAURRE, M. B. (org). *A Construção da palavra fonológica da palavra*. São Paulo: Contexto, 2013. pp. 95-112.

- MORALES-FRONT, and HOLT, E. The interplay of morphology, prosody and faithfulness in Portuguese pluralization. In: MORALES, F. *Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages*. Washington: Georgetown University Press, 1997. pp. 359- 437.
- NAGY, N and REYNOLDS, W. Optimality Theory and variable word-final Faeter. *Language Variation and Change* 9, pp. 37-55, 1997.
- PARKINSON, S. Portuguese Nasal Vowels as Phonological Diphthongs. *Lingua*, 61:157-77, 1983.
- PADGETT, J. Partial Class Behavior and Nasal Place Articulation. In: MCCARTHY, J. J. *Optimalithy Theory*. Oxford: Blackwell Publishing, pp.379-393, 2004.
- PATER, J. Constraint indexation and inconsistency resolution. In: PARKER, S. Ed. *Phonological argumentation*. Essays on Evidence and Motivatiom. London: Equinox, 2009. pp. 123-154.
- SCHWINDT L.C. Redução dos ditongos nasais em fim de palavra. In: BISOL, L.; BATTISTI, E. *O português falado no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014. pp. 65- 78.
- WETZELS, W. L. The Lexical representation of Nasality in Brazilian Portuguese. *Probus* n.9 v 2. Berlin, Gruyter Mouton, pp. 203-32, 1997.



MODALIDADE E FOCO: UMA ANÁLISE BASEADA EM DADOS DE *CORPUS*

Amália Mendes¹

RESUMO: Apresenta-se neste artigo uma análise da interação entre os conceitos de modalidade e de foco em contextos com o advérbio focalizador exclusivo *só* e um verbo semi-auxiliar modal (*poder*, *dever* ou *ter (de)*) ou ainda a estrutura predicativa *ser capaz de*. Interessa-nos observar de que forma o advérbio exclusivo, com efeitos sobre a estrutura informacional, pode interagir com o significado modal de base do contexto e ainda aduzir eventuais valores pragmáticos. O trabalho enquadra-se na Linguística de *Corpus*, assumindo a necessidade de basear a análise em dados de *corpora*, isto é, em contextos não construídos. Para esse efeito, recorreu-se ao *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, um *corpus* que abrange um conjunto diversificado de géneros textuais. Os contextos foram selecionados de forma aleatória sobre a subparte de português europeu. A análise dos dados mostra de que forma contextos com uso epistémico de possibilidade do verbo *poder* são interpretados como tendo uma leitura de necessidade após a restrição sobre o conjunto de alternativas realizada pelo advérbio focalizador. Os dados apontam pistas importantes no que diz respeito às propriedades que determinam a leitura de necessidade, sendo aqui fundamental a natureza do foco do advérbio, o tempo do predicado e a sua natureza aspetual. O advérbio tem ainda, em muitos contextos, quer um valor mirativo, identificando a alternativa como mais fraca do que o esperado, quer um valor enfático de reforço da alternativa apresentada.

PALAVRAS-CHAVE: Modalidade. Foco. Advérbios focalizadores exclusivos. Linguística de *Corpus*.

ABSTRACT: We present in this paper an analysis of the interaction between the concepts of modality and focus in contexts with the exclusive adverb *só* 'only' and a modal semi-auxiliary (*poder* 'may/can', *dever* 'should/must', *ter de* 'have to') or the adjective in the construction *ser capaz de* 'be able to'). Our goal is to observe in which way the exclusive adverb, which operates on the information structure level, may interact with the modal meaning of the sentence and in some cases produce pragmatic values. Our framework is *Corpus* Linguistics, as we assume that we should base our findings on authentic and non-constructed data. We selected a random set of equal contexts from the European Portuguese subset of the Reference *Corpus* of Contemporary Portuguese, a *corpus* that covers a wide range of genres. Our analysis explores contexts where

¹ Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. E-mail: amalia.mendes@clul.ul.pt. Trabalho financiado parcialmente pela FCT (Pest-OE-LIN-UI0214-2013).

the epistemic possibility value of the verb *poder* is reinterpreted as modal necessity after the restriction of alternatives operated by the exclusive adverb. Data points to a set of crucial properties for the necessity meaning to be available, such as the type of focus of the adverb, the tense of the main predicate verb and its aspectual profile. The exclusive adverb may furthermore adduce pragmatic values to the context, either a mirative value, by identifying the alternative as weaker than expected, or an emphatic value, by reinforcing a single alternative.

KEYWORDS: Modality. Focus. Exclusive adverbs. *Corpus* Linguistics.

Introdução

A modalidade é caracterizada como a expressão da atitude ou opinião do sujeito em relação à proposição (LYONS, 1977) e, ainda, como um conceito que se prende com “situações alternativas” (OLIVEIRA, 1993). Em contextos naturais extraídos de *corpora* verifica-se uma frequente interação entre diferentes elementos que contribuem para a leitura modal do enunciado, como verbos semi-auxiliares modais, adjetivos, advérbios e ainda o tempo verbal. Para além de elementos com significado modal, existem outros fenómenos linguísticos que afetam a modalidade, como o caso já bastante estudado da negação (MORANTE; SPORLEDER, 2012; OLIVEIRA, 1993). Este artigo foca o caso específico da interação entre elementos modais e o advérbio *só*, considerado um advérbio focalizador exclusivo (BEAVER; CLARK, 2008; RAPOSO, 2013). Este advérbio, juntamente com outros advérbios focalizadores exclusivos, caracteriza-se por selecionar determinadas entidades de um conjunto mais vasto. Essas entidades, que constituem um constituinte proeminente em termos informacionais, são designadas como o *foco* do advérbio. As entidades excluídas dessa operação formam um *conjunto complementar* (RAPOSO, 2013) ou *background* (BEAVER; CLARK, 2008).

O estudo aqui apresentado insere-se nos trabalhos realizados no âmbito da elaboração de um esquema de anotação da modalidade para o português (HENDRICKX; MENDES; SALGUEIRO, 2012a) aplicado sobre um *corpus* escrito de cerca de 160.000 palavras (HENDRICKX *et al.*, 2012b), extraído do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), um *corpus* escrito e oral com cerca de 312 milhões de palavras de diferentes variedades nacionais do português e cobrindo um vasto leque de tipos textuais (GÉNÈREUX; HENDRICKX; MENDES, 2012). Um esquema de anotação da modalidade para textos orais de português do Brasil que partilha características importantes com o trabalho sobre o português europeu foi desenvolvido em Ávila (2014), havendo ainda uma proposta de unificação dos dois esquemas (ÁVILA; MENDES, 2015). O trabalho de anotação tem o mérito de chamar a atenção para a complexidade dos fenómenos em análise e, no caso da anotação da modalidade, apontou para diversos elementos que interagem com o valor modal global do enunciado, entre os quais o do advérbio exclusivo *só*. Interessa-nos aqui explorar dados que foram já apontados de forma preliminar na anotação do *corpus* (MENDES *et al.*, 2013) e analisar as implicações semânticas e pragmáticas da coocorrência de verbos semi-auxiliares modais com o advérbio exclusivo *só*.

Para este efeito, baseamos a nossa análise em contextos em que coocorrem o advérbio *só* e um dos verbos semi-auxiliares modais: *dever*, *poder*, *ter* (*de*), e ainda a estrutura predicativa *ser capaz de*. Baseamos a nossa análise em contextos extraídos do CRPC na plataforma online

CQPweb². Restringimos a nossa pesquisa ao *subcorpus* de português europeu, com 289 milhões de palavras, e procurámos contextos com a forma *só* seguida do lema verbal ou adjetival, contíguos ou separados por 1 a 5 palavras. Dado o número elevado de contextos, seleccionámos para análise 100 ocorrências de cada lema, ordenadas aleatoriamente.

Os conceitos de modalidade e foco

A literatura sobre a modalidade é extensa e as tipologias propostas são variadas, sendo que todas apresentam um valor modal estável, o valor epistémico, central nos estudos sobre modalidade (PALMER, 1986; PORTNER, 2009; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994). Neste trabalho, seguimos a tipologia quadripartida apresentada por VAN DER AUWERA; PLUNGIAN (1998), que se organiza em torno de duas dimensões modais fundamentais, a possibilidade e a necessidade. Os valores considerados são o epistémico (crença e valor de verdade), deontico (obrigação e permissão), interno ao participante (capacidade e necessidade) e externo ao participante (necessidade e possibilidade que resultam de fatores externos).

Os estudos linguísticos sobre modalidade têm sobretudo incidido, nas línguas europeias, sobre os verbos semi-auxiliares modais, embora verbos plenos e outras classes de palavras, como os adjetivos, os advérbios e alguns verbos plenos também veiculem valores modais e sejam objeto de atenção (HOYE, 1997. OLIVEIRA; MENDES, 2013). Neste trabalho, iremos centrar a nossa análise nos contextos com verbos semi-auxiliares modais e ainda na estrutura predicativa *ser capaz de*. Os verbos semi-auxiliares modais sugerem também questões de natureza sintática, como, por exemplo, a preferência em português do Brasil por estruturas com projeção de um sujeito sobre construções impessoais, ao contrário da variedade europeia do português (DUARTE, 2012).

Por sua vez, o conceito de foco é tomado como “a means to give prominence to meaning-bearing elements in an expression.” (KRIFKA, 1995: 240), veiculando informação nova, contraste ou um conjunto de alternativas (ROOTH, 1992). Para a língua inglesa, os estudos sobre o advérbio focalizador *only* realçam a sua natureza de partícula sensível ao foco, que remete para a estrutura informacional da frase (ALONI; BEAVER; CLARK, 1999), sendo que “the position of focal accent identifies the constituent associated with *only*” (DRYER, 1994: 2). O significado de *only* consiste em asserir que, no conjunto de alternativas, não existe nenhuma proposição verdadeira para além da que é expressa (VON FINTEL, 1994). O estudo de Moreira (2005) sobre marcadores enunciativos em português inclui o advérbio *só* no conjunto desses marcadores e considera que esse “põe em relação um termo seleccionado *y* com o conjunto *Y* de um ou mais termos oponíveis ou alternativos a *y*. A não selecção de outro termo que não *y* estabelece a dimensão negativa da construção.” (MOREIRA, 2005: 46). As construções com partículas exclusivas envolvem uma componente positiva e outra negativa: a positiva é designada como *prejacente* e, na frase (1) corresponde a ‘a paralisação é capaz de provocar a reação dos utentes com a ida para o trabalho dificultada’ enquanto a negativa é designada como *universal* e corresponde na mesma frase a ‘a paralisação não é capaz de provocar a reação dos restantes utentes’.

2 <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb/crpcweb23/index.php>

- (1) (...) a paralisação dos Transportes Sul do Tejo, das 15 horas de hoje até às 3 horas de amanhã, só será capaz de provocar a reacção dos utentes com a ida para o trabalho dificultada. (J60772)³

Este tipo de advérbios pode igualmente avaliar a alternativa como não sendo tão forte quanto tipicamente seria de esperar, uma função designada como *mirativa* (BEAVER; CLARK, 2008), isto é, em que há codificação gramatical de informação inesperada:

Exclusives have a peculiar duality that seems almost paradoxical. Positive and negative. At one and the same time, they can add emphasis, by saying that some alternative is the strongest that is true, and they can downtone, by underlining the fact that the alternative is not the strongest that in principle might have been the case. We suggest that while exclusives have truth conditional effects, their function is partly MIRATIVE, to say that the true answer to the Current Question is surprisingly weak, and control the flow of discourse by resetting expectations about that answer. (BEAVER; CLARK, 2008, p. 250)

Assim, Moreira (2005) realça, em relação à frase (2), a existência de duas interpretações, sendo uma delas “minimal” parafraseável por “é pouco o que ele quer” (Moreira 2005: 41). Nessa leitura, não são verdadeiramente considerados outras eventuais alternativas para além da que é enunciada.

- (2) Ele só quer ir ao cinema (MOREIRA, 2005: 41)

Análise dos dados

Os verbos e adjetivo modais em consideração neste trabalho podem ter diferentes leituras em contexto, que iremos rever brevemente para podermos avaliar a sua interpretação junto com o advérbio focalizador exclusivo.

O verbo *poder* admite a totalidade das leituras modais indicadas na secção anterior: uma leitura epistémica, em que o sujeito ou outro interveniente no universo do discurso avalia o valor de verdade da proposição; uma leitura deôntica de permissão e uma leitura de possibilidade externa ao participante; e ainda uma leitura em que se refere uma capacidade interna ao participante. Note-se que muitos contextos têm mais do que uma leitura possível de entre as 4 referidas acima. Os verbos *dever* e *ter* (*de*) têm leitura deôntica de obrigação e de necessidade externa ao participante; e ainda epistémica, avaliando o grau de probabilidade do valor de verdade da proposição. Finalmente, a expressão *ser capaz de* tem tipicamente valor de capacidade interna ao participante, embora também ocorra com valor epistémico de possibilidade.

Os advérbios focalizadores exclusivos podem atribuir proeminência a diferentes constituintes na frase ou foco. Enquanto no exemplo (2) só tem escopo sobre o verbo e seus complementos (*ir ao cinema*), em (3a) tem escopo sobre o sujeito, em (3b) sobre o adjunto temporal e em (3c) sobre a oração condicional. Note-se que o advérbio *só* poderia ocorrer imediatamente antes do adjunto temporal e manter a mesma leitura que em (3b) (*só numa primeira fase do tratamento*).

- (3) a. Só tu és capaz de resumir depressa e bem. (L0979)
 b. Há quem defenda que os medicamentos só devem ser usados numa primeira fase do tratamento. (J99704)
 c. Mas só a posso vestir se os meus sapatos pretos, aqueles ingleses, já tiverem vindo do sapateiro e se estiverem engraxados convenientemente. (R1641)

3 Fornecem-se referências sobre a fonte dos exemplos no final do artigo. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 127-141.

Como mostram os exemplos acima, a partícula exclusiva não é necessariamente contígua ao constituinte ou elemento que constitui o foco. Uma análise de uma amostragem de contextos do advérbio *só* com verbos semi-auxiliares modais aponta para o facto de, na maioria dos casos, o advérbio ter como foco um constituinte como o sujeito, os complementos ou adjuntos. O foco do advérbio exclusivo pode ser ambíguo em certos contextos, embora haja na maioria dos casos uma interpretação preferencial. Veja-se o exemplo (4) que pode ser interpretado como ‘a única coisa que sou capaz de fazer é colocar uma questão metafísica’ ou ‘a única questão que sou capaz de colocar é de ordem metafísica’.

(4) (...) só sou capaz de colocar ao Sr. Ministro uma questão metafísica
(...). (DAR)

Poder

Como foi referido, o verbo *poder* pode ter várias leituras modais de acordo com o contexto. Apresenta-se na Tabela 1 informação sobre os valores modais que ocorrem com este verbo na nossa amostragem, a sua frequência e percentagem, e informação de frequência sobre o tipo de foco do advérbio: o predicado ou um constituinte mais delimitado.

<i>poder</i>						
valor modal			foco			
			predicado		constituente	
	freq	%	freq	%	freq	%
epistémico	56	56%	15	27%	41	73%
deôntico	29	29%	0	0%	29	100%
epistémico/capacidade	9	9%	2	22%	7	78%
capacidade	5	5%	0	0%	5	100%

Tabela 1: Verbo *poder*: valores modais e natureza do foco

Os dados da Tabela 1 mostram que o valor epistémico é dominante nas ocorrências do *corpus* e que o foco do advérbio é maioritariamente um constituinte mais delimitado do que a totalidade do predicado, como o sujeito em (5a) ou o agente da passiva em (5b). O foco no agente da passiva é aliás uma ocorrência frequente nos contextos com *poder*, com 27 ocorrências em 100 contextos.

(5) a. *Só uma dedicação muitíssimo grande poderia* levar a que este hospital tivesse uma actividade das maiores do País (...) (J69887)
b. Os pedidos de assistência financeira, ressalvada a representação legal, *só podem* ser formulados: c) *Pelos proprietários de pleno domínio*; b) (...) (DAR)

- **Leitura de capacidade interna ao participante e leitura deôntica**

O valor de capacidade interna ao participante ocorre apenas 5 vezes com o verbo *poder* na amostragem considerada (cf. (6a)). Há ainda 9 contextos que são ambíguos entre uma interpretação epistémica de possibilidade e uma interpretação de capacidade interna ao participante: por exemplo, em (6b) é possível a leitura ‘só depois disso teremos capacidade para fazer mais comentários’ ou

‘só depois disso será possível fazer mais comentários’. Apenas entre este subconjunto de contextos ambíguos com uma leitura epistêmica é possível encontrar 2 casos de foco no predicado, como se ilustra em (6c), embora mesmo neste caso nos pareça possível uma interpretação de foco sobre o objeto direto ‘só podemos reafirmar isso e não outra coisa’. O foco no predicado está fortemente associado ao valor epistêmico, pois os 17 casos encontrados com *poder* têm leitura epistêmica ou apresentam ambiguidade entre a leitura epistêmica e de capacidade interna.

- (6) a. *Só um choque fiscal pode* reanimar a economia. (DAR)
 b. «Fomos informados de que 21 pessoas de Timor estão na nossa Embaixada em Jacarta, mas os nossos funcionários estão ainda a tentar saber exactamente quais são as suas intenções», referiu a fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. «*Só depois disso é que poderemos* fazer mais comentários», disse a fonte contactada telefonicamente em Tóquio a partir de Macau. (J9736)
 c. Sobre o projecto, em si mesmo, *só podemos reafirmar o que já afirmámos antes*, ou seja, este vosso projecto é uma proposta absurda, cheia de equívocos (...). (DAR)

Quanto à leitura deôntica, uma vez que nalguns casos existe ambiguidade entre uma leitura deôntica de permissão e uma leitura de possibilidade externa aos participantes, consideramos as duas categorias debaixo da etiqueta deôntico, que perfaz 29 ocorrências no *corpus*. Em todas elas, o foco do advérbio *só* é um constituinte (o sujeito, o agente da passiva, o adjunto temporal ou uma oração relativa).

• Leitura epistêmica

A leitura epistêmica ocorre em 56 contextos do *corpus* analisado. Nestes contextos, o advérbio focalizador exclusivo, em conjunto com determinadas propriedades da frase, pode contribuir para uma alteração da leitura modal ou ainda para efeitos pragmáticos.

Nos contextos em que o verbo *poder* tem leitura epistêmica de possibilidade, o advérbio *só* pode restringir o conjunto de alternativas à que foi apresentada na frase (x e só x), como se exemplifica em (7).

- (7) a. Quando as canções são criteriosamente escolhidas pelo próprio, de um reportório tão rico como este, o resultado *só podia ser positivo*. (noCOD_1062920)
 b. (...) que permite a qualquer entidade, funcionário ou indivíduo participar ao Conselho Superior Judiciário factos referentes à má administração da justiça ou ao comportamento dos magistrados e funcionários judiciais. É regra estimuladora da moralidade que *só pode ser louvada*. (DAR)

Ao restringir o conjunto de situações a uma única, o advérbio produz uma leitura global da frase como expressando valor de necessidade epistêmica, o que ocorre em 17 ocorrências na amostra. Assim, o significado das frases em (7) pode ser considerado equivalente ao das frases adaptadas em (8) com o verbo modal com valor de necessidade *ter de*. As frases declarativas equivalentes em (9) têm um valor assertivo, enquanto (7a) asseire uma possibilidade de entre um conjunto de alternativas. Nesse sentido, Moreira (2005), que aponta o valor de necessidade nestes contextos, considera que em frases como (7) *só* é o marcador de uma operação modal de exaustividade e pode ser considerado um marcador de *sobremodalização*.

- (8) a. (...) o resultado *tinha de ser positivo*.
 b. É regra estimuladora da moralidade que *tem de ser louvada*.
 (9) a. (...) o resultado *é positivo*.
 b. É regra estimuladora da moralidade que *é louvada*.

A leitura de necessidade não surge em todos os contextos epistêmicos de *só* com o verbo *poder*. Dois padrões sobressaem na nossa amostragem: por um lado, a leitura de necessidade está associada na amostragem a uma combinação de advérbio *só* + *poder* + predicado estativo (perfil aspetual básico ou derivado), como ilustram os exemplos (7). Por outro lado, o foco do advérbio parece desempenhar uma função importante para a leitura de necessidade. De facto, essa leitura surge predominantemente (frequência 11), em contextos em que o foco do advérbio é o predicado. Para ilustrar o contraste, compare-se, por exemplo, a frase extraída do *corpus* em (10a) com a sua correspondente adaptada em (10b). Na primeira, o foco do advérbio é o adjunto temporal e a leitura global da frase continua a ser de possibilidade epistémica: estabelece-se uma possibilidade (a deputada ter razão) e sobre ela aplica-se uma condição (quando acertar nalguma previsão). Na segunda, o advérbio tem escopo sobre todo o sintagma verbal: estabelece-se uma possibilidade (a deputada ter razão) e o advérbio restringe as alternativas à possibilidade que é expressa, pelo que a leitura global é de necessidade (a deputada tem de ter razão).

- (10) a. Ora, a Sr.^a Deputada MFL *só pode ter razão quando* acertar nalguma previsão. (DAR)
 b. Ora, a Sr.^a Deputada MFL *só pode ter razão*.
 (11) Por isso, este despacho *só pode* pretender criticar e condenar o Primeiro-Ministro! (DAR)

A leitura de necessidade pode ocorrer em contextos em que o foco do advérbio é o objeto direto ou o predicativo do sujeito. No entanto, estes são contextos em que esses constituintes integram ou são constituídos pelo numeral *um*, que restringe as alternativas a uma só, tal como quando o foco incide sobre todo o predicado. Ilustram-se estes contextos com as frases (12):

- (12) a. A corrupção e a podridão no poder *só podem* ter *um* efeito: arbitrariedade, impunidade e crime. (DAR)
 b. (...) depois de ouvirmos o seu discurso, a constatação *só pode ser uma*: a presidência portuguesa foi um enorme êxito. (DAR)

Quando o verbo *poder* ocorre junto de verbo eventivo, o foco do advérbio *só* é um adjunto nos contextos analisados (cf. (13)). Estas frases não ganham leitura de necessidade: por exemplo, em (13a), os notários podem vir a passar habilitação ou não, não têm de o fazer, e sobre essa possibilidade existe uma condição. O tipo de foco é, portanto, um fator determinante para a interpretação, como acontecia com os exemplos com predicados estativos em (7).

- (13) a. Os notários *só poderão passar certidões* de qualquer habilitação depois de decorridos trinta dias sobre a data da publicação do anúncio. (DAR)
 b. Segundo o diploma, os pilotos poderão fazer três voos nocturnos consecutivos, quando *só podiam fazer um por semana*. (J44918)
 c. Em seu entender, “é do mais elementar bom senso saber-se que *só se pode executar* responsabilmente um projecto *quando está garantido o financiamento*” (noCOD_1062203)

Repare-se que numa frase construída como (14a), com o predicado eventivo no infinitivo pretérito (*ter ido*), o verbo *poder* tem leitura epistémica e a frase ganha valor de necessidade, como nas frases (7). Neste caso existe apenas a leitura em que o João terá de facto desempenhado uma atividade, sendo que apenas uma das alternativas é válida (tem de ter ido à praia). A frase (14b), com o verbo no infinitivo presente, tem pelo contrário leitura deôntica de permissão (ou de capacidade) e o advérbio restringe as alternativas a uma só (isto é, ir a praia é a única coisa

que o João tem permissão para fazer). Nesta leitura, não surge o valor de necessidade: o João só tem permissão para ir à praia, mas não tem de o fazer. O tempo verbal é portanto um fator determinante para a leitura modal em contextos de predicados eventivos.

- (14) a. O João só pode ter ido à praia.
b. O João só pode ir à praia.

Alguns contextos com leitura epistémica de *poder* não tomam verdadeiramente em conta uma pluralidade de alternativas das quais se salientaria uma única, tendo antes um valor enfático sobre a situação apresentada, como nas frases (15).

- (15) a. (...) creio que todos aqueles que, ao longo de 20 anos, tal como o Partido Comunista Português, sempre defenderam as regiões administrativas, *só poderiam congratular-se* com o facto de o PS ter apresentado dois projectos de lei que lamentamos ainda não ter tido oportunidade de analisar mas que faremos com todo o cuidado possível. (DAR)
b. Por isso, este despacho *só pode* pretender criticar e condenar o Primeiro-Ministro! (DAR)

Nalguns contextos com o verbo *poder* e advérbio *só*, este não pode ser omitido na frase sem alterar profundamente o seu valor pragmático. Assim, ao contrário dos contextos discutidos acima, a frase (16) sem o advérbio focalizador exclusivo não é adequada à situação de comunicação (#Os estudantes comentaram à Lusa a decisão do procurador: «*pode* ser uma partida de Carnaval»). Note-se que em (16) os estudantes não estão de facto a considerar que a situação é uma partida de Carnaval, mas sim que a situação é de tal forma inusual ou caricata que não pode ser levada a sério. Não se trata, pois, de uma avaliação de condição de verdade.

- (16) Os estudantes comentaram à Lusa a decisão do procurador: «*Só pode* ser uma partida de Carnaval». (J47486)

Esta interpretação prende-se com um uso que não ocorreu na amostragem em consideração nesta análise e no qual, em situação de interação, os falantes usam a sequência formada pelo advérbio *só* e pelo verbo *pode* (*só pode*) com valor de assentimento em resposta a uma pergunta ou afirmação. Um exemplo do *corpus* CRPC é o seguinte:

- (17) Na análise do próprio Bloco de Esquerda, parece estar assim, nesta versão da moção de censura, «um indisfarçável desejo de competição que só pode ser com o PCP», no quadro do chamado jogo parlamentar.
O Sr. Luís Fazenda (BE): Era o que faltava!
A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP): *Só pode!* (DAR)

A não existência de variação de modo, pessoa e número (aceita-se uma variação limitada em tempo: presente do indicativo e imperfeito do indicativo), a omissão do predicado e a frequência de uso em registos orais parece indicar um processo de lexicalização em curso, que segue um percurso de discursivização (MENDES, 2013) em que advérbio e verbo semi-auxiliar modal são reinterpretados como marcador discursivo.

Dever

Com o verbo *dever*, a leitura deontica é um pouco mais frequente do que a leitura epistémica, ao contrário do que acontecia com o verbo *poder* (cf. Tabela 2). Nas duas leituras, são dominantes os contextos em que o foco do advérbio não é o predicado.

<i>dever</i>						
valor modal			foco			
	freq	%	foco no pre- dicado		foco num constituente	
			freq	%	freq	%
epistémico	42	42%	1	2%	41	98%
deôntico	58	58%	4	7%	54	93%

Tabela 2: Verbo *dever*: valores modais e natureza do foco

No valor modal epistémico, o constituinte que constitui o foco é um adjunto temporal em 33 contextos (no total de 41 com foco num constituinte). Note-se ainda que, com esta leitura modal, 36 ocorrências do verbo estão no futuro (36 em 42). As frases (18) ilustram estas duas propriedades:

- (18) a. O plantel do Estrela da Amadora só *deverá poder* voltar a contar com o guarda-lua Tiago *durante a próxima semana (...)*. (J33072)
 b. A descriminalização do consumo de droga só *deverá* voltar a Belém *em Outubro ou mesmo Novembro*. (J35288)

No valor deôntico, os contextos caracterizam-se pelo presente do indicativo (32/58) ou modo condicional (12/58) do verbo *dever*. Há uma grande variedade de constituintes que constituem o foco do advérbio, sobressaindo igualmente os adjuntos temporais (14/58) (cf. (19a)), embora em menor proporção e o sujeito (6/58) (cf. (19b)).

- (19) a. “A postura e a cortesia serão guardadas a todo o instante e só se *deve* dizer obrigado *quando tal for oportuno*”. (J27823)
 b. E “a primeira regra é que só *devem* fazer recuperação de listas fora do horário normal *os hospitais que têm um grande desempenho*”, recomenda, exemplificando com o caso da Andaluzia, onde as equipas das unidades de saúde que não têm listas de espera vão ajudar as outras a combater o problema. (J109023)

Os contextos epistémicos de *dever* na amostragem não apresentam um valor de necessidade, contrariamente ao observado em relação a contextos como (7) com *poder*. É verdade que com o verbo *poder* o valor de necessidade surgia em contextos com foco do advérbio no predicado, o que nunca ocorre nos dados analisados com o verbo *dever*. Se observarmos as frases construídas em (20) e (21), vemos que em (21) expressam um evento provável sem que o significado seja equivalente a uma necessidade, contrariamente às frases equivalentes com *poder* (cf. (20)).

- (20) a. Isso só pode ter sido um acidente.
 b. Ele só pode ter ido à praia.
 (21) a. Isso só deve ter sido um acidente.
 b. Ele só deve ter ido à praia.

Os exemplos (21) apenas referem o que é provável que tenha acontecido. A leitura de necessidade não está disponível devido à diferença entre possibilidade e probabilidade. Enquanto a leitura de possibilidade em (7) e em (20) isola uma alternativa de entre um conjunto de possibilidades e afeta o valor de verdade dessas alternativas, a leitura de probabilidade ordena-as do ponto de vista da sua probabilidade, naquilo que é um uso escalar do advérbio *só*, sem estabelecer uma das alternativas como sendo a única verdadeira.

Note-se que em (21) o advérbio tem valor mirativo, pois a alternativa considerada mais provável é também identificada como mais fraca do que o esperado. Note-se que a frase (21a) pode ser por isso mesmo considerada pragmaticamente estranha pois um acidente não é tipicamente uma alternativa mais fraca do que o esperado.

Também no caso da leitura deôntica de *dever* os valores pragmáticos tendem a surgir nos poucos contextos em que o foco do advérbio é o predicado. Nesses contextos, a construção com advérbio focalizador exclusivo parece ter valor enfático, como no exemplo (22). Nesta frase, não são verdadeiramente tidas em conta alternativas a partir da qual seria selecionada uma única (continuar a combatê-los); pelo contrário, o advérbio, ao criar uma leitura de pluralidade de situações, visa reforçar a alternativa apresentada. Note-se que a mesma construção sem advérbio *só* (*e, por isso, devemos continuar a combatê-los*) altera essencialmente o grau de força da obrigação. Em certos contextos, como no caso da frase (23), a leitura deôntica tem ainda valor mirativo, no sentido em que a alternativa apresentada é mais fraca do que o desejado ou esperado.

(22) Sabemos bem o que pretendem e, por isso, *só devemos continuar*, como temos feito até hoje, *a combatê-los*, recobrando agora as nossas forças e utilizando todos os meios ao nosso alcance. (DAR)

(23) O homem não resolve os seus próprios problemas: *só deve rogar* aos deuses que lhos resolvam e se apiedam dele, pois tudo depende de sua vontade impenetrável. (L0897)

Ter de

Com o verbo *ter* (*de*), apenas ocorre no *corpus* analisado a leitura deôntica (cf. Tabela 3), que tem com *ter de* valor de obrigação forte e com *dever* valor de obrigação fraca.

<i>ter de</i>						
valor modal			foco			
	freq	%	foco no predicado		foco num consti- tuinte	
			freq	%	freq	%
deôntico	100	100%	54	54%	46	46%

Tabela 3: Verbo *ter* (*de*): valores modais e natureza do foco

Ocorrem 54 contextos com foco no predicado; nos restantes, o foco do advérbio é o objeto direto (14/46), o adjunto temporal (13/46), o objeto preposicionado (6/46) (cf. (24a)), o sujeito (4/46), uma oração condicional (4/46) ou um numeral (3/46) (cf. (24b)).

(24) a. Em matéria de concertação social, o Sr. Ministro *só tem de* se queixar *do seu Governo*, não tem de se queixar de mais ninguém (...). (DAR)

b. Um problema suplementar para Fernando Santos, que *só não terá de* prescindir de *dois* deles nas provas da UEFA. (J30969)

Contrariamente ao que verificámos com o verbo *dever*, mesmo na leitura deôntica, existe com *ter de* um predomínio de construções em que o foco do advérbio exclusivo é o predicado no seu todo. Em todos esses casos, não existe verdadeiramente uma interpretação contrastiva, tal como se observou já em relação a contextos deônticos com *dever* no exemplo (22), e os contextos têm

associados valores pragmáticos mirativo ou enfático. Estas interpretações prendem-se com o facto de *ter de* expressar obrigação forte, isto é, de restringir o conjunto de alternativas àquela que é apresentada. O uso do advérbio focalizador exclusivo envolve por conseguinte valores que diminuem ou fortalecem esse grau modal.

Em contextos como (25), o advérbio exclusivo não identifica uma alternativa de um conjunto de situações possíveis, mas marca antes a situação que é expressa como mais fraca do que o esperado.

- (25) a. Para participar *só tem de* contactar a organização através dos telefones 96... ou 91... (J52552)
 b. Aos 29 anos Neveu, actual campeão francês, fez a diferença no percurso de ciclismo, altamente selectivo, e nos 30km de corrida *só teve de* gerir a vantagem conquistada. (J85762)
 c. Eu ensaiava muitas vezes esse tipo de lances. *Só tinha de* pedir ao Figueiredo para se pôr ao pé do guarda-redes, funcionando como ponto de referência, para lhe cortar a bola junto à cabeça. (noCOD_1031367)

Note-se que a situação não é avaliada necessariamente como a única alternativa, como seria de esperar do uso do advérbio exclusivo. Assim, em (25b), gerir a vantagem conquistada não é a única alternativa para ganhar a corrida (o ciclista poderia ter optado por aumentar a vantagem), mas é a alternativa mais fácil e em (25c) outros lances seriam possíveis mas aquele que é identificado na frase é avaliado como o mais fácil.

Com *ter de*, o contexto pode também enfatizar a alternativa identificada na frase, ao mesmo tempo que indica que esta não é verdadeiramente sentida como uma obrigação que se impõe ao falante, mas antes como uma consequência natural das circunstâncias. Nas frases (26), a ausência do advérbio produziria uma interpretação de obrigação forte que seria pragmaticamente menos adequada à situação (veja-se, por exemplo: *quando se fala do Deputado Luís Beiroco, temos de agradecer a sua contribuição...*).

- (26) a. A Câmara *só tem de* aplaudir o proposto neste artigo. (DAR)
 b. Quando se fala do Deputado Luís Beiroco, *só temos de* agradecer a sua contribuição para o trabalho do nosso grupo parlamentar, a contribuição notável que ele deu à discussão do Regimento nesta Câmara... (DAR)

Essa leitura de consequência natural que se impõe pode, aliás, vir contra as expectativas dos envolvidos, como na interpretação de (27), em que felicitar e saudar são atitudes inesperadas mas inevitáveis dadas as circunstâncias.

- (27) a. Porém, creio que não foi isso que ouvi, ainda não há muito tempo. Pode ser confusão minha... Vozes do PSD: - Não é, não! O Orador: - Mas, se, efectivamente, é, *só tenho de o felicitar* porque o PRD só demonstra com isso que é um partido dos nossos dias. (DAR)
 b. De facto, há a história do fascismo, de que o Sr. Deputado falou, há a história posterior e há ainda uma história de perigo totalitário, que se lhe seguiu. *Só temos de saudar a disponibilidade do PCP para discutir democraticamente estas questões.* (DAR)

Ser capaz de

A construção com advérbio exclusivo e *ser capaz de* ocorre apenas na nossa amostragem com leitura de capacidade interna ao participante, como apontam os dados da Tabela 4.

<i>ser capaz de</i>						
valor modal			foco			
	freq	%	foco no predi- cado		foco num constituente	
			freq	%	freq	%
capacidade	100	100	3	3%	97	97%

Tabela 4: *Ser capaz de*: valores modais e natureza do foco

Tal como com *dever*, na quase totalidade dos contextos o foco do advérbio recai sobre um dos constituintes com função de sujeito, complemento ou adjunto. Relativamente aos verbos modais até aqui considerados, sobressai com *ser capaz de* a elevada frequência de contextos em que o foco do advérbio é o sujeito (freq. 65), como se ilustra em (28a,b). São poucos os contextos com foco sobre o predicado (cf. (28c)).

- (28) a. Convenceu -se de que *só o vento seria capaz de* o limpar daquela sujidade invisível (...) (L0935)
 b. Ultrapassava-os a todos, o acontecimento. *Só Dona Beatriz seria capaz de* explicar, mas ficava calada, mesmo com Georgina. (L0701)
 c. Quando este reconhece a bondade de algo, por que é que não se há-de louvar? *Só se é capaz de criticar?* (DAR)

A expressão *ser capaz de* pode ter uma leitura epistémica, como se ilustra na frase construída (29a), mas essa leitura não é natural com o advérbio exclusivo (cf. (29b)), pelo que só a leitura de capacidade interna está disponível em (30a). Repare-se que a leitura epistémica é natural quando o advérbio ocorre junto do seu foco (30b).

- (29) a. *É capaz de* chover.
 b. # *Só é capaz de* chover.
 (30) a. Ele *só é capaz de* chegar amanhã. (capacidade)
 b. Ele *é capaz de* chegar *só amanhã*. (epistémica)

Considerações finais

A nossa análise focou os verbos semi-modais *poder*, *dever*, *ter de* e a expressão predicativa *ser capaz de* na sua interação com o advérbio focalizador exclusivo *só*, cujo foco constitui um constituinte proeminente do ponto de vista da estrutura informacional da frase. Os contextos analisados, extraídos do *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, evidenciam efeitos semânticos e pragmáticos para os quais concorrem diversos fatores, como os conceitos de possibilidade e de necessidade, o tipo de constituinte focalizado pelo advérbio exclusivo, o tipo aspetual do predicado e o tempo verbal. O verbo *poder*, o mais rico em leituras modais, apresenta também um leque variado de interpretações em contexto com o advérbio exclusivo. Na modalidade epistémica de *poder*, a restrição operada pelo advérbio sobre as alternativas possíveis produz uma leitura de necessidade em contextos com foco do advérbio no predicado, leitura que ocorre tipicamente em contextos com verbos estativos no tempo passado. Podem ocorrer nos contextos com *só* e *poder/dever/ter de* efeitos pragmáticos: um valor de intensificação quando a leitura contrastiva serve para enfatizar a situação representada e um valor mirativo quando a

alternativa é considerada mais fraca do que o esperado. A interação da modalidade e do foco pode ainda restringir a ambiguidade de interpretação modal de certos contextos, limitando, por exemplo, a interpretação epistêmica da expressão predicativa *ser capaz de*. A análise dos contextos com o advérbio exclusivo revelou padrões gramaticais associados à interpretação dos verbos modais: o verbo *dever* tem leitura epistêmica no tempo futuro e leitura deôntica no presente e no condicional

Pretende-se analisar no futuro o papel desempenhado pelo advérbio exclusivo e por propriedades aspetuais, temporais e informacionais dos contextos com base numa amostragem do *corpus* mais extensa, que inclua igualmente dados de *corpora* de fala.

Referências:

ALONI, Maria; BEAVER, David; CLARK, Brady. Focus and Topic Sensitive Operators. In: DEKKER, Paul (ed.). *Proceedings of the Twelfth Amsterdam Colloquium*. Amsterdam, The Netherlands: ILLC, University of Amsterdam, 1999.

ÁVILA, Luciana. *Modalidade em perspectiva: estudo baseado em corpus oral do português brasileiro*. 2014. 253f. Dissertação (Doutoramento em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ÁVILA, Luciana; MENDES, Amália; HENDRICKX, Iris Ávila. Towards a Unified Approach to Modality Annotation in Portuguese. In: *Proceedings of the IWCS Workshop on Models for Modality Annotation, MOMA 2015*, 14 April, 2015, Queen Mary University of London London, UK, Association for Computational Linguistics, pp. 1-8, 2015.

BEAVER, David; CLARK, Brady Z. *Sense and Sensitivity. How Focus Determines Meaning*. Oxford: Wyley-Blackwell, 2008.

BYBEE Joan L.; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

DRYER, Matthew S. The pragmatics of association with only. Paper presented at the 1994 *Winter Meeting of the L.S.A.* Boston, Massachussets, USA, 1994.

DUARTE, Maria Eugênia A expressão da modalidade deôntica e epistêmica na fala e na escrita e o padrão SV. *Revista do GELNE*, Natal/RN, Vol. 14 Número Especial: 77-94. 2012.

GENÉREUX, Michel; HENDRICKX, Iris; MENDES, Amália. Introducing the Reference *Corpus* of Contemporary Portuguese On-Line. In: *Proceedings of the Eighth International Conference on Language Resources and Evaluation – LREC 2012*, Istanbul, May 21-27 2012, pp. 2237-2244, 2012.

HENDRICKX, Iris; MENDES, Amália; MENCARELLI, Silvia. Modality in Text: a Proposal for *Corpus* Annotation. In: *Proceedings of the Eighth International Conference on Language Resources and Evaluation – LREC 2012*, Istanbul, May 21-27 2012, pp. 1805-1812, 2012a.

HENDRICKX, Iris; MENDES, Amália; MENCARELLI, Silvia; SALGUEIRO, Agostinho. *Modality Annotation Manual*, version 1.0. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2012b.

- HOYE, Leo. *Adverbs and Modality in English*. London: Longman, 1997.
- KRIFKA, Manfred. Focus and the Interpretation of Generic Sentences. In: CARLSON, Gregory N.; PELLETIER, Francis Jeffrey (eds) *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995, pp. 238-264.
- LYONS, John. *Semantics*, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MENDES, Amália. Processos de gramaticalização. In: RAPOSO, Eduardo B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda; COELHO da MOTA, Maria Antónia; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (orgs.). *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 249-293.
- MENDES, Amália; HENDRICKX, Iris; SALGUEIRO, Agostinho; ÁVILA, Luciana Annotating the Interaction between Modality and Focus: the case of exclusive particles. In: *Proceedings of the 7th Linguistic Annotation Workshop & Interoperability with Discourse (LAW VII)*. Association for Computational Linguistics, Sofia, Bulgaria, August 8-9 2013, pp. 228-237, 2013.
- MORANTE, Roser; SPORLEDER, Caroline. “Modality and Negation: An Introduction to the Special Issue”, *Computational Linguistics*, 38(2), pp. 223-260, 2012.
- MOREIRA, Benjamim. *Estudo de alguns marcadores enunciativos do português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia, Santiago de Compostela, Espanha, 2005.
- OLIVEIRA, Fátima. *Para uma semântica e pragmática de DEVER e PODER*. Dissertação de Doutoramento. 1988. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 1988.
- _____. Questões sobre Modalidade em Português. *Cadernos de Semântica* 15, Lisboa: FLUL, 1993.
- OLIVEIRA, Fátima; MENDES, Amália. Modalidade. In: RAPOSO, Eduardo B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda; COELHO da MOTA, Maria Antónia; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (orgs.). *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 623-669.
- PALMER, Frank R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge textbooks in linguistics, 1986.
- PORTNER, Paul. *Modality*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva. Advérbio e sintagma adverbial. In: RAPOSO, Eduardo B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, Maria Fernanda; COELHO da MOTA, Maria Antónia; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália (orgs.). *Gramática do Português*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 1569-1684.
- ROOTH, Mats. A theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics* 1, pp. 75-116, 1992.
- VAN DER AUWERA, Johan; PLUNGIAN, Vladimir A. Modality’s semantic map. *Linguistic Typology* 2(1), pp. 79-124, 1998.
- VON FINTEL, Kai-Uwe. *Restriction on Quantifier Domains*. UMass Amherst dissertation, Amherst, Massachusetts, USA, 1994.

Fonte dos exemplos*Corpus de Referência do Português Contemporâneo*

L0979 - GONÇALVES, Raquel. *Elementos Alquímicos*. Lisboa: Colibri, 1995.

L0935 - BERTO, Al. *Lunário*. Contexto, 1988.

L0701 - NAVARRO, Modesto. *Seis Mulheres na Madrugada*. Lisboa: Caminho, 1995.

J99704 - Jornal Público, 2 março 2003.

J35288 - Jornal Público, 27 de julho de 2000

J52552 - Jornal Público, 2 de setembro de 2000

J85762 - Jornal Público, 25 de setembro de 2002

noCOD_1062920 - Jornal Público, 30 de abril de 2004

noCOD_1062203 - Jornal Público, 21 de Setembro de 2004

J109023 - Jornal Público, 20 de fevereiro de 2004

J69887 - Jornal Diário de Notícias, 29 de maio de 1996

J9736 - Jornal A Capital, 14 de novembro de 1995

J44918 - Jornal Expresso, 23 de agosto de 1997

J47486 - Jornal Expresso, 21 de fevereiro de 1998

J33072 - Jornal O Jogo, 5 de agosto de 2000

J27823 - Jornal O Jogo, 27 de junho de 2000

J30969 - Jornal O Jogo, 24 de julho de 2000

noCOD_1031367 - Jornal A Bola, s/d

R1641 - Revista Máxima nº65, fevereiro de 1994

DAR: Diário da Assembleia da República.



PERSPECTIVAS TEÓRICAS E CRÍTICAS NAS LITERATURAS AFRICANAS & A PERSPECTIVA PÓS- COLONIAL

Ana Mafalda Leite¹

RESUMO: O ensaio discute duas linhas de força nos estudos críticos africanos, a afrocentrista e a eurocentrista, que aglutinam vários e diferentes períodos do século XX, e *contribuíram para uma certa percepção e constituição de um cânone crítico africano* e aponta para a inovação dos estudos pós-coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Críticos Africanos. Cânone Crítico Africano. Estudos Pós-Coloniais.

ABSTRACT: The essay discusses two power lines in African critical studies, the afrocentrist and the eurocentric, featuring several different periods of the twentieth century, that contributed to a certain perception and establishment of an African critical canon and points to innovation of postcolonial studies.

KEYWORDS: African Critical Studies. African Critical Canon. Postcolonial Studies

Eurocentrismo *versus* afrocentrismo

Adeleke Adeeko, um crítico nigeriano prestigiado e conhecido nas bibliografias sobre estudos africanos, tem um texto intitulado “My signifier is More Native than yours: Issues in Making a Literature African”. Poderíamos traduzir da seguinte maneira: “O meu significante é mais nativo que o vosso: Questões em torno da africanização de uma Literatura ou Questões acerca de como tornar uma literatura africana”.

Neste ensaio, Adeleke problematiza de forma acutilante as polémicas relativas aos posicionamentos críticos sobre as literaturas africanas, mostrando algumas das discussões polarizadas e inevitavelmente radicais que se desenrolaram na área dos estudos africanos de língua inglesa, nomeadamente os posicionamentos classificados de eurocentristas e de afrocentristas.

¹ Doutora em Letras. Professora Associada com Agregação na Universidade de Lisboa. E-mail: anamafaldaleite@gmail.com.

Em linhas gerais podemos dizer que o posicionamento, eurocêntrico, nasce num primeiro momento de uma desadequação dos parâmetros do discurso crítico relativamente à literatura e cultura africanas, uma vez que o ponto de partida é o cânone ocidental e a utensilagem teórico-crítica tem respaldo em correntes como o *new criticism*, o estruturalismo, e outras.

O segundo posicionamento, afrocentrista, por seu turno, com forte enraizamento nativista e local, reivindica, entre vários aspectos, a legitimidade do conhecimento da cultura africana, a necessidade de uma teorização enquadrada na cultura africana, bem como pode tomar posições liminarmente xenófobas, reclamando a origem, ou o ser africano, para a compreensão e análise crítica destas literaturas.

No fundo, essa atitude fundamenta-se num discurso que aponta para o nativismo, para o dentro, para a diferença, para uma dimensão fundamentalmente social e comunitária, para um julgamento de autoridade interno, por vezes adquirindo mesmo um cariz policial e purgatório, enquanto a primeira posição alerta para a dimensão universal, a subjectividade, o esteticismo, a paridade de julgamento crítico sobre o literário, independentemente, da origem geográfica e continental.

Embora a problemática da bipolarização afrocentrismo/eurocentrismo relativa ao discurso crítico sobre as literaturas africanas tenha surgido fundamentalmente a partir de vozes oriundas das literaturas africanas de língua inglesa e francesa, onde mais cedo começaram as reivindicações e movimentos culturais e literários emancipadores, essa tipologia crítica dicotómica tem contornos muito antigos.

Além da carga neo-romântica da discussão, surgida na europa com o romantismo e o advento das nacionalidades, surgiu também em outros contextos culturais. Lembramos, por exemplo, que existiu uma polémica similar na Rússia no século dezanove entre ocidentais e eslavófilos, hoje já quase esquecida, em que participaram Dostoiévski e Turguenev.

Tais posições dicotómicas existiram também nos estudos ibero-americanos, e ainda se mantêm, mais atenuadas, reenviando, em última análise, qualquer uma destas discussões para uma tipologia que opõe universalismo a particularismo/ localismo/ nativismo, o último definindo-se por oposição ao primeiro.

A tipologia nativista encena um par reprodutível em vários outros idênticos: dentro/fora, indígena/alienígena, local/universal, e fundamenta-se numa dicotomia em que são apenas visíveis dois lados de um jogo dúplice, o “nós”, os de dentro, e “eles”, os de fora.

Com posições mais ou menos extremadas, a retórica das tradições indígenas em África, que se desenvolve a partir do início do século XX, apela para a concepção de uma personalidade africana, de um passado e de uma cultura africanas, que se mostram mais ou menos homogêneas, e que são, preversa e parcialmente, invenções da própria Europa.

São latentes nestas formações discursivas, polarizadas, elementos de mitologização das culturas pré-coloniais, que acabaram por ser incorporadas e legitimadas pelos próprios africanos, bem como fabricação de concepções sobre África pela Europa.

A homogeneização e as diversas retóricas do discurso afrocentrista/nativista vão naturalmente ser visíveis no discurso crítico sobre a literatura africana, especialmente na segunda metade do século XX, época em que se começa a desenvolver mais sistematicamente um *corpus* crítico sobre essas literaturas.

Retóricas do Afrocentrismo/Nativismo e do Eurocentrismo

A crítica literária africana tanto anglófona como francófona – e, de forma um pouco diferente, a crítica literária africana em língua portuguesa, seguindo de forma singular alguns destes rumos, embora surgindo mais tardiamente por razões de ordem histórica – orientou-se, quase até ao final do século XX, por princípios que podemos designar por afrocentristas, em que as ideias de nativização e de diferença fundamentaram o “programa” de reconhecimento da “africanidade” nos textos literários.

Há, por assim dizer, um cruzamento entre a ideologia e o pensamento crítico, - aliando-se a dimensão nacionalista a uma postura tradicionalista - que promoveu o cancionário popular, a oralidade, a ruralidade. Segundo o crítico nigeriano Emmanuel Obiechina, essa postura crítica é fundamentada em uma “retórica da indigenização”. Semelhante procedimento de canonização crítica engloba três dimensões fundamentais: formal, temática e linguística.

A primeira dimensão dessa retórica da indigenização fundamenta-se numa estética da africanidade, que recupera como princípio ordenador a tradição pré-colonial de contadores, poetas e actores da oralidade, mitificando uma estética coletiva e populista, colocando em causa a individualidade do artista e sua subjetividade. Situa-se aqui a geração da Negritude e as primeiras produções pós-independência, o grupo nigeriano *Bolekaja* e críticos variadíssimos, de Janheinz Jahn (*Muntu*, 1958) a Mohamadou Kane (*Roman Africain et Tradition*, 1982), apesar do sempre valioso interesse fundacional destes trabalhos.

O mito essencialista de uma originalidade africana, alicerçado nos modelos tradicionais da cultura africana, não controla a singularidade das múltiplas e diferentes culturas locais africanas. E este é um ponto central na crítica a tais posturas. Por exemplo, o beninense Nourdiémi Tidjani-Serpos, no seu ensaio *Aspects de la Critique Africaine*, aponta para o perigo da guetização da crítica literária africana:

Com efeito, é necessário ter vivido sob os auspícios dos mesmos antepassados para ser um bom crítico; é evidente que desembocamos rapidamente numa espécie de micro-nacionalismo, ou numa crítica etno-regionalista que faz a consagração dos micro-nacionalismos políticos. (TIDJANI- SERPOS, 1987: 21)².

Na sequência desta preocupação fundacional dominante, surgem outras adjacentes, como as temáticas que pressupõem a recuperação de passados pré-coloniais, a exaltação de ancestralidades perdidas, a par de um cantalutismo resultante das independências recém-conquistadas, neste caso bem destacado no caso das literaturas africanas de língua portuguesa.

Por outro lado, a forte conexão entre literatura e ideologia levou, neste caso e em outros, à exclusão de retóricas outras, que não ideologicamente empenhadas, isto pese, embora, as boas intenções dos críticos e a importância dos seus trabalhos fundadores. Semelhante situação, em que a dominante ideológica prevaleceu, teve lugar, por exemplo, nos primeiros anos de exercício histórico-crítico às literaturas africanas de língua portuguesa, mas com muitas e complexas variantes, em que se destacam a actividade fundadora de Manuel Ferreira, de Gerald Moser, de Maria Aparecida Santilli, de Benjamim Abdala Júnior e de Russell Hamilton.

2 “En effet puisqu’il faut avoir vécu sous le signe des mêmes ancêtres pour être un bon critique, il est évident que nous aboutissons rapidement au micro-nationalisme, mieux à une critique étno-régionaliste, consacrant les micro-nationalismes politiques.”

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 142-149.

A segunda dimensão da retórica indigenista é simultaneamente formal e temática, uma vez que propõe interpretações mais ou menos idealistas das formas tradicionais/orais do teatro, da poesia e da ficção, em que se fundamentam as obras modernas africanas contemporâneas. Veja-se, por exemplo, a interpretação de Soyinka sobre a tragédia africana a partir dos rituais yoruba. Ou a concepção dos diversos tipos de narração que recuperam modos de géneros orais. Muitas destas últimas opções investigativas alicerçaram também a crítica das literaturas africanas em língua francesa e portuguesa, com resultados produtivos, de que se destacam na nossa área a contribuição fundamental de vários especialistas, entre os quais saliento Salvato Trigo, Lourenço do Rosário, Gilberto Matusse, Laura Padilha, Luis Kandjimbo, Odete Semedo, Inocência Mata e eu própria, entre outros.

A preocupação da terceira dimensão da retórica indigenista tem a ver com o nativismo linguístico, enquanto invenção de meios que permitam o crescimento de artefatos literários nas línguas nacionais. Para Ngugi Wa Thiong'o, as línguas africanas são depositárias de histórias étnicas e nacionais e as formas narrativas, o léxico, o aparato retórico, a sintaxe, são modulados na história da comunidade linguística.

Esta discussão em torno da língua e das políticas linguísticas é ainda hoje tema central de debate na nossa área, e tem feito correr produtivamente muita tinta, por parte de críticos e de escritores, com reflexões enriquecedoras e iluminantes, e tem feito surgir literatura que tematiza a língua de forma surpreendente e inovadora, a partir, por exemplo de Luandino Vieira e de Uanhenga Xitu.

Mas, passando para o outro lado do espelho, encontramos uma outra postura retórica, que podemos designar como eurocentrista, que pode apresentar várias formas. Farei referência a algumas, também sem pretensão totalizadora como nas referências anteriores.

Estas construções discursivas do eurocentrismo podem consistir numa desadequação cultural, contextual ou teórica da análise crítica, enquadrada num comparatismo, percebido sempre a partir do ponto de vista do cânone ocidental, ou podem, numa outra perspectiva, privilegiar uma dimensão nacionalista e ideológica do texto literário, dando relevo à percepção nacionalista e política.

Outras perspectivas críticas do eurocentrismo revelam tendencialmente pendor para a “exoticização” do discurso crítico e para a guetização da literatura africana, ao procurarem os analistas demonstrar a alteridade do texto africano, considerando o modelo realista como o adequado à narrativa, e demarcando a originalidade africana relativamente ao cânone ocidental através de um reportório de formas e de uma visão, mais ou menos antropologizante, herdada do século XIX.

No fundo, essa última atitude da compartimentação da “diferença” leva semelhante empenhamento crítico a resultados que o aproximam - sem querer aqui minorar as necessárias e muitas diferenças - por caminhos diversos, a aproximá-la das posturas do trajeto afrocentrista que, por seu turno, herdou, ainda que de forma indireta, uma parte significativa dos estudos antropológicos do ocidente.

Essas duas linhas de força nos estudos críticos africanos, a afrocentrista e a eurocentrista, embora diferentes de autor para autor, e de país para país, aglutinam vários e diferentes períodos do século XX, e *contribuíram para uma certa percepção e constituição de um cânone crítico africano.*

Gostaria de evidenciar que muitos dos trabalhos fundadores da crítica nas literaturas africanas de língua portuguesa, podem ser enquadrados numa ou em outra destas tendências, ou escapar-se-lhes, mas convém lembrar que são referências bibliográficas importantes de consulta, e se entrecruzam num contexto e cronologia históricas, que de certo modo justificam ou enquadram as opções teórico-analíticas tomadas.

Os posicionamentos dos autores do *corpus* fundador de trabalho da crítica nas literaturas africanas de língua portuguesa revela, parece-me, uma tendência para a constituição de periodologias e de histórias literárias nacionais, a partir de antologias, de monografias de autor ou de género, de entrevistas, fazendo uso de uma instrumentação teórico-analítica diversificada, e muito mais heterogénea do que no caso da crítica anglófona e francófona. Enquadro nestes trabalhos de cariz histórico-literário, e de género, as tão importantes e diferentes contribuições de Pires Laranjeira, de Fátima Mendonça, Carmen Tindó Secco, de Francisco Noa, de Almiro Lobo, de Rita Chaves, de Tânia Macedo, de Moema Parente Augel, de Patrick Chabal, de Michel Laban, entre outros.

Eurocentrismo e Afrocentrismo: Polarizações Perigosas

A sul-africana Benita Perry chama-nos a atenção para a necessidade de pensar e reflectir na organização discursiva das dicotomias radicais e mostra como esse tipo de “discurso-contra” se constrói: o sujeito de enunciação toma a posição de separação e de negação, que é muito diferente da noção de desidentificação (que se constitui como uma forma de trabalho sobre o assunto, enquanto transformação e deslocamento).

A autora mostra que é necessário o deslocamento, a distância e o trabalho transformativo, ou seja estabelecer um ponto de vista crítico a partir de um terceiro termo, e não apenas considerar a dualidade, que pressupõe a negação e a abolição: “constitutes a working (transformation, displacement) of the subject-form and not just its abolition” (PARRY, 2010: 274).

Por outro lado Robert Young, teórico britânico, tece considerações em como a procura de uma posição nativista pode também apenas representar o desejo narcísico de encontrar um outro que possa reflectir as assumpções ocidentais de si próprio: “the narcissistic desire to find an other that will reflect western assumptions of selfhood” (YOUNG, 1990: 165).

Uma outra perspectiva, a de Achille Mbembe, ensaísta e teórico dos Camarões, considera como o nativismo aparece na sua versão benigna sob a forma de uma ideologia, que glorifica a diferença e a diversidade, e que luta pela salvaguarda dos costumes e das identidades, que se sentem ameaçadas.

O crítico alerta os nativistas, lembrando-os que, nas suas formas estereotipadas, os costumes e as tradições que eles reclamam não foram, a maioria das vezes, inventadas pelos indígenas, mas sim pelos missionários e pelos colonos. “Os indigenistas esquecem que nas suas formas estereotipadas, os costumes e as tradições que reclamam não foram grande parte das vezes inventadas pelos próprios indígenas, mas sim por missionários e colonos.” (2010: 229).³

Outras posições como a de Paulin Hountondji, filósofo do Benin, mostram como essas polarizações, equacionadas pelo afrocentrismo e pelo eurocentrismo, são perigosas e desastrosas

3 “Les indigénistes oublient que, dans leurs formes stéréotypées, les coutumes et les traditions dont ils se réclament furent souvent inventées par les indigènes eux-mêmes, mais en fait par les missionnaires et les colons.” *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 142-149.

para os estudos africanos, dizendo-nos que a cultura africana deve voltar-se para o seu pluralismo interno, e que os africanos, enquanto sujeitos, devem libertar-se psicologicamente e desenvolver uma relação livre tanto com a tradição cultural africana, quanto com as tradições culturais de outros continentes.

Essa atitude, segundo Hountondji, não é nem de ocidentalização, nem de aculturação: é uma liberdade criativa que vai enriquecer a tradição africana, enquanto sistema aberto de opções.

O que temos que perceber é que essa polarização tem sido desastrosa e que a sua destruição é uma das primeiras e mais importantes condições para o nosso renascimento cultural. A cultura africana tem que voltar a si própria, ao seu pluralismo interno e à sua abertura essencial. Temos, porém, enquanto indivíduos, que nos libertar psicologicamente e desenvolver a relação/relacionamento livres tanto com a tradição cultural africana quanto com as tradições culturais dos restantes continentes. Este não será um processo de ocidentalização nem de aculturação: será simplesmente uma liberdade criativa que enriquecerá a própria tradição africana enquanto um sistema aberto de possibilidades. (HOUNTONJJI, 2010: 269).⁴

Interessa-nos então perceber que estas dualidades opositivas, já não são produtivas actualmente para os estudos críticos literários africanos e que este tipologia dicotómica, para além do seu inevitável enraizamento epocal e ideológico nos nacionalismos - que pressupõem subliminarmente outras questões como a questão colonial, a questão de dependência e de subalternidade, a questão de racialidades sonegadas e de etnicidades emergentes -, pressupõe sobretudo um enquadramento histórico, nomeadamente no século XX, no quadro das literaturas africanas anglófona e francófona, em especial, envolvendo as décadas de 30 a 80.

A Perspectiva Pós-Colonial

Se a teoria, a crítica e a história literárias são disciplinas, são também géneros e os géneros têm genealogia, tempo e lugar de fundação. Assim a problemática da dimensão universal da teoria deve ser repensada localmente. Mais do que cair de novo na dicotomia da negação, como é exemplo a posição de certos africanos relativamente à teoria, apontada como eurocêntrica, propondo que esta deva ser substituída por uma outra, a africana, o necessário é tomar posicionamentos que permitam estabelecer a forma de re-negociar a teoria a partir de uma enunciação localizada, e com outra perspectiva, diferencial.

Convém não esquecer que se o lugar de onde se produz a teoria é importante, também não menos importante é lembrar o modo como a teoria viaja, ou retomando a concepção de Edward Said reconsiderar “a teoria itinerante”, ou o modo como se dá a deslocalização e a mudança de perspectiva daquilo que se pode designar como ponto de vista pós-colonial.

A perspectiva pós-colonial é deste modo uma outra forma de interpretar a teoria e a tradição europeia e ocidental, lendo-a como fez o martiniquense Franz Fanon ao ler e repensar a teoria

4 “What we must now realize is that this polarization has been disastrous and that its destruction is one of the first and most important conditions of our cultural renaissance. African culture must return to itself, to its internal pluralism and to its essential openness. We must therefore, as individuals, liberate ourselves psychologically and develop a free relationship both with African cultural tradition and with the cultural traditions of other continents. This will not be a process either of westernization or of acculturation: it will simply be creative freedom, enriching the African tradition itself as a open system of options.”

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 142-149.

de Lukács e de Hegel em *Os Condenados da Terra*, simultaneamente a partir de fora e de dentro da Europa. “Este movimento sugere a possibilidade de que lugares, sítios e situações sejam activamente diferentes para a teoria, sem universalismos fáceis ou totalizações generalizadoras”, diz-nos Said (2005: 42).

Se o intelectual produtor de teoria é resultado de uma específica formação social, por outro lado o intelectual africano é produto de um encontro histórico com o ocidente, e compete-lhe essa recolocação disciplinar e teórica, feita a partir de um diverso ponto de vista, o pós-colonial.

À perspectiva dicotómica e ortodoxa das teorias eurocêntricas e das afrocêntricas radicais, salutar e estimulante é pois pensar como e para onde a teoria viaja, e como ao viajar até aí, o seu núcleo se reacende e transforma, se re-localiza e repensa.

Parece-me que esta é uma posição enunciativa fundamental do ensaísta e crítico das literaturas e estudos africanos, consciente de que vive num mundo onde a circulação do conhecimento é imparável, mas em estado de transformação e de adequação a novos e distintos contextos culturais.

Outras perspectivas críticas nos estudos literários africanos: das retóricas da indigenização aos estudos pós-coloniais

No entanto, já na década de noventa do século passado, muitos estudos críticos, começam a tratar o texto literário africano utilizando categorias e conceitos da teoria literária, sem necessariamente colocarem a questão da origem da teoria, também sem a preocupação essencialista com a alteridade do texto africano, procurando adequar utensílios teóricos provenientes de uma revisão da antropologia ou outras ciências auxiliares, sem cair em posições extremadas. Enquadram-se nesta perspectiva, estudos de carácter marxista, sociológico, estudos de género, ultrapassando as vertentes do discurso crítico pan-africano, do discurso militante, do discurso nativista e ainda do eurocentrista.

Alguns dos resultados teóricos dos estudos culturais e pós-coloniais, também já muito diversificados no início do actual século XXI, serviram também para uma articulação mais equilibrada de conceitos e atitudes críticas no que respeita os estudos críticos literários africanos.

Assim, notamos um desenvolvimento variado das posturas e de teorias críticas, um útil desenvolvimento reflexivo de tópicos pós-coloniais ligados à revisão da crítica sobre o colonialismo e sua história, elementos que contribuiram para uma dinâmica diferencial da instrumentação teórica, cruzando áreas como a antropologia, a história, a sociologia, os estudos feministas e psicanalíticos, e outras, como por exemplo a teoria “queer”. Enfim, são variadíssimos os tópicos que têm a ver com a noção de fronteira, de globalização, de transnacionalidade etc – no fundo, prefigurando as diferentes vias de pesquisa crítica, em que nos últimos trinta anos os estudos pós-coloniais se têm ramificado e expandido.

Tais novas posturas críticas, plurais, já menos centradas em dualismos ou visões críticas extremadas pela dicotomia afrocentrismo/eurocentrismo, vêm de par com um novo tipo de escritor africano, cuja visão do continente e da nação se transforma. Há muitos escritores africanos das novas gerações que já não partilham de posições temáticas essencialistas, experimentando a necessária pluralidade das escolhas formais e temáticas.

Muitos deles, por razões pessoais, profissionais, políticas ou outras, escrevem fora dos seus países, em processos de diáspora, convocando partilhas de diversa ordem, linguística, formal, temática; assumindo posições muito críticas perante alguns dos seus regimes, ditatoriais e opressivos, criando deste modo novas etnopaíses (Appadurai) nas suas escritas.

Questões ligadas à globalização, ao genocídio, às guerras civis, à imigração, à violência sexual, às diferenças de género, ao cosmopolitanismo e às narrativas de viagem, percorrem as publicações africanas do século XXI, e a elas não são alheias as literaturas africanas de língua portuguesa, cuja modernidade se alicerça no seu próprio processo e percurso histórico, diferencial em relação às congéneres em outras línguas.

Referências:

ADEKO, Adeleke. *Proverbs, textuality and nativism in african literature*. Gainesville: University Press of Florida, 1998.

HOUNTOUNJJI, Paulin. True and False Pluralism. *African literature*. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

MBEMBE, Achille. *Sortir de la grand nuit*. Paris: La Découverte, 2010.

OBIECHINA, Emmanuel. Cultural Nationalism in Modern African Creative Literature. *African literature today* 1 (1968): 24-35.

PARRY, Benita. *Postcolonial studies: a materialist critique*. London: Routledge, 2004.

SAID, Edward. Reconsiderando a Teoria Itinerante. In: SANCHES, M. R. (org.). *Deslocalizar a Europa*. Lisboa: Cotovia, 2005.

TIDJANI-SERPOS, Noureimi. *Aspects de la critique africaine (critique littéraire)*. Paris-Lomé: Editions Silex; Editions Haho, 1987.

YOUNG, Robert. *White mythologies: writing history and the west*. London: Routledge, 1990.



A CATEGORIA GRAMATICAL GÉNERO, NOS NOMES E ADJETIVOS DO PORTUGUÊS: ALGUMAS REFLEXÕES¹

Maria Antónia Mota²

RESUMO: A análise do comportamento de nomes e de adjetivos, em português, no que diz respeito à categoria gramatical Género, mostra que essa categoria é lexical, nos nomes, e flexional, nos adjetivos. Está, como tal, inscrita nas matrizes dos lexemas de cada uma dessas classes de palavras e revela as interfaces que se estabelecem entre morfologia, léxico e sintaxe. Apresentam-se propostas de representação de entradas lexicais e de paradigmas de lexemas exemplificativos da diferente natureza daquela categoria, nas duas classes de palavras consideradas, comentando-se as particularidades dos adjetivos biformes e uniformes e focando-se o caso particular de nomes que formam um ‘par’, como *pato* e *pata*. Associada a essas representações, foca-se a questão das relações que se estabelecem entre as categorias Padrão temático e Género e entre as categorias Género e Número, nos nomes e nos adjetivos, concluindo-se que a matriz de traços associada a cada lexema legitima as palavras flexionadas do seu paradigma como outputs adequados e que, simultaneamente, esses traços se inferem a partir das palavras morfossintáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Género. Nomes e Adjetivos. Interfaces. Relação entre Categorias.

RESUMÉ: L’analyse du comportement des noms et des adjectifs en portugais montre que la catégorie grammaticale Genre est de nature lexicale dans le premier cas et de nature flexionnelle dans le second cas. Sa nature est inscrite dans les entrées lexicales des lexèmes de chacune de ces classes de mots et révèle les interfaces qui peuvent s’établir entre morphologie, lexique et syntaxe. Nous présentons un certain nombre de propositions de représentation d’entrées lexicales et de paradigmes de lexèmes, afin d’exemplifier la nature distincte que cette catégorie peut assumer, selon qu’elle est nominale ou adjectivale. Pour ce qui est toujours du Genre, nous retraçons les spécificités associées aux adjectifs biformes et uniformes, ainsi qu’au cas particulier des noms qui forment une «paire» (par exemple, *pato* et *pata*). En articulation avec ces représentations-là, nous commentons la question des relations qui s’établissent entre les catégories Schéma thématique et Genre et entre les catégories Genre et Nombre dans les deux classes de mots en question. Nous en concluons que les traits présents dans la matrice de chaque lexème légitiment les mots

1 Este texto é devedor da investigação levada a cabo pela autora para o capítulo 55 da Gramática do português, da sua responsabilidade (vol. 3, com publicação prevista para 2016), e retoma parte do conteúdo desse capítulo.

2 Professora Doutora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. E-mail: mantonia.mota@sapo.pt
Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 150-164.

dans son paradigme comme des formes de sortie appropriées et que ces mêmes traits peuvent simultanément être dégagés à partir des mots morphosyntaxiques.

MOTS-CLÉS: Genre. Noms et Adjectifs. Interfaces. Relations entre les Catégories.

Introdução

A informação contida na matriz de traços associada a um lexema³ tem interessado muitos investigadores e sido objeto de diferentes propostas, nomeadamente no domínio dos estudos morfológicos.

Pode dizer-se generalizada a conceção de que a classe lexical (classe de palavras) e a significação do lexema estão especificadas na sua matriz (cf. FRADIN & KERLEROUX, 2003, por exemplo) e que esta contém todas as propriedades indispensáveis à caracterização inequívoca do lexema, e não mais que estas, em nome do princípio da economia. No entanto, o tipo e o número de traços associados às entradas lexicais e transmitidos aos paradigmas de palavras subsumidos pelos lexemas dependem, em grande parte, da perspectiva teórica adotada, já que uma matriz de traços é um constructo teórico. Parece contudo haver um forte consenso quanto ao facto de uma matriz típica incluir traços morfológicos, fonológicos, sintáticos e semânticos. As formas que as palavras morfossintáticas vão adquirir, no paradigma desse lexema, deverão ser perfeitamente previsíveis, tendo em contas as propriedades do lexema; simultaneamente, deverão permitir inferir a forma do lexema.-

A forma como se concebe o léxico, como módulo da gramática com informação mais ou menos robusta e complexa, tem implicações na conceção de matriz de traços. O mesmo acontece em função da conceção de morfologia: por exemplo, como módulo totalmente independente, como estando fortemente associado ao módulo sintático (ou mesmo como não independente deste último) ou ainda como um módulo que, apesar de autónomo, estabelece relações de interface com vários outros módulos da gramática.

Adotando uma conceção de léxico, matéria-prima da morfologia, com informação robusta, com entradas lexicais ‘ricas’, embora respeitando o princípio da economia, e considerando que o papel da morfologia é mais adequadamente entendido se considerado como estabelecendo múltiplas interfaces, centramo-nos a seguir no Género. Esta categoria está inscrita na matriz lexical de nomes e adjetivos, juntamente com duas outras categorias morfológicas caracterizadoras destas classes de lexemas: Número e Padrão temático. Estas três categorias estabelecem relações entre si, mas aplicam-se de modo diferenciado a nomes e adjetivos, como tentaremos mostrar sinteticamente nas secções seguintes, que tomam sempre Género como a categoria aí privilegiada. Comentamos apenas nomes e adjetivos temáticos, deixando de lado, por economia de espaço, alguns aspetos que poderiam sobre eles ser tratados e outros ainda, relativos, por exemplo, a comportamentos diferenciados entre nomes simples e não simples e entre adjetivos com essas mesmas características. Remete-se para a *Gramática do português* (cf. nota 1), para mais informação.

3 Um lexema é um item lexical abstrato (cf. MATHEWS, 1991:26), uma palavra abstrata (cf. STUMP, 2005:50) com significação, forma morfológica e forma fonológica básicas, tendo associado outro conteúdo gramatical, na sua matriz de traços. Pertence a uma das classes lexicais abertas e caracteriza-se, em suma, como um «complexo de informação gramaticalmente relevante» (ZWICKY, 1990:218); no seu domínio, interagem, em relação de interface, diversos componentes da gramática. Ver também, Aronoff; Fudeman (2005:42), por exemplo.

A categoria Género, nos nomes do português

Tomando o lexema como unidade de análise, em articulação com as palavras morfossintáticas por ele subsumidas e a par das mesmas, interessa-nos agora ter em conta, em particular, a categoria linguística Género e as interfaces entre morfologia, léxico e sintaxe que se revelam, nesse domínio. Começaremos por nos referir aos nomes e, depois, passaremos aos adjetivos, comentando alguns contrastes que estas duas classes lexicais evidenciam.

Consideramos, na linha do defendido pela maioria dos investigadores que mais recentemente têm publicado sobre a categoria Género, que os lexemas nominais a que correspondem os chamados nomes comuns têm um valor de género inerente, invariável, totalmente especificado na subparte da sua matriz que respeita aos traços morfológicos (cf., por exemplo, CORBETT, 1991, 2007 ou LEHMANN & MORAVCSIK, 2000)⁴. Diferentemente, um lexema adjetival não tem inscrito na matriz que o caracteriza um valor de género; isto é, não possui um valor lexicalmente especificado, [+masc(ulino)] ou [-masc].

Propondo um conjunto de propriedades ou traços que se afigura adequado às matrizes dos nomes do português, e recorrendo a uma representação muito simplificada⁵, veja-se o seguinte exemplo, ilustrativo da matriz de um nome comum:

Classe lexical/de palavras: nome	
Traços semânticos: [+comum, -animado, +concreto, +contável, +instrumento]	
Padrão temático: classe temática -a	
Género: [-masc]	
Número: [+variável] ⁶	
Glosa: utensílio composto por uma lâmina estreita, achatada e afiada e por um cabo, servindo como instrumento para cortar alimentos sólidos.	
Hipónimo de TALHER. Merónimo de FAQUEIRO.	
Paradigma do lexema	<i>faca</i> <i>facas</i>

Quadro 1: Lexema: FACA (forma fonológica /'faka/).

A classe lexical é determinante para a determinação do tipo das restantes propriedades inscritas na matriz de traços. O exemplo acima não inclui propriedades sintáticas, por desejo de simplificação na representação. Mas o facto de se tratar de um nome permite inferir que *faca* e *facas* podem integrar expressões que funcionam como sujeito da predicação, como complemento direto, indireto, etc. Mas, como é conhecido, os seus traços semânticos vão limitar

4 Sobre o português, são vários os linguistas que poderiam ser citados como partilhando esta opinião ou tendo posicionamentos próximos deste, mas não o faremos, para não sobrecarregar o texto. Remete-se para Rosa (2000:124-131), que refere alguns deles.

5 No exemplo do quadro 1, restringe-se a glosa à significação de *faca* como utensílio de mesa.

6 Em última análise, este traço será dispensável. Sendo caracterizado como [+cont], o nome é decorrentemente [+variável], quanto a Número. Contudo, deixa-se esse traço na matriz para chamar a atenção para as categorias morfológicas que estão associadas a lexemas nominais e adjetivais.

certas possibilidades de construção; apenas a título de exemplo, veja-se a impossibilidade de *faca* e *facas* integrarem um sintagma sujeito de uma frase com um verbo de atitude afectiva (cf. RAPOSO, 2013: 375-380): **a faca odeia o cozinheiro*, em que o argumento *faca* precisaria de possuir o papel temático de Experienciador para a frase ser gramatical.

Relativamente às palavras subsumidas por um lexema: nas classes de palavras abertas, um paradigma canónico apresenta duas ou mais formas que se distinguem relativamente a um ou mais valores, marcados sempre por flexão (cf. MATHEWS, 1991:187, ARONOFF, 1994:11, BOOIJ, 2005:122, por exemplo). Essas formas flexionadas relevam da morfologia. No que diz respeito aos paradigmas nominais do português, as suas células são duas e as duas palavras que as preenchem diferenciam-se apenas quanto à categoria morfológica Número. A flexão em número codifica a oposição dos valores [+sing] ~ [-sing] através dos marcadores -Ø ~ -s, estando as duas formas de palavra disponíveis para serem ativadas pelo falante, explorando a interface da morfologia com a sintaxe. A matriz de traços associada a cada lexema nominal permite, assim, que as palavras nominais flexionadas do seu paradigma constituam *outputs* adequados às especificações exigidas (veja-se, por exemplo, *perdeu-se {uma faca, uma das facas, grande parte das facas, um conjunto de facas} do faqueiro da avó*).

Um lexema nominal, como ilustrado no quadro 1, não apresenta contudo flexão associada a Género: no paradigma do lexema, *faca* e *facas* possuem ambas o valor [-masc]. Género não é, assim, uma categoria flexional, nos nomes; não distingue entre si células de um paradigma nominal, é uma categoria linguística lexical, como acima afirmado. Não é relevante para a sintaxe, como adiante se volta a comentar.

Um lexema, como é sabido, consiste numa forma não flexionada (a flexão é do domínio do paradigma do lexema, não do lexema em si) que possa representar de forma inequívoca as palavras do seu paradigma. Assim, a prática corrente é a de lhe atribuir uma forma básica e o menos marcada possível, que não obste ao estabelecimento de uma relação formal transparente (para além da necessária relação semântica) entre lexema e palavras morfossintáticas. Se um lexema é uma palavra, embora abstrata, que representa e subsume palavras morfossintáticas bem formadas, a sua forma deve poder relacionar-se adequada e facilmente com essas palavras. Desse modo, ao lexema nominal é geralmente atribuída uma forma que corresponde à forma de palavra singular. Apesar de um singular ser uma forma flexionada, o facto de o seu marcador de número ser Ø faz dela o melhor candidato para que, a partir da mesma, se infira a forma do lexema. Se lidarmos com nomes temáticos, o lexema terá, então, uma forma idêntica ao tema, já que o mesmo acontece com a palavra singular; por exemplo: palavra [+sing] *abelha* – tema ABELHA e lexema ABELHA. No caso dos nomes atemáticos, a forma do lexema será idêntica à forma do radical, pela mesma ordem de ideias; por exemplo: palavra [+sing] *rapé* – radical RAPE e lexema RAPE.

Considere-se ainda a generalização segundo a qual dois paradigmas distintos entre si não correspondem ao mesmo lexema; dito de outro modo, dois lexemas são independentes se os paradigmas que lhes correspondem também o são (cf. BAUER *et al.* 2013: 9). Isto é, se duas formas de palavra se distinguem quanto a uma outra categoria que não seja o Número, estamos perante mais do que um paradigma nominal e, logo, face a mais do que um lexema. As palavras, no paradigma, não podem, assim, distinguir-se quanto ao marcador de classe temática: este não tem natureza flexional. Por consequência, *porta*, *portas* correspondem ao lexema PORTA e

porto, *portos*, ao lexema PORTO; *lema*, *lemas* correspondem ao lexema LEMA e *leme*, *lemes*, ao lexema LEME. Anderson (1985), por exemplo e entre muitos outros, define a flexão como sendo a morfologia relevante para a sintaxe, realizando as categorias morfossintáticas das palavras; ora, para a sintaxe, o padrão temático e o expoente que identifica as classes formais é irrelevante. O mesmo autor afirma que «Morphosyntactic properties which are neither agreement properties nor governed properties are said to be inherent» (*idem*: 172). Daí decorre que Padrão temático é inerente ao nome, assim como Género. E ainda que, mesmo se semântica e formalmente muito próximas, também palavras como *pato*, *patos* e *pata*, *patas* pertencem, duas a duas, a dois lexemas independentes, como se argumenta de forma um pouco mais desenvolvida na secção seguinte.

Nomes de radical formalmente idêntico, padrão temático e valor de género distintos

Na secção anterior, fez-se notar que, nos nomes, o padrão temático não é uma categoria flexional, não marca uma categoria morfossintática; mais concretamente, o marcador de classe formal temática (o índice temático) não é uma subcategoria flexional. Consideramos, assim, que em palavras com o traço [+anim(ado)] como *pato* e *pata*, cada um dos nomes se inscreve numa classe formal temática distinta (em *-o*, em *pato*, e em *-a*, em *pata*). Embora estes nomes denotem entidades aparentadas, estas são também distinguíveis com base na propriedade ‘sexo’ e nas características a elas associadas, por vezes múltiplas e grandemente diferenciadoras, dependendo das espécies. Propriedade na origem biológica, “sexo” ou “diferenciação sexual” adquire impacto linguístico, distinguindo lexemas entre si: a glosa de *pata* e a de *pato* deverá forçosamente incluir “fêmea/de sexo feminino” e “macho/de sexo masculino”, respetivamente. O nosso conhecimento do mundo conduz a que relacionemos fêmeas e machos da mesma espécie zoológica e que demos relevância a esse facto. Essa relevância conduz, por seu lado, a que associemos a determinado índice temático a representação gramatical de dado sexo e à oposição entre índices temáticos a distinção sexual das entidades. Essa relação está contudo longe de ser sistemática, como provam os muitos nomes do português que denotam entidades sexuadas com morfologia que não redundam na oposição *-o* ~ *-a* ou mesmo *-Ø/e* ~ *-a* (cf. *senhor*Ø ~ *senhora* e plural *senhores* ~ *senhoras*; cf. cap. 55, referido na nota 1), incluindo a não oposição, como se verá adiante.

Independentemente dessa associação e do grau de efeito gramatical que tenha, se o género gramatical nominal é inerente ao lexema e às palavras por ele subsumidas (pressuposto de base que uma análise coerente não deverá conduzir a que seja violado), não se pode considerar que é simultaneamente uma categoria flexional⁷. Mas tal não é contraditório com o facto de, num conjunto limitado de nomes [+anim]⁸, a morfologia recorrer à possibilidade de acumulação de funções num mesmo constituinte formal, como se verá adiante.

7 Villalva (2000), como muitos outros, defende que o género é uma categoria morfossintática, mas distinta das restantes, não flexional. Tendo em conta que, no nome, o valor [+masc] ou [-masc] não é exigido pela sintaxe, não responde a condicionamentos de concordância, não varia, consideramos que constitui a categoria mais fortemente lexical, das três categorias nominais. Género pode ser encarado como categoria morfossintática, noutras classes lexicais que entram em relação de concordância em género com o núcleo nominal (o valor de género do nome desencadeia, controla ou governa o valor nos restantes constituintes, alvos da concordância; cf. CORBETT, 2006).

8 Na verdade, os nomes simples do tipo *pato* e *pata* são relativamente pouco numerosos, em português. Curiosamente, a tradição gramatical não fornece nenhuma denominação especial para eles, diferentemente do que acontece para “sobrecomens” e “epicenos” (esta distinção baseia-se no traço semântico [humano]). Nas obras didáticas, são aqueles os nomes que aparecem à cabeça, nas secções dedicadas a Género. Serão assim considerados os nomes com comportamento mais ‘perfeito’ ou ‘regular’, decerto por denotarem com precisão o sexo biológico das entidades. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 150-164.

Os argumentos que acabam de se avançar levam a que se considere que nomes como *pato* e *pata* não partilham um radical comum, único, o qual se expandiria em dois temas flexionais, a serem selecionados em função de requisitos da sintaxe: a flexão é motivada em sintaxe e, repita-se, Género não é uma categoria flexional, nos nomes. Assim, *pato* e *pata* correspondem aos lexemas PATO e PATA, respetivamente, e os traços em discussão serão assim marcados, na sua matriz (indicados a par):

PATO Padrão temático: classe temática <i>-o</i> Género: [+masc] Número: [+variável] Glosa: ave palmípede ... macho.		PATA Padrão temático: classe temática <i>-a</i> Género: [-masc] Número: [+variável] Glosa: ave palmípede ... fêmea.	
Paradigma do lexema		Paradigma do lexema	
<i>pato</i> <i>patos</i>		<i>pata</i> <i>patas</i>	

Quadro 2: Lexemas: PATO E PATA.

Nas glosas do quadro 2, para além da presença de “macho” e “fêmea”, “...” indica que a glosa pode incluir particularidades distintivas das entidades, para além do sexo, eventualmente com ele relacionadas (cor, tamanho, ou até características do aparelho reprodutor: por exemplo, o cavalo-marinho-fêmea não possui útero e o cavalo-marinho-macho tem uma bolsa incubadora).

A inerência do valor de género, inscrito na matriz nominal, deve ser compatível com a glosa: descrevendo características que tipificam a entidade denotada, a glosa está associada e em articulação com os traços morfológicos do nome. Assim, por exemplo, um lexema como CAVALO-MARINHO é [+masc], sendo preciso acrescentar “fêmea/macho” para distinguir os indivíduos de sexo diferente, se tal se quiser fazer; a especificação do sexo precisa de recorrer a um processo de composição, sem alteração do valor do género gramatical. O composto é do tipo N-Adj, quando o nome é “epiceno” (*cavalo-marinho-fêmea*, *cavalo-marinho-macho*, ambos [+masc]) ou, quando o nome é “sobrecomum”, do tipo N-N (*polícia mulher*, *polícia homem*, ambos [+masc]) ou do tipo N-prep-N (*criança de sexo masculino*, *criança de sexo feminino*, ambos [-masc]); cf. VILLALVA, 2016). O mesmo acontece com *gorila*, *elefante* ou com *cabecilha*, *mascote*, por exemplo e respetivamente, para nos limitarmos aos nomes temáticos, como anunciado.

Se se considerarem, justamente, lexemas com o traço [+anim] como CAVALO-MARINHO e BALEIA ou como CRIANÇA e CARRASCO, remetendo para entidades sexuadas, fica claro que o género gramatical é fixo, inerente, idiossincrático, independente da classe temática e não sensível ao sexo dos referentes. Na generalidade dos nomes, a informação de sexo é irrelevante para a morfologia e a associação de dado valor de género a determinado índice temático não constitui uma generalização possível. A diferença que estes apresentam relativamente a ATLETA ou MODELO, com o mesmo traço [+anim] e com referentes sexuados, geralmente denominados “comuns de dois”, consiste em que, nos primeiros, o género gramatical é fixo, como esperável, e precisamos de fazer intervir um processo de composição para formar um novo nome que explicita o sexo das entidades. Nestes últimos, a morfologia da composição não se aplica, sendo em geral afirmado que o valor de género do nome é explicitado pelos constituintes sintáticos na sua esfera e que com

ele estabelecem concordância (cf. o atleta (olímpico), a atleta (olímpica), por exemplo). Aqui, com base no referido pressuposto de base da inerência lexical do valor de género, propomos analisar este tipo de nomes como correspondendo a dois lexemas, próximos de homónimos (quase-homónimos, se quisermos), cada um com o seu valor de género, abertamente explicitado pelos constituintes sintáticos de concordância. Fazêmo-lo diferentemente de alguma tradição de análise do português e ainda, por exemplo, de Villava (s/d: 7), que considera que «admitem os dois valores de género», ou de Spencer (2002), que se refere a casos idênticos de outras línguas como caracterizados por possuírem género masculino e feminino ‘em comum’. Assim, na nossa perspectiva, ter-se-á, por exemplo, *ATLETA*₁_[+masc] e *ATLETA*₂_[-masc] existindo duas entradas lexicais, com duas matrizes independentes entre si pelo valor de género inscrito na matriz (e pela glosa, já que cada um destes lexemas remete para uma entidade sexualmente distinta). Nestes casos, a existência de dois lexemas permite que haja um paralelismo entre género gramatical diferente e sexo biológico distinto: em sintaxe, um ou outro nome é ativado, conforme a referência exigida⁹.

Considerando a generalidade dos nomes, em função dos traços do referente assim se seleciona, para ser integrado numa frase sob uma das formas de palavra possíveis, um determinado lexema: o lexema *PATO* ou o lexema *PATA*, o lexema *ATLETA*₁ ou *ATLETA*₂, o lexema *CAVALO-MARINHO* ou *CRIANÇA*, eventualmente sujeitos a um processo de composição, assim com acontece com a seleção de *BOI* ou *VACA*, *HOMEM* ou *MULHER*, *RAPAZ* ou *RAPARIGA* (se jovens homens e mulheres), *CARNEIRO* ou *OVELHA*, etc. Em suma, não há razões aparentes para utilizar diferentes critérios de análise quanto a Género: flexional, no caso de *PATO* e *PATA*, apenas porque apresentam um radical formalmente idêntico¹⁰, e lexical, nos restantes casos, porque se trata de itens sem parentesco formal. Neste conjunto de nomes, todos remetem para entidades [+anim], [+sexuadas]; se, nos nomes que formam ‘pares’ de tema *-o* e *-a*, os índices temáticos acabam por ser associados pelos falantes a um contraste de valor de género, tal poderá dever-se à similitude semântica que caracteriza as entidades denotadas e à relevância que, em português, se pode atribuir a esse tipo de informação. Mas trata-se de um caso particular, em que os índices temáticos são constituintes *portmanteau*. Isto é, sufixos acumulando informação gramatical, a qual, noutras circunstâncias, seria assegurada por dois marcadores adjacentes independentes (STUMP, 2001:139); no caso, a informação de classe temática e a de género.

9 Alguns dos nomes “comuns de dois” têm origem na recategorização de adjetivos, como requerente, ou em terceiras pessoas verbais que sofreram a conversão em nomes, como engonha ou sorna (equivalentes aproximados de preguiçoso/a). O valor de género gramatical, nos nomes, pode ser motivado morfológicamente, em derivados (por vezes com intervenção do traço de animacidade), nos nomes resultantes de conversão, e ainda em função do núcleo semântico, em nomes compostos. Não se desenvolvem aqui estas questões (cf. cap. 55, de MOTA, 2016 – no prelo - cf. nota 1, e cap. 58, de VILLALVA, 2016 – no prelo), mas faz-se apenas notar que esse facto não altera em nada a posição aqui defendida: uma vez construído um lexema, o seu valor de género fica fixado no léxico. Veja-se o exemplo das seguintes palavras singulares, correspondentes ao respetivo lexema: em *vespeiro*, *-eiro* é um sufixo que desencadeia género masculino, apenas (os sufixos determinam frequentemente o género dos nomes, como sabido); em *engonha* e *afia*, o produto de conversão alinha com o tipo *atleta* 1 e *atleta* 2, se denotar uma entidade [+anim] (um(a) engonha), e é masculino por defeito, se a entidade é [-anim] (o *afia*); em *sofá-cama*, o primeiro nome constitui o núcleo do composto e determina o seu valor de género. Caso o sufixo seja compatível com dois temas, como em *ceifeiro*, *ceifeira*, estamos perante um sufixo diferente de *-eiro+MASC*. Neste caso, o sufixo é *-eir-* não determina um padrão temático nem um valor de género, no nome. Com ele, podem formar-se dois lexemas, com as respectivas palavras de tema em *-o* e em *-a* (*ceifeiro(s)* e *ceifeira(s)*), situação que alinha com a de *pato* e *pata* e palavras *pato(s)* e *pata(s)*.

10 Esta designação deve entender-se como existindo nesse radical, a par da forma morfológica idêntica, informação semântica básica idêntica.

Pelas evidências apresentadas e sintetizando: Género, nos nomes, não é uma categoria flexional, independentemente de haver nomes com radical formalmente idêntico e índices temáticos distintos (que poderiam conduzir a considerar-se revelarem flexão em género) e de haver, por outro lado, nomes quase-homónimos, associados a valores de género diferentes (que poderiam levar a interpretá-los como um mesmo nome, com género não inerente, ou totalmente subespecificado, ou duplo, o que a designação “comum” implica). A hipótese, relativamente ao primeiro caso, de existir um lexema único (PATO, forma menos marcada, das possíveis) com flexão em género carece de sustentação, dado que vai contra a análise, aceite na literatura recente e que aqui assumimos, que atribui natureza lexical ao índice temático, e não flexional. Como notado, o índice temático tem a capacidade de acumular à categoria Padrão temático – que veicula sempre e que lhe é própria – a categoria Género. Assumir essa dupla função não implica de todo nem que o índice temático nem que o valor de género passem a ser flexionais, através de uma oposição *-o ~ -a* codificada a nível do paradigma do lexema, num esquema do tipo PATO_{LEXEMA} e *pato(s), pata(s)*_{PALAVRAS MORFOSSINTÁTICAS NO PARADIGMA}, com variação não só de valor de número como de género. Este posicionamento exclui também a existência de um radical que receba sufixos de flexão em género. Isto é, exclui algo como PAT_{RADICAL} e {PATO/*pato*, PATA/*pata*}_{FLEXÃO EM GÉNERO}, seja a nível do tema ou das palavras morfossintáticas no paradigma.

Resta pôr-se a hipótese de, de forma paralela a alguns verbos, *pato* e *pata* poderem ser representados por um lexema com duas bases supletivas, temáticas, de modo comparável com o que acontece com *trazer*, por exemplo. Este verbo possui três bases radicais supletivas que definem em conjunto o lexema: por exemplo, TRA- é marcado para futuro e condicional e TRAZ-, para presente e imperfeito¹¹. Mas acontece que a informação veiculada por cada uma dessas formas está associada a um tipo de informação não lexical mas semântica e sintática, relacionada com a localização temporal das situações descritas pelo verbo, associada a aspeto e modo, no domínio da frase. Qualquer que seja a base considerada, das três possíveis, o lexema verbal mantém a sua descrição intacta, no léxico. Mas tal não aconteceria com os ‘pares’ nominais em discussão: ambas as bases seriam marcadas para a categoria lexical Género, cada uma com o seu valor e remetendo para entidades diversas. A diferente classe de palavras não permite, portanto, essa eventual identidade ou esse paralelismo de comportamentos: o nome refere entidades e o verbo é um elemento que descreve o tipo de situação expresso na oração. Parecendo poder pôr-se em paralelo [+masc] e [-masc] com [+futuro, condicional] e [+presente, imperfeito], tal não é possível. Spencer (2002) refere que, em latim, existem «pares de género» em que a classe flexional (casual) varia em função da diferenciação sexual das entidades denotadas (cf. *amicus*, 2ª declinação, na qual se inscrevem apenas nomes masculinos, e *amica*, da 1ª declinação, que inclui sobretudo nomes femininos). Mas comenta que só se esta alteração de declinação se estendesse à totalidade dos nomes que denotam entidades diferenciadas pelo sexo e apenas nesse caso é que seria admissível considerar que a categoria Género é flexional, e que tal não é o caso.

Como se verá na secção 2, diferentemente dos nomes, os adjetivos, que expressam propriedades caracterizadoras das entidades, não possuem um valor de género lexicalmente determinado; neles, Género é uma categoria de concordância.

11 A este propósito, ver Stump (2001: 208-211) e a proposta de bases portmanteau («portmanteau stems»). *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 150-164.

A categoria Gênero nos adjetivos do português

Observe-se agora uma proposta simplificada, incluindo apenas as informações que aqui mais nos interessam, de entrada lexical de dois adjetivos temáticos, em português, comumente caracterizados como ‘uniformes’ e ‘biformes’, respetivamente (cf. MOTA, cap. 55, cf. nota 1):

Classe lexical/de palavras: adjetivo
 Tipo semântico: qualificador
 Padrão temático: [-variável]¹² ou [uniforme] | Classe temática: -e
 Gênero: [+variável]
 Número: [+variável]
 Glosa: característica aplicável a uma entidade humana, pressupondo a existência do atributo RUDEZA, sendo que RUDEZA (ser humano) = *rude*¹³
 Relações de sinonímia (*synset*): descortês, bruto, grosseiro, tosco, ...

Paradigma do lexema *rude*
rudes

Quadro 3a: Lexema: RUDE (forma fonológica /rude/)

Classe lexical/de palavras: adjetivo
 Tipo semântico: qualificador
 Padrão temático: [+variável] ou [biforme] | Classe temática: -o/-a
 Gênero: [+variável]
 Número: [+variável]
 Glosa: característica aplicável a uma entidade humana, pressupondo a existência do atributo BRUTEZA, sendo que BRUTEZA (ser humano) = *bruto*¹⁴
 Relações de sinonímia (*synset*): descortês, grosseiro, rude, tosco, ...

Quadro 3b: Lexema: BRUT (forma fonológica /brut/) - Paradigma do lexema (ver (4), adiante).

Uma primeira constatação diz respeito ao facto de o lexema em (3a) ter a forma RUDE¹², temática, e de, associado a (3b), estar proposta a forma BRUT, apesar de as palavras do seu paradigma serem temáticas: *bruto(s)*, *bruta(s)*.

Nas entradas de (3), está marcado [+variável] quanto às categorias Gênero e Número: a classe de palavras implica essa caracterização, mas pretendemos deixá-las visíveis para melhor contraste com os nomes. Quanto a Padrão temático, em (3b) está inscrito [+variável] ou [biforme], e está também especificada a dupla classe temática. Estes traços dão conta, à partida, de uma diferença fundamental relativamente à grande maioria dos nomes e levanta a hipótese de estes adjetivos se aproximarem de algum modo dos nomes que formam um ‘par’, do tipo *pato*, *pata* (cf. acima). Mas têm sobretudo interesse pelas suas implicações numa análise coerente da morfologia do português e das interfaces que este módulo da gramática entretetece com outros módulos.

Assim, mantém-se que o índice temático não é uma subcategoria flexional e, logo, o tema não é flexional, como acima referido a propósito dos nomes, e por isso não há concordância entre

¹² Por economia de espaço, não desenvolveremos o comentário aos adjetivos uniformes, apenas avançaremos algumas notas.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 150-164.

índices temáticos (cf. *serpente*_[TEMA -e, -MASC] *fugidia*_[TEMA -a, -MASC] e *temível*_[ATEMÁTICO, -MASC]). O que acontece é que esses constituintes, por acumularem a informação que releva da categoria Género (são constituintes *portmanteau*) e de, pelo facto de essa categoria ser flexional nos adjetivos, estes são os únicos constituintes capacitados para entrarem, de forma indirecta, no domínio da flexão. A acumulação de informação, no índice temático, não lhe retira as suas propriedades de base, não flexionais. Mas, como já notado, o português não dispõe de morfologia independente e especializada para marcar Género (um paradigma não apresenta expoentes de Género independentes). Desse modo, o índice temático é ‘arrastado’ para a codificação do valor de género, como único componente morfológico disponível, passando a dispor de um duplo estatuto (cf. SANDMANN, 1991, por exemplo), a constituir uma «exponência cumulativa» (cf. MATHEWS, 1991). Género é, nesta classe de palavras, uma categoria claramente morfossintática, e os valores que adquire são marcados através de flexão.

Por outro lado, se, como defendido na análise de *pato* e *pata*, o radical não é comum, expandido-se em dois temas, em *bruto* e *bruta* é este o caso. Assim: o radical morfológico BRUT- permite que dois temas sejam formados, BRUTO e BRUTA, os quais, em conjunto, identificam o lexema; o primeiro associa-se directamente às palavras flexionadas *bruto* e *brutos* e o segundo, a *bruta* e *brutas*.

Aronoff (1994: 49) defende que, nos verbos latinos cujo lexema admite dois ou mais temas, o lexema é identificado pelo conjunto dos Tema1, Tema2, Tema n, que se distribuem pelos diferentes paradigmas. Estes são todos subsumidos pelo lexema verbal, independentemente da forma do tema que é activada em cada paradigma. Concordantemente, defende que «as vogais temáticas estão directamente associadas a temas e não a lexemas». Na nossa análise do lexema adjetival, estabelecemos um paralelo com o descrito acima, defendendo que um adjetivo com formas diferenciadas no seu paradigma (como *bruto*, *bruta*, ...) constitui um único lexema. Este é, assim, identificado por radical + temas a ele associados, em conjunto.

Se fossem adotados os critérios utilizados para os nomes, diríamos que estão em causa dois lexemas adjetivais, BRUTO e BRUTA, com um radical formalmente idêntico. Contudo, os adjetivos contrastam com os nomes no que diz respeito a algumas características identificadoras das respectivas classes lexicais. Em particular, e como já notado, os adjetivos não referem entidades, mas modificam expressões que têm um nome como elemento nuclear; visto esse nome possuir um valor de género inerente, independentemente do seu padrão temático, o adjetivo deve partilhar com ele esse valor. Se o falante estiver perante duas formas possíveis, seleciona aquela que, no adjetivo biforme, garante essa partilha, essa concordância. O adjetivo é especificado como [biforme] justamente porque sobre um mesmo radical se constroem os dois temas, diferentemente do descrito para os nomes. Mas, não sendo o tema selecionado enquanto constituinte morfológico, mas sim como portador de informação de género, conclui-se que as vogais que ocorrem à direita do radical – os índices temáticos – codificam em simultâneo a classe temática e o valor de género, possuem um duplo estatuto de índice temático e de marcador de género (cf. SANDMANN, 1991, por exemplo) e asseguram que a oposição de valores é morfológicamente visível. Correspondem, assim, a constituintes *portmanteau* (cf. «exponência cumulativa», em MATHEWS, 1991). Em sintaxe, uma das formas do paradigma do adjetivo é ativada, para responder às exigências de concordância (Adj) N (Adj), em género, podendo estabelecer-se a generalização segundo a qual os membros do paradigma que apresentam –o têm valor de género [+masc] e aqueles que apresentam –a têm valor [-masc] (cf. VILLALVA, 2000: 234). Para responder à concordância em número, o

paradigma oferece duas formas de valor diferenciado, associadas a cada género, sendo que um paradigma adjetival é mais complexo do que um nominal.

Em (4), propõem-se duas representações alternativas que visam a sublinhar o cruzamento das categorias de flexão, Género e Número:

lexema BRUT				
temas BRUTO, BRUTA				
Paradigma				
Género			Número	
expoente -o	[+masc]	<i>bruto</i>	<i>bruto</i> <i>brutos</i>	[+sing] expoente -∅ [-sing] expoente -s
expoente -a	[-masc]	<i>bruta</i>	<i>bruta</i> <i>brutas</i>	[+sing] expoente -∅ [-sing] expoente -s

Quadro 4a: Lexema BRUT.

lexema BRUT				
temas BRUTO, BRUTA				
Paradigma				
		BRUTO	BRUTA	
Género			Número	
expoente -o	[+masc]	<i>bruto</i>		[+sing] expoente -∅
		<i>brutos</i>		[-sing] expoente -s
expoente -a	[-masc]		<i>bruta</i>	[+sing] expoente -∅
			<i>brutas</i>	[-sing] expoente -s

Quadro 4b: Lexema BRUT.

No quadro 4a, identificam-se, por um lado, as formas de masculino e de feminino, que formam um paradigma de género (cf. BOOIJ, 2005; STUMP, 1998:25), e, por outro lado, as formas de valor singular e plural, masculinas e femininas.

No quadro 4b, a representação do paradigma permite dar conta do facto de que, para a caracterização do lexema, são necessários os dois temas e que ao índice temático corresponde um sufixo de flexão. Em ambos os esquemas, tenta mostrar-se que cada série flexiona em género e em número, de forma articulada e paralela. No quadro 4b, a representação aponta para a existência de dois paradigmas, cada um associado a um tema. Assim, e apesar das particularidades que temos vindo a referir, é possível, nesta segunda representação, manter uma aproximação a um

paradigma canônico flexional do português, em que apenas uma das categorias varia, flexiona. Veja-se que, com efeito, nos nomes, é apenas Número que está em jogo, como categoria flexional, e que, nos verbos, internamente a cada paradigma, apenas varia a marcação de pessoa-número (por exemplo, *atei*, *ataste*, *atou*, *atámos*, ... ou *atavaØ*, *atavas*, *atavaØ*, *atávamos*, ...).

De qualquer modo, defende-se que é no domínio das palavras morfossintáticas (no domínio do paradigma do lexema) que se especifica o tema/valor de género. Por essa razão, se propõe que o lexema, que deve representar todas as formas de palavra a ele associadas, não tenha uma forma temática mas sim radical. A sua matriz de traços completa as informações necessárias para que as formas de *output* do seu paradigma sejam as adequadas ao lexema em causa. Assim, por exemplo em *essa(s) personagem(ns) bruta(s)*, *esse(s) transeunte(s) bruto(s)*, verificam-se as quatro possibilidades de variação em género e número do adjetivo e as de concordância quanto a essas categorias¹³.

Sendo a relação de concordância do domínio da sintaxe, as categorias linguísticas nela implicadas são, decorrentemente, sensíveis aos requisitos sintáticos; categorias morfológicas com esta particularidade são sempre flexionais.

O acima descrito conduz a que se conclua que, nos adjetivos, os índices temáticos são concomitantemente vogais de flexão. Neles, o valor de género é uma propriedade das palavras dos paradigmas, é um atributo seu (cf. STUMP, 1998:25), não do lexema. Atribuir a classificação de [biforme] a um lexema adjetival corresponde a assumir que ele codifica os dois valores de género de forma explícita e morfológicamente marcada no nível das palavras do paradigma do lexema; a classificação de [uniforme] corresponde a assumir que este não possui morfologia para explicitar os dois valores de género que codifica, no mesmo domínio paradigmático. O valor fixa-se por concordância com o valor do nome que modificam, na frase, é herdado do nome, assim como acontece com o valor de número. Género e Número podem ser consideradas categorias secundárias, nos adjetivos, se comparadas com as dos nomes: nestes, o valor de género é inerente e o valor de número tem relação direta com as suas propriedades inerentes (ser [+cont], *pluralia tantum*, etc.) e com a sua capacidade de referir uma ou mais entidades com a mesma descrição.

Logo, um lexema adjetival, a ser representado por uma das formas que subsume (por BRUTO, por exemplo, por o masculino e o singular serem em geral consideradas as formas menos marcadas), implicaria que ao lexema correspondesse uma forma flexionada, o que contradiz todas as definições de lexema atualmente avançadas. Mas se, como feito no quadro 2, da matriz de traços do lexema BRUT constar “Padrão temático: [+variável] ou [biforme] | Classe temática: -o/-a”, tal não é necessário.

Reconhece-se, assim, ao radical adjetival um papel central, identificando semântica e formalmente o lexema juntamente com os dois temas em que se expande, por ter a propriedade de acolher dois índices temáticos. Assim, nesta classe de palavras, a morfologia tem um papel preponderante na codificação dos valores de género e de número e evidencia claramente a interface que esta pode estabelecer com o léxico e a sintaxe.

13 Num adjetivo [uniforme], como rude, a morfologia não permite que seja visível a concordância em género, visto que, como todos aqueles de tema -e (e como todos os atemáticos), rude tem apenas uma forma de tema, rude, de modo paralelo à maioria dos nomes (cf. {essa(s) pessoa(s), esse(s) transeunte(s)} rude(s)). No caso destes adjetivos em -e, há sincretismo de formas [+masc] (rude) e [-masc] (rude). Nos adjetivos atemáticos como simples, existe sincretismo total entre as células: simples é a única forma de palavra, nas quatro células do paradigma: [+masc,+sing], [+masc,-sing], [-masc,+sing], [-masc,-sing].

Comentários finais e síntese

O facto de os nomes denotarem entidades distintas quanto a sexo biológico não é critério suficiente nem generalizável para que a morfologia ofereça marcas específicas e independentes para o efeito, como se fez notar através dos exemplos apresentados. Mas, como noutras línguas, o português possui constituintes *portmanteau* que permitem gramaticalizar a informação de sexo biológico através de um estratagema: acumular, no índice temático, a informação de género gramatical, presente na matriz de traços do lexema, e que espelha a referida informação biológica através da oposição *-o ~ -a*, aqui tomada como exemplo mais relevante nos nomes simples.

Nas secções anteriores, defendeu-se que Género, nos nomes, é uma «propriedade classificatória inerente» ao lexema (cf. SPENCER, 2002) e, conseqüentemente, associada a um valor fixo, invariável, não sujeito a flexão. Esta perspetiva não é nova e foi adotada em muitos trabalhos sobre o português. É, também, a perspetiva que encontramos em obras teóricas recentes, que tomam dados de diferentes línguas como evidências empíricas deste posicionamento e que mostram ainda que classe temática e valor de género, nos nomes, não se implicam mutuamente (cf., por exemplo, RALLI, 2002, retomando trabalhos anteriores da mesma autora, ou CORBETT, 1991). Villalva (2000, 2003) estabelece uma relação entre classe formal dos nomes e valor de género, sem que faça uma associação de dependência entre elas; Alcântara (2005) utiliza a categoria Género na sua classificação dos nomes (português do Brasil) em classes temáticas; Mota (2016) vai no sentido de que se aplica ao português o princípio da independência entre classe temática e valor de género, comentando os nomes simples, que ilustram tipicamente essa independência, separadamente dos derivados e de outros tipos de formação.

Em alguns dos nomes derivados, a presença do sufixo promove a formação de dois lexemas temáticos nominais (por exemplo, CEIFEIRO e CEIFEIRA) sobre o mesmo radical. No entanto, defende tratar-se de dois nomes independentes, cada um com o seu valor de género, e não de um nome que flexiona em género. O argumento forte e generalizável para assim os considerar é o já referido para os nomes simples e todos os outros: Género é lexical, não flexional. Propõe-se, assim, que aos nomes que formam ‘pares’ baseados numa relação biológica evidente, assegurada pela sua glosa, se aplique o referido pressuposto com força de generalização. Diferentemente de traços sensíveis ao contexto, Género será mais bem caracterizado como «a lexical feature, in the sense that it characterizes [nominal] lexical items, i.e., words of a nominal nature, independently of whether they are derived, non-derived, inflected or non-inflected, and for nouns, independently of any structural dependencies» (RALLI, 2002: 522). Concordamos ainda com o seguinte: «inherent features may participate in agreement but are not assigned/determined by it. They rather constitute the determining factor for triggering agreement» (RALLI, 2002: 521).

A esmagadora maioria dos nomes do português não formam um ‘par’ com outro; mas mesmo essa relação não invalida que o valor de género seja inerente a cada membro de um ‘par’. Nomes que denotam entidades não sexuadas e têm valor de género gramatical distinto de língua para língua argumentam a favor da não motivação externa desse valor. Diacronicamente, é sabido que alguns nomes sofreram alteração no valor em causa; por exemplo, *mar* já teve género feminino, de que resta um vestígio em *preia-mar* e *baixa-mar*.

Não existe, contudo, total consenso na comunidade quanto à análise da categoria Género, havendo hoje quem considere que esta é flexional. Para dar um simples exemplo, muito posterior

a outras publicações que adotam a concepção aqui defendida, veja-se Ambadiang (1999), sobre o espanhol, que, neste domínio, não cremos se distinga do português.

Quanto aos adjetivos, tentou mostrar-se que são sensíveis a Género mas de forma particular e distinta dos nomes; neles, trata-se de uma categoria flexional, determinada pela concordância exigida pela sintaxe. Género é sem dúvida uma categoria morfossintática, sensível ao contexto (cf. citações de RALLI, acima). A relevância de Género para a concordância no sintagma nominal é de grau diverso, de acordo com as classes de palavras em causa, e tem naturalmente impacto no modo como se concebe um paradigma de um lexema nominal (cf. Quadros 1 e 2) e de um lexema adjetival, tendo-se apresentado duas hipóteses de representação do paradigma de um adjetivo biforme, no Quadro 4, e comentado rapidamente o caso de um uniforme, na nota 15.

A complexidade, particularmente visível em alguns casos, das relações que se estabelecem entre Padrão temático e Género mostra que estas categorias têm papéis claramente diversos entre si. Quer o género seja lexical, como nos nomes, quer flexional, como nos adjetivos, mantém-se a diferença entre essas duas categorias. Como se fez notar relativamente à análise dos nomes, considerá-las em conjunto não é descritivamente rentável (não há sistematicidade entre índice temático e valor de género). Mas, no caso dos adjetivos, é necessário lidar com ambas as categorias em diálogo, a fim de dar conta dos padrões de flexão em género.

Através das reflexões apresentadas e das propostas avançadas, esperamos ter posto à consideração do leitor argumentos convincentes quanto a os nomes e os adjetivos apresentarem comportamentos distintos relativamente a Género. Esperamos também ter contribuído para que, em obras de carácter pedagógico, destinadas a alunos de português língua materna, segunda ou estrangeira, possa ser revisto o alinhamento de Número e Género como sendo ambas categorias de flexão, no nome.

Referências:

- ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. *As classes formais do português e sua constituição: um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída*. Tese de Doutoramento. 2003. Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- AMBADIANG, Théophile. La flexión nominal. Género y número. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (eds.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Real Academia Española/Espasa Calpe, 1999: 4843-4908.
- ANDERSON, Stephen R. Inflectional Morphology. In: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language Typology and Syntactic Fieldwork*, Vol. III. Cambridge: Cambridge University Press, 1985: 150-201.
- ARONOFF, Mark. *Morphology by itself*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- ARONOFF, Mark & Kirsten Fudeman. *What is Morphology?* Oxford: Blackwell, 2005.
- BOOIJ, Geert. *The grammar of words*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- CORBETT, Greville G. *Gender*. Cambridge: CUP, 1991.
- _____. *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- _____. Gender and noun classes. In: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language Typology and Syntactic Description III: Grammatical categories and the lexicon*. 2nd edition. Cambridge:

Cambridge/University Press, 2007. p. 241-279.

DI FELIPPO, Ariani; SILVA, Bento C. Dias da. Modelo linguístico-computacional da estrutura argumental de adjetivos valenciais do português do Brasil. *Estudos Linguísticos*, 34, 2005. Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/~arianidf/Estudos_linguisticos34.pdf>. Acesso em: set 2015.

FRADIN, Bernard; KERLEROUX, Françoise. Troubles with lexemes. In : BOOIJ, Geert; CESARIS, Janet de; SCALIE, Sergio; RALLI, Angela (eds.). *Proceedings of the Third Mediterranean Meeting on Morphology*. Barcelona: Institute Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2003: p. 177-196.

LEHMANN, Christian; Moravcsik, Edith. Noun. In: BOOIJ, Gert; LEHMANN, Christian; MUGDAN, Joachim (eds.). *Morphology: an International Handbook on Inflection and Word formation*. Vol. 1. Berlin: De Gruyter, 2000.

MATHEWS, Peter H. *Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, [1974] (1991).

MOTA, Maria Antónia C. da. Categorias nominais e adjetivais. In: RAPOSO, E. B. Paiva;

NASCIMENTO, M. F. Bacelar do; MOTA, M. A. Coelho da; SEGURA, L.; MENDES, A. (orgs.). *Gramática do português*. Vol. 3. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, , 2016.

RALLI, Angela. The role of morphology in gender determination: evidence from Modern Greek. *Linguistics*, 2002, 40-3: 519-551.

RAPOSO, Eduardo B. Paiva. Estrutura da frase. In: RAPOSO, E. B. Paiva; NASCIMENTO, M. F. Bacelar do; MOTA, M. A. Coelho da; SEGURA, L.; MENDES, A. (orgs.). *Gramática do português*. Vol. 1. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2013: 303-398.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à Morfologia*. Rio de Janeiro: Contexto, 2000.

SANDMANN, Antônio José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

SPENCER, Andrew. Gender as an inflectional category. *Journal of Linguistics*, 2002, 38: 279-312.

STUMP, Gregory. Inflection. In: Spencer, Andrew & A. M. Zwicky (eds.) *The Handbook of Morphology*. Oxford/Malden, MA: Blackwell, 1998: 13-43.

_____. Word-Formation and Inflectional Morphology. In: ŠTEKAUER, Pavol;

LIEBER, Rochelle (eds.). *Handbook of Word-Formation*. Netherlands: Springer, 2005: 49-71.

VELOSO, Rita; RAPOSO, Eduardo B. Paiva. Adjetivo e sintagma adjetival. In: RAPOSO, E. B. PAIVA, M. F. Bacelar do Nascimento; MOTA, M. A. Coelho da; SEGURA, L.; MENDES, A. (orgs.). *Gramática do português*. Vol. 2. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2013:1359-1493.

VILLALVA, Alina (s/d). Aspectos Morfológicos da Gramática do Português. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/files/alina_villalva/Morfologia_GLP.pdf>. Acesso em: set. 2015.

_____. *Estruturas Morfológicas*. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2000.

_____. Composição. In: RAPOSO, E. B. Paiva; NASCIMENTO, M. F. Bacelar do; MOTA, M. A. Coelho da; SEGURA, L.; MENDES, A. (orgs.). *Gramática do português*. Vol. 3. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 2016. No prelo.

ZWICKY, Arnold (1990) Inflectional morphology as a (sub)component of grammar. In Dressler, Wolfgang U. et al. (eds.) *Contemporary Morphology*. Berlin: De Gruyter, 1990: 217-235.



L'ARGUMENTATION, UNE STRATÉGIE DISCURSIVE SOUS SURVEILLANCE¹

Patrick Charaudeau²

RESUMÉ: Cet article fait une description de la mécanique discursive argumentative sous-jacente à toute activité de langage, pour montrer comment le sujet du discours peut faire œuvre de stratégies dans une situation de communication particulière. On peut en tirer certains enseignements: cet acte argumentatif ne peut être jugé et validé qu'en fonction des contraintes de la situation de communication et du projet de parole que le sujet met en œuvre dans des stratégies; car les textes sont pluriels, relevant le plus souvent de types discursifs différents, ne pas chercher des types de textes qui seraient définis comme uniquement argumentatifs; enfin, faut-il préciser, qu'à traiter l'argumentation comme une pratique sociale dont on cherche à déterminer les conditions d'énonciation, on voit mieux comment peuvent s'exercer les jeux de manipulation et de contre-manipulation dans les échanges langagiers.

MOTS-CLÉS: Argumentation. Pratique Sociale. Énonciation.

RESUMO: Este artigo faz uma descrição da mecânica argumentativa subjacente a toda atividade de linguagem, para mostrar como o sujeito do discurso pode valer-se de estratégias em uma situação de comunicação particular. Daí podem ser tirados alguns ensinamentos: o ato argumentativo não pode ser julgado a não ser em função das restrições da situação de comunicação e do projeto de fala que o sujeito veicula nas estratégias; por serem os textos plurais e formados, na maioria das vezes, por tipos discursivos diferentes, não se pode procurar por tipos de textos que serão definidos como unicamente argumentativos; enfim, é preciso verificar que, ao tratar da argumentação como uma prática social, deve-se determinar as condições da enunciação, onde se observa melhor como se podem exercer os jogos de manipulação e de contra-manipulação nas trocas languageiras.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Prática Social. Enunciação.

1 As referências bibliográficas utilizadas neste texto seguem as normas francesas e, por isso, nesse aspecto, é diferente dos demais.

2 Université de Paris 13, Centre d'Analyse du discours. E-mail: patrick.charaudeau@free.fr.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 165-174.

Questions

Il n'y a pas de question relative au langage qui soit simple à traiter, mais celle concernant l'argumentation est peut-être l'une des plus difficile, en tout cas l'une des plus piégeante.

Dans quel sens faut-il entendre cette notion? Dans un sens général, renvoyant au fait que tout acte de langage serait de quelque manière que ce soit argumentatif? Dans un sens restreint qui considérerait que l'activité argumentative ne serait qu'une activité parmi d'autres comme la descriptive ou la narrative? Et si l'on accepte l'existence de cette notion, peut-on parler indifféremment d'argumentation, d'explication, de démonstration, de persuasion: sont-ce de simples variantes, d'autres catégories, des sous-catégories? Est-ce que toute argumentation inclurait une explication, ou serait-ce l'inverse? Est-ce que toute argumentation serait en même temps une information?

Si l'on aborde cette question par le biais des types de textes, on a encore plus de mal à s'y retrouver: une recette de cuisine, une notice pharmaceutique, le texte rédactionnel d'une publicité, un article d'une revue scientifique, la leçon d'un manuel scolaire, telle chronique journalistique, peuvent-ils être parfaitement distingués comme étant argumentatif, explicatif, persuasif ou démonstratif? Corrélativement, quels seraient les critères qui permettraient de distinguer un texte argumentatif d'autres types de textes? Seraient-ce les marques d'enchaînement logique (connecteurs)? Autrement dit un texte serait-il argumentatif au vu de sa seule manifestation explicite, et ne pourrait-il donc être implicitement argumentatif?

Enfin, on pourrait prendre les choses par un autre bout, et se demander à quoi sert l'argumentation? Quelle est sa finalité communicative et sociale (qu'est-ce qui fait que dans une circonstance de communication donnée on choisit plutôt de raconter, de décrire ou d'argumenter), et si cette finalité ne permettrait pas de classer différents types de discours?

Quelques réflexions préalables

Tout d'abord quelques réflexions qui permettront de voir les différents enjeux que révèlent ces questions.

Un premier enjeu autour de la question de savoir si c'est l'argumentation ou le récit qui serait le tout du langage.

Depuis l'Antiquité, existe une double réponse. L'une défend l'idée que "tout est argumentation", arguant du fait qu'en présence de tout énoncé, serait-ce celui du poète ("le ciel est bleu comme une orange"), on pourrait se demander: "pourquoi dit-il cela?" ou "pourquoi le dit-il comme ça?", ce qui conférerait à tout énoncé ou acte de langage une orientation argumentative³. L'autre réponse défend l'idée que "tout est récit", parce que celui-ci serait ce qui permet à l'homme de raconter le monde et donc de se raconter faisant que le langage servirait essentiellement à décrire une quête, celle de la destinée humaine⁴. Évidemment, ces deux aspects seraient liés, mais dans chacune de ces positions l'un dominerait l'autre: pour l'argumentation, le récit ne serait qu'une expansion descriptive nécessaire à remplir de chair sémantique les arguments de la chaîne de raisonnement; pour le récit, l'argumentation ne viendrait qu'en appui de la description des faits.

3 Cela est repris par exemple dans les travaux d'O. Ducrot.

4 Cela est repris dans les travaux de P. Ricoeur.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 165-174.

Ainsi récit et argumentation révéleraient deux attitudes différentes mais complémentaires du sujet parlant. Celle qui consiste à produire du récit, c'est à dire à décrire les qualités des êtres du monde et leurs actions, ne s'impose pas à l'autre (celui qui reçoit le récit); elle lui propose au contraire une scénarisation narrative du monde dans lequel il peut être parti prenante. Cette attitude peut être dite *projective*: elle permet à l'autre de s'identifier aux personnages de la narration.

En revanche, celle qui consiste à produire de l'argumentation, c'est-à-dire à expliquer le pourquoi et le comment des faits, oblige l'autre à s'inclure dans un certain schéma de vérité. Cette attitude peut être dite *impositive*: elle impose à l'autre son mode raisonnement et ses arguments. Ces deux attitudes se mélangent, s'interpénètrent dans bien des actes de communication, mais on peut considérer que selon les situations et les enjeux de communication chacune sera à son tour dominante.

Un deuxième enjeu autour de la question de savoir si l'argumentation relève d'une activité de pensée, d'une activité de langue ou d'une activité de discours.

Déclarer que l'argumentation relève d'une activité de pensée renvoie à la tradition des études de logique qui dans la filiation de la philosophie platonicienne accordent à la pensée une autonomie vis-à-vis du langage: la pensée réaliserait des opérations de raisonnement indépendamment du langage, celui-ci n'étant qu'une simple (et parfois mauvaise) manifestation. Ici est affirmée l'existence d'une logique formelle (celle des syllogismes et des conditions nécessaires et suffisantes, reprise et entretenue par la logique mathématique) comme référence et garant de la bonne argumentation.

Déclarer que l'argumentation relève d'une activité de langue témoigne d'une prise de parti radicalement opposée à la précédente. Ce point de vue affirme que ce qui concerne le raisonnement ne peut être saisi qu'à travers l'activité de langage, et que celui-ci impose sa propre logique, dite "logique naturelle"⁵. L'argumentation doit donc être étudiée comme un phénomène strictement langagier. Mais certains vont encore plus loin en tentant de démontrer que c'est "dans la langue" que se trouve l'argumentation⁶. Il s'agit ici de considérer que les mots (grammaticaux et lexicaux) possèdent en eux-mêmes une force d'orientation sémantique; cette orientation ils l'ont acquise à force d'emplois dans des contextes récurrents, et de plus, elle se trouve renforcée ou infirmée selon les particularités sémantiques des autres mots du contexte. Ainsi tout énoncé participerait d'un *faire croire* et le choix de chaque mot se ferait selon l'orientation argumentative de celui-ci⁷.

Enfin, déclarer que l'activité argumentative relève du discours renvoie à ladite tradition des études de rhétorique argumentative, du moins celles qui tentent de décrire les catégories et les mécanismes de mise en oeuvre du langage à des fins de persuasion. On sait que cette tradition, forte dans la philosophie classique, a connu des moments de déclin puis de résurgence et, à l'heure actuelle, un certain regain⁸.

5 Ainsi ont pu être mises en évidence les différences entre logique formelle et logique linguistique à propos des conditions nécessaires et suffisantes (voir les travaux de J.B. Grize et d'O. Ducrot).

6 Voir Anscombe et Ducrot *L'argumentation dans la langue*, Mardaga, Bruxelles, 1983.

7 Ainsi, n'est-il pas innocent de dire, à propos d'événements récents en ex-Yougoslavie: "Belgrade bouge" ou "La Serbie bouge".

8 Depuis les rhétoriciens de l'Antiquité, en passant par la nouvelle rhétorique de Ch. Perelman, jusqu'aux travaux récents des pragmaticiens (particulièrement anglo-saxons) et des analystes du discours politique.

Un troisième enjeu autour de la question de savoir si un texte argumentatif sera déclaré tel par son aspect explicite (on peut y repérer des marques spécifiques comme les connecteurs et un certain type de construction phrastique), ou si peut être également considéré argumentatif un texte par son organisation implicite. Par exemple, peut-on dire qu'une recette de cuisine est un texte argumentatif même s'il ne comporte aucun connecteur?

Cela pose la question des critères qui devraient permettre de différencier les textes: sont-ce des critères qui renvoient aux caractéristiques formelles des textes, ou des critères qui renvoient à la finalité de la situation dans laquelle s'inscrit le texte? Un "témoignage" par exemple, qui est à la fois un mini-récit pouvant avoir une valeur de preuve, sera-t-il reconnu à des marques particulières ou au fait qu'il se trouve dans une situation qui lui donne statut de témoignage? Répondre à ces questions suppose que l'on ait recours à une théorie des genres et des types discursifs.

Enfin, un enjeu autour de la question de savoir quelle est la finalité communicationnelle de l'argumentation.

Si l'on considère cette question du point de vue du jugement social, à travers ce que l'on appelle le "discours circulant" qui est porteur de représentations, on s'aperçoit qu'avoir une attitude argumentative, ou parler d'argumentation, déclenche des jugements opposés: tantôt positifs, au motif que cette attitude révèle, de la part de celui qui argumente bien, rigueur de pensée, maîtrise du raisonnement, force de persuasion et savoir dire ("son raisonnement est sans faille", "il a des arguments imparables"); tantôt négatifs, du fait qu'elle est ressentie comme coercitive, le sujet argumentant s'imposant à l'autre, occupant la parole longuement et se mettant en position haute par rapport à son interlocuteur ("quel raisonneur!", "quel donneur de leçon!").

Quant à l'école, autre lieu ayant affaire à cette question, on devine, à analyser ce que disent les instructions officielles, ce que proposent les manuels et ce que révèlent des enquêtes faites auprès des enseignants, un malaise certain qui n'apparaît pas lorsqu'il est question d'autres objets d'enseignement. Comment enseigner l'argumentation? à l'occasion d'activités telles que la dissertation littéraire, l'analyse grammaticale ou logique, l'analyse des textes, la production de textes non littéraires? Et d'ailleurs, la classe de français est-elle bien le lieu de l'apprentissage de la logique de la pensée? ne serait-ce pas plutôt dans la classe de mathématiques? mais s'agit-il de la même rigueur de pensée que celle qui est exigée pour l'écriture d'un texte⁹?

On voit, à travers cette série de questions et de réflexions, que l'on ne peut répondre ponctuellement à chacune d'elles sans proposer un cadre général de traitement de cette notion. Le mien sera un cadre d'analyse de discours qui tente de définir les conditions sémiolinguistiques de la communication.

9 Cette question, malgré des avancées certaines dans le milieu de l'enseignement du français, est encore d'actualité si l'on en juge par la contradiction que révèlent les textes officiels entre les déclarations d'intention sur les finalités de l'enseignement et la description du contenu des programmes. On n'est pas encore tout à fait sorti des représentations qui sont nées au 19^e siècle qui opposent "les philosophes qui pensent mais écrivent mal et les littéraires qui écrivent bien mais sans rigueur démonstrative."

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 165-174.

Proposition d'un point de vue

Je continue à défendre l'idée —déjà exposée dans différents écrits— que tout acte de langage ne signifie qu'en fonction de la situation de communication dans laquelle il est produit, de l'identité et de l'intentionnalité du sujet qui en est le responsable, du propos dont il est question (la thématization), et des circonstances matérielles dans lesquelles il se trouve.

L'argumentation est donc considérée comme une pratique sociale (ordinaire ou savante) dans laquelle le sujet voulant argumenter se trouve à la fois contraint par les données de la situation communicationnelle qui le surdétermine, et, en même temps, libre de jouer avec ces contraintes, disposant d'une marge de manoeuvre qui lui permet de réaliser son propre projet de parole et faire oeuvre de stratégies. C'est donc au croisement de ces deux espaces de contrainte et de liberté que se constitue la spécificité d'un acte de langage. L'argumentation ne doit pas être jugée en référence à un modèle absolu de "pensée logique" (l'argumentation savante); celle-ci n'est pas meilleure qu'une autre, elle est simplement différente. Chaque situation de communication produit son propre cadre de référence, et il n'y a donc pas lieu de parler de cadre fallacieux¹⁰.

Cependant, étant donné que tout sujet parlant est amené à faire l'expérience de divers types de situations de communication, on peut faire l'hypothèse que, par récurrence et accumulation de ces expériences langagières, il est conduit à découvrir et utiliser des manières d'argumenter qu'il finit par intégrer dans son esprit sous diverses formes: de schématisations abstraites qui correspondent aux conditions du comment argumenter (par opposition au comment décrire, comment raconter), de stocks d'arguments, et d'une réserve de procédés discursifs. Cela justifie que l'on essaye de définir ce que sont les conditions générales de l'activité argumentative du point de vue *cognitif, situationnel et stratégique*.

Le point de vue cognitif

L'activité argumentative se définit dans un rapport triangulaire dont les pôles sont: un *sujet argumentant*, un *sujet cible* auquel est proposée-imposée l'argumentation, et un *propos* sur le monde qui fait l'objet d'une quête de vérité. Il faut par conséquent que le sujet argumentant entraîne le sujet cible dans un même cadre de questionnement, qu'il lui propose un moyen de traiter ce questionnement et qu'il lui apporte en même temps le moyen de juger de la validité de ce traitement. Cela détermine les conditions énonciatives de base qui font qu'un discours sera reconnu comme argumentatif dès lors que le sujet argumentant se livrera à une triple activité: *problématiser, se positionner et prouver*, le tout devant être élucidé, mais sans préjuger pour l'instant de ce que pourrait être la spécificité de son projet de parole ni les contraintes de la situation de communication dans laquelle il se trouve.

Problématiser est une activité cognitive qui correspond à proposer à quelqu'un, non seulement ce dont il est question, mais aussi ce qu'il faut en penser. En problématisant, le sujet argumentant donne à son interlocuteur le moyen (plus ou moins explicite) de repérer le cadre de questionnement auquel il faut rattacher l'acte d'assertion. Une assertion ne prête à aucune discussion (ni argumentation) tant qu'on n'en perçoit pas sa mise en cause possible: l'énoncé "le

10 Voir: Van Eemeren F. et Grootendorst R., 1996. Il vaut mieux ne pas utiliser cette notion, pas plus que celles de "paralogisme", "raisonnement quasi-logique", etc. pour juger telle ou telle stratégie argumentative.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 165-174.

premier ministre démissionne” peut n'être qu'un simple constat; il ne devient problématisé qu'à partir du moment où est envisagée l'assertion opposée “le premier ministre ne démissionne pas”, ce qui oblige à s'interroger sur les causes et les conséquences de cette opposition. Autrement dit, chaque fois qu'un locuteur profère un énoncé et que l'interlocuteur lui rétorque: “et alors?”, cela veut dire qu'il n'en saisit pas la problématisation.

Le questionnement peut porter sur l'énoncé ou sur l'acte d'énonciation lui-même: (a) s'il porte sur *l'énoncé*, il oblige l'interlocuteur à s'interroger, comme on l'a dit, sur ce qu'est la cause ou la conséquence du fait lui-même (pourquoi est-ce ainsi? comment est-ce possible? qu'est-ce qui va se produire?); (b) s'il porte sur *l'énonciation*, il oblige l'interlocuteur à s'interroger sur ce qui autorise le locuteur à énoncer telle assertion (“pourquoi dites-vous ça?”), et sur ce qui autorise le locuteur à impliquer l'interlocuteur (“pourquoi me dites-vous ça, vous, à moi?”).

Autrement dit, problématiser, c'est à la fois proposer-imposer à son interlocuteur un domaine thématique («propos») et le cadre de questionnement dans lequel on veut argumenter («proposition»)¹¹ en mettant en opposition deux assertions¹² à propos de la validité desquelles le sujet cible est amené à s'interroger. C'est ce que C. Plantin appelle une “condition de disputabilité”¹³.

Mais cela n'est pas suffisant, car encore faut-il que le sujet qui veut argumenter dise quel terme de l'opposition il veut défendre. Il doit *se positionner* par rapport à la problématisation proposée, dire quel est son point de vue par rapport aux deux assertions en présence.

Il peut s'engager dans une prise de position et défendre l'une des deux assertions, ce qui le conduira du même coup à s'opposer à l'autre: dans ce cas, il argumente en faveur d'une position (il est *pour*) et en défaveur de l'autre (il est *contre*).

Il peut également ne pas prendre parti, et simplement examiner les caractéristiques de chaque position, pour éventuellement mettre en évidence les avantages et les inconvénients de chacune de celles-ci. Par exemple, à propos du débat sur l'entrée de la Turquie dans l'Union européenne, on peut argumenter en faveur de son intégration, on peut argumenter contre son intégration ou l'on peut montrer les avantages et les inconvénients de chaque position sans pour autant en prendre une soi-même. On dira, dans ce cas que le sujet prend une position de *pondération*, au sens où il pondère un point de vue par l'autre.

Prouver est une activité cognitive qui correspond à un “faire croire”, lequel sert à fonder la valeur du positionnement. En effet, problématiser et se positionner ne constituent pas le tout du discours argumentatif. Il faut encore que le sujet argumentant *assure* la validité des prises de position et que, du même coup, il donne à l'interlocuteur les moyens de juger la validité de celles-ci. Il faut que ce dernier soit à son tour en mesure d'adhérer à prise de position proposée ou de la rejeter.

Car, il ne suffit pas d'établir un lien de causalité entre deux ou plusieurs assertions; il faut en assurer la force, et celle-ci ne peut être jugée qu'à la teneur de la preuve qui dira si ce lien est de

11 Pour les notions de «propos» et «proposition», voir Charaudeau (1992, 3^e partie, chap.5, *La mise en argumentation*).

12 C. Plantin parle pour sa part de “proposition” et “opposition” (voir *L'argumentation*, Mémo, Seuil, Paris, 1990).

13 Nous rejoignons ici le point de vue de C. Plantin pour qui “La mise en question est une condition nécessaire au développement d'une argumentation”, voir article «Question» in Charaudeau et Mangueneau, *Dictionnaire d'analyse du discours*, 2002.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 165-174.

possibilité, de *probabilité*, de *nécessité* ou d'*inéluclabilité*¹⁴. Il ne suffit pas d'établir un lien entre la consommation de tabac et la santé, comme dans "la consommation de tabac nuit gravement à la santé", il faut encore pouvoir prouver que ce lien est de l'ordre du possible ou de l'inéluclable.

A cette fin, le sujet argumentant fera appel à des *arguments*, et devra choisir parmi les arguments qui lui sembleront jouer un rôle de garant du raisonnement¹⁵, ou, en tout cas, avoir un impact certain sur le sujet cible. Ces arguments seront d'ordre empirique, expérimental ou statistique, auront une valeur éthique, pragmatique ou hédonique.

Par cette activité, tout en tentant de valider son point de vue, le sujet argumentant révèle en même temps son positionnement vis-à-vis des systèmes de valeurs qui circulent dans la société à laquelle il appartient

Les contraintes de la situation

Les conditions de cette activité cognitive ne sauraient constituer le tout de l'argumentation, car celle-ci apparaît toujours dans une situation particulière d'échange langagier. L'ensemble des données d'un type de situation définissent ce que j'appelle un *contrat de communication*. Or, "la nature du cadre communicationnel et du contrat de communication apparaissent comme absolument déterminante pour la qualité des argumentations qui s'y déroulent"¹⁶. J'ai défini et justifié cette notion dans plusieurs écrits¹⁷ et ne m'étendrai donc pas dessus. J'en rappellerai seulement les composantes et en donnerai un exemple.

Les composantes du contrat de communication sont au nombre de quatre: la *finalité* qui détermine le "pour quoi on parle", l'enjeu de l'acte de communication; l'*identité* des partenaires de l'échange qui détermine le "qui parle à qui" en fonction des statuts et des places que ceux-ci doivent occuper; le *propos* qui détermine le "de quoi on parle", le domaine thématique qui fait l'objet de l'échange; enfin, les *circonstances* qui constituent les données matérielles du cadre de l'échange.

Ainsi, juger de la validité d'un discours argumentatif revient à s'interroger auparavant sur les caractéristiques du contrat dans lequel il s'insère. Prenons l'exemple du contrat d'information médiatique¹⁸. Celui-ci se caractérise par une double finalité de *crédibilité* et de *captation*. De crédibilité parce qu'il s'inscrit dans une logique symbolique de démocratie qui consiste à construire l'opinion publique; de captation parce qu'il s'inscrit dans une logique commerciale qui l'oblige à s'adresser au plus grand nombre. C'est donc à un double problème de "véracité du discours" et de "séduction" auquel est confronté le sujet informant qui veut argumenter dans ce cadre, situation fort peu confortable dans la mesure où il doit à la fois: (a) *explicitement* la causalité immédiate des événements de la manière la plus vraie possible; (b) *analyser* les causes profondes de l'événement, ce qu'il peut difficilement faire car il n'a pas suffisamment de distance

14 Voir notre grammaire, *op. cit.*, p.792.

15 Voir sur cette question du "garant", Toulmin S. (1958), *The Uses of Argument*, Cambridge UP, Cambridge, et (1976), *Knowing and acting*, Macmillan, New York.

16 PLANTIN, C., in communication au 1^o *Symposium sur l'analyse du discours*, Madrid, 20-22 avril 1998 (à paraître).

17 Particulièrement, "Le dialogue dans un modèle de discours", in *Les cahiers de Linguistique Française* n°17, Université de Genève, Suisse, 1995, et "Le contrat de communication dans une perspective langagière: contraintes psychosociales et contraintes discursives", in *Hommage à R. Ghiglione*, Université de Paris 8.

18 Voir *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social*. Nathan: Paris, 1997. p. 189 et sq. *Diadorim*, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 165-174.

par rapport à l'actualité événementielle (c'est d'ailleurs pour cela qu'il est fait souvent appel à des experts extérieurs); (c) faire preuve de *neutralité*; (d) *dramatiser* son discours pour le rendre le plus attractif possible.

Les stratégies du sujet argumentant

Une fois mis en place le cadre de questionnement à l'intérieur des données du contrat de communication, le sujet argumentant peut développer des stratégies d'argumentation en fonction des visées d'influence qui correspondent à son projet de parole. On proposera de considérer que ces stratégies se développent autour de trois enjeux, qui ne sont pas exclusifs les uns des autres, mais qui se distinguent néanmoins par la nature de leur finalité.

Un enjeu de *légitimation* qui vise à déterminer la position d'autorité du sujet, de sorte que celui-ci puisse répondre à: "au nom de quoi je suis fondé à argumenter?". L'enjeu de légitimation est donc tourné vers le sujet parlant lui-même (il est tourné vers le "je") et peut se fonder sur deux types de position: (a) d'*autorité institutionnelle*, position qui est fondée par le statut du sujet lui conférant autorité de savoir (expert, savant, spécialiste) ou de pouvoir de décision (responsable d'une organisation); (b) d'*autorité personnelle*, position qui est fondée sur l'activité de persuasion et de séduction du sujet qui lui donne une autorité de fait, laquelle peut d'ailleurs se superposer à la précédente¹⁹.

Cette position d'autorité du sujet est présupposée et perçue par l'autre, mais elle peut également ne pas être perçue ou être mise en doute ou même être contestée. Dès lors, le sujet peut être amené à produire un discours d'*auto-justification*²⁰.

Un enjeu de *crédibilité* qui vise à déterminer la position de vérité du sujet, de sorte qu'il puisse répondre à: "comment puis-je être pris au sérieux?". A cette fin, le sujet peut choisir deux types de positions: (a) de *neutralité*, position qui l'amènera à effacer, dans son mode d'argumentation, toute trace de jugement et d'évaluation personnelle, que ce soit pour expliciter les causes d'un fait ou pour démontrer une thèse; (b) d'*engagement*, ce qui amènera le sujet, contrairement au cas précédent, à opter (de façon plus ou moins consciente) pour une prise de position dans le choix des arguments ou le choix des mots²¹, ou par une modalisation évaluative apportée à son discours. Cela produira un discours de *conviction* destiné à être partagé par l'interlocuteur.

Mais la crédibilité se joue également sur la façon d'élucider les raisonnements, car le sujet argumentant doit également chercher à un *faire comprendre* les raisons qui sont censées expliquer l'état du fait asserté ou les conséquences possibles de celui-ci sur la suite des événements. Il ne s'agit pas ici de prouver l'existence ou l'authenticité du fait, mais d'expliquer le pourquoi et le comment de son apparition. Il s'agit donc d'entrer dans l'univers discursif de la causalité qui a partie liée avec le récit des événements. Cette causalité comprend deux aspects selon qu'on la considère en amont ou en aval du fait décrit.

19 On sait que la position de l'enseignant se fonde sur une autorité institutionnelle de savoir et de pouvoir (sanction). Cependant ce qui fait différence entre tel ou tel enseignant repose sur une autorité personnelle acquise

20 Ce que produisent par exemple les médias, chaque fois qu'ils sont accusés de désinformation, ou qu'ils veulent prévenir cette accusation.

21 Ex.: J.M. Le Pen choisissant d'attaquer ses adversaires par le choix du terme "l'établissement" au lieu de "l'establishment".

En amont, se trouvent les causes susceptibles d'avoir été à l'origine du fait. Vis-à-vis de celles-ci, l'élucidation peut consister à donner comme origine le fait immédiatement antérieur ou une succession de faits. On aura affaire ici à une élucidation qui explicite ce que l'on pourra appeler des *causes immédiates*. Mais l'élucidation peut également chercher à fournir des origines multiples, des éléments divers dont la convergence, par un jeu de parallélismes et d'analogies, deviendrait indice d'explication. On aura affaire ici à une élucidation qui analyse des *causes multiples ou des causes profondes*.

En aval, se trouvent les conséquences possibles des faits. Celles-ci, évidemment, ne peuvent être que de l'ordre du possible imaginé dans un futur plus ou moins immédiat: si ce futur est plus immédiat, on parlera de *prévision*, laquelle suppose en outre qu'ait été opéré un calcul rationnel qui la rende valide (comme pour la météo); si ce futur est moins immédiat, on parlera de *prédiction*, laquelle repose plutôt sur une vision non rationnelle des événements à venir, vision que le sens commun appelle sentiment, intuition, voyance ou prophétie.

C'est dans le cadre de cette activité d'élucidation que sont mis en oeuvre certains *modes de raisonnement* (déductif, inductif, restrictif, associatif, analogique, etc.)²² dont le choix et la validité devrait rendre l'argumentation crédible.

Un enjeu de *captation* qui vise à faire entrer le partenaire de l'échange communicatif dans le cadre argumentatif du sujet parlant, de sorte que celui-ci puisse résoudre le problème de: "comment faire pour que l'autre puisse "être pris" par ce que je dis". Pour ce faire, le sujet peut choisir deux types de visée: (a) *polémique*, visée qui l'amène à mettre en cause certaines des valeurs que défend son partenaire (ou un tiers qui fait référence), ou la légitimité même de celui-ci, visée qui l'amène à produire un discours d'*interpellation*²³; (b) de *persuasion* et de *dramatisation*, visée qui amènera le sujet à mettre en oeuvre une activité discursive faite d'analogies, de comparaisons, de métaphores, etc., qui s'appuie davantage sur des croyances que sur des connaissances, pour forcer l'autre à partager certaines valeurs ou à ressentir certaines émotions.

Ainsi, le sujet qui argumente peut-il, au moment où il doit fournir une explication, mettre en scène deux types de causes qui sont susceptibles d'avoir chacune un effet dramatisant particulier: des causes *humaines* qui construisent un univers de discours dans lequel l'homme est jugé responsable, ce qui peut avoir un effet responsabilisant du fait que ce discours tendrait à la société un miroir dans lequel elle peut juger de la culpabilité des autres ou de sa propre culpabilité²⁴; des causes *non humaines*, qui construisent un univers de discours d'où l'homme est absent, le renvoyant du même coup à son impuissance face à des forces obscures qui le dépassent, ce qui peut avoir un effet déresponsabilisant du fait que ce discours tendrait à la société un miroir dans lequel elle ne pourrait voir que son implacable destinée²⁵.

22 Voir notre *Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette: Paris, 1992. p. 821 et sq.

23 Un présentateur de JT: "Pourquoi l'ONU laisse-t-elle mourir des enfants?"

24 On le voit dans le traitement des affaires de corruption: il faut que soient identifiés un méchant, des victimes et si possible un héros.

25 Par exemple dans l'information médiatique, c'est le cas des catastrophes naturelles; mais la façon dont la télévision a traité les «snipers» de la guerre de Bosnie (images de gens qui, dans la rue, tombent sous les balles, et images de fenêtres derrière lesquelles on ne voit rien), participe également de cette stratégie.

Conclusion

Nous avons décrit ici une mécanique discursive et non point un type de texte. La mécanique argumentative sous-jacente à toute activité de langage, pour montrer comment le sujet du discours, pris dans une situation de communication particulière, peut faire œuvre de stratégie. On peut en tirer certains enseignements:

(a) tout d'abord, ne plus se référer à l'idée qu'il existerait une manière idéale d'argumenter et que donc ce serait à l'aune de cette référence idéale que pourrait être jugée l'argumentation. Certes, l'acte d'argumenter relève d'une certaine mécanique (l'activité cognitive), mais cet acte ne peut être jugé et validé qu'en fonction des contraintes de la situation de communication et du projet de parole que le sujet met en oeuvre dans des stratégies. Du coup, il n'est plus de cadre fallacieux, chaque situation contractuelle produisant son propre cadre de validation²⁶.

(b) ensuite, ne pas chercher à tout prix des types de textes qui seraient définis comme uniquement argumentatifs, car les textes sont pluriels, relevant le plus souvent de types discursifs différents; un genre textuel ne se définit pas tant par son mode d'organisation discursive (bien que celui-ci y soit pour quelque chose) que par ses conditions de production, conditions qui ne sont pas discursives mais situationnelles²⁷; cela oblige du même coup à ne pas réduire l'argumentation à sa seule partie explicite.

Enfin, faut-il préciser, qu'à traiter l'argumentation comme une pratique sociale dont on cherche à déterminer les conditions d'énonciation, on voit mieux comment peuvent s'exercer les jeux de manipulation et de contre-manipulation dans les échanges langagiers. Cela empêche de croire que l'argumentation serait l'apanage des seuls dominants et qu'elle serait le fait du seul sujet argumentant. L'argumentation concerne l'ensemble des partenaires de l'acte communicatif, c'est ce qui permet de dire que l'argumentation est une stratégie discursive sous surveillance.

26 Voir note 8.

27 Voir notre «Les conditions d'une typologie des genres télévisuels d'information», revue *Réseaux* n°81, CNET, Paris, 1997.

Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 165-174.